

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS-LINGÜÍSTICA

DESCRIÇÕES DEFINIDAS: REFERÊNCIA, INFORMAÇÃO E
ARGUMENTAÇÃO NA REPORTAGEM SOBRE ECONOMIA EM MAGAZINES
DE INFORMAÇÃO GERAL

Tese apresentada por IVO JOSÉ DITTRICH
ao Centro de Comunicação e Expressão como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Lingüística, sob orientação do Dr.
Nilson Lemos Lage

Florianópolis
2001

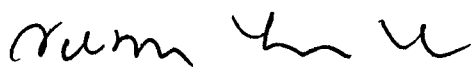
Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de


Doutor em Lingüística

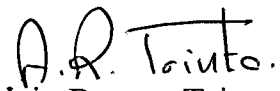
e aprovada em sua forma final pelo Programa de
Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenador: Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura

Banca Examinadora:

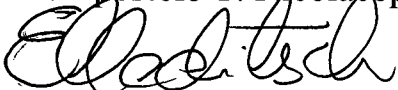

Prof. Dr. Nilson Lemos Lage
Orientador (UFSC)


Profa. Dra. Lineide L. Salvador Mosca (USP)


Prof. Dr. Aluizio Ramos Trinta (UFRJ)


Profa. Dra. Leonor Scliar-Cabral (UFSC)


Prof. Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos (UFSC)


Prof. Dr. Eduardo Meditsch (Suplente – UFSC)

Agradecimentos

Ao professor Dr. Nilson Lemos Lage, pela dedicação com que orientou esta Tese;

À Banca de Qualificação do Projeto, pelas contribuições quando da sua análise;

Ao Centro de Educação e Letras da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu - pela liberação das atividades docentes durante os estudos na UFSC;

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras-Linguística, pelo profissionalismo com que desempenham suas atividades;

À família, pela paciência e pelo incentivo.

Dedicatória

À
Marli,
Maireli,
Naiandra.

RESUMO

O presente estudo analisa diferentes configurações das descrições definidas e busca compreender como as dimensões informativa e argumentativa se inscrevem na relação de referência e em que circunstâncias predomina uma ou outra. Defende a tese de que o entrelaçamento entre esses diversos aspectos faz emergir o caráter simultaneamente informativo e argumentativo da reportagem e aponta as descrições definidas como parâmetro para descrição e análise de diferentes gêneros jornalísticos. Aborda a característica multifacetária dessas expressões referenciais na interface entre semântica e pragmática, com apoio na retórica e na teoria da relevância. As análises são desenvolvidas através da comparação entre descrições definidas inseridas em enunciados extraídos de 150 reportagens sobre economia em três diferentes magazines de informação geral.

Palavras-chave: *referência, descrições definidas, informação, argumentação, relevância.*

ABSTRACT

This study analyses different configurations of defined descriptions and tries to figure out how the informative and argumentative dimensions work in the relation of reference and in what circumstances which one prevails. It advocates that the intertwining of these various aspects makes the simultaneous informative and argumentative character of the news article emerge and points out the defined descriptions as a parameter for description and analysis of different journalistic genres. It discusses the multifaceted characteristic of these referential expressions at the interface of semantics and pragmatics, with the support of rhetoric and the theory of relevance. The analyses have been developed by means of comparison between defined descriptions of statements extracted from 150 news articles about economics in three different magazines of general information.

Key-words: reference, definite descriptions, information, argumentation, relevance.

ÍNDICE

1. Introdução.....	001
1.1. O texto jornalístico.....	005
1.2. Espaço da reportagem entre os gêneros jornalísticos.....	006
1.2.1. A reportagem sobre assuntos econômicos.....	011
1.3. Descrições definidas: na referência, convergem informação e argumentação.....	013
2. Fundamentação teórica.....	016
2.1. Referência.....	022
2.1.1. Relação linguagem/realidade.....	022
2.1.2. Referência e ciência da linguagem.....	027
2.1.3. <i>Indeterminação</i> : ambigüidade, generalidade, vagueza, aproximação.....	031
2.1.4. Descrições definidas.....	038
2.2. Semântica e pragmática.....	045
2.3. Contexto.....	050
2.4. Teoria da relevância.....	054
2.5. Retórica.....	061
2.6. Estatuto teórico da informação.....	067
2.7. Configuração das descrições definidas: informação e argumentação.....	070
3. Adequação da metodologia à característica dos dados.....	072
4. Panorama geral das reportagens.....	081
4.1. Estrutura macroargumentativa da reportagem.....	081
4.2. Blocos de reportagens: distribuição por assunto.....	087
4.3. Traços de <i>grandiosidade, união, disputa e intensidade</i> nos títulos e subtítulos.....	089
4.3.1. Os quatro traços nos títulos.....	089
4.3.2. Os quatro traços nos subtítulos.....	091
4.4. Configuração lingüística dos títulos.....	093
4.4.1. Títulos de natureza nominal.....	093
4.4.1.1. Títulos formados por descrições definidas.....	094
4.4.1.2. Títulos formados por descrições não-determinadas.....	096
4.4.1.3. Títulos formados por descrições indefinidas.....	098
4.4.1.4. Títulos formados por outras configurações nominais.....	100
4.4.1.5. Resumo dos títulos de natureza nominal.....	102
4.4.2. Títulos de natureza verbal.....	103

4.4.2.1. Títulos com descrição definida seguida por verbo.....	103
4.4.2.2. Títulos com descrição não-determinada seguida por verbo.....	105
4.4.2.3. Outros títulos que incluem verbo em sua estrutura.....	106
4.4.3. Perfil geral dos títulos.....	108
5. Categorias analíticas e sua representatividade.....	111
5.1. Representatividade das descrições nos três textos transcritos.....	118
5.2. Representatividade das descrições em trinta textos.....	119
5.2.1. Descrições em relação aos determinantes.....	120
5.2.2. Descrições em relação à presença (ou não) de modificador(es).....	121
5.2.3. Descrições em relação à natureza do modificador.....	122
5.2.3.1. Descrições restritivas.....	123
5.2.3.2. Descrições indicativas.....	123
5.2.3.3. Descrições relativas.....	125
5.2.3.4. Descrições qualificativas.....	127
5.3. Algumas proposições gerais.....	128
6. Descrições definidas: a questão dos determinantes.....	129
6.1. Determinantes definidos nos títulos.....	131
6.2. Determinantes definidos no desenvolvimento dos textos.....	135
7. Descrições definidas: presença e natureza do modificador.....	139
7.1. Descrições definidas simples.....	139
7.2. Descrições definidas modificadas.....	150
7.2.1. Descrições modificadas restritivas.....	152
7.2.2. Descrições modificadas indicativas.....	154
7.2.3. Descrições modificadas relativas.....	158
7.2.4. Descrições modificadas qualificativas.....	167
7.2.4.1. Modificador à direita do nome.....	168
7.2.4.2. Modificador à esquerda do nome.....	173
7.3. Enunciados predicativos.....	181
7.4. Algumas proposições gerais.....	182
8. Considerações finais.....	183
9. Bibliografia.....	192

QUADROS:

01. Títulos formados por descrições definidas.....	095
02. Títulos formados por descrições não-determinadas.....	097
03. Títulos formados por descrições indefinidas.....	098
04. Títulos formados por outras configurações nominais.....	100
05. Títulos com descrição definida seguida por verbo.....	104
06. Títulos com descrição não-determinada seguida por verbo.....	105
07. Outros títulos que incluem verbos.....	106
08. Os trinta textos selecionados.....	120

TABELAS:

01. Distribuição dos assuntos nas 150 reportagens.....	087
02. Distribuição dos 4 traços nos 150 títulos e subtítulos das reportagens.....	092
03. Resumo dos títulos de natureza nominal.....	102
04. Resumo dos títulos que incluem verbos.....	107
05. Perfil geral dos títulos.....	108
06. Distribuição das descrições em relação aos determinantes.....	119
07. Distribuição das descrições simples e descrições modificadas.....	119
08. Distribuição das descrições modificadas.....	119
09. Distribuição dos modificadores relativos.....	119
10. Distribuição das descrições em relação aos determinantes.....	121
11. Distribuição das descrições simples e descrições modificadas.....	121
12. Distribuição das descrições modificadas.....	122
13. Distribuição dos modificadores relativos.....	125

ANEXOS:

01: Títulos e subtítulos das 150 reportagens.....	198
02: <i>Só para os maiores</i> : Reportagem de <i>Veja</i>	209
03: <i>Aliança global</i> : Reportagem de <i>Época</i>	212
04: <i>A revolução silenciosa</i> : Reportagem de <i>Época</i>	216

INTRODUÇÃO

Por veicular grande volume de informações, o texto jornalístico baliza os leitores na tomada de decisões práticas no seu cotidiano: através dele conhecem os fatos, fazem julgamentos e até mesmo decidem prioridades em projetos pessoais ou financeiros. Essa transmissão das informações pressupõe a relação da linguagem com a realidade – a referência; no entanto, as expressões lingüísticas, ao se referirem às coisas no mundo, prestam-se a outros usos. É preciso descobrir quais são, como e por que se manifestam. A hipótese é a de que as expressões referenciais também sejam fonte de informação e de argumentação, isto é, que, à sua dimensão referencial, sobreponha-se uma dimensão informativa e argumentativa.

Essa questão motiva o presente estudo a abordar, na reportagem sobre economia em magazines de informação geral, esses dois aspectos simultaneamente envolvidos na relação de referência, isto é, entre as expressões nominais da linguagem e os objetos/seres do mundo: a informação e a argumentação. Propõe apresentar as descrições definidas como ponto crítico que favorece a manifestação dessa característica nas expressões referenciais na linguagem desse gênero de jornalismo, cuja formatação é geralmente relacionada, na origem, ao magazine americano *Time*. A análise da configuração e do uso dessas expressões lingüísticas possibilita compreender em que medida a informação contribui para identificar os referentes e, até que ponto, ou em que circunstâncias, faz com que acumulem potencial argumentativo. Significa admitir que a relação de referência é atravessada pela manifestação simultânea das outras duas dimensões: a informativa e a argumentativa.

Bühler (1934), Jakobson (1960) e Halliday (1970)¹ denominam, respectivamente, de representacional, referencial e ideacional a função que relaciona a linguagem à realidade. Tal função se ampara no uso das expressões referenciais para identificar os seres/objetos no mundo - uso referencial. Não falam de uma função informativa ou argumentativa. Mas ficaria difícil negar que através da linguagem se transmitem conhecimentos (informações) ao interlocutor e se tenta persuadi-lo sobre determinados pontos de vista (argumentação). Assim como a função representacional da linguagem se ampara na dimensão referencial dessas expressões, a função informativa e argumentativa da linguagem também deve manifestar-se, respectivamente, a partir de uma dimensão informativa e argumentativa inscrita nas mesmas expressões. A relação entre informação e argumentação pode, portanto, ser abordada no nível das expressões referenciais. A hipótese implica questionar que a indicação de referentes seja o

¹ São as datas dos textos originais de cada um dos autores. Ao longo do presente estudo, entretanto, consultaram-se, Bühler (1979), Jakobson (1988) e Halliday (1976).

uso exclusivo das descrições definidas, ou asseverar que sua nomeação como expressões referenciais oculta outras funções, tão ou eventualmente mais importantes para os objetivos do discurso.

Assim, pretende-se apontar, através de exemplos buscados nas reportagens, que tais expressões contribuem com a informação por constituírem espaço privilegiado para representar conceitos e condensar conhecimentos sobre o referente que representam; ao mesmo tempo, nelas se embute a argumentação através da relevância atribuída a certas caracterizações desse mesmo referente. A escolha do adjetivo serve como exemplo: para indicar o referente, é preciso informar, muitas vezes, uma de suas características; mas a presença desse adjetivo indica, ao mesmo tempo, que determinada característica foi considerada relevante, significando que outras foram marginalizadas. Raciocínio parecido se aplica até mesmo à indicação dos referentes apenas através de nome genérico (sem auxílio de modificador): representá-los assim é, ainda, eleger determinada ótica, mesmo que a intenção seja a de pura referência.

Diante disso, um dos objetivos do presente estudo é ampliar a compreensão do uso das descrições definidas, atribuindo-lhes o uso informativo e argumentativo a partir dos sentidos implicados nas palavras que compõem essas expressões. Por se tratar de fenômeno multifacetado, propõe-se abordá-lo na interface entre semântica e pragmática, com apoio na retórica e na teoria da relevância. O estatuto da informação não se vincula, necessariamente, a um conceito técnico ou teoria específica: predomina sua compreensão em termos de conhecimentos veiculados pelas (e nas) expressões referenciais. A preferência pelo jornalismo impresso deve-se a que ali se manifesta, mais intensamente, a relação (ou o impasse) entre informação e argumentação na atribuição da referência.

A reportagem dos magazines parece o gênero mais apropriado para essa análise: apresenta características informativas da notícia e, ao mesmo tempo, argumentativas do ensaio ou comentário, por se prestar à interpretação dos fatos (ou versões) que veicula. As descrições definidas que nela aparecem devem contribuir, em níveis inferiores ao enunciado, para a caracterização híbrida desse gênero jornalístico: veiculam informação ao se reportarem aos objetos/seres referidos, mas, ao mesmo tempo, podem constituir fonte de argumentação pelos diferentes conceitos que ativam na mente do leitor. Confirmada essa hipótese, atinge-se outro objetivo do presente estudo: propor as descrições definidas como parâmetro lingüístico capaz de caracterizar os gêneros jornalísticos em termos de predominância da informação ou da argumentação.

Não se trata de condenar a reportagem por apresentar características argumentativas teoricamente permitidas ao texto opinativo e censuradas ao informativo. Muito menos, de prescrever normas para que se inclua apenas no último. Trata-se, antes, de trazer à tona uma característica das expressões nominais dessa linguagem, responsáveis por um viés difícil de contornar em qualquer uso de expressões lingüísticas: como fazer referência aos objetos, entidades e relações no mundo, indicando a que realidade ou circunstância dela se está referindo e informando o que é relevante, sem escolher uma locução cujos componentes (determinante, nome, modificador) denunciem, através dos sentidos implicados, determinada posição ou tendam a persuadir o interlocutor a concordar com o ângulo de abordagem privilegiado? As descrições definidas representam uma das configurações lingüísticas que mais evidenciam essa dificuldade.

O estudo começa pela apreciação das características do jornalismo impresso; em particular, aquele dos magazines de informação geral. Discute-se a reportagem na sua relação com o jornalismo informativo, interpretativo e opinativo. Além disso, apresentam-se algumas características peculiares às expressões referenciais na linguagem das reportagens sobre assuntos de ordem econômica. Essas diversas caracterizações procuram explicar as delimitações efetivadas para a realização do presente estudo e demonstrar sua necessidade em face dos objetivos que pretende atingir.

O segundo capítulo, de caráter predominantemente teórico, aborda questões relativas à referência e, por extensão, às descrições definidas. Passa por considerações de ordem semântica e pragmática envolvidas no uso dessas expressões nominais - entre elas, o contexto e o princípio da relevância. Além disso, questões relativas à indeterminação também são abordadas: o êxito da comunicação depende da coincidência (a mais próxima possível) entre o significado pretendido pelo autor e aquele atribuído pelo leitor. O capítulo pretende sustentar a necessária concorrência de processos semânticos, pragmáticos, retóricos e comunicativos para interpretação das descrições definidas em sua dimensão referencial, simultaneamente atravessada pelas dimensões informativa e argumentativa.

Com base nesses pressupostos teóricos fundamentados na interface entre semântica e pragmática, com apoio na retórica e na teoria da relevância, apresenta-se como alternativa às abordagens mais correntes sobre o uso das descrições definidas - o referencial, o atributivo e o genérico - a abordagem em termos de predominância: quando do uso referencial destas expressões é posta em relevo ou marginalizada a dimensão informativa ou argumentativa, sem que uma delas seja extinta por completo. Pretende-se apontar essa característica das

descrições definidas como um dos fatores responsáveis pelo potencial híbrido da reportagem e, portanto, como alternativa teórico-metodológica em que apoiar confrontações entre diversos gêneros jornalísticos.

A organização de quadros estatísticos quantifica uma ou outra relação de frequência: compara, por exemplo, a frequência das descrições definidas com a das indefinidas ou com aquelas descrições sem determinante; ou, então, confronta aquelas que têm modificador restritivo ou qualificativo com aquelas que não o apresentam. Esses dados – apresentados em dois capítulos - ilustram a representatividade das descrições definidas em relação às demais expressões referenciais e situam, umas em relação às outras, as categorias analíticas criadas no interior das expressões referenciais. Permitem, além disso, algumas considerações em termos de conteúdos predominantes nas reportagens.

Os exemplos e as análises sobre a dimensão informativa e argumentativa das descrições definidas, bem como do domínio de uma sobre outra, são apresentados em dois capítulos de natureza predominantemente qualitativa. Dada à natureza dos dados, o estudo argumenta² a favor da ampliação da abordagem do uso das descrições definidas, comentando e ilustrando a dimensão predominante (informativa ou argumentativa) através da comparação entre diferentes expressões referenciais inseridas em enunciados extraídos das reportagens sobre economia. A distribuição das descrições definidas em categorias analíticas, de acordo com sua configuração lingüística, permite confrontá-las através de enunciados que, em sua ordenação, ilustram o percurso que vai desde o domínio do informativo até chegar ao argumentativo. Parece a alternativa viável para ilustrar a compreensão dessa predominância.

Foi necessário dar atenção à estrutura ou configuração lingüística das descrições definidas porque dela pode depender o potencial informativo ou argumentativo: a presença ou não do determinante definido, a presença ou não de um modificador ao lado do nome, a disposição do modificador antes ou depois do nome são informativa e argumentativamente significativos. Restringir a análise apenas ao potencial do determinante definido daria conta de apenas um dos aspectos. Assim, foram selecionadas expressões referenciais com as três configurações, de modo a facilitar a comparação. Esse encaminhamento metodológico deve dar suporte à tese proposta, sem necessidade de pesquisa de campo, que poderia constituir etapa posterior, voltada à confirmação empírica.

² Enquanto a demonstração apenas admite respostas do tipo sim ou não, o processo argumentativo permite um espectro de respostas possíveis, dentre as quais uma é favorecida pelas asserções apresentadas. A argumentação visa angariar a adesão do auditório à tese proposta enquanto não se pode pretender o sucesso de uma

Com os dados, análises e comentários que apresenta, o estudo se pretende adequado para evidenciar a tese de que, no uso referencial das descrições definidas, manifesta-se conjuntamente a dimensão informativa e argumentativa. Procura-se descrever como e por que as expressões referenciais assim se caracterizam nas reportagens sobre economia em magazines de informação geral. Contribui para o estudo da linguagem jornalística ao apontá-las, ao lado dos verbos, como situações propícias à manifestação paradoxal das expressões referenciais na linguagem em uso: informação, por um lado, e argumentação, por outro. A partir dos diversos pontos levantados, podem-se conduzir novas e necessárias pesquisas que auxiliem a descrever com parâmetros cada vez mais precisos outros aspectos da linguagem jornalística que apresenta diferentes características dependendo do gênero, do veículo de comunicação e de estimativas sobre o público-alvo. Por isso, é necessário estabelecer delimitações quando se pretende analisá-la.

1.1: O texto jornalístico

O texto jornalístico encobre amplo espectro que vai desde aquele que aparece nos jornais e revistas até o que circula nas páginas de abertura temática na Internet e nos meios audiovisuais, para ser lido no rádio ou na TV. Este último, geralmente com frases mais curtas, preocupa-se em transmitir informações; quando é o caso, busca estruturas que auxiliem a expressão oral. O texto dos jornais ou revistas, como permite remissões, presta-se à leitura silenciosa, não a exige em tempo pré-determinado e pode aprofundar detalhes sobre as informações. O texto para a TV conta com o recurso da imagem simultânea: esta, mais do que complementar, na verdade constitui o texto. A imagem prevalece sobre as palavras. O texto impresso apresenta – salvo nas revistas ilustradas (de jardinagem ou de arquitetura, por exemplo), em que há ostensivo predomínio da fotografia ou desenho - ilustrações como suplemento; mas estas não têm o mesmo peso da imagem. O verbal é o mais significativo: a referência, a informação e o argumento dependem das palavras.

Beltrão (1992) fala de *jornalismo extensivo* e *intensivo*. O primeiro predomina nos meios audiovisuais, com ênfase na informação e na notícia: devido ao fator tempo, ao ritmo, à não-remissão e, mesmo, ao patrocínio comercial, não se permitiriam análises mais aprofundadas das informações. Com exceção dos “cadernos especiais” (ou de domingo), das eventuais “reportagens especiais” e das três ou quatro páginas em que aparecem os editoriais,

demonstração “se ela não convencer claramente e sem ambigüidade o auditório. Argumentos dão suporte, mas demonstrações provam. É tudo ou nada na demonstração”. (Goldberg, 1996, p.12-13).

artigos e colunas, também caracteriza o jornal (impresso) de circulação diária. O jornalismo intensivo, por sua vez, é “exercido à base de reflexão: os seus assuntos e as suas matérias são escolhidas; as informações devem ser o mais possível completas, retificadas e analisadas. Sem afastar-se dos fatos correntes, neles busca aspectos que, por não serem tão facilmente registráveis, nem por isso se devem considerar menos importantes”. (p.84). Os documentários em vídeo ou filme, que não constituem programação habitual na TV aberta ou nas salas de cinema convencionais, bem como as reportagens das revistas, produzidas em tempo hábil, amparadas em pesquisas e entrevistas incluem-se nessa categoria. Villas Boas (1996), em estudo sobre o estilo magazine, diz que a reportagem é seu produto principal e a interpretação uma de suas características básicas: “jornalismo interpretativo é o esforço de determinar o sentido de um fato, por meio da rede de forças que atuam nele” (p.77).

Assim, o próprio texto jornalístico impresso deve ser duplamente caracterizado: diferentemente dos jornais, aquele das revistas semanais ou quinzenais apresenta linguagem e articulação específicas: é produzido com mais tempo e não previsto para leitura imediata ou diária. Pode-se dizer, de acordo com Bell (1991), que, enquanto nos jornais predominam as *hard news* – matérias sobre eventos atuais, importantes ou de impacto (acidentes, crimes, conflitos etc...), os magazines se caracterizam pelas chamadas *soft news* – matérias analíticas ou interessantes, em que o imediatismo é menos relevante.

Mesmo as revistas – excluídas, aqui, as publicações técnico-científicas - apresentam características próprias: existem aquelas especializadas (em função do público-alvo ou dos conteúdos), os magazines ilustrados, em que as fotos atuam como elemento de atração que o texto meramente acompanha – por exemplo, publicações eróticas, sobre turismo, as antigas *Life*, *Stern* ou *Manchete* - e os magazines de informação geral (geralmente semanais). Os últimos destinam-se a público mais amplo e sua tiragem é maior. Como o próprio nome o diz, apresentam reportagens sobre os mais diversos assuntos. Acompanham e aprofundam os principais fatos noticiados na semana, objetivando auxiliar (ou guiar) o leitor em sua interpretação. Circulam entre a classe média e alta e podem ser considerados formadores de opinião. Algumas vezes, apresentam reportagens que podem desencadear investigações oficiais e/ou repercutir nos outros meios de informação jornalística.

1.2. Espaço da reportagem entre os gêneros jornalísticos

Não parece haver consenso entre diversos autores sobre os gêneros jornalísticos. A origem parece estar na compreensão de conceitos como informação, interpretação, opinião

e na possibilidade de restringir a tarefa jornalística a uma ou outra. Erbolato (1991) diz que há muita confusão entre interpretar, observar e opinar: “A *interpretação* é superdefinição. A *observação* significa descrição dos fatos. A *opinião* dá idéias, apoiadas em conclusões pessoais, a respeito dos mesmos fatos. A observação, a interpretação e a opinião são partes legítimas da reportagem em profundidade”. (p.37). Essas três dimensões, entretanto, não parecem manifestar-se na mesma intensidade em todos os gêneros. A reportagem privilegia as duas primeiras, mas não se isenta de propor (embora implicitamente) sua opinião através do ângulo de abordagem escolhido, dos fatos que merecem relevância e, em nível lingüístico, das expressões que escolhe para estabelecer a referência.

Ainda de acordo com Erbolato (1991), “os meios de comunicação de massa se destinam, fundamentalmente, a informar, a influir (ou persuadir) e a divertir. (...) Assim, o jornalismo poderia ser dividido em quatro categorias: *informativo*, *interpretativo*, *opinativo* e *diversional*. (p.30). A respeito da interpretação, assim se pronuncia: “o jornalismo moderno se encarrega não só de noticiar os fatos e as teorias, mas proporciona ainda ao leitor uma explicação sobre eles, interpretando e mostrando seus antecedentes e suas perspectivas” (p.33). As características atribuídas à reportagem não só permitem situá-la nesta categoria como a elegem o gênero mais representativo do jornalismo moderno.

Distribuição semelhante aparece em Vizuet (2000): o autor divide os gêneros jornalísticos em três grandes blocos: *gêneros informativos*, *gêneros interpretativos* e *gêneros de opinião*. Entre os interpretativos, inclui a crônica, a entrevista e a reportagem, com maior atenção à última: “Diferentemente da informação estrita e direta, a reportagem indaga, descreve, explica, relata, interpreta e compara” (p.89). Procura, portanto, explicar as causas de um fato, situá-lo no contexto em que foi ou está sendo gerado e, além disso, apontar suas possíveis conseqüências. Entretanto, ao analisar as informações para que o leitor possa compreendê-las melhor e, ao mesmo tempo, facilitar a tarefa de leitura, corre o risco de privilegiar determinado ponto de vista pelo conteúdo das expressões referenciais com que identifica os fatos, os agentes ou as instituições.

A reportagem apresenta-se como gênero híbrido em que a informação, interpretação e argumentação se mesclam: informa sobre os fatos, propõe facilitar a compreensão através da sua contextualização à luz de antecedentes e de possíveis conseqüências e, ao mesmo tempo, ou por isso mesmo, apresenta argumentos que sustentem suas análises a favor da perspectiva selecionada. A natureza estruturalmente secundária ou oblíqua da argumentação facilita sua concentração nos sintagmas nominais, via escolha de designações genéricas ou

qualificações, o que se acentua, ou parece mais evidente, no caso dos magazines de informação geral.

Marques (1985) inclui a reportagem, junto com a nota, a notícia e a entrevista, no que chama de *jornalismo informativo*; editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta entre o *jornalismo opinativo*. De acordo com o autor, o comentário “explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas conseqüências. Nem sempre o comentarista emite opinião explícita. Seu julgamento é percebido pelo raciocínio que utiliza, pelos rumos da sua argumentação” (p.87). E o ensaio apóia sua argumentação “em fontes que se legitimam pela sua credibilidade documental, permitindo a confirmação das idéias defendidas pelo autor” (p.93).

Para os autores acima apontados, a reportagem, embora não oficialmente opinativa, vai além de explicar as notícias em suas circunstâncias e conseqüências: propõe uma tese e os parágrafos apresentam documentações (provas) a seu favor.³ A observação da tese (em algumas revistas anunciada em subtítulo) e das frases iniciais (tópicos) de cada um dos parágrafos permite compreender essa estrutura argumentativa. A documentação que vem em defesa da tese constituiria o material informativo, mas, ainda assim, selecionado, com a eventual supressão do contraditório. A reportagem estaria, portanto, tão próxima do comentário quanto do ensaio, exibindo características de ambos.

Quando se considera o conteúdo informativo dos primeiros cadernos dos jornais diários, a reportagem pode dar a impressão de que não passaria de notícia mais aprofundada⁴. Para Marques (1985), “a *notícia* é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A *reportagem* é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (p.49). Muniz e Ferrari (1986) também admitem que “a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que seu teor seja predominantemente informativo” (p.18). Mesmo nestes autores, em que se pode observar uma certa “reserva” em relação ao caráter interpretativo da reportagem, ainda assim ele transparece: “alterações percebidas pela instituição jornalística” e “detalhamento e contextualização”. Existe a

³ Será visto, no capítulo IV, como os parágrafos se organizam, em regra, a partir de um tópico frasal ou sentença-tópico enunciados em sua abertura; seu desenvolvimento é a seleção e apresentação de dados que venham corroborá-lo.

⁴ Bonnini (1999), em tese de Doutorado sobre o conhecimento dos jornalistas a respeito de cinco gêneros textuais, não inclui entre eles a reportagem. É possível que sua compreensão deste gênero jornalístico não vá além de “notícia ampliada”. O autor não apresenta as razões que o levaram a deixá-la de fora.

preocupação em tornar a informação acessível ao leitor, ajudando-o a entender os contornos e os efeitos que determinados fatos podem assumir.

Assim, segundo Bahia (1990), “o salto da notícia para a reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação – em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota – e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética” (p.49). Pode-se dizer que a notícia apenas objetiva “informar” sobre um fato acontecido ou que está acontecendo, ao passo que, “dentro de um assunto tratado, a reportagem de revista repercute um ponto de vista genérico, que poderíamos chamar de tendência. Mas de forma velada” (Villas Boas, 1996, p.41).

A característica predominante desse gênero jornalístico seria, portanto, interpretação⁵: por um lado, diferencia-se da notícia (informação) porque, no lugar de apenas levar ao conhecimento público determinado fato, de preferência em primeira mão (como o fazem o rádio, a TV e os jornais diários), aborda o assunto a partir de um ou mais ângulos. Geralmente resulta da coleta de material volumoso, oriundo de pesquisas ou investigações que, após análise e triagem, são transformados no texto final. Por outro, diferencia-se do artigo ou editorial (opinião) porque não torna explícito um juízo próprio sobre o assunto abordado; salvo a leitura dos fatos, em que pode interferir (em maior ou menor grau) a subjetividade do observador, tenciona descrevê-los em diversos aspectos para o leitor formular sua própria opinião, baseado nos subsídios que o texto apresenta.

Mas, se a reportagem apresenta estas diferenças em relação àqueles gêneros, ao mesmo tempo se aproxima deles. Da notícia toma emprestado o caráter informativo porque acrescenta dados que a exigência de imediatismo não permitiu veicular; do artigo ou editorial, a emissão de opinião (embora velada), pelo ângulo de abordagem⁶ que privilegia e pela seleção das documentações em que se ampara. Pode, portanto, ser considerada gênero intermediário entre a notícia e o artigo: aquela se caracteriza pelo “relato de deslocamentos, transformações ou enunciações observáveis no mundo e consideradas de interesse para o público” (Lage, 1987, p.30); este, por sua natureza opinativa, dependente do interesse ou da experiência do articulista.

Toda essa caracterização da reportagem leva a considerá-la um gênero híbrido: apresenta características argumentativas do ensaio e do comentário; apresenta o caráter

⁵ “Não se pode dizer onde se situa o trabalho de *interpretar*, entre as funções de informação de um lado e as da editoração de outro. Todo jornalista capaz, ao interpretar, usa tanto a técnica da reportagem como a da redação dos editoriais, sem que o resultado seja uma reportagem meramente informativa ou um artigo de fundo”. (Erbolato, 1991, p.36)

⁶ “A reportagem não cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, mas do levantamento de um assunto conforme ângulo pré-estabelecido. (...) A reportagem essencialmente interpretativa está a um passo do artigo...” (Lage, 1987, p.47-48).

informativo da notícia, mas não se restringe a ele. O leitor não tem acesso àqueles dados que foram excluídos, nem às possibilidades referenciais preteridas. Ao selecionar o ângulo de abordagem, o texto representa os fatos na ótica pré-determinada, valorizando alguns aspectos. “O fato de selecionar certos elementos e de apresentá-los ao auditório já implica a importância e a pertinência deles no debate. Isso porque semelhante escolha confere a esses elementos uma *presença*, que é um fator essencial da argumentação, por demais menosprezado, aliás, nas concepções racionalistas do raciocínio” (Perelman, 1999, p.132). A reportagem, portanto, também apresenta potencial de argumentação, embora em nível diferente do texto opinativo. De modo geral, a interpretação existe quando se propõem fatos relacionados (causa/coincidência, semelhança/igualdade) sem explicitar essas relações, de modo que o leitor possa entender o enunciado de várias maneiras. Já diante da opinião expressa, resta apenas ao leitor concordar ou não – aceitar ou rejeitar.

Dado o tempo e os recursos disponíveis para produzir a reportagem, há condições de dar relevo a determinadas noções; com isso, sufocam-se outras que deixam de figurar ou figuram apenas marginalmente. “Assim, o que está presente na consciência adquire uma importância que a prática e a teoria da argumentação devem levar em conta” (Perelman, 1999, p.132). A reportagem dificilmente consegue fugir desse jogo entre relevância e sufocamento: é o gênero jornalístico em que mais se manifesta a necessidade seletiva do material que chega à redação. “Em tese, uma revista tem obrigação de acompanhar o fato e ir além dele. Tem de municiar o leitor com informações sobre o que tal fato está indicando, que tipo de mudanças e o que ele realmente significa” (Villas Boas, 1996, p.74). Essa seletividade também deve manifestar-se no momento da redação final ao se proporem as expressões mais adequadas para indicar os referentes. Numa das reportagens, por exemplo, o então presidente da Argentina é identificado como *o fanfarrão arrependido*: deve ter havido alguma razão para utilizar essa expressão e não outras.

Com maior ou menor intensidade, a reportagem aponta para uma categoria jornalística que se preocupa em ir além da mera descrição dos fatos, desdobrando-os em suas causas e conseqüências. Apresentar as informações e explicar o que elas significam seriam os subsídios fornecidos ao leitor para que ele tire suas próprias conclusões a respeito dos fatos abordados. A tarefa desse gênero textual, entretanto, nem sempre se resume a isso; transparece, por vezes, a preocupação argumentativa, até por imposição dos fatos ou da versão a ser publicada; a linha tênue entre a argumentação inevitável (resultante, por exemplo, de constatação científica) e a argumentação tendenciosa (servindo a interesses ou paixões)

difícilmente se evidencia ao leitor e, mesmo, ao analista. Por princípio, toda reportagem seria produzida para auxiliar o público a melhor conhecer determinado fato, apontando os fatores que nele interferem e que implicações pode trazer. É o que se espera dela – uma expectativa de natureza ética.

1.2.1. A reportagem sobre assuntos econômicos

As reportagens sobre assuntos mais técnicos como ciência e economia, por exemplo – assuntos geralmente de compreensão difícil para auditório não especializado – mais ainda exigem essa qualidade do texto: em linguagem acessível, aprofundar e analisar as informações já veiculadas no jornal, rádio ou TV, permitindo ao leitor identificar e compreender possíveis contornos políticos e sociais neles implicados. A área econômica parece sobressair-se porque interfere mais direta e imediatamente na vida diária: “a desordem monetária, que desde 1972 vem destruindo moedas nacionais e solapando a cultura do dólar, fez da economia o núcleo temático do noticiário jornalístico deste final de século, deslocando conflitos políticos para um segundo plano” (Kucinski, 1996, p.14). Acresce que a economia, mesmo na área acadêmica, apresenta linhas e tendências conflitantes (estruturalistas, monetaristas etc), que se traduzem em avaliações distintas para os mesmos fenômenos.

Sabe-se que as redações de jornal ou revista geralmente distribuem os repórteres (e também as reportagens) por áreas especializadas: política, economia, ciência e tecnologia, entre outras. Embora a forma de elaboração independa do conteúdo abordado, a linguagem de cada área – principalmente através do léxico – deve apresentar características peculiares. A reportagem procura superar o jargão de uma área especializada, mas a transposição dos termos técnicos para um nível mais acessível ao leitor médio ainda deve continuar vinculada à área técnica de origem.

Mesmo que as reportagens sejam distribuídas por diferentes editoriais - o que pressupõe e sugere a possibilidade de auditórios particulares - a transposição para uma linguagem mais acessível é indício de que estaria dirigida a um auditório universal em oposição a um auditório especializado ou interlocutor único. Como o interesse pelos assuntos é seletivo, a reportagem dirige-se, sempre, a parte do conjunto de leitores, embora, por vezes, utilize argumentos pretensamente sempre válidos⁷ (as leis do mercado, por exemplo): “uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo

⁷ Perelman (1999), admitindo a dificuldade de determinar um auditório - principalmente quando se trata do texto escrito - prefere defini-lo como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. (p.22).

das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas” (Perelman, 1999, p.35).

A reportagem impressa sobre assuntos de ordem econômica parece situada nessa confluência (paradoxal) entre auditórios: embora com argumentos universalmente válidos, deve satisfazer um conjunto de leitores potenciais interessados nos assuntos da área – auditório especializado. Veicula um tipo de conteúdo que não figura entre os mais procurados pelo leitor⁸. Nas revistas, na seção de cartas, poucas lhes dizem respeito. Salvo em momentos de crise, a economia, assim como a política nacional ou internacional, alinha-se entre os assuntos de “prestígio” na edição jornalística, em oposição a matérias sobre comportamento ou fatos policiais, que são assuntos “de venda” porque despertam o interesse de público mais amplo.

Outra característica da reportagem sobre economia está na sua vinculação estreita a questões das outras áreas: geralmente o conteúdo abordado tem origem ou repercute na esfera da política, da assistência social, da educação, dos avanços tecnológicos e científicos. Parece um tipo de reportagem bastante representativo: atinge diversos setores, simultaneamente. Exige o trabalho do repórter em, de certa forma, “traduzir” a linguagem técnica numa forma mais acessível ao público leitor, sem superficializar ou descaracterizar a informação. A linguagem técnica se pretende precisa, com seus termos bem especificados, definidos em termos de condições necessárias e suficientes (conforme Aristóteles). Nesse sentido, daria pouca margem ao implícito. A reportagem, no entanto, vai refletir o nível de leitura do texto-fonte e, em consequência, pode relevar, intencionalmente ou não, aspectos que, do ponto de vista da fonte original, seriam apenas secundários: nas expressões referenciais pode manifestar-se essa questão.

Em suma, a reportagem sobre economia deve apresentar características peculiares em sua linguagem, principalmente porque substitui, pelo menos em parte, a terminologia técnica por expressões menos especializadas. Pode-se dizer que faz a transposição do “economês culto” para o “economês vulgar”. Nesse processamento, ao substituir um termo tecnicamente preciso por descrições que julga acessíveis ao leitor não especializado, abre margem, pela seleção do léxico que vai constituir-las, a orientar as inferências do leitor na perspectiva prevista. Essa transposição dos termos técnicos, específicos do jargão dos economistas, para a linguagem mais comum (geralmente através de locuções) pode representar uma solução ou

⁸Estudo realizado por Dittrich (1994) entre estudantes de 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio tem indicado que é uma das áreas menos lidas e menos abordadas em sala de aula.

uma cilada: “O desafio de traduzir processos econômicos complexos em linguagem acessível ainda não foi vencido, seja por que os processos econômicos se definem num outro plano que não o do saber convencional, seja devido à sua instrumentalização ideológica crescente” (Kucinski, 1996, p.14). A instrumentação ideológica manifesta-se de muitas maneiras. É graças a ela que os preços, há muito, deixaram de “aumentar”; “reajustam-se”. Conquistas sociais tornaram-se “privilégios”, as empresas estrangeiras passaram a ser chamadas de “internacionais”, o capital importador de “poupança externa” etc. – isso não apenas nos meios jornalísticos, mas também nos centros de poder e na academia. Soma-se ao conjunto de pressões e forças conjunturais a dificuldade lingüística de transmitir a informação.

Parece, assim, que a reportagem sobre assuntos econômicos, na medida em que informa sobre os fatos e ao mesmo tempo procura torná-los acessíveis através de linguagem não especializada, ocupa lugar particular entre as demais. As reportagens nessa área podem apresentar descrições definidas, semanticamente vagas ou abrangentes e estruturalmente complexas. Por exemplo: *o plano de estabilização econômica, a política tributária, o sistema de expansão do crédito ao consumidor de baixa renda, as medidas indexadoras* etc. Embora frequentes nesse tipo de texto, tais expressões podem dificultar a leitura porque não aparecem na linguagem do dia-a-dia. E não parece tarefa tão simples encontrar ou delimitar seu referente.

1.3. Descrições definidas: na referência, convergem informação e argumentação

A reportagem transita entre a necessidade de conciliar a compreensão (indicação precisa dos referentes) com a informação (apresentação do que é relevante e ainda não conhecido pelo leitor) e com a argumentação (sustentar em documentos os fatos ou as versões). Essa tarefa passa pela informação inscrita no conteúdo das expressões referenciais. Comparem-se os enunciados:

- 1) No Rio Grande do Sul, já foram lançadas *as primeiras sementes de trigo* para a próxima safra de verão.
- 2) No Rio Grande do Sul, já foram lançadas *as primeiras sementes transgênicas de trigo* para a próxima safra de verão.
- 3) No Rio Grande do Sul, já foram lançadas *as controvertidas sementes transgênicas de trigo* para a próximas safra de verão.

Por que ambientalistas, nutricionistas ou ecologistas reagiriam diferentemente diante dos três enunciados? Por que, ao lerem o enunciado (1), não se oporiam ao fato de lançar as primeiras sementes? Porque a informação acrescentada na descrição grifada em (2) projeta-se sobre o conteúdo do enunciado: ajuda a delimitar o referente, mas também ativa diferentes suposições na memória do interlocutor. A informação acrescentada sobre o referente em (3) não é necessária para delimitá-lo: representa um ponto de vista da reportagem sobre o referente. No lugar de *controvertida*, a semente também poderia ser caracterizada como *extraordinária* ou *resistente*, por exemplo. Isso ilustra em que medida a informação e a argumentação aparecem inscritas nas descrições definidas e, portanto, que estas expressões podem ser utilizadas como nível analítico para abordar, no processo de referência, a relação entre o informar e o argumentar.

Da interação entre esses mecanismos pautados na forma linguística das expressões referenciais resulta o caráter interpretativo da reportagem, conciliando as tarefas de informar e argumentar. Para se tornar compreensível e para representar as informações que assessoram os argumentos em que se sustenta o ângulo de abordagem selecionado, precisa utilizar um léxico adequado que facilite a identificação dos referentes. Se a informação é entendida como o conteúdo desconhecido do leitor e sendo ela inversamente proporcional ao grau de previsibilidade, supõe-se que o texto vá apoiar sua estrutura argumentativa em dados solidamente pesquisados e ainda, presumivelmente, desconhecidos ou esquecidos pelos virtuais leitores da seção sobre assuntos econômicos.

A reportagem, além do título, apresenta, freqüentemente⁹, subtítulo explicitando o ângulo de abordagem privilegiado no desenvolvimento: esse subtítulo (quando existe) pode acabar sendo uma espécie de tese que o texto procura sustentar. Cada parágrafo constitui-se de um tópico de abertura que faz determinada afirmação e seu desenvolvimento constitui-se na arrolagem de dados que a sustentem: “nos magazines de informação geral, o texto é organizado em tópicos frasais e documentações. Trata-se de abordar o assunto, não o fato” (Villas Boas, 1996, p.72). Os fatos são apresentados para corroborar as afirmações enunciadas: o método é, pois, dedutivo na estrutura dos parágrafos; raramente se encontram construções indutivas ou com tópicos pressupostos.

Incluídas nesses enunciados que compõem tanto o tópico quanto as documentações, estão as expressões referenciais que representam objetos, relações ou mesmo conceitos. Entre aquelas de natureza nominal, predominam as descrições definidas: indicam os referentes -

⁹ Todas as reportagens utilizadas para o presente estudo apresentam subtítulo.

atribuindo-lhes caráter de unicidade e existência – mas também condensam informações e contribuem com a linha argumentativa do texto através dos sentidos implicados em seu léxico e, por consequência, dos prováveis conceitos que podem ativar na memória do leitor. Com todas essas interferências, merecem atenção redobrada quando a reportagem está sendo produzida. O presente estudo pretende contribuir nesse sentido, descrevendo a característica multifacetária dessas expressões.

Partindo do texto jornalístico em geral até chegar a uma de suas características microestruturais (as descrições definidas) passou-se pelo texto impresso, o texto da revista, a reportagem e a reportagem sobre economia a fim de subsidiar a necessidade da delimitação do objeto que se pretende abordar: o uso das descrições definidas na reportagem sobre economia em magazines de informação geral: referência, informação e argumentação. O estudo examina como e quando os dois últimos usos interagem ou predominam na relação de referência. Além disso, aponta as razões pelas quais as descrições definidas representam uma das configurações lingüísticas que favorecem (ou dificultam) o equilíbrio entre a linguagem precisa e acessível - sem emissão de julgamentos – quando se apresenta a informação relevante.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para possibilitar a análise de qualquer texto há necessidade prévia de estabelecer parâmetros. Um estudo que pretende analisar a linguagem de um gênero de texto deve, então, especificar os critérios analíticos e descritivos em que se apóia. Tratando-se de texto jornalístico, deve buscar algum aspecto que seja, pelo menos por hipótese, representativo. E entre esses aspectos, parece figurar a referência porque “a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si”. (Lage, 1993, p.39). Aceito esse princípio, torna-se válido investigar até que ponto a relação entre a linguagem e o mundo está sujeita às interferências da informação sobre o mundo e de quem a produz. A relação de referência – entre a expressão lingüística e a coisa no mundo a que ela se refere - passa pelas representações do jornalista. Paralelamente à função de indicar o referente, as expressões referenciais representariam informação e apresentariam outros aspectos vinculados à sua avaliação e aos objetivos de quem as utiliza.

Partindo da hipótese de que essa utilização da linguagem para falar das coisas no mundo é mais complexa do que parece à primeira vista, apresenta-se como alternativa ampliar a noção de referência, ou melhor, do uso das expressões referenciais. Mesmo quando não se trata de texto especificamente jornalístico, “é essencial para a análise dos textos concretos (escritos ou falados) uma compreensão do modo como a referência opera no comportamento lingüístico”. (Lyons, 1980, p.163). O autor parece pressentir de que o uso das expressões referenciais para indicar determinado referente é apenas um dos aspectos; restringi-las a este seria redutor. No uso das expressões referenciais deveria existir algo a mais do que a simples indicação do referente e, portanto, o fenômeno necessitaria de compreensão mais ampla. Na mesma página, entretanto, volta a assumir uma visão segmentada, ao propor que filósofos e lingüistas têm atribuições diferenciadas na abordagem da referência: “O lingüista pode contribuir para o estudo da referência descrevendo as estruturas gramaticais e os processos fornecidos pelos sistemas lingüísticos particulares para fazer referência a indivíduos e a grupos de indivíduos”. (Lyons, 1980, p.163). Visão mais ampla da referência pressupõe, no entanto, investigar que outros aspectos, além da indicação do referente, estão envolvidos no uso dessas “estruturas gramaticais” e nos “processos” que permitem ao homem falar das coisas no mundo através de determinado sistema lingüístico. O presente estudo propõe essa tarefa.

Carnap (1956) estende seu método de análise do significado semântico a todas aquelas expressões que ele chama *designadores*: expressões individuais, sentenças declarativas e predicadores (p.01). Dentre estes *designadores*, o presente estudo restringe-se apenas aos primeiros. Com isso, perde em termos de explicação geral, mas ganha na clareza sobre qual estrutura lingüística (*designador*) está sendo considerada: a relação entre uma expressão individual (nome ou sintagma) e o objeto a que se refere não parece a mesma que existe entre uma sentença e suas condições de verdade. Já dizia Frege (1978) que a referência do nome ou descrição seria um ser no mundo enquanto a da sentença seria o valor-verdade.

Restringir o estudo às descrições definidas parece teórica e metodologicamente sustentável. Segundo Carnap (1956, p.07), entre as expressões individuais, as descrições (definidas) ocupam o mais alto grau de independência em relação a outras expressões como quantificadores, conectivos, e mesmo predicadores. Não quer dizer, entretanto, que seu significado deixe de derivar da sentença em que se inserem e, por isso, sua análise se desvincule do enunciado em que aparecem. Mas, se o significado é derivativo, por outro lado também é “prospectivo”: os diversos sentidos das expressões individuais projetam-se sobre o significado da sentença.

Ressalte-se que o sistema de referência comporta outras expressões referenciais além das descrições definidas: nomes próprios, pronomes demonstrativos substantivos, grupos nominais precedidos de demonstrativo ou possessivo, pronomes pessoais quando remetem a um ser exterior e não a um segmento do discurso (Ducrot, 1977, p.232). Em matéria de reportagens dos magazines de informação geral, entretanto, aquelas não se mostram representativas, pelo menos quantitativamente. Entre as expressões referenciais nominais desse gênero textual, aproximadamente 60% são descrições definidas. E a elevada presença do artigo definido deve significar alguma coisa. Mas a abordagem da referência, nos termos propostos no presente estudo, leva a considerar outros aspectos.

Além do artigo definido, a descrição é formada por substantivos e adjetivos que, mais propriamente, designam o objeto referido e, portanto, não têm presença aleatória. A abordagem das descrições definidas que se pretende¹ deve, portanto, dar conta de todos os elementos gramaticais que as compõem. Não parece que o recorte estabelecido entre as expressões referenciais possa ser condenado pelo restrito potencial explanatório. Se o objetivo

¹ Não se trata, nos termos de Carnap (1956, p.08), de substituir um conceito vulgar (*explicandum*) por outro mais técnico (*explicatum*). Pretende-se “ampliar” teoricamente o conceito da descrição definida de forma a abranger todos os seus componentes e os diversos aspectos paralelos ao seu potencial de referência.

fosse apenas o papel dos determinantes nas expressões referenciais, tal crítica se justificaria. Mas não é o caso.

Um motivo para restringir o estudo às descrições definidas prende-se à própria natureza do texto escolhido para compor o *corpus* dos presente estudo. A área econômica expressa-se em linguagem especializada: a reportagem precisa fazer referência à realidade substituindo termos técnicos por expressões de compreensão mais fácil e imediata. E essas expressões, geralmente, são descrições definidas. É o caso, por exemplo, do termo técnico *spread* que pode ser substituído por uma descrição definida como *a diferença entre os juros que o banco paga e aqueles que cobra dos clientes*. É um tipo de definição que, algumas vezes, aparece em *box* ao pé da página; outras vezes, vem incorporada ao próprio texto. Nessa transposição do *economês* para expressões mais acessíveis poderia, entretanto, esconder-se uma relação de equivalência, nem sempre a mais adequada: “O caráter argumentativo das definições fica patente quando estamos em presença de definições variadas de um mesmo termo de uma linguagem natural (ou mesmo de termos considerados equivalente em diferentes línguas naturais)”. (Perelman, 1999, p.241).

Em outros casos, expressões recorrentes como *o poder aquisitivo, a classe média, o mercado consumidor* também constituem descrições definidas e são utilizados como termos técnicos. Se, por um lado, aproximam-se do potencial referencial dos nomes próprios, por outro, dizem respeito a referentes gerais, vagos, indeterminados. Fazem referência a um objeto real supostamente identificável, mas não passam de conceitos difusos nem sempre fáceis de delimitar. Moura (1999) sugere que “em todos esses casos, podemos eliminar essa referência a objetos aparentes através de definições contextuais”. (p. 42). *A classe alta* poderia ser definida, hoje, no Brasil, como “as famílias cujo rendimento mensal é superior a três mil dólares”. Entretanto, expressões como *a economia* ou *a produtividade* dificilmente poderiam ser contextualizadas em termos quantificáveis. Uma das possibilidades é recorrer aos manuais técnicos que definem tais conceitos, tomando tais definições como base comparativa.

Van Dijk (1990), ao finalizar o seu estudo sobre as estruturas da notícia, diz: “Tendo em vista que este estudo só apresenta esboços, isto é, a macroestrutura de uma teoria, seus detalhes microestruturais ainda devem ser objeto de maior investigação tanto teórica quanto empírica” (p.260). E o estudo das descrições definidas se inclui entre esses detalhes porque, se as línguas naturais não se organizam de forma a fornecer uma palavra em cada instância de consideração para cada objeto, oferecem outro mecanismo, provavelmente mais econômico - a possibilidade de combinar as palavras entre si, de acordo com certas regras:

No sentido mais amplo, uma linguagem é um conjunto de fórmulas corretas, um conjunto de combinações permitidas de itens de algum vocabulário, gerado por uma gramática. Num sentido mais restrito, uma linguagem é um conjunto de fórmulas corretas, semanticamente interpretadas. (...) Uma linguagem nesse sentido restrito – o que nós vamos utilizar – é um sistema representacional governado por uma gramática. (Sperber e Wilson, 1995, p.173).

Disso resulta a possibilidade de utilizar descrições – conjunto de palavras – para fazer a referência. As descrições tentam substituir os nomes na relação entre a linguagem e o mundo, designando objetos da realidade: como um nome próprio designa determinada pessoa ou instituição, a descrição definida também pode designá-los – é utilizada, portanto, como *nome próprio*². A título de exemplo, observe-se que a língua portuguesa não fornece uma palavra que permita designar os animais que, ao mesmo tempo, se inscrevem no conjunto dos cachorros e no conjunto daqueles que tem a propriedade “ter o pêlo amarelado”. Uma possibilidade seria algo como **cachorrelado*. À falta de uma única palavra como essa para designar o referente, a língua portuguesa oferece uma combinação: *cachorro amarelado*. É o que acontece, na área econômica, com a expressão *poder aquisitivo*: não havendo uma nome simples com que designar “a capacidade de compra do consumidor”, a língua oferece essa possibilidade combinatória – composicionalidade – para fazer referência à relação entre o dinheiro e o que pode ser comprado com ele.

A possibilidade (ou necessidade) combinatória, contudo, resulta de uma escolha: diante de um leque de combinações possíveis, escolhe-se uma para identificar certo objeto. Embutido na composicionalidade, está o potencial informativo, mas também o arbitrário. É provável que essa escolha se prenda à intenção de municiar o leitor com uma descrição que lhe permita selecionar corretamente o referente pretendido e, ao mesmo tempo, trazer a seu conhecimento a informação mais relevante. Mas pode ser a possível oportunidade para orientar suas inferências numa determinada perspectiva. Ao “pinçar” o referente pretendido dentre um leque de referentes possíveis, o autor destaca a informação relevante, mas também o realça sob um ou outro aspecto. Compare-se “poder aquisitivo” com “possibilidade de compra”, “recursos para o consumo”, “dinheiro disponível para despesas gerais” etc. Consegue esse efeito através do substantivo que escolhe para referir-se ao objeto, ou do adjetivo com que o avalia ou restringe: “Atribuir uma qualidade a um objeto já é escolhê-la entre muitas outras, porque a consideramos importante ou característica. Toda descrição se

estabelece contra um pano de fundo do qual se quer destacar o objeto, de uma forma que só se torna significativa em função da meta buscada”. (Perelman, 1999, p.175).

A meta buscada pela reportagem é tornar a informação mais acessível e relevante para o leitor. Mas também é abordar o assunto sob determinado ângulo, o que exige organizá-la de forma a que o interlocutor assim a interprete. A tarefa do repórter, portanto, está em conciliar esses três aspectos do mesmo fenômeno: indicar o objeto, informar o que é relevante e orientar o texto em função do ângulo de abordagem.

De acordo com Sperber e Wilson (1995), toda palavra se liga a um conceito e ativa determinada entrada enciclopédica na memória do leitor. Essa entrada, por sua vez, faz “despertar” determinado contexto, a partir do qual o leitor faz inferências. No caso de uma descrição definida composta com auxílio de adjetivo, este representa o aspecto do referente que foi considerado relevante. O leitor procura encontrar, então, as razões da relevância. Comparem-se os dois enunciados:

- 1) *O cunhado preferido vem visitar-nos domingo que vem.*
- 2) *O cunhado interesseiro vem visitar-nos domingo que vem.*

Suponha-se que o autor tenha um único cunhado e dirija os enunciados, em tempos diferentes, à esposa. Nos dois casos, o referente indicado pela descrição definida é o mesmo indivíduo, pelo menos fisicamente. Mas cada um dos adjetivos ativa diferentes entradas enciclopédicas. Não se tratando de enunciado irônico, em (1) a esposa entende que seu marido avalia positivamente o irmão dela; em (2), entretanto, no mínimo inferirá que seu marido faz algumas restrições ao mesmo sujeito. Por aí torna-se possível compreender que o papel do adjetivo vai além da sua função restritiva: especifica o referente sobre o qual o enunciado afirma algo, informa o ouvinte sobre a característica relevante para o autor e, ao mesmo tempo, pode atuar sobre o interlocutor na tentativa de persuadi-lo a interpretar-lhe o sentido na direção pretendida.

Suponha-se, ainda, que o autor dos enunciados acima, desta vez se dirija a um interlocutor, que não seja a sua esposa, através do enunciado: 3) *O irmão da minha mulher vem visitar-nos domingo que vem.* O referente pode – ou não – continuar sendo o mesmo porque a descrição selecionada para nomeá-lo pode conduzir a duas interpretações: ou o falante quer especificar que não se trata do marido de sua irmã – também cunhado – ou, na

² Ao longo do texto, quando se utilizar a expressão *nome próprio* no sentido fregeano, ela será apresentada em itálico.

inexistência dessa possibilidade, que a pessoa não é muito querida. Isso porque o léxico selecionado para identificar o referente compõe-se de itens lexicais³ ativadores de um contexto que favorece esse último tipo de interpretação. Normalmente nomeia-se o irmão da esposa como “o cunhado”; não fazê-lo deve, portanto, ter alguma razão de ser.

Na reportagem, portanto, justifica-se o estudo das descrições definidas na medida em que, em seu uso referencial – indicação do referente – manifestam-se duas dimensões interrelacionadas e, ao mesmo tempo, superpostas: condensam a informação relevante e orientam a leitura na interpretação pretendida. Teoricamente, o estudo dessa relação entre a linguagem e o mundo predomina na área da semântica. No interior da ciência linguística, aproxima-se da pragmática. Além disso, constitui ponto de contato da linguística com a filosofia, a psicologia e a retórica.

Uma abordagem interdisciplinar⁴ exigiria incursão em todas essas áreas, o que a dificultaria, teórica e metodologicamente. Por isso, prefere-se uma abordagem que, embora ampliada, restringe-se internamente à linguística, com ênfase na interface entre semântica e pragmática e, externamente, apóia-se na retórica enquanto teoria da argumentação e na teoria da relevância, em termos de comunicação e processamento⁵ da informação. No âmbito da filosofia, a abordagem só é feita na medida que justifique uma atitude referencialista, mesmo porque não é objetivo primeiro discutir questões de natureza ontológica.

Abordagens dessa natureza exigem ampla fundamentação; a amplitude acarreta riscos em termos de superficialidade ou incompatibilidade teórica. Na tentativa de contornar esses riscos, a fundamentação está subdividida de acordo com o que cada disciplina tem a contribuir. Inicia-se pela abordagem da referência em termos linguísticos, analisando diversas conceituações e passando por questões que dizem respeito à referência definida, vaga, genérica e geral. Após uma breve incursão filosófica, segue-se uma análise do que, historicamente, tem sido escrito a respeito das descrições definidas para, a partir das brechas ainda não preenchidas, propor a abordagem que se pretende.

Um item dedicado à semântica e pragmática procura justificar por que uma abordagem na interface entre as duas disciplinas é pertinente para descrever seu uso referencial. Na teoria da relevância, busca-se apoio para explicar como a informação se condensa nessas expressões

³ Item lexical refere-se aos diversos sentidos que uma mesma palavra pode assumir. Corresponde às diversas entradas de uma mesma palavra no dicionário. Kempson (1977), p.79 e 80. Em teorias cognitivas, entretanto, pode ter outras acepções.

⁴ Está se fazendo referência à obra de Japiassu (1976). Trata-se da “descoberta e aprimoramento de uma nova metodologia, em que a epistemologia da dissociação e da divergência cedesse lugar à epistemologia da integração e da convergência dos enfoques de cada ciência sobre a mesma realidade”. (p.66)

⁵ Teorias de base cognitiva muito teriam a contribuir nessa área. Todavia, para não ampliar excessivamente a abordagem, e mesmo por preocupação teórica, o estudo restringe-se ao que preconiza a teoria da relevância.

referenciais, como o seu processamento acontece em termos cognitivos e como a informação nova interage com a já existente. É dada especial ênfase ao princípio da relevância. Finalmente, com auxílio da retórica, procura-se compreender o potencial argumentativo inscrito nas descrições definidas.

2.1. Referência

Analisar a referência em determinado gênero textual exige, naturalmente, passar pela relação entre a linguagem e o mundo. São as expressões referenciais que representam por meio da linguagem a relação de referência entre uma expressão lingüística e um *objeto*⁶ (entidades, relações e propriedades) – o referente. Daí que, mesmo controverso, o conceito de *referência* tornar-se central. Lyons (1980) diz que “os filósofos estão profissionalmente empenhados na explicação das noções de verdade, de conhecimento, de crença e de existência. E, para o lingüista, o problema fundamental, no que respeita à referência, consiste em elucidar o modo como utilizamos a linguagem para chamar a atenção sobre aquilo de que estamos a falar” (p.153).

Embora metodologicamente essa separação de tarefas possa ser razoável, não parece tão simples tratar da referência sem o auxílio de outras áreas do conhecimento. Van Dijk (1996) diz que a ciência do texto é de natureza interdisciplinar e sua tarefa “consiste em descobrir e explicar as relações internas e externas dos distintos aspectos das formas de comunicação e uso da língua, tal e como se atualizam nas distintas disciplinas”. (p.10). A referência também parece exigir uma abordagem que dê conta de outros aspectos nela envolvidos, como a informação e a argumentação. E essa abordagem envolve questões de natureza filosófica.

2.1.1. Relação linguagem/realidade

Para falar sobre as coisas no mundo, o homem utiliza a linguagem, isto é, utiliza palavras ou combinações de palavras para se referir aos *objetos*. É a relação de referência: uma palavra ou expressão designando um objeto da realidade ou de um mundo possível – conceito que se deve a Leibniz. Nas línguas naturais, entretanto, essa relação não é simples: nem sempre existe uma palavra para cada objeto; a mesma palavra pode referir-se a diferentes *objetos* ou ainda, palavras diferentes podem fazer referência ao mesmo *objeto*. Essa questão

⁶ Utiliza-se *objeto* como termo técnico que encobre qualquer um dos referentes, independente da sua natureza. Não se entra no mérito filosófico do conceito.

tem ocupado os linguistas e tem sido causa de controvérsias: cada autor explica esta relação de modo diferente. Carnap (1956) analisa a questão num capítulo inteiro de seu livro como *the method of name-relation*. (p.96).

Além disso, implicada na relação de referência, apresenta-se a questão filosófica sobre a natureza da realidade. Grosso modo, para os realistas ela existe independentemente do pensamento humano; para os idealistas, é a projeção das representações humanas. Jackendoff (1995) fala em mundo real e mundo projetado: “a informação que a linguagem transmite, o *sentido* das expressões lingüísticas, consiste de expressões da estrutura conceptual. Sobre o que a informação é – a *referência* das expressões lingüísticas – não é o mundo real, como na maioria das teorias semânticas, mas o mundo projetado” (p.36). Ao analisar as limitações teóricas dos partidários da *cognição objetiva*, aos quais contrapõe sua proposta de *cognição experiencial*, Lakoff, (1988) diz que, mesmo assim, as duas teorias apresentam alguns pontos em comum. Um deles diz respeito à “aceitação de um mundo real, ao mesmo tempo um mundo exterior aos seres humanos bem como da realidade experiencial humana”. (p.123).

Não se nega a existência da realidade, dos *objetos* que nela existem; apenas a relação das expressões da linguagem com esses objetos não é direta. Sobre o que a informação é - a referência das expressões lingüísticas - não é o mundo real, mas o mundo tal como construído pelo usuário da linguagem:

Para os semanticistas que adotam a abordagem representacional, nossa habilidade para falar a respeito do mundo depende dos nossos modelos mentais dele.(...) Teorias do significado podem ser consideradas representacionais quando sua ênfase está no modo como as nossas asserções sobre a realidade são influenciadas pelas estruturas conceptuais convencionalizadas em nossa linguagem. (Saeed, 1997, p.24-25).

Não caberia aqui estender-se demasiadamente sobre essa questão reconhecidamente controversa e, muito menos, tentar resolvê-la (os filósofos ocupam-se disso). Parece suficiente admitir que, entre outras, a diferença entre a perspectiva representacional e as abordagens formais é que estas têm como um de seus pressupostos uma linguagem composta por um conjunto de símbolos e fórmulas abstratos que passam a receber significado na sua relação com os objetos no mundo – os referentes. O significado passa a ser uma função que relaciona um símbolo a um objeto. Aquelas, além de não postularem esse tipo de linguagem, admitem que as expressões lingüísticas se ligam às representações que os usuários da linguagem construíram (ou vêm construindo) sobre a realidade. Mas não parecem negar a existência

objetiva da realidade. Se assim não fosse, como ou a partir de que se construiriam as representações?

Suponha-se que determinado pesquisador das águas marinhas descobriu um animal até então desconhecido. O animal estava lá – já existia – antes do contato do pesquisador e antes que ele lhe atribuisse determinado nome. Se o nome foi dado conforme a representação do pesquisador sobre animal semelhante, não invalida a questão de que, objetivamente, aquele animal já existia *a priori*. Pode-se dizer que a representação do “novo” animal é posterior a sua descoberta. Provavelmente ele se incorporará em algum *modelo mental* do pesquisador que tenha relação (analgica) com o animal descoberto.

A questão fundamental continua sendo a relação das expressões lingüísticas com os *objetos* – referência - e não a perspectiva ontológica da realidade. Portanto, um estudo, mesmo de base representacional, continua sendo referencialista. Muda a relação das expressões lingüísticas com os objetos no mundo: ela passa a ser intermediada pelas representações e a *referência* constitui-se na relação entre as expressões lingüísticas e a representação que os usuários da linguagem têm sobre estes *objetos*. O próprio Frege (1978) já apontava nessa direção quando disse que não trataria das representações: “A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto.” (p.65). Como seu objetivo era uma linguagem isenta de ambigüidades, em que a cada nome correspondesse apenas um único e sempre o mesmo objeto, admite que “devido à associação incerta das representações com as palavras, pode haver, para alguém, uma diferença que para outro não se dê.” (p.66)

Mesmo um estudo de base representacional pode tomar como ponto de partida a filosofia analítica ou o positivismo lógico. De acordo com Marcondes (1998), a questão fundamental destas correntes é “como um juízo, algo que afirmo ou nego sobre a realidade, pode ter significado e como podemos estabelecer critérios de verdade e falsidade desses juízos” (p.261). Não parece que se possa fugir muito da relação (verdadeira ou falsa) da linguagem com determinado estado de coisas e, mais especificamente, de uma expressão referencial com algum objeto. Admitem-se, portanto, os referentes como objetos da realidade, existentes por si mesmos, embora cada ser humano os represente mentalmente de acordo com sua experiência e a eles se refira através de diferentes expressões da linguagem. A relação de *sentido* “estabelece um novo nível entre as palavras e o mundo; um nível de representação

mental. Assim, diz-se que um nome recebe sua habilidade de denotar porque é associado com algo na mente do falante ou ouvinte.” (Saeed, 1997, p.32).

À medida que as pessoas fazem diferentes representações de um mesmo objeto, utilizam expressões diferentes para indicá-lo. Isso permite explicar uma certa faixa de indeterminação na linguagem e, ao mesmo tempo, entender por que, apesar disso, as pessoas conseguem comunicar-se. Frege apontava essa relação entre o sentido de uma expressão e o seu referente: “A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência, é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal.” (1978, p.63).

Nessa perspectiva, o exercício da linguagem não se resume apenas a etiquetar objetos, estabelecendo uma relação de um para um entre o *nome próprio*⁷ e o objeto, como pretendiam as linguagens formais. É uma relação mais complexa. Uma passagem de Johnson-Laird (1988) pode ser esclarecedora nesse sentido: “Os lógicos, de várias formas, somente relacionaram a linguagem a modelos; psicólogos somente a relacionaram consigo mesma. A verdadeira tarefa, entretanto, é mostrar como a linguagem se relaciona com o mundo através da ação da mente”. (p.115). O autor, portanto, pressupõe a realidade (o mundo), mas não estabelece uma relação direta entre esta e a linguagem. Dadas as diferentes representações e a própria dinâmica delas, diz que a compreensão é um processo de construção de *modelos mentais*: “um modelo pode servir como uma amostra representativa, ou exemplo prototípico, dos potencialmente infinitos conjuntos de modelos que satisfazem um discurso: o modelo pode ser revisto de forma a satisfazer uma informação posterior que seja consistente”. (Johnson-Laird, 1988, p.115).

Admitindo esta relação entre as expressões lingüísticas e a realidade mantém-se, ainda, uma postura teoricamente referencialista: a realidade existe, embora os objetos e as entidades referidos através da linguagem sejam percebidos como modelos, como “análogos estruturais do mundo” (Johnson-Laird, 1983). Mesmo que dois seres humanos não percebam a realidade exatamente da mesma forma, dado que possuem experiências diferentes, não se quer dizer que ela seja apenas construção lingüística. Ou então, que “o referente de um discurso não é a realidade, mas aquilo que o discurso seleciona ou institui como realidade”. (Koch e Fávero, 1984, p.15).

⁷ De acordo com Frege (1978): “lugares, instantes, intervalos de tempo são, sob o ponto de vista lógico, considerados objetos; portanto, a designação lingüística de um lugar determinado, de um instante determinado ou de um intervalo de tempo determinado deve ser considerada um *nome próprio*”. (p.77)

Para Johnson-Laird, um modelo mental representa a referência de uma sentença. Parece possível, contudo, abordar as expressões referenciais na mesma perspectiva teórica. Da mesma forma que o valor-verdade de uma asserção pode ser avaliado pela comparação entre um “estado de coisas” e sua representação, a compreensão de uma expressão referencial se realiza pela comparação entre o objeto e sua representação. Uma asserção do tipo “*Empurrei a mesa para o canto da sala*”, parece exigir que se tenha, antes, uma representação (modelo) de *mesa* ou de *canto da sala*. Não se trata das condições necessárias e suficientes, mas conforme a definição mais acima, como um exemplo prototípico de diversos modelos que satisfaçam o referente de *mesa*. (três, quatro ou mais pernas, quadrada, redonda, oval, alta baixa, pintada ou não etc.). Pela experiência, o usuário da linguagem não armazena uma imagem para cada mesa específica; constrói uma representação de *mesa* (modelo mental) que pode ser referida através da mesma expressão referencial – “a mesa”. Se, por exemplo, tomar contato com algo que não conhecia - uma “mesa com tampa de vidro”, por exemplo - poderá revisar o modelo, incorporando a informação nova ao modelo já existente: a informação nova (com tampa de vidro) interage com a informação já existente no modelo mental de mesa, acrescentando-lhe mais este elemento.

Além disso, a teoria dos modelos mentais também permite dar conta de “estados de coisas” que, muitas vezes são descritos por conceitos: “o modelo mental de um conceito deve ser capaz de representar tanto o essencial como a amplitude desse conceito. (...) É uma representação interna de informações que corresponde, analogamente, ao estado de coisas que estiver sendo representada, seja qual for ele”. (Moreira, 1997, p.03). Outra vantagem que os modelos mentais apresentam é a possibilidade de representar tanto objetos físicos quanto abstratos. Johnson-Laird (1988) propõe uma tipologia informal e tentativa para eles: *modelos físicos* representariam o mundo físico; *modelos conceituais*, coisas mais abstratas.

A reportagem sobre economia apresenta expressões referenciais do tipo *o sistema financeiro nacional*, cujo referente (abstrato) não se encontra com facilidade no mundo físico: existem os bancos, as financeiras, as administradoras de cartões e outras instituições oficiais. Mas não há como estabelecer uma relação direta entre a descrição definida e um referente específico, discreto. O leitor da reportagem, entretanto, através da sua experiência (transações, compra e venda, empréstimos, leituras, conversas...) formará ou terá formado uma representação – um modelo mental – de “sistema financeiro nacional”. Esta representação – que não tem exigências de exatidão ou de contornos precisos – permite-lhe estabelecer a relação entre a expressão referencial (linguagem) com uma realidade representada (modelo

mental). Sabe, por isso, a que *objeto* está se atribuindo o predicado *está em crise* num enunciado como: 4) *O sistema financeiro nacional está em crise*. Pela característica de constante revisão dos modelos mentais, poderá integrar no mesmo modelo a referência da expressão *o sistema econômico do país*, por exemplo.

Nesse ponto, a teoria dos modelos mentais pode ser relacionada à teoria da relevância (Sperber e Wilson, 1995): a informação nova interage com a informação já existente na memória do interlocutor e produz *efeitos contextuais*: a) *reforço ou apagamento de suposições já existentes* corresponderia à revisão de modelos mentais; b) *geração de novas suposições*, à criação de novo modelo. Embora a hipótese da teoria da relevância seja a de que o conhecimento seja processado a partir de proposições e a da teoria dos modelos, a partir de representações analógicas, o princípio de processamento das informações não parece muito diferente numa e noutra. Por isso, não se torna inconsistente ou contraditório um estudo da dimensão informativa das expressões referenciais pautado em ambas as teorias.

2.1.2. Referência e ciência da linguagem

Os estudos na área da referência, como dizem respeito ao significado, normalmente se inscrevem na área da semântica. Para Kempson (1977), uma teoria semântica adequada deve: a) captar para uma determinada linguagem, a natureza do significado das palavras, sintagmas e sentenças, explicando também a natureza da relação entre elas; b) estar apta a prever as ambigüidades nas expressões da linguagem e (c) caracterizar e explicar as relações sistemáticas de significado entre as palavras, sintagmas e sentenças. Cann (1993) admite esses critérios de adequação da teoria, mas acrescenta outro: “uma teoria semântica deve dar conta da relação entre as expressões lingüísticas e as coisas a que elas se referem” (p.01). É o que foi visto na seção anterior.

Restringir o estudo da referência às expressões referenciais e ao enunciado em que se inserem representa um recorte metodológico, principalmente quando não se tem em vista o estudo da referência numa perspectiva de sua contribuição à textualidade ou, mais especificamente, à coesividade, ocasião em que os referentes seriam objetos do discurso e este seria necessariamente o nível analítico. É o que fazem, por exemplo, Koch/Fávero (1984) e Koch/Marcuschi (1998), ao abordar os processos de referenciação na produção discursiva. No artigo mais recente, dizem que “a relevância desta investigação está diretamente ligada à essencialidade do sistema de referência na coesividade e organização tópica do texto”. (p.169). É, entretanto, uma perspectiva teórica não adotada no presente estudo, que admite

a referência, embora permeada pelo conceito, entendida como modelagem analógica capaz de operacionalidade dinâmica. (Lage, 1987).

São as expressões referenciais que representam, por meio da linguagem, a relação de referência entre uma expressão lingüística e um objeto – o referente. O artigo de Frege sobre *sentido e referência*, publicado originalmente em alemão ao final do século XIX, é tido como o primeiro a chamar atenção sobre como a linguagem é utilizada para falar das coisas no mundo. Preocupado em construir uma linguagem isenta de ambigüidades a exemplo dos sistemas formais - a cada símbolo correspondendo um único objeto ou noção - Frege percebeu que a linguagem natural utiliza expressões lingüísticas diferentes para designar um mesmo objeto da realidade. Chamou àquelas de *sentido* e este, de *referência*. Para fins da semântica das condições de verdade, observou que, mesmo alternando o sentido de uma expressão, a sua referência continuaria a mesma e, portanto, não se alterariam as condições de verdade de uma sentença. Um de seus exemplos clássicos é: *O homem que descobriu a forma elíptica dos planetas morreu na miséria*. Neste enunciado, a expressão que desempenha o papel de sujeito refere-se a um objeto no mundo: *Kepler*. Substituindo uma expressão por outra, não se altera o valor de verdade da sentença. Com isso, Frege pôde dizer que, referencialmente, as descrições definidas funcionam como *nomes próprios*; informativamente, entretanto, acrescentam conhecimentos: compare-se a expressão “*Kepler*” com a que lhe substitui.

A partir de então, tem-se discutido e se continua a discutir a referência porque, pelo menos como sistema simbólico, a linguagem coloca símbolos no lugar de alguma coisa, seja esta coisa real ou idealmente representada. Para Kempson (1977) “esta relação entre palavra e objeto é chamada a relação de referência (...) (e) o significado de uma palavra pode ser explicado em termos da relação entre aquela palavra e o objeto ou objetos a que ela se refere” (p.13). Se, para Frege, a referência é aquilo (o objeto) designado por um sinal, agora ela significa a relação entre a linguagem (o sinal) e aquilo por ela designado (o referente): a referência pode reportar-se a um objeto no mundo real, a uma relação encontrada nesse mundo⁸, a um objeto ou relação de um mundo possível ou ainda a sensações, sentimentos ou atitudes. Conforme dito anteriormente, ao longo do texto, tudo isso será nomeado através do termo *objeto*, sem entrar no mérito filosófico do conceito.

8 Jackendoff (1988) cita como exemplo o enunciado “*Bill é tão alto quanto Jack*”. Afirma que a asserção é sobre as entidades a que as expressões se referem: no caso *tão alto quanto*. Trata-se de “entidades bastante distintas de objetos físicos e (...) qualquer que seja o status ‘Real’ de tais entidades, a semântica da linguagem natural deve agir como se o mundo as contivesse”. (p.86).

Também para Lyons (1980), o termo referência “tem a ver com a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação” (p.145). Nota-se, no autor, preocupação com as circunstâncias em que o enunciado é produzido e, portanto, uma preocupação de ordem pragmática em que, mesmo a referência, é vista em relação à linguagem em uso. Nessa relação entre a linguagem e o *objeto* a que se refere, também o *sentido*, enquanto a maneira como o objeto é lingüisticamente referido, torna-se essencial. Mais ainda quando se trata das descrições definidas: a forma lingüística selecionada para indicar as propriedades (intensão) do objeto, também revela os aspectos realçados pelo autor para identificá-lo.

Em seu estudo sobre a referência, Lyons (1980) separa, de um lado a referência singular da geral e, de outro, a geral da genérica. “Entre as expressões referenciais podemos distinguir aquelas que se referem a indivíduos das que se referem a classes de indivíduos; chamar-lhes-emos expressões singulares e gerais, respectivamente”. (p.148). Entretanto, mais adiante (p.160) define proposição genérica como⁹: “uma proposição que diz alguma coisa, não sobre este ou aquele grupo de leões ou sobre qualquer leão individual, mas acerca da classe dos leões enquanto tal”. Parece haver confusão entre o sentido de “classe” e “gênero”; os dois termos não poderiam ser tomados como sinônimos.

Uma possibilidade de abordar essa questão seria em termos de conjuntos:

Referência singular: há um conjunto finito e a referência particulariza um de seus elementos.

Referência geral: há um conjunto finito, e a referência é feita sobre este conjunto;

Referência genérica: a referência é sobre um conjunto unitário composto por determinado gênero.

Mas se a questão fosse tão simples, provavelmente já teria sido resolvida. Lyons (1980) diz que “é desnecessário aprofundar os problemas da referência geral, mas não podemos deixar de ilustrar a referência distributiva e a referência colectiva” (p.154). Dá como exemplo (a tradução é portuguesa) o enunciado “*Aqueles livros custam cem escudos*”, que seria ambíguo sob este aspecto: “se ‘aqueles livros’ for interpretado como significando ‘cada um daqueles livros’, está a ser usado distributivamente; se significar ‘aquele conjunto de livros’, está a ser usado colectivamente” (p.155). O exemplo acentua o quanto a noção de referência é dependente do contexto e, portanto, deve ser abordada em relação ao enunciado – à sentença proferida. Numa situação comunicativa real, provavelmente a ambigüidade

⁹ Poderia ser, entretanto, um problema da tradução portuguesa, confundindo “classe” com “gênero”.

passaria despercebida: o interlocutor compreenderia a referência pretendida pelo interlocutor. Por isso, mais adiante, será dedicado um item ao “contexto”.

A referência genérica também causa controvérsias. No enunciado: 5) “*O cão é um animal carnívoro.*”, o autor utiliza a referência genérica para indicar que está se referindo à categoria dos cães. O predicado é atribuído ao conjunto, a uma categoria abstrata. Mais uma vez o contexto pode auxiliar a diferenciar este enunciado de outro como, por exemplo: 6) “*O cão matou meu gato*”. O conhecimento de mundo permite ao interlocutor compreender que, neste caso, trata-se de um “cão” particular (elemento do conjunto dos cães) e não da categoria. Mas a situação se complicaria num enunciado como: 7) “*O cão mata gatos*”. Em determinado contexto, a interpretação de “o cão” poderia ser genérica: o autor estaria se referindo a uma característica da categoria “cães”. Em outras circunstâncias, admitiria interpretação singular: numa conversa entre vizinhos, por exemplo, A poderia utilizar o mesmo enunciado para informar a B sobre a ferocidade do cão (cujo proprietário é B) que invadiu o quintal de A.

Lyons (1980) apresenta critérios para diferenciar proposições genéricas e gerais: “as proposições genéricas não são marcadas não apenas quanto ao tempo, mas também quanto ao aspecto. (...) As expressões referenciais gerais, distributivas ou colectivas, podem ocorrer livremente em frases que exprimem valor temporal” (p.161). Mas, conforme se viu acima, em (7) o critério não parece funcionar. Acrescenta ainda que as expressões genéricas podem ser pluralizadas sem que o sentido seja afetado: 8) “*Os cães matam gatos*”. Mas a expressão “os cães” também poderia apresentar referência geral. Basta imaginar que integraria uma situação de venda de uma matilha (conjunto de cães) a que o vendedor atribuiria o predicado “(não) matam gatos”.

Plateau (1980) também explica a referência genérica em termos de conjunto. Segundo o autor, dividem-se as características da entidade (porco, por exemplo) em dois subconjuntos: “o que é considerado inerente a porcos, isto é, o que os distingue de outros seres e o que porcos normais, típicos, têm em comum, é integrado num subconjunto, o conjunto genérico das características de qualquer porco”. (p.121). Na linguagem do computador, estas características constituiriam as opções básicas: *default values*. Na interpretação de descrições genéricas, o falante não apontaria para um elemento de uma certa espécie e sim para uma entidade abstrata, representativa da espécie. Trata-se de conjunto unitário, cujo único elemento é abstração de todas as características de determinada espécie. O autor corre o risco de inscrever sua proposta no essencialismo.

Do que se disse, pode-se inferir que a alternativa de descrever a referência em termos de conjuntos explica alguns casos, mas deixa outros na penumbra. Ainda parece que a melhor análise da referência é aquela que descreve as expressões referenciais de acordo com o enunciado em que se inserem, vinculada portanto a alguma teoria de base comunicativa, ou seja, a princípios envolvidos na comunicação. Em termos mais técnicos, pode-se dizer que a linguagem humana é intensional (reporta-se à definição conceitual dos conjuntos) e, só através da intensão alcança a extensão, ou seja, a referencialidade. Além disso, exige vinculação ao *contexto*. Para tanto, uma noção mais precisa do que abrange esse conceito precisa ser estabelecida. A teoria da relevância apresenta ambas as alternativas.

2.1.3: *Indeterminação: ambigüidade, generalidade, vagueza, aproximação*

O pensamento sobre a linguagem parece orientar-se, constantemente, pela busca da precisão: “Pensar a linguagem tem sido freqüentemente dominado pela suposição não formulada nem examinada de que a indefinição como característica semântica é sempre indesejável e de que uma linguagem ‘ideal’ não conteria palavras vagas” (Alston, 1972, p.132). Parece que a citação se adaptaria muito bem à filosofia analítica e aos positivistas lógicos na sua procura por uma linguagem isenta de ambigüidades: a cada termo deveria corresponder um único referente. Isso possibilitaria a elaboração de modelos formais em que o significado não passaria da função que associasse a cada símbolo da linguagem um objeto da realidade – vocabulário enorme ocupando, com seu *thesaurus* de acessamento, porções imensas de memória. Diante da alternativa de aplicar semelhante racionalização à linguagem natural, Tarski (em Davidson, 1982) diz: “Pode-se duvidar que a linguagem corrente, depois de ser racionalizada desta forma, ainda preserve sua naturalidade, e que não assuma os traços característicos das línguas formalizadas” (p.163).

Parece assim que a generalidade, a vagueza, a ambigüidade, entre outras formas de indeterminação¹⁰ sejam inerentes à linguagem natural. Por isso é pertinente a intervenção de Davidson (1982): “a tarefa de uma teoria do significado, como a concebo, não é modificar, melhorar ou reformar uma língua, mas descrevê-la e entendê-la”. (p.164). Os autores vinculam a indeterminação apenas à linguagem: as expressões seriam indeterminadas. Mas a referência é uma relação entre a linguagem e a realidade. E a realidade nem sempre é tão

¹⁰ “O conceito de indeterminação abrange uma série de fenômenos semânticos, tais como ambigüidade, polissemia, vagueza, falhas pressuposicionais, não-dito, generalidade, metáfora, etc. Há uma grande oscilação terminológica na descrição desses fenômenos, e o próprio conceito de indeterminação também é denominado de

discreta (precisa) como os homens gostariam que ela fosse. A indeterminação, portanto, pode estar nos referentes, que nem sempre apresentam contornos precisos, não se deixam categorizar com facilidade, não se “mostram” claramente. E, se a realidade é assim, também não pode ser “melhorada”. Os falantes da língua portuguesa, por exemplo, sabem o que significa “cidade”. Conhecem, portanto, o sentido da palavra. Mas têm dificuldade em estabelecer a que referente se aplica. A indeterminação, portanto, também pode estar na maior ou menor amplitude ou nas características do referente. Assim, a indeterminação não se restringe apenas à linguagem, nem somente à realidade. Está em ambas. Situa-se, portanto, na relação entre os dois níveis – na referência.

No caso de estudar a linguagem jornalística, não se trata, portanto, de melhorá-la ou de condená-la pelo uso de expressões referenciais ou de enunciados indeterminados. Trata-se, antes, de descrever e explicar as razões de ela assim se apresentar e descobrir os meios que a organizam. É possível que o uso de expressões vagas na reportagem se vincule ao risco do ônus de prova, principalmente quando se trata de texto investigativo. Se a indeterminação fosse eliminada, a linguagem diplomática, por exemplo, se tornaria inviável: muitas guerras ou divergências poderiam surgir em virtude da não possibilidade de ganhar tempo com a interpretação de termos não muito precisos em seu significado:

Há contextos em que nos colocamos em muito melhor situação usando um termo que é vago, num certo aspecto, do que usando termos a que falta essa espécie de indefinição. Um desses contextos é a diplomacia. (...) Também há vantagens teóricas na indefinição¹¹. Com freqüência, nosso conhecimento é de tal ordem que não podemos formular o que sabemos em termos de uma precisão máxima sem deturpar a afirmação ou ir muito além das provas. (Alston, 1972, p. 131-132).

Posto que a indeterminação é inerente à realidade e às línguas naturais, pode-se tentar explicar suas diversas facetas e os efeitos que produz. Uma dessas facetas é a ambigüidade. Segundo Dubois et alii (1990), ela é “a propriedade de certas frases realizadas que apresentam vários sentidos. A ambigüidade pode ser do léxico, quando certos morfemas léxicos têm vários sentidos”. (p.45). Embora admitam que polissemia, por um lado, opõe-se à homonímia e, por outro, à monossema, os mesmos autores a definem como: “a propriedade do signo lingüístico que possui vários sentidos” (p.471). Pela proximidade da definição dos dois

‘insegurança’ (Sadock, 1986) ou ‘indefinição’ (Pinkal, 1995). “ (Moura, 1999, p.78). Doravante, *indeterminação* será o termo utilizado quando se fizer referência geral aos diversos fenômenos.

¹¹ O autor utiliza *indefinição* como o termo mais abrangente no lugar em que Moura utiliza *indeterminação*.

conceitos (num mesmo dicionário de lingüística), pode-se notar o quanto são complexos e, ironicamente, que o conceito de “ambíguo” se apresenta ambíguo.

Lyons (1977), por sua vez, prefere dizer taxativamente que “há dois tipos de ambigüidade lexical, uma das quais depende da homonímia e a outra, da polissemia”. (p.550). Diante da possibilidade de entender o ambíguo como a) uma palavra com mais de um sentido ou b) uma palavra com um único sentido, passível de ser aplicada em diferentes enunciados, Kempson (1977) opta pela primeira alternativa: “Se uma palavra é ambígua e corresponde a mais de um item lexical, então os diferentes itens lexicais estarão em diferentes relações com outros itens lexicais”. (p.86).

Por isso, mesmo quando se trata de resolver uma ambigüidade lexical, o fenômeno deve ser relacionado à sentença em que a palavra ocorre e ao contexto em que o enunciado se insere. No enunciado: 9) “*Ele deixou o porto*”, o substantivo *porto* admite dois itens lexicais¹²: a) local onde os navios ancoram e b) vinho famoso fabricado em Portugal. A ambigüidade é reforçada em função da possibilidade interpretativa da palavra *deixar*: a) sair de, afastar-se de, no sentido físico de movimento; e b) abandonar, parar, não mais usar. A compreensão de Kempson, vista acima, é pertinente. Se o enunciado for: 10) “*Ele administra o porto*”, a primeira interpretação parece a mais favorecida: a relação entre “administrar” e “porto” – como “local de movimentação de navios” é mais próxima. Isso vem ao encontro da importância de avaliar o sentido da palavra em relação à sentença em que ocorre, ou seja, “cada item lexical tendo um valor semântico específico correspondendo a sua contribuição sistemática à interpretação de todas as sentenças em que ocorre”. (Kempson, 1977, p.82)

Mais do que a sentença, a situação comunicativa em que o enunciado se insere (o contexto) é um elemento dezambigüizador. Ela indicará, no caso de (9), qual dos sentidos está sendo veiculado: a) afastar-se fisicamente do local onde os navios atracam, ou b) parar de tomar o famoso vinho fabricado em Portugal. Na linha de contexto dinâmico, interativo, que está sendo adotada no presente estudo¹³, a enunciação de *o porto* acionará na mente do interlocutor dois conceitos, cada um com sua entrada enciclopédica. Qual deles será selecionado? De acordo com a teoria da relevância, aquele que for relevante de acordo com o que vinha sendo enunciado até então. Assim, a ambigüidade potencial que todo enunciado carrega deixa de ser real; em muitos casos acaba nem sendo percebida pelo interlocutor.

¹² Isso no caso do texto escrito (com inicial minúscula em *porto*). Na linguagem falada, haveria uma terceira possibilidade: “ele deixou a cidade do Porto”.

¹³ Na seqüência será dedicado um item à discussão de contexto. A tentativa é adotar uma noção que não se limite ao ambiente físico ou aos enunciados precedentes. E a teoria da relevância (Sperber e Wilson, 1995) favorece esta alternativa.

Não parece que a ambigüidade lexical e, menos ainda, a estrutural ou sintática¹⁴ seja representativa no texto jornalístico. A maioria dos seus enunciados parece apresentar, antes, expressões vagas, genéricas, aproximadas. Daí ser preferível, ou mais produtivo, centrar as atenções em torno de *vagueza*, *generalidade* e *aproximação*, uma vez que todos eles se definem relativamente à maior ou menor grau de abrangência, completude ou precisão. Além disso, de acordo com Franken (1997), podem ser explicados com apoio na teoria da relevância. Significa que o princípio da *informação relevante* permite descrever como a comunicação é eficiente, apesar das expressões indeterminadas em que se processa.

Alston (1972) diz que é “característico dos termos vagos a inexistência de limites precisos entre nítidas áreas de aplicação ou não-aplicação e áreas de indeterminação de aplicação, tanto quanto não existem limites precisos entre aplicação e não-aplicação” (p.145). Como o presente estudo se vincula a uma teoria referencial do significado, também é pertinente sua outra compreensão: “diz-se que um termo é vago ou indefinido nos casos em que não existe uma resposta definida quanto ao que o termo se refere” (p.129). Como filósofo da linguagem, o autor deixa transparecer sua compreensão da realidade como algo complexo (o referente é indeterminado). É, aproximadamente, o que Kempson (1977) entende por *vaguidade referencial*, ou seja: a situação em que o sentido do item lexical está claro mas fica difícil dizer se este se aplica ou não à determinada entidade no mundo. Cita como exemplos as palavras inglesas “town” e “city”, No caso da língua portuguesa, pode-se pensar em termos de “cidade” e “metrópole”. Florianópolis parece inserir-se na primeira categoria, mas o que dizer de Curitiba? A autora refere-se a outra espécie de vagueza que se dá quando o próprio significado de um item ou sintagma não parece bem definido. A isto ela chama de *indeterminação do significado de um item ou sintagma*. (p.125) É o caso de um sintagma como *o livro do professor*: a) o livro que lhe pertence, b) o livro que escreveu, c) o livro que utiliza para dar suas aulas, d) o livro que a editora de livros didáticos fornece ao professor juntamente com os livros dos alunos etc. Um terceiro tipo de vagueza que a autora aponta diz respeito à *falta de especificação no significado de um item*: o significado, apesar de claro, é muito geral e se aplica a muitas situações. Dá como exemplo, a palavra “vizinho”: a) homem ou mulher; b) o que mora a 500 m ou a 1 km; c) morador antigo ou recente, etc... Parece que os dois últimos casos são muito semelhantes e não valeria a pena insistir na distinção porque, em ambos, a *vagueza* se caracteriza pela ausência de especificação. A autora ainda aponta um

¹⁴ É a que acontece num enunciado como: *João e Maria se separaram*. Há duas possibilidades interpretativas:

a) João e Maria eram casados um com o outro e fizeram a separação; b) João e Maria faziam parte de casais diferentes e cada um se separou do seu respectivo cônjuge.

quarto tipo de vagueza: *disjunção na especificação do significado de um item*: disjunção *inclusiva* (e/ou) *ou exclusiva* da partícula *ou*.

Para Franken (1997), a vagueza origina-se “do fato de que nós temos conceitos inefáveis e, apesar disso, queremos comunicar pensamentos que os contêm”. (p.141). Essa compreensão está inserida numa semântica/pragmática de natureza cognitiva: admite-se uma linguagem da mente que é interpretada pela linguagem natural - os conceitos são processados numa linguagem mental e evocados através das palavras da linguagem natural. Como esta seria mais limitada que aquela, surge a inefabilidade: não se consegue interpretar (expressar) em palavras, determinado pensamento ou conceito. De acordo com a teoria da relevância, (Sperber e Wilson, 1995) os conceitos (mentais) são precisos mas a língua natural utilizada para exprimi-los é mais limitada. Daí a necessidade de “apelar” para o léxico disponível que, nem sempre, é muito preciso. É o que acontece quando se diz, por exemplo: “Eu sei do que se trata, mas não consigo dizer exatamente o que é”. Mais uma vez, vagamente, consegue-se expressar o que é “vagueza”.

Outra característica da linguagem natural, ou melhor, dos seus usuários, é a *aproximação*. Também se relaciona à falta de especificação. De acordo com Franken (1997), para dar conta da aproximação “é preciso apoiar-se no que diz respeito à forma como o povo ordinariamente fala a respeito de certas coisas”. (p.150). Ela o exemplifica através de um enunciado tal como: 11) *Eu ganho 800 reais por mês*. No caso, o referente não é necessariamente esta cifra exata. Pode ser algo como R\$ 796,47 ou R\$ 803,58. Acontece que, ordinariamente, nas conversas sobre salário, a tendência é expressar-se em números aproximados, o que, entretanto, não trunca a comunicação; ao contrário, facilita-a. Quando for relevante informar a cifra exata, o locutor o faz; do contrário, não. O texto sobre economia também se organiza nessa ordem de raciocínio. Observem-se os enunciados: 12) *O banco foi comprado por 2,7 bilhões de dólares.*, 13) *O PIB nacional ultrapassa os 900 milhões de dólares.*, 14) *A nova safra projetada é de 83 milhões de toneladas de grãos.*

Sperber e Wilson (1995) falam em uso descritivo e uso interpretativo dos conceitos. O primeiro descreve um real estado de coisas. Nesse sentido, a *aproximação* jamais seria descritiva; em termos de relevância, entretanto, nem sempre interessa um referente exato (a cifra exata, no caso): exigiria do leitor maior esforço de processamento, o que iria contra o princípio da relevância - mais efeitos contextuais com menor esforço de processamento. O uso interpretativo refere-se a uma forma proposicional que representa não um estado de coisas, mas um pensamento. No caso da *aproximação*, a expressão aproximada “800 reais”

estaria se referindo ao pensamento do locutor sobre o referente. É possível, ainda segundo Franken, que o valor exato de uma cifra nem seja do conhecimento do autor. Para ele e na comunidade da qual participa, o relevante é que ele recebe esse valor, mesmo que aproximado. Assim, mesmo a expressão aproximada poderia ter uso descritivo. Mas essa categorização não parece o mais importante; o que interessa, em termos de linguagem jornalística, é a funcionalidade da *aproximação*.

Pode-se dizer que a *aproximação* visa facilitar a leitura, reduzindo o esforço de processamento. Uma das características do texto jornalístico é a restrição do uso das expressões ao que é relevante: a informação sobre o valor exato da venda de um banco parece menos relevante do que o seu montante aproximado já que, normalmente, trata-se de cifras elevadas. Compare-se: 15) *O Banespa foi vendido por US\$ 7.214.000 ao Santander.*, 16) *O Banespa foi vendido por 7,2 bilhões de dólares ao Santander.* Não parece difícil observar que o último enunciado é mais fácil de processar, sem omitir a informação que interessa¹⁵. A *vagueza*, por sua vez, intencional ou não, parece favorecer o lado da produção: é adequada à tarefa da imprensa de veicular informações muitas vezes apenas suspeitas e resultantes de investigação. Os conceitos ou enunciados vagos permitem ao repórter, se não isentar-se no caso de ser processado por divulgar informação não suficientemente comprovada de, pelo menos, contar com alguma margem de defesa.

Para Jackendoff, as pessoas se entendem umas às outras porque a sua estrutura mental é semelhante. Isso lhes possibilita projetar a realidade em bases mais ou menos idênticas. Possíveis divergências entre interlocutores sobre o sentido das expressões acontecem porque, com a mesma base genética, representaram de forma diferente algum aspecto do mundo real. O que os interlocutores consideram na comunicação é o *significado normal*: “um significado *m* para uma expressão *w* é normal num contexto na medida em que, tanto locutor quanto destinatário acreditam que *w* é usado para referir a *m* naquele contexto”. (Green, 1996, p.14).

A mesma autora admite que as crenças consideradas normais dentro de uma comunidade são aquelas que “constituem o *background* a partir do qual todos os enunciados naquela comunidade são racionalmente feitos”. (Green, 1996, p.12). Isso explica por que os interlocutores, mesmo utilizando linguagem indeterminada, se comunicam, contornando

¹⁵ Uma razão suplementar para a grafia aproximada de cifras é que, como é vedado hifenização de números extensos, a publicação de valores por extenso (exceto em tabelas) prejudica a estética do texto impresso; da mesma forma, números elevados expressos por extenso são difíceis de recuperar quando lidos no rádio ou vistos apressadamente na televisão. No entanto, no uso publicitário, as cifras são frequentemente especificadas, na vizinhança de um número redondo: lojas de R\$ 1,99, TV por apenas R\$ 299. Cria-se, no caso, a ilusão de um preço menor: algo acima de R\$ 1,00, algo mais que R\$ 200,00...

possíveis divergências ou nuances em termos de significado. Por isso, não há necessidade da relação total e precisa entre a expressão lingüística e o referente. Em outras palavras, mesmo as expressões aproximadas ou vagas permitem indicar, pelo menos, o universo em que o referente se insere. A noção de *default* parece interessar: caso nenhuma instrução específica seja dada, o valor da expressão deve ser tomado no seu sentido mais comum - *o normal*. Essa compreensão está próxima à teoria dos protótipos (Ungerer e Smidt, 1996, p.01-59): entre uma série de conceitos relacionados, sempre há aquele mais central, mais característico a partir do qual os demais são cotejados. A reportagem sobre questões de natureza econômica funciona nesse sentido: apresenta expressões referenciais indicando referentes abstratos, difusos e, ao mesmo tempo, abrangentes. Mesmo assim, não deixa de ser compreensível.

Embora a citação das fontes e a indicação de cifras favoreça um caráter realístico, ou pelo menos a impressão de realidade da informação jornalística, o uso geral de expressões referenciais também a caracteriza: “O significado de uma expressão é geral no sentido de que ela não especifica certos detalhes, isto é, generalidade é uma questão de falta de especificação”. (Zhang, 1998, p.16). O autor cita como exemplo a expressão “meu amigo”: pode referir-se a uma pessoa velha ou nova, próxima ou distante, parente ou não etc. A tese do autor – distinguir *fuziness, generalidade, ambigüidade e vagueza* - é a de que as três últimas podem ser resolvidas pelo contexto, o que não aconteceria com a primeira. É possível, entretanto, pensar também *a generalidade*, a partir da relevância: no caso da expressão “meu amigo”, se o autor não inclui outra especificação é porque a informação relevante é o fato de “ser amigo”. E essa informação deve ser considerada para a interpretação do enunciado. É, aproximadamente, o *default*: não como categoria central, mas como dado geral. É o que também acontece com a expressão “o mercado”, referindo-se a uma entidade abstrata, sem contornos precisos: o que é relevante é seu sentido básico, seu uso normal; do contrário, o autor teria incluído alguma especificação.

Isso é o que, conforme se verá mais adiante, caracteriza o potencial informativo da descrição definida. Ao mesmo tempo, entretanto, é também seu potencial argumentativo à medida que a maior, ou menor, especificação é fruto da escolha do autor e pode ter alguma finalidade: por exemplo, omitir alguma informação que poderia levar o interlocutor a chegar a um ponto de vista não coincidente com o defendido. Comparem-se os enunciados:

- 17) *O mercado reagiu imediatamente, derrubando as ações na bolsa.*
- 18) *O mercado reagiu imediatamente, derrubando as ações de alta tecnologia na Bolsa Eletrônica Nasdaq.*

No primeiro caso, quem tem aplicações na chamada “bolsa de ações tradicionais” (o índice Dow Jones) teria razões para estar preocupado, o que não aconteceria em (18). O efeito sobre o interlocutor, portanto, não seria o mesmo.

Diante de tantas indeterminações envolvendo “expressões indeterminadas”, o primeiro passo é admitir que a indeterminação é característica da linguagem e, portanto, também o é da linguagem jornalística. O segundo passo, dados os objetivos deste estudo, não é preocupar-se excessivamente com categorizações: ao invés de considerar as diferenças entre um conceito e outro, é possível ater-se ao que apresentam em comum. E o que sobressai quando se trata da indeterminação (vagueza, aproximação, generalidade) é que todos os conceitos se caracterizam pela falta de especificação. Parece preferível, então, pelo menos em termos de expressões referenciais, opor referência geral, vaga ou aproximada à referência específica. Não significa desqualificar o aprofundamento teórico na área, nem tomar os três termos (vago, geral e aproximado) como sinônimos; apenas, dado o objetivo específico do presente estudo, encontrar um termo geral que abranja todos eles. E *indeterminação* parece uma boa alternativa, na maioria dos casos. No decorrer do presente estudo, portanto, a expressão *descrição definida indeterminada* estará sendo compreendida como termo geral que subsume os três conceitos.

2.1.4. Descrições definidas

Diversos autores abordaram (e continuam abordando) as descrições definidas: classicamente, seu estudo teve início entre filósofos, lógicos e matemáticos, desde Leibniz mas, principalmente a partir de Frege. Seguem-se Strawson (1950), Carnap (1956), Russel (1967), Donnellan (1971), para destacar os mais citados. Geralmente tomam como ponto de partida o artigo de Frege sobre sentido e referência, escrito em 1892. Criticam alguns pontos controversos do artigo e propõem outros. Ducrot (1977), Kempson (1977), Lyons (1980), Larson & Segal (1995), Saeed (1997) incluem sua abordagem nas obras de semântica. No Brasil, Kato (1974), tomando por base a gramática gerativa, desenvolveu tese sobre as configurações linguísticas que geram o artigo definido, comparando três línguas: português, inglês e japonês.

A polêmica em torno do estatuto dessas expressões referenciais ainda continua viva: Heyer (1985), Rouchota (1994) e Matsui (1997) têm abordado o assunto em artigos recentes, publicados em revistas especializadas. Certamente não são os únicos autores que abordam a questão, mas são o suficiente para indicar que ela continua polêmica e ainda não tem seus

contornos suficientemente precisados. Apesar das divergências e dos diferentes propósitos entre eles, predomina a análise das descrições definidas dentro do enunciado e em relação ao contexto o que indica aproximação cada vez maior com a pragmática.

Para Frege, descrições definidas exercem o papel de *nomes próprios*, ou seja, são utilizadas para nomear um objeto da realidade: No clássico enunciado “*O homem que descobriu a órbita elíptica dos planetas morreu na miséria*”, a descrição definida “o homem que descobriu a órbita elíptica dos planetas” teria a mesma referência que o nome “Kepler”: um substituiria o outro, *salva veritate*. Para ele, interessava a referência (o objeto nomeado). Embora o sentido das duas expressões fosse diferente, a referência continuaria a mesma. Para Russel, entretanto, o nome próprio não tem um sentido (na acepção fregeana de *sinn*), ao passo que a descrição definida tem. A natureza de ambas as expressões, portanto, não seria a mesma.

Lyons (1980) diz que “o termo ‘descrição definida’ liga-se ao facto de podermos identificar um referente, não só nomeando-o, mas também fornecendo ao auditor ou leitor uma descrição suficientemente pormenorizada, no contexto de enunciação particular, que permita distingui-lo de todos os outros indivíduos no universo do discurso”. (p.149). Pode-se dizer que a descrição definida entra justamente em ação quando o nome não é capaz de fazê-lo. Suponha-se que Pedro está numa festa e quer que seu interlocutor convide André para tomar um drinque. Suponha-se que o interlocutor não saiba quem é André. Pouco adianta Pedro identificar o referente (André) através do nome. Uma descrição definida como *o homem de camisa amarela com um copo na mão* tem maior probabilidade de êxito na comunicação. Mesmo que a descrição definida funcione como nome, nem sempre os dois são intercambiáveis em qualquer contexto. É discutível, portanto, a proposta fregeana, pelo menos em termos informativos.

Outro aspecto polêmico e controverso sobre as descrições definidas, no seu papel de referência, diz respeito ao pressuposto de existência. Para Frege, tanto os nomes próprios quanto as descrições definidas não afirmam a existência do referente; apenas a *pressupõem*: os interlocutores, quando utilizam nomes próprios ou descrições, partem do princípio (aditem) de que o objeto referido existe. Trata-se, portanto, de um pressuposto amparado no contexto. Assim, a única afirmação contida no enunciado “*O rei da França é calvo*” seria aquela que afirma que o “sujeito”, seja ele designado pelo nome próprio ou pela descrição definida, não tem cabelos.

Russel não compartilha dessa existência pressuposta das descrições definidas. Ele assume uma visão quantificacional e, por isso, o enunciado em causa afirmaria: a) Existe um e apenas um ser que é rei da França; b) Este ser é calvo. A diferença em relação a Frege é que, para Russel, a existência do referente é afirmada; para Frege, ela é apenas pressuposta. Essas duas compreensões diferentes do estatuto das descrições definidas acarretam diferenças na atribuição do valor de verdade aos enunciados em que o pressuposto de existência não é satisfeito. Na perspectiva fregeana, neste caso o enunciado não é nem verdadeiro nem falso; na visão de Russel, ele é sempre falso, pois a conjunção entre uma afirmação falsa e outra verdadeira sempre é, logicamente, falsa.

Assumindo a visão fregeana, admitem-se “sentenças de um tipo especial, situadas em *intervalos de valor de verdade*”. (Moura, 1999, p.39). Segundo o autor, há “proposições semanticamente indefinidas (nem verdadeiras, nem falsas) em pelo menos dois casos: (1) quando o pressuposto de existência não é satisfeito; (2) quando o conteúdo semântico não permite definir se a proposição é verdadeira ou falsa” (p.39). Uma visão de base representacional admite que os falantes representem, isso é, construam modelos de objetos que, fisicamente, podem não existir. Para fins de comunicação, pressupõem que eles existam e, portanto, a proposta de Frege parece mais adequada.

Na reportagem sobre economia, não se apresentam informações a respeito de *unicórnios, centauros ou sereias*; mas pressupõe-se, por exemplo, a existência dos *mercados* capazes de mudar os destinos políticos de uma nação, ou das *políticas de privatização* impostas aos países em desenvolvimento. O enunciado: 19) “*Os mercados reagiram imediata e violentamente*” é sobre o referente das expressões que o compõem; pressupõe-se, portanto, que existe um referente para “os mercados”. Oliva, (1999) critica esse pressuposto: “Não se justifica empregar palavras com referentes desconhecidos ou nebulosos como se representassem entes aos quais, por falta de identificação espaço-temporal, se pode despreocupadamente aplicar os mais mirabolantes predicados”. (p.96). Embora se trate de uma crítica à filosofia holista das ciências sociais, pode servir como ponto de apoio para o uso argumentativo daquelas descrições definidas que, na reportagem sobre economia, figuram no papel de agente e aos quais se atribuem vontades, intenções, desejos, esperanças e reações imprevisíveis. Na teoria da computação, afirma-se que esta atribuição de características antropomórficas é a única forma de descrever ou tornar compreensível o funcionamento de dispositivos chamados de “agentes inteligentes” – sejam *softwares* ou *hardwares*.

Para além do pressuposto de existência, Carnap (1956) diz que a relação do nome

com o objeto (*name-relation*) está organizada em três princípios. E um deles diz: “Uma sentença é sobre (tem a ver com, inclui em seu objeto) o referente dos nomes que nela ocorrem” (p.98). Este princípio, entretanto, não estaria livre de problemas. Provavelmente, a partir da análise deste princípio, Donnellan (1971), diz que as descrições definidas são semanticamente ambíguas. Aponta como responsável por essa ambigüidade o uso referencial ou atributivo que delas se faz. Cita como exemplo, a sentença: “*O assassino de Smith é louco*”. O uso da descrição definida “o assassino de Smith” é *referencial* num contexto em que o autor, através dela, faz referência à pessoa que praticou o assassinato. Poderia tê-lo feito através do nome (John, por exemplo). É *atributivo* numa situação em que não se sabe (ou não interessa) quem é o assassino e tanto John quanto qualquer outro poderiam ser o referente. Interessa enfatizar que a entidade (pessoa) a que a expressão se refere, quem quer que ele seja, tem o atributo “ser louco”.

A compreensão do uso atributivo, no entanto, também não parece clara. Segundo Koch (1984), quando se trata do uso atributivo, “a intenção não é tanto fazer referência a um indivíduo determinado, mas sim de predicar a propriedade ‘ser louco’ a alguém que assassinou Maria, quem quer que ele seja e nenhuma outra descrição poderia substituir ‘o assassino de Maria’ nesse contexto”. (p.13). Em suma, se o significado de “o assassino de Maria” reporta-se a uma entidade quantificada universalmente, “qualquer um”, não haveria a possibilidade de substituição por um nome próprio nas condições de informação em que o enunciado se processa. O oposto ocorreria no caso da quantificação existencial, isto é, referência a quem, de fato, assassinou Maria. Lyons (1980) apresenta compreensão pouco diferente: admite como paráfrase a sentença “Quem quer que tenha morto Smith é louco”. E acrescenta: “Mas, normalmente (a sentença) pode ser enunciada em situações em que o locutor não afirma simplesmente acerca de um indivíduo (que pode ter sido referido de diversas maneiras sem mencionar o crime) que ele é louco, mas em que o fato de ter perpetrado o assassinio serve de base à asserção feita.” (p.154). Enquanto aquela dá importância à predicação da propriedade “ser louco” ao assassino, a este importa o fato de se “haver perpetrado o assassinato”, ou algo como: “O assassinato é uma loucura”.

Há outros problemas envolvidos no uso das descrições definidas: podem referir-se a *indivíduos* – nomes contáveis; *grupos* – nomes coletivos; *substâncias* – nomes de massa; *agregados* – nomes no plural. (Saeed, 1997, p.255). Entretanto, quando se trata de expressões como *o mercado*, a relação entre a descrição e o referente não parece tão simples. Por um lado, parece enquadrar-se na referência geral coletiva (conforme visto anteriormente).

Neste caso, a expressão faria referência ao conjunto todo sem entrar no mérito dos seus elementos. *o mercado de capitais, o mercado consumidor, o mercado internacional*, poderiam ser alguns desses elementos. Por outro, a expressão *o mercado* diz respeito a um referente abstrato, difuso: “as representações que os usuários da língua têm sobre relações comerciais, trabalhistas, industriais, entre outras, envolvendo negociações em dinheiro, em mercadorias, em ações”, por exemplo. Diferentemente de uma classe, que pressupõe membros que a compõem, ou de coletivos, que pressupõem um conjunto específico de membros, no caso de *o mercado* não se tem esses “membros componentes” (pelo menos não claramente). Em outra hipótese - referência genérica - *o mercado* seria aquela entidade abstrata, típica, que contém traços característicos de determinada espécie.

Não bastassem essas inquietações, expressões desse tipo parecem comportar-se também como nomes de massa (*a água*)¹⁶, com a diferença de que o seu referente é de natureza abstrata: se dividida uma determinada quantidade de água em porções menores, ainda continua havendo água; dividindo *o mercado* em porções menores, ainda continua havendo mercado. Sugere-se denominação de algo contínuo, designativo de espécie, não de algo contável. Por outro lado, se entendido como coletivo (conjunto composto por membros), pressupõem-se unidades discretas, distintas, e a divisão se comportará de forma diferente, sendo possível chegar à unidade mínima. Da mesma forma que dividindo a água se chega à molécula H₂O, qual seria a unidade mínima de “mercado”? Trata-se de referência geral coletiva, genérica ou de um nome de massa? Na reportagem também aparecem descrições definidas como *os investidores, as empresas financeiras nacionais, as multinacionais já instaladas*, cujos referentes, também gerais e abstratos, não constituem conjunto institucionalizado, ou um gênero. Parecem, todavia, constituir-se por indivíduos – nomes contáveis: as informações ao longo do texto permitem identificá-los.

Não parece necessário para os objetivos em vista entrar no mérito de que essas expressões se refiram ao grupo enquanto categoria única – referência geral coletiva, a cada um dos membros que o compõe – referência geral distributiva ou a um gênero. Apesar do interesse teórico que a discussão desperta e da necessidade de aprofundar pesquisas na área, não se pretende dar conta dela no presente estudo. O problema dessa classificação não parece tão pertinente para um estudo dedicado à relação entre a referência e as dimensões informativa e argumentativa que nela se manifestam. Quando necessário, a abordagem será

¹⁶ Faz-se referência ao capítulo intitulado *Is Water necessarily H₂O?* in CHIERCHIA, G. & McCONNELL - GINET, S. (1990). *Meaning and Grammar. An Introduction to Semantics*. Cambridge.(Mass), MIT Press.

feita como referência indeterminada, ou então, como descrições definidas indeterminadas. O texto jornalístico não tem a mesma preocupação de exatidão¹⁷ que o científico, por exemplo.

O que parece necessário considerar, cada vez mais, na interpretação das descrições definidas é a sua dependência do contexto. A partir de Donnellan (1971), essa perspectiva vem se acentuando, aproximando a abordagem dessas expressões referenciais da pragmática, ou apontando para a vantagem de enquadrá-las na sua interface com a semântica. Rouchota (1994) discorda do posicionamento de ambigüidade semântica, proposto por Donnellan. Para aquele, as representações semânticas são incompletas e apenas formam a entrada para processos pragmáticos tais como “desambigüização, atribuição de referência e enriquecimento”, do que resulta sua transformação em representações semanticamente completas, sem ambigüidade e, por isso, passíveis da atribuição de valor verdade”. (p.445).

O autor apóia teoricamente seu artigo na teoria da relevância (Sperber e Wilson (1986)¹⁸ para explicar como esses processos (tarefas inferenciais) ocorrem na interação comunicativa. Na abordagem pragmática que propõe, apresenta cinco usos para as descrições (in)definidas: atributivo, específico, referencial, genérico e predicativo. Os dois últimos, o próprio autor reconhece, precisam (e podem) ser melhor explorados, dentro da mesma perspectiva teórica. Além dessa base teórica comunicativa, coerentemente utilizada, o grande mérito do seu artigo parece estar na abordagem do uso referencial das descrições:

O conteúdo descritivo de uma descrição indefinida usada referencialmente não apenas ajuda o ouvinte a encontrar o referente pretendido, mas também ajuda o ouvinte a organizar o contexto em que o falante pretende que seu enunciado seja interpretado e assim dá margem a efeitos contextuais que uma forma diferente de referir não teria atingido tão economicamente. (Rouchota, 1994, p.465).

Ao selecionar uma expressão referencial, portanto, o autor se posiciona. A partir da semântica de “o assassino” opta por atribuir ao referente a propriedade “ser louco”. Poderia ter escolhido: “irresponsável”, “ateu” ou “desumano”. Qualquer dos atributos expressaria o seu posicionamento e ativaria diferentes (embora relacionados) contextos a partir dos quais o leitor interpretaria o enunciado. Intencionalmente ou não, o autor interfere no processamento da informação pelo leitor, persuadindo-o, em maior ou menor grau, sobre a verdade da

¹⁷ Para compreender como o texto jornalístico pode ser preciso sem ser exato, é necessário considerar o grau de precisão como valor pragmático, dependente do uso pressuposto do conceito pelo receptor. Um exemplo: quando se trata de informar a colegas sobre a doença de um funcionário, basta dizer: “sofre de câncer”. A mesma informação é obviamente insatisfatória para o médico que cuidará do paciente.

¹⁸ Trata-se de uma edição anterior, reeditada em 1995.

proposição. Essas propriedades poderiam ser incluídas na própria descrição definida, formando sintagmas únicos: “o louco assassino de Maria”, “o desumano assassino de Maria”, por exemplo. Ao mesmo tempo, o interlocutor estaria sendo informado – tomando conhecimento de algo que não sabia (ou imaginava): não só de que Maria foi assassinada, mas de que, para o autor da expressão referencial, o assassino é “louco” ou “desumano”.

Cada descrição definida, potencialmente, estaria constituída por um amálgama de sentidos que lhe permitiriam representar diversos aspectos do referente. Seria possível, portanto, abordar as descrições definidas como expressões que permitem descrevê-lo como um complexo de aspectos, realçando-os conforme a informação e o efeito pretendidos. É possível, portanto, dizer que elas também têm potencial informativo e argumentativo. O termo “atributivo” parece muito restrito: enfatiza as propriedades do nome que acompanha, mas não dá conta das inferências que pode ativar no interlocutor ou ainda, do quanto interfere na sua interpretação. Deixa na penumbra a dimensão informativa e argumentativa dos modificadores, por exemplo.

A perspectiva adotada no presente estudo vai ao encontro da perspectiva favorável ao papel do contexto e de um componente pragmático como fatores que ajudam a resolver a indefinição semântica de sentenças que contém descrições definidas, cujo pressuposto de existência não esteja satisfeito. Uma compreensão nesse sentido aponta para a descrição e explicação do papel referencial das descrições definidas na interface entre a semântica e a pragmática.

Se compreendido que o papel das descrições definidas vai além do uso para indicar um referente, torna-se possível entender em que sentido elas contribuem para a micro, a macro e a superestrutura do discurso, conforme Van Dijk (1990, 1992, 1996, 1998). Uma tarefa anterior se vincula a caracterizá-las tal como se apresentam no texto jornalístico. Ao lado daquelas formadas pelo artigo definido que acompanha um nome simples, existem outras, bastante complexas. Podem formar-se com auxílio de um ou dois modificadores: *o plano econômico* ou *o programa nacional de privatizações*. Por vezes, o modificador é uma oração relativa: *o programa de privatizações que o governo está executando*, por exemplo. Representam, geralmente, idéias ou conceitos ainda não lexicalizados, ou então, descrevem ou substituem algum termo técnico.

Além disso, os substantivos próprios na reportagem sobre economia parecem comportar-se também como descrições definidas, possivelmente porque, tanto nos agentes quanto nos objetos, predominam instituições no lugar das pessoas: *O Ministério da*

Fazenda, O Banco do Comércio Exterior, O Governo das Filipinas etc. Quando o nome das pessoas aparece, vem acompanhado, geralmente, de algum restritivo, de ordem também institucional: *o ministro Malan, o presidente Fernando Henrique, o senador Jader Barbalho etc.* É possível que, por isso, venham acompanhados por artigo definido. Pode-se antecipar que, nestes casos, predomina o caráter informativo na relação de referência, diferentemente de outras expressões onde a argumentação sobressai: *o cambalido astro Maradona, a centenária Manessmann, a velha Kombi, o controvertido especulador Naji Nahas etc.*

Naquelas descrições definidas mais extensas, complexas, se a seleção dos modificadores, por um lado, prende-se a restringir e especificar o nome a fim de facilitar a indicação do referente pretendido, por outro representa um acréscimo de informação que pode revelar o direcionamento das inferências e, portanto, da interpretação que o autor tem em mente. Por isso, é possível dizer que, na estrutura e no uso das descrições definidas, se “esconde” ou se veicula uma fatia considerável do significado do texto. Através destas expressões referenciais (há outras), permite-se saber em que medida a reportagem, além de informativa é também argumentativa. As noções propostas por Ducrot (1995) em termos de modificador realizante¹⁹ e derrealizante podem explicar seu papel argumentativo no uso das descrições definidas: Comparem-se as expressões: *a recuperação da economia; a lenta recuperação da economia; a rápida recuperação da economia.* Nos dois últimos casos, o modificador é, respectivamente, derrealizante (têm orientação contrária ao substantivo que acompanha) e realizante (na mesma direção do substantivo). Além disso, nos dois casos, o modificador acrescenta uma informação que não está presente na primeira expressão.

2.2. Semântica e pragmática

Um estudo dedicado às descrições definidas requer discutir o estatuto destas expressões no âmbito da semântica e da pragmática. Não pretende resolver a questão dos limites entre uma disciplina e outra.²⁰ Segundo Leech (1983), a primeira responderia à pergunta “O que x significa?” e a última, “O que você quis dizer com x?”. Assim, o significado em pragmática estaria vinculado ao falante ou usuário da linguagem, enquanto em semântica seria uma propriedade das expressões lingüísticas, abstraída de qualquer referência aos interlocutores ou à situação. Mas o autor reconhece a dificuldade em realizar tal recorte. Prefere antes, compreender complementarmente as duas disciplinas: “Uma avaliação do

¹⁹ Se XY tem uma força argumentativa superior àquela de X, e de mesma orientação, Y é um modificador realizante”. (Ducrot, 1995, p. 147). Se a orientação for contrária, seria derrealizante.

²⁰ Consulte-se Moura (1999) e Koch (1999) sobre os limites da semântica e da pragmática.

significado na linguagem deve (a) ser fiel aos fatos tal qual os observamos, e (b) ser tão simples e generalizável quanto possível. (...) Se abordarmos o significado a partir de um ponto de vista que combine semântica e pragmática, o resultado pode ser uma explanação satisfatória em termos desses dois critérios”. (Leech, 1983, p.07).

Levinson (1983), no capítulo introdutório do seu livro, apresenta diversos conceitos e definições dadas à pragmática ao longo do tempo e aborda suas limitações e vantagens. Diz que “as mais promissoras são as definições que equacionam pragmática com ‘significado menos semântica’, ou com uma teoria de compreensão da linguagem que leva o contexto em consideração, a fim de complementar a contribuição que a semântica traz ao significado”. (p. 32). A questão é que a pragmática parece vincular-se à amplitude ou restrição que uma teoria semântica se coloca. Como disciplina mais recente que tenta encontrar seu espaço, parece confinar-se a essa dependência. Assim, é pertinente a preocupação de Leech (1983) com a necessidade de encontrar uma teoria que permita colocar a pragmática, ao lado de fonologia, sintaxe e semântica, numa teoria geral da gramática.

Originalmente, a referência (e, por extensão, as descrições definidas) teve seu estudo restrito à semântica (formal), principalmente com a filosofia analítica e o positivismo lógico. Embora necessária, essa perspectiva semântica não parecia suficiente. Donnellan (1971), admitindo que as descrições definidas são *semanticamente* ambíguas, aponta como responsável por essa ambigüidade, o uso referencial ou atributivo que delas se faz. É um indicativo de preocupação de ordem pragmática, principalmente se esta for compreendida como estudo da linguagem em relação aos usuários ou, pelo menos, em relação ao uso.

Não se trata de estabelecer que o significado de uma expressão seja função do seu uso; trata-se, antes, de levar em consideração o uso das expressões quando se pretende dar conta do seu significado. Lyons (1987) postula a possibilidade de um significado inerente: “determinado pelo seu uso característico” (p.160). Ou ainda:

Até certo ponto, a referência potencial de expressões é determinada, não apenas pelo seu significado inerente e por fatores contextuais tais como os pressupostos compartilhados pelo falante e seu interlocutor, mas também por regras gramaticais, por um lado, e convenções ou tendências estilísticas, por outro, funcionando dentro de sentenças e por extensões mais longas de texto ou discurso. (p.161).

O autor não descarta o aspecto gramatical no estudo do significado; ao contrário, aponta para uma abordagem que inclui aspectos de estilo. Nessa ordem de raciocínio, pode-se

começar a entender as descrições definidas: seu uso característico é a indicação de um referente no discurso, mas isso não impede que elas também veiculem informação e dêem pistas sobre as escolhas (lingüísticas) empreendidas pelo autor a fim de controlar, na medida do possível, a interpretação do seu enunciado: dimensão argumentativa.

Rouchota (1994) dá apoio a essa compreensão: “o conteúdo descritivo de uma descrição definida referencialmente interpretada é raramente um simples meio de assegurar a referência; ela desempenha um papel importante na interpretação do enunciado que a contém por estruturar parte do contexto em que se tenciona interpretá-lo”. (p.463). Entende-se por conteúdo descritivo de uma expressão a sua relação de referência com um estado de coisas, ou seja, com o referente que ela identifica. Vista sob a perspectiva da produção do enunciado, o autor aponta para o alcance da descrição definida além do seu significado lingüístico (descritivo): aquele que se atribui à expressão referencial, teoricamente abstraído de sua utilização numa situação comunicativa concreta.

Transparece, entre os diversos autores, a dificuldade de abordar as descrições definidas apenas em termos previstos pela semântica formal (Cann, 1993) ou da Gramática de Montague (1964). O próprio Frege (1978) já percebera essa dificuldade na relação entre as expressões lingüísticas e ao que elas referem: “Certamente deveria corresponder, a cada expressão, que pertença a uma totalidade perfeita de sinais, um sentido determinado, mas, freqüentemente, as linguagens naturais não satisfazem a esta exigência e deve-se ficar satisfeito se a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido num mesmo contexto”. (p.63).

Essa dificuldade dá origem e continua perpassando o que, nos termos de Strawson (1970)²¹ constitui uma “batalha homérica” entre duas teorias predominantes que disputam espaço pela explicação do significado: uma delas (semântica) gira em torno dos conceitos de sentença e significado lingüístico e outra, (pragmática) dos conceitos de enunciado e significado do enunciador. O ponto discordante entre as duas correntes relaciona-se à possibilidade de restringir o estudo do significado a cada uma delas e, como conseqüência, admitir a existência de dois tipos de significado ou então, da possibilidade de explicar um em função do outro, mas prevendo a determinação ou a prioridade de uma delas. Diante disso, a questão é se um estudo que pretende abordar o uso das descrições definidas deva situar-se, necessariamente, de um lado ou outro, até por questão de coerência teórica.

²¹ Toma-se como referência a tradução dos textos de Davidson e Strawson publicada em Dascal (1982), cujos originais são, respectivamente, de 1967 e 1970.

“O sentido preciso da discussão entre Davidson e Strawson é a possibilidade teórica de uma semântica desligada de considerações de ordem pragmática”. (Dascal, 1982, p.24). Davidson favorece a possibilidade de abordar o significado nos termos da *convenção-T* (Tarski, 1972): fornecer o significado de uma sentença é o mesmo que indicar suas condições de verdade. Condiciona, entretanto, a verdade à relação entre uma sentença, uma pessoa e um instante: “Eu estou cansado’ é verdadeira enquanto potencialmente enunciada por *p* em *t* se e somente se *p* estiver cansado em *t*”. (Davidson, 1982, p.173). Essa relativização – o esforço teórico apontando a possibilidade de dar tratamento lógico à sentença de acordo com a situação - se não é indicativo de aproximação com a pragmática, pelo menos indica ampliação da semântica.

Teóricos da intenção comunicativa - (Austin (1962), Searle (1969), Grice (1975) - questionam a possibilidade de restringir a noção de condições de verdade sem referência à função comunicativa: “O que um enunciador significa através de seu enunciado é especificado, evidentemente, através da especificação da intenção complexa com que ele produz o enunciado”. (Strawson, 1982, p.194). Se, por um lado, Strawson critica Davidson por relacionar o significado ao conceito de verdade (por se tratar de um conceito amplo, filosoficamente controverso), não parece dar-se conta de que compreender a *intenção* do enunciador é igualmente complicado, principalmente por se tratar de uma noção que só pode ser observada indiretamente. Searle (1983) busca dar tratamento mais completo à intencionalidade. Compreende-a, entretanto, num sentido amplo em que a *intenção* é apenas uma das suas manifestações, ao lado de crenças, desejos, admirações, medos etc.: “Intencionalidade é aquela propriedade de muitos estados mentais e eventos pela qual eles são direcionados a ou são a respeito de objetos ou estados de coisas no mundo. (...) Intencionalidade é direcionamento”. (p.01-03). O fato de um enunciador dirigir-se a algum interlocutor sempre viria, portanto, carregado de alguma intenção, mesmo que essa intenção fosse apenas dizer (ou não) algo por falta de qualquer outra coisa ou necessidade.

A questão da intencionalidade ganha aspectos particulares no caso do jornalismo. É função do jornalista trafegar informações referenciais, reportadas à realidade: ele é pago para isso. Admitindo-se que existam jornalistas não corruptos e não militantes de causas transcendentais, o interesse consiste em transmitir informação, sem qualquer pretensão de resposta: nada a fazer se um tufão matou milhares de pessoas na Índia – e esta é uma notícia importante. Nem mesmo a credibilidade de uma notícia importa, necessariamente, embora seja a credibilidade ponto de partida para o êxito do veículo. Assim, segundo dados do

MACA (1987, p.33), 31% da população adulta brasileira não acreditava, em 1981, que o homem tivesse ido à lua treze anos antes: nenhum jornalista sentiu-se particularmente culpado ou contrariou-se com isso. Apenas terá observado que não foi por falta de informação.

Conciliar os dois lados dessa “batalha homérica” entre os teóricos da intenção comunicativa e os teóricos da semântica formal seria objetivo pretensioso; parece, entretanto que, se o fenômeno em estudo aponta para a necessidade de ser abordado numa ótica interativa entre as duas correntes, não se pode enquadrá-lo em uma delas. Seria, mais uma vez, subordinar o dado à metodologia. Ducrot (1987), ao rever seu posicionamento sobre a anterioridade do componente lingüístico sobre o retórico, já apontara nessa direção. O estudo do significado revela uma dupla característica: de um lado é determinado pelo sistema lingüístico e, de outro, pela situação comunicativa.

Pretende-se, por isso, argumentar a favor da abordagem das descrições definidas na concorrência simultânea de fatores semânticos e pragmáticos: o estatuto dessas expressões melhor se compreende em termos de interação entre as condições de verdade do enunciado (semântica) e a intenção comunicativa (pragmática) de quem o profere. Abordar o estudo das descrições definidas na interface entre as duas correntes, portanto, não seria questão de comodidade e nem de “embaralhamento” teórico-metodológico; muito menos a de assumir uma posição (diplomática) conciliadora que apague as diferenças; é um posicionamento que admite a possibilidade de descrever determinado fenômeno da linguagem – o uso das descrições definidas – partindo do princípio de “aplicar” simultaneamente as duas teorias ao mesmo fato para que ele seja melhor compreendido. É posicionamento controvertido sob o aspecto filosófico ou teórico, mas é ponto de partida adequado para a descrição de um fenômeno lingüístico de dupla face.

Levinson (1983), ao comentar os estatutos da pragmática e da semântica, também já apontara para essa possibilidade de abordagem híbrida do significado:

Do que até agora sabemos sobre a natureza do significado, uma abordagem híbrida ou modular parece inescapável: resta a esperança de que, com dois componentes, um semântico e outro pragmático trabalhando *in tandem*, cada um pode ser organizado em linhas relativamente homogêneas e sistemáticas. Tal teoria híbrida será quase certamente mais simples e mais amparada em princípios do que uma simples teoria semântica, amorfa e heterogênea. (Levinson, 1983, p.15)

Não se trata de estabelecer uma teoria nesses termos. Acredita-se na possibilidade de dar conta do uso referencial das descrições definidas, amparando-se, simultaneamente, nas

duas disciplinas - na sua interface: onde elas se tocam e não onde mais se afastam. Além disso, pode-se vincular a dimensão informativa às condições de verdade e a argumentativa aos aspectos comunicativos. Trata-se de uma divisão apenas didática, porque, na comunicação efetiva, mesmo o uso referencial das descrições definidas se processa ao longo de um espectro em que uma das extremidades é ocupada pela relevância da informação e a outra, pela dimensão argumentativa, projetando determinado ponto de vista sobre o referente em causa.

Imagina-se a referência como um ponteiro que oscila entre a informação contida na descrição definida e a interferência que essa informação pode provocar nas representações do interlocutor. Em outras palavras, a referência seria uma linha imaginária que apresenta, numa das extremidades, a informação e, na outra, a argumentação. Ao longo dessa trajetória, as duas dimensões se movimentam e se digladiam em termos de predomínio: quando uma se sobressai, a outra se apaga na mesma proporção. Enquanto a dimensão informativa apresenta conhecimentos para relacionar as expressões referenciais a um estado de coisas, a dimensão argumentativa relaciona as expressões a versões ou sentidos atribuídos a um estado de coisas, com a finalidade de interferir nas representações do interlocutor. Compreende-se *intenção* num sentido mais próximo ao seu significado na linguagem comum: “uso da linguagem com finalidade de”. Dentro da margem de escolha que a língua permite, o autor têm direito de optar – no caso das descrições definidas – pela combinação mais adequada para indicar o referente, informando sobre determinado acontecimento e, ao mesmo tempo, levar o interlocutor a crer em uma versão dos acontecimentos.

2.3. Contexto

Uma abordagem, nos termos em que se viu, não permitiria adotar uma compreensão restrita de semântica lingüística: “o estudo do significado abstraído daqueles aspectos que derivam da intenção dos falantes, dos seus estados psicológicos e dos aspectos socioculturais do contexto em que os enunciados se realizam.” (Cann, 1993, p.01). É preciso, portanto, dar conta de reenquadrar na abordagem pretendida todo o material que essa noção restrita deixa de lado. E aí, emerge a controvertida noção de contexto. Além da própria definição, duas questões: (a) qual é a amplitude do contexto?, (b) ele se inscreveria no componente semântico ou pragmático?

Não se vai aqui fazer uma revisão de toda a literatura na área, nem apresentar definição própria. Pretende-se analisar algumas definições para chegar àquela que favoreça o estudo das descrições definidas e que se coadune com a linha teórica que vem sendo

traçada. É o que acontece com diversos autores. Cada um deles procura definir uma compreensão de contexto que se aplique à teoria que defende. Assim, Leech (1983) diz que considera *contexto* “qualquer conhecimento assumido como compartilhado entre um falante e um interlocutor e que contribui para a interpretação pelo interlocutor do que o falante quer dizer através de um certo enunciado” (p.13): a ênfase recai no conhecimento compartilhado entre os interlocutores.

Levinson (1983), no prefácio do seu livro, também faz delimitações em relação ao que compreende por *contexto*, já que inscreve claramente sua obra na tradição filosófico-lingüística: “inclui somente alguns dos parâmetros básicos do contexto de enunciação, incluindo a identidade, papel e lugar dos participantes, suposições sobre o que os participantes sabem ou assumem, o lugar do enunciado dentro de uma seqüência de turnos de fala, e assim por diante.” (p.10). Admite que há outros fatores de ordem social e cultural que também são considerados contextuais, mas não se limita a eles dado que não se inscrevem na linha teórica ou nos objetivos de seu livro.

Lyons (1987), em seu livro básico de lingüística²², não fala de *contexto* de forma geral; limita-se a dizer o que se inclui no contexto de enunciação: “as crenças e atitudes de determinadas pessoas, referência a determinadas entidades do ambiente, convenções de etiqueta vigorando entre determinados grupos, e assim por diante.” (p.159). Em sua obra sobre semântica (1977)²³ faz uma abordagem mais completa e aponta alguns conhecimentos que o usuário da linguagem precisa dominar acima e abaixo das regras do sistema lingüístico e da denotação das palavras para que possa produzir e interpretar enunciados: a) o prestígio social; b) a localização no tempo/espaço; c) a formalidade; d) o meio (canal) de comunicação; e) o objeto (assunto) do discurso; f) o registro adequado ao objeto. (p. 574 a 585).

Van Dijk (1998) define o *contexto* como “o conjunto estruturado de todas as propriedades de situação social que são possivelmente relevantes para a produção, as estruturas, interpretação e funções do texto e da fala”. O autor considera como dimensões do contexto o domínio (por exemplo, a lei, a política, a educação), o gênero (conversação, bate-papo, encontro, lição etc.), a intenção (de informar, convencer etc.), o propósito (aprovar uma lei ou ensinar uma habilidade), data, lugar, circunstâncias e objetos relevantes (quadro-negro, telefone etc.), níveis de participação e papéis sociais ou profissionais etc. (p.211-227).

²² LYONS, J. (1987). *Lingua(gem) e Lingüística*. Rio de Janeiro. Editora Guanabara.

²³ _____ (1977). *Semantics*. Cambridge. CUP. (V.2).

Com as abordagens destes quatro autores já é possível ter idéia do quanto é difícil e talvez do quanto a comunidade lingüística ainda está longe de chegar a alguma compreensão consensual a respeito do que o *contexto* pode, deve ou pretende abranger²⁴. Mas isso não significa que a teoria lingüística se encontre num impasse. É ponto comum que o contexto se refere a alguma situação comunicativa, diz respeito ao que os falantes assumem além do conhecimento do sistema lingüístico e ao que é necessário para a continuidade do discurso.

As três primeiras versões parecem privilegiar uma noção estática de contexto, ou seja, consideram-no previamente dado e assumido na interlocução. Essa compreensão, entretanto, não parece suficiente para os objetivos do presente estudo. Não aponta com maior ênfase (ou pelo menos não registra) a possibilidade de que o contexto pode alterar-se enquanto o discurso acontece ou, então, de que o próprio discurso interfira na mudança ou criação do contexto. Por isso a necessidade de buscar apoio em alguma compreensão mais dinâmica, como a apontada por Van Dijk, por exemplo.

Moura (1999) diz: “A pragmática envolve a atribuição de certas crenças ao interlocutor, que delimitam o contexto da interpretação. Os contextos que não dependem dessa atribuição de crenças não são pragmáticos, mas definidos no componente semântico, em função da dinâmica do discurso”. (p.76). O autor admite dois tipos de contexto, ou pelo menos um contexto que, simultaneamente, se constrói a partir de proposições provenientes do componente semântico e pragmático: “Um contexto abrange assim, como vimos, não apenas proposições introduzidas pelo conteúdo semântico das sentenças, mas também proposições introduzidas por inferência pragmática.” (p.91). Para o autor, é fundamental a noção de *mudança de contexto* motivada pela enunciação de uma nova sentença já que esta pode tornar incompatíveis os contextos até então aceitos. (p.83). Também ele restringe a noção de contexto que interessa a sua teoria: “estou considerando o contexto aqui como equivalendo às informações compartilhadas (analisadas como um conjunto de proposições) que permitem a interpretação de uma sentença”. (p.83).

Rouchota (1994) também considera o *contexto* como conjunto de crenças. Mas faz uma ressalva: “o que é crucial para o modo de interpretar as descrições indefinidas em diferentes contextos não é o que o falante acredita, mas quais das suas crenças ele pretende comunicar”. (p.455). Dado que o autor se apóia na teoria da relevância (Sperber e Wilson, 1995), para a qual a noção de intenção comunicativa é fundamental, compreende-se este seu posicionamento. Rouchota também pode ser enquadrado entre os autores que encaminham

²⁴ Ressalte-se, contudo, a abordagem apresentada por Coseriu (1962).

compreensão mais dinâmica do contexto. Assim como Moura (1999) atribui a mudança de contexto à nova sentença enunciada, aquele autor o faz em relação às descrições (in)definidas. São elas que criam os diferentes contextos a partir dos quais o enunciado deve ser interpretado: “é fácil saber por que modificar a descrição indefinida usada num enunciado afeta seu significado. Diferentes descrições dão acesso a diferentes conceitos. Diferentes conceitos têm diferentes entradas enciclopédicas e assim contribuem para a criação de um contexto num modo diferente”. (p.464).

Em termos gerais, isso quer dizer que o sentido da descrição contribui para o significado do enunciado: assim acontece porque o conteúdo descritivo (aquele expresso nas declarações e que tem a ver com as condições de verdade) da descrição faz “disparar” um conjunto de possibilidades interpretativas que o ouvinte recupera da sua memória e, dentre as quais, precisa considerar aquela que deve merecer relevância.

Sugerimos até aqui que a mudança de contexto por processos inferenciais em geral, e para a compreensão em particular, é parcialmente determinada num dado momento pelos conteúdos do mecanismo dedutivo, aqueles da memória geral de curto prazo, aqueles da memória enciclopédica e da informação que pode ser imediatamente inferida do contexto físico. Esses fatores determinam, não um contexto simples, mas um conjunto de contextos possíveis. O que determina a seleção de um contexto particular dentro desse conjunto de possibilidades? Nossa resposta é que a seleção de um contexto particular é determinada pela procura da relevância. (Sperber e Wilson, 1995, p.141).

Na perspectiva dos autores, não é o contexto que é dado, ou melhor, não é o contexto que é o ponto de partida para a compreensão. Ao contrário, o interlocutor parte do princípio de que a asserção a ser processada é relevante e aciona o contexto compatível com tal princípio. É uma inversão de prioridade. Considerando a presunção da relevância do enunciado a ser processado, o contexto é acionado a partir de três fontes: a memória enciclopédica, a memória de curto prazo e o ambiente físico. Nesse sentido, sua definição de contexto pode ser compreendida como um conjunto desses três fatores, com amplo espaço para os aspectos cognitivos envolvidos. Para fins de formalização dos efeitos contextuais, os autores presumem (ainda não há evidência empírica de que seja assim) que os conhecimentos estejam armazenados na memória sob a forma de proposições. Assumem uma visão que enfatiza aspectos cognitivos do *contexto*:

um contexto é um constructo psicológico, um subconjunto das suposições do ouvinte sobre o mundo. São estas suposições, naturalmente, ao invés do real estado do mundo, que afetam a interpretação de um enunciado. Um contexto, neste sentido, não é limitado à informação sobre o ambiente físico imediato ou aos enunciados imediatamente anteriores: expectativas sobre o futuro, hipóteses científicas ou crenças religiosas, lembranças de anedotas, suposições culturais gerais, crenças a respeito do estado mental do falante, podem todos desempenhar algum papel na interpretação. (Sperber e Wilson, 1995, p.15).

Se tomados em bloco, os três últimos autores, tal como Van Dijk, orientam-se por uma compreensão mais dinâmica do contexto. Partem da possibilidade de que o contexto não seja fixo; modifica-se à medida que o discurso avança. E essa compreensão é mais pertinente para análise do papel das descrições definidas, por se tratar de expressões que podem ser compostas através de um léxico diferente para indicar um mesmo referente. Essa mudança vai gerar novos contextos, dentro dos quais o enunciado de que as descrições fazem parte deve ser interpretado. Além disso, esses autores, embora sob aspectos diferentes, situam a relação entre o conteúdo descritivo e o contextual na interface semântico/pragmática. Podem, assim, dar suporte a um estudo que pretende abordar as descrições definidas nos seus múltiplos aspectos - referir, informar e argumentar - sem restringir um ou outro a uma única disciplina.

2.4. Teoria da relevância

Numa acepção menos técnica, relevante é aquilo que tem alguma importância em função de determinado objetivo. Na área jornalística, o repórter que dá cobertura a certo fato ou evento avalia o que é relevante ou não para o público leitor. Especificamente na reportagem, isso se torna ainda mais fundamental porque ela surge depois que os fatos já foram amplamente divulgados. Por um lado, não pode apenas reproduzir o que já é de domínio público e, por outro, precisa guardar alguma relação com este mesmo conhecimento que o público já tem. Na área econômica, se o texto se afasta muito do que o leitor domina - tanto em termos de informação quanto de linguagem técnica - corre o risco de não ser considerado relevante, porque não consegue relacionar as informações com as suposições já disponíveis. O mesmo acontece se trazer informações supérfluas, sem interesse para o leitor. Produzir a reportagem é trabalho que exige, na escolha das expressões referenciais, controle sobre as informações mais relevantes e, além disso, avaliação da probabilidade de conexão do que é informado com os conhecimentos que o leitor já domina. Esse conhecimento - informação enciclopédica - não é armazenado em proposições individuais. Diferentes

modelos cognitivos²⁵ explicam essa armazenagem em termos de esquemas: conjuntos de conhecimentos relacionados que se formam a partir de experiências repetidas sobre determinado evento ou propriedade. Assim, quem frequenta restaurantes tem um esquema – representação – do que normalmente acontece nessa situação: escolher uma mesa, consultar o cardápio, comer, pagar a conta etc. Esses conhecimentos seriam armazenados sob um mesmo esquema. O acessamento, portanto, seria por assunto e não como na computação - por código.

Sperber e Wilson (1995) não optam por um modelo específico. Compartilham a hipótese básica que é comum a todos: “a informação enciclopédica não contém apenas suposições factuais mas também esquemas de suposições que um contexto apropriado pode converter em suposições completas” (p.88). O leitor da reportagem sobre economia provavelmente constituiu algum esquema sobre o funcionamento dos bancos. Conectando a informação de uma reportagem sobre *o sistema bancário*, por exemplo, com este esquema, pode modificá-lo constantemente, revisá-lo, tornando-o mais consistente.

Para um estudo situado na interface entre semântica e pragmática, a teoria da relevância também é teoricamente adequada: apresenta um modelo de comunicação que combina o modelo codificador²⁶ com o modelo inferencial, isto é, não descarta o papel do código como instigador das inferências. Embora ainda especulativamente, Sperber e Wilson (1995) dizem que “a identificação da forma proposicional envolve dois mecanismos mentais: um módulo de entrada lingüístico e uma habilidade inferencial central (...). O que faz uma interpretação ‘correta’ e outra ‘errada’ é informação contextual, principalmente a informação enciclopédica geral...”(p.186). A entrada lingüística - uma sentença lida, por exemplo - é decodificada no primeiro módulo e, com auxílio do contexto, inferencialmente complementada no segundo. Isso porque, na entrada, a sentença ainda é semanticamente incompleta, suas expressões referenciais precisam ser ligadas a referentes, ambigüidades devem ser resolvidas e termos vagos, especificados. É a incompletude semântica:

Representações semânticas lingüisticamente codificadas são estruturas mentais abstratas que precisam ser inferencialmente enriquecidas antes que elas possam ser tomadas como a representação de algo de interesse. (...) Cada representação semântica é um esquema, que precisa ser completado e integrado numa suposição sobre a intenção informativa do falante, e pode ser tão complexa quanto o falante pretende que ela seja. (Sperber e Wilson, 1995, p.174-175).

²⁵ Tais estudos tomam fôlego a partir de Bartlett (1950) com sua teoria dos esquemas.

²⁶ Modelo codificador é aquele tradicional em que a comunicação se processa através da codificação e decodificação de mensagens. Segundo os autores, este modelo dá conta dos aspectos semânticos. O modelo inferencial será abordado ao longo do texto.

Essas representações semânticas²⁷, constituídas por decodificação no módulo lingüístico, são enviadas ao mecanismo da inferência que as complementa a fim de chegar à forma proposicional correta – aquela que o locutor pretendeu comunicar. Entende-se forma proposicional como aquela passível de receber os valores verdadeiro ou falso. Dada a incompletude semântica, uma mesma sentença pode dar origem a diversas formas proposicionais. Entre elas, o interlocutor precisa escolher aquela que o locutor quis comunicar. E isto exige associar as expressões aos *conceitos* representados na memória:

Conceitos são objetos psicológicos considerados a um nível bastante abstrato. Formalmente, assumimos que cada conceito consiste de uma etiqueta ou endereço que desempenha duas funções diferentes e complementares. Primeiro, ele parece como um endereço na memória, uma ancoragem na qual diversos tipos de informação podem ser armazenados e recuperados. Segundo, deve parecer como um constituinte de uma forma lógica, a cuja presença as regras dedutivas podem ser sensíveis. (Sperber e Wilson, 1995, p.86).

Para os autores, os conceitos são constituídos por três entradas: uma lógica (conjunto de regras que se aplicam às formas lógicas em que o conceito está inserido); uma lexical (linguagem natural em que o conceito é expresso) e uma enciclopédica que “contém informação sobre a extensão e/ou denotação do conceito: isto é, sobre os objetos, eventos e/ou propriedades que o instanciam” (p.86). Essa entrada, portanto, é responsável pela relação de referência. Como se trata de modelo parcialmente dedutivo, a noção de forma proposicional como conjunto estruturado de conceitos é pertinente. As descrições definidas enquadram-se nessa perspectiva na medida em que se inserem no conjunto de constituintes dos enunciados, expressando conceitos: ativando seus endereços na memória, indicam o contexto dentro do qual o referente pretendido deve ser buscado dentre os potencialmente oferecidos. Quer dizer que a descrição – a forma codificada ou entrada lingüística - será processada dentro do contexto adequado, facilitando, assim, com o menor esforço possível, a identificação do referente pretendido.

Uma sentença pode admitir diversos sentidos e cada um deles representa uma forma proposicional. Nesse leque de possibilidades, o ouvinte precisa escolher aquela que é correta, isto é, aquela que está de acordo com o que o autor pretende comunicar. A teoria da

²⁷ “As representações semânticas recuperadas pela decodificação são úteis apenas como fonte de hipóteses e evidência para o segundo processo comunicativo, o inferencial. Comunicação inferencial envolve a aplicação, não de regras específicas para propósitos de decodificação, mas de regras de inferência com propósitos gerais, que se aplicam a qualquer informação conceitualmente representada”. (Sperber e Wilson, 1995, p.176).

relevância oferece resposta ao critério que o leitor utiliza para selecioná-la. Três sub-tarefas estão envolvidas: desambigüização, atribuição de referência e enriquecimento dos conceitos incompletos ou vagos. Estas sub-tarefas já fazem parte do mecanismo de inferência e são, portanto, de ordem pragmática. “A cada estágio na desambigüização, atribuição de referência e enriquecimento, o ouvinte deve escolher a solução que envolve menor esforço, e deve abandonar esta solução somente se ela falhar em produzir uma interpretação consistente com o princípio da relevância.” (p.185). Significa que o leitor opta pela forma proposicional que está de acordo com o princípio, aquela que é mais relevante dentre as potenciais concorrentes e que, ao mesmo tempo, exige menor esforço de processamento: “a relevância de uma suposição é analisada em termos da modificação que traz ao contexto em se processa.” (p.89).

Tecnicamente, “uma suposição é relevante num contexto na medida em que seus *efeitos contextuais* sejam grandes; uma suposição é relevante num contexto na medida em que o esforço requerido para processá-la seja pequeno”. (p.125). Trata-se, portanto, de uma relação entre esforço e resultado: relevante é a informação que produz mais resultados com menor esforço. E o conhecimento desse princípio orienta a escolha das expressões lingüísticas na organização da sentença. Isso pode ser estendido à relação de referência: o autor escolhe a expressão que considera ser a mais relevante para os efeitos que quer produzir no interlocutor e, ao mesmo tempo, a mais facilmente processável. Admitindo que a informação recebida seja relevante, o interlocutor insere o enunciado no contexto ativado pelo conceito que a expressão referencial representa e, entre os referentes potenciais, escolhe aquele que é mais relevante com o menor dispêndio de esforço mental. Observe-se o enunciado:

20) *Os investidores estrangeiros estão de olho no sistema financeiro do país.*

O enunciado não parece ambíguo; apresenta, antes, informação *indeterminada*. O módulo de entrada lingüística decodifica a sentença e apresenta mais de uma representação semântica. Mesmo sabendo o sentido de “os investidores estrangeiros”, não sabe a quem se refere a expressão no enunciado: aos espanhóis, aos americanos, aos donos de grandes fortunas etc. Da mesma forma, não sabe identificar o referente de “sistema financeiro do país”: se inclui ou não os bancos estatais, as administradoras de cartões, os bancos de menor expressão, ou qualquer instituição financeira. Estas representações semânticas (incompletas) são enviadas ao mecanismo inferencial onde, com auxílio do contexto (e contexto inclui informação discursiva anterior), eliminam-se as incompatíveis; sobra, provavelmente, aquela

que o autor quis comunicar²⁸. Se o autor indicou o referente de forma geral - não apresentou qualquer especificação - é porque esta não tem relevância. No lugar da verdade ou falsidade absolutas (lógicas), Sperber e Wilson (1995) propõe o processo de inferência como não-demonstrativo: “inferência não-demonstrativa, tal como espontaneamente desenvolvida pelos homens, seria menos um processo lógico do que uma forma operacional restrita de adivinhação. Se assim, deveria ser vista como exitosa ou não, eficiente ou não, ao invés de logicamente válida ou inválida”. (p. 69).

Os autores, portanto, partem do princípio de que “a cognição humana é orientada pela relevância, e como resultado, alguém que conhece o ambiente cognitivo²⁹ de um indivíduo pode inferir quais suposições ele realmente é capaz de processar” (p.46). Na produção do enunciado, portanto, cabe ao autor estimar, pelo menos aproximadamente, o domínio do código e a informação contextual acessíveis ao seu interlocutor. Quanto mais correta essa estimativa, maior a probabilidade de que a compreensão pretendida seja alcançada. Nesse sentido, além de informativo, o enunciado também é argumentativo, na medida em que é projetado para produzir algum efeito no seu ambiente cognitivo.

Esse cálculo (heurística) é possível porque a memória básica trata qualquer representação do mundo ali armazenada como se fosse verdadeira - como *suposição factual*:

Suposições factuais são o domínio por excelência dos processos inferenciais espontâneos e não-demonstrativos. Cada nova suposição factual combina-se com um estoque de suposições existentes a fim de dar desfecho a processos inferenciais, cujo objetivo, sugerimos, é modificar e implementar a representação do indivíduo sobre o mundo. (Sperber e Wilson, 1995, p.75).

Isso quer dizer que o conhecimento armazenado sempre é tido como verdadeiro e mantido como tal, até prova em contrário. Pode-se dizer que a verdade das suposições armazenadas é um axioma primitivo. A partir dele, processam-se as inferências que, combinando informação nova (novas sentenças, no caso da leitura) com informação antiga, (suposições factuais) produzem confirmação (reforço) ou apagamento de proposições

²⁸ “O uso ordinário de expressões referenciais envolve cálculos de recuperação que levam em consideração informação contextual. (...) Estes cálculos de recuperação são realmente adivinhações sobre conhecimento; um falante, ao escolher como fazer referência a alguma entidade, deve fazer estimativas sobre o que seus ouvintes conhecem”. (Saeed, 1997, p.181)

²⁹ É o conjunto das suposições que o indivíduo é capaz de representar mentalmente e aceitar como verdadeiras ou provavelmente verdadeiras. “Um ambiente cognitivo total de um indivíduo é função do seu ambiente físico e das suas habilidades cognitivas”. (Sperber e Wilson, 1995, p.39).

admitidas, além de criar novas suposições por implicação contextual.³⁰ São os *efeitos contextuais*: “Há algum efeito contextual, na forma de apagamento de algumas suposições do contexto, a modificação da força de algumas suposições do contexto, ou a derivação de implicações contextuais” (p.117). Não há efeito contextual, portanto, em três casos: a) quando a proposição informada já está presente no contexto; b) quando ela é inconsistente; c) quando não têm conexão com aquelas já existentes. Para quem escreve reportagens, esses princípios auxiliam a controlar a relevância das informações apresentadas, mesmo no nível das expressões referenciais.

A capacidade explanatória e descritiva desses efeitos sustenta, portanto, a interação entre a informação nova (aquela captada pelos sistemas de entrada – o lingüístico é apenas um deles) e a informação antiga, aquela que já faz parte do contexto, isto é, aquela que já se encontra na memória, no sistema de representações do leitor. Em termos de texto jornalístico, essa explicação é pertinente na medida que o autor presume, dado o perfil do seu leitor potencial, que tipo de conhecimentos ele já domina. Além disso, permite ancorar a informação no texto com aquela já veiculada em edições anteriores ou com aquela que a imprensa diária já tem explorado. Nesse sentido, a reportagem, ao aprofundar as informações já veiculadas pelas notícias evita, de um lado, a redundância e, de outro, a informação irrelevante. “Se tudo o que uma contextualização faz é acrescentar toda, alguma ou nenhuma informação nova ao contexto sem, de outra forma, alterar o contexto como um todo, então ela não produz efeitos contextuais” (Sperber e Wilson, 1995, p.117).

Esse processo de produção de efeitos contextuais coaduna-se com a noção de contexto dinâmico, discutida no item anterior. O contexto não é apenas o pano de fundo, estático, em função do qual os enunciados são interpretados. Mediante a interação entre a informação nova (a reportagem) e informação antiga (suposições na memória), o contexto sofre alteração: certas suposições tidas como verdadeiras são modificadas (às vezes apenas reforçadas) em seu valor de verdade, o que vai alterando o contexto frente ao qual novas informações serão processadas. Modificando o contexto, modificam-se as suposições sobre o mundo – o conhecimento enciclopédico. A interação entre conhecimento novo e antigo permitiria explicar por que não se chega ao limite máximo de aprendizagem ou à saturação da memória.

³⁰ “Implicações contextuais são efeitos contextuais: elas resultam de uma interação crucial entre informação nova e antiga como premissas numa implicação sintética”. (Sperber e Wilson, 1995, p.109). Através de inferências do tipo *modus ponens* ou *modus tollens* aplicados sobre a informação antiga e nova usadas como premissas, o interlocutor chega a alguma conclusão: e esta conclusão é o efeito contextual chamado *implicação contextual*.

No caso da reportagem sobre economia, o repórter precisa, então, controlar as informações de forma a não se tornar repetitivo e previsível. Com esta preocupação em ser informativo e tornar o que escreve relevante para o leitor, pode conduzir as inferências: estimando qual informação o leitor já tem e contrapondo a ela informação nova, age sobre o leitor de forma a reforçar ou apagar suas convicções, ou então, de fazê-lo inferir suposições novas. Se age sobre o interlocutor, então argumenta. Mas essa dimensão argumentativa não é focalizada pelos autores da teoria da relevância, apesar da centralidade que o aspecto intencional desempenha em sua teoria. Para eles, a comunicação verbal se orienta apenas por dois tipos de intenção (p.58-61):

- a) *intenção informativa*: tornar manifesto ou mais manifesto ao auditório um conjunto de suposições;
- b) *intenção comunicativa*: tornar mutuamente manifesto, para o auditório e para o autor, de que este tem intenção informativa.

Essa manifestação ostensiva implica admitir que o autor, ao produzir o enunciado, fornece pistas mais ou menos claras sobre suas representações da realidade e o interlocutor admite esta intenção informativa para fazer suas inferências: “Comunicação inferencial e ostensão são um único e mesmo processo, mas visto de duas perspectivas diferentes: aquela do comunicador que está envolvido em ostensão e aquela do auditório que está envolvido em inferência” (Sperber e Wilson, 1995, p.54).

Pode haver, entretanto, a possibilidade de um terceiro tipo de intenção que perpassa, as vezes mais, as vezes menos deliberadamente, as duas indicadas - *uma intenção argumentativa*: o autor manifesta ostensivamente que a informação deve ser processada em determinado contexto, isto é, a partir de determinada perspectiva. Isso ele consegue através da escolha da expressão referencial com que vai apresentar determinada representação de um *objeto*. Por exemplo: na época da inflação alta que corroía os salários, principalmente de quem não tinha como proteger-se em aplicações ou câmbio, um repórter poderia referir-se ao fenômeno como *a inflação crescente e constante*. Mas poderia optar por apresentá-lo como *o dragão inflacionário* para que o leitor processasse a informação apelando para os conhecimentos enciclopédicos vinculados ao conceito “dragão”: animal violento, de boca grande, difícil de ser abatido, que cospe fogo e mata gente... Partindo do princípio de que a informação dada é relevante, o leitor procura por proposições nesse contexto ativado pelo conceito de “dragão”. Se entre estas encontrar alguma do tipo “a inflação é violenta e corrói o valor do dinheiro”, reforçará esta sua suposição (efeito contextual). Houve, portanto, uma

ação do repórter sobre o conhecimento enciclopédico do leitor. A primeira expressão - “a inflação crescente e constante” - não surtiria o mesmo efeito contextual porque não alcançaria a entrada enciclopédica ativada por “dragão”.

Os autores da teoria da relevância também abordam o funcionamento do mecanismo inferencial através de um uso *descritivo* – referir-se a um estado de coisas – e de um uso *interpretativo* - referir-se a um pensamento sobre um pensamento. (p.259). Quer dizer que, além da referência a um estado de coisas representado, o próprio mecanismo consegue fazer uma representação das próprias representações. A esses dois usos pode ser acrescentado um uso *argumentativo*: referir-se a determinado estado de coisas de forma a aumentar a probabilidade de que ative a representação pretendida, na memória do ouvinte. O autor se colocaria essa questão toda vez que estabelece a referência; o leitor se perguntaria por que foi escolhida a expressão referencial x ou y? No caso das expressões vistas acima, ambos cotejariam entre as duas possibilidades, calculando os efeitos de cada uma.

Cabe ressaltar que esse aspecto argumentativo não se acrescenta aos dois que os autores propõem. Ele se manifesta, em maior ou menor grau, dentro e através daqueles. Em termos de referência, a escolha dos itens que vão compor determinada descrição definida nem sempre é fruto de opção deliberada com o objetivo de persuadir o leitor; em muitos casos, foi a melhor forma, ou a única possível, que o autor encontrou para indicar ao leitor o referente pretendido.

2.5. Retórica

Um estudo que pretende discutir a dimensão argumentativa das descrições definidas não poderia passar ao largo da retórica. No sentido mais divulgado ou aceito entre o público, retórica tende a significar mero jogo de palavras com o fim de ilustrar, de demonstrar pompa ou rebuscamento de linguagem, que não leva à ação alguma. O que sobra da antiga retórica³¹ confina-se aos recursos estilísticos e figuras de linguagem nos livros de gramática e literatura. Ao invés de escrever (ou falar) bem, passa a significar escrever (ou falar) bonito. E não é essa compreensão que interessa ao estudo em causa. Toma-se como base teórica a *nova retórica* - Perelman (1999).

O objeto da retórica antiga se concentrava na arte de falar em público de modo a persuadi-lo sobre alguma idéia, geralmente defendida por um orador eloquente. Buscava-se a

³¹ “A retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão”. (Aristóteles, *Arte retórica e arte poética*. p.33)

adesão dos espíritos à tese proposta. Perelman (1999) mantém essa preocupação da retórica antiga com o auditório, mas centraliza sua *nova retórica* no texto escrito: “Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se”. (p.07). A reportagem impressa situa-se nessa relação entre um orador (repórter), discurso (o texto) e auditório (público leitor). Mesmo que não se pretenda, acima de tudo, argumentativa, na medida em que descreve uma realidade a partir de determinada perspectiva, supõe que o leitor admitirá a veracidade das informações, preocupa-se em “buscar a adesão dos espíritos”. Não se trata de texto opinativo em que ao leitor apenas se daria a oportunidade de concordar ou não. Trata-se antes de apresentar a versão (versões) de um determinado fato. De acordo com Lage (1998), “a relação entre tópico e documentação é a mesma que vai da versão ao fato; na vida real, é muitas vezes possível selecionar fatos exemplares e estatísticas capazes de sustentar versões contraditórias” (p.101).

Se, por exemplo, a proposta de uma reportagem é apresentar visão positiva da globalização e defender que a fusão das grandes empresas é uma de suas características, colocará como tópico a idéia de que a economia mundial caminha a passos largos para a concentração do capital e só as maiores empresas têm condições de sobreviver. Como documentação, apresentará fatos como a fusão da Brahma e Antártica, da Time Warner com a AOL, da GM com a Chrysler, por exemplo. Ou ainda de uma fábrica de queijo em Minas que se uniu a uma grande empresa internacional e elevou seus lucros. Poderá resumir isso através de uma descrição definida do tipo *a inexorável era das grandes fusões*. Ficaria difícil negar o potencial argumentativo desse tipo de expressão referencial ou, pelo menos, do potencial argumentativo com que contribui para o enunciado de que fazem parte. Se a reportagem objetivasse outro ângulo de abordagem, poderia escolher como tópico os problemas que essa concentração de renda pode gerar: desemprego em grande escala, padronização de produtos, ingerência política, exclusão dos países ainda não industrializados ou subdesenvolvidos, entre outros.

Pelo menos em tese, a reportagem deveria incluir os dois tópicos num mesmo texto para que o leitor tirasse suas próprias conclusões, o que nem sempre acontece. Todavia, se escolhe um, dois ou mais ângulos de abordagem, não deixa de caracterizar sua dimensão argumentativa: os tópicos e as documentações selecionados visam a adesão do leitor à versão apresentada. São convincentes, cada qual, ainda que contraditórios.

Para que o orador se faça ouvir, ou para que o repórter atinja seus leitores – afinal, a revista precisa ser lida – deve encontrar meios de tornar seu discurso interessante. Lage (1998) diz que as pessoas se interessam por informações sobre fatos a partir da combinação de um elenco geral de categorias: proximidade, atualidade/oportunidade, empatia, ineditismo, intensidade (p.176 a 203). Sobre esta última, diz que “em termos gerais, episódios que envolvem grandezas maiores têm maior capacidade de despertar interesse” (p.197). Isso explica por que transações como a venda do Banespa ao Santander, do Banestado ao Itaú, ou a criação da Ambev mereceram destaque entre as reportagens sobre a economia brasileira no período da presente pesquisa. “Para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aquelas a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção”. (Perelman, 1999, p.20).

Se os retóricos antigos dividiam o discurso em três gêneros - deliberativo, judiciário e epidíctico - é porque reconheciam a importância que atribuíam a seu auditório, mesmo que este não se pudesse pronunciar. Hoje em dia, os avanços da comunicação permitem certo grau de interação entre o leitor e a revista; mas, ainda assim, o controle sobre o que vai (e como vai) ser publicado não é acessado pelo interlocutor. Mesmo na seção de cartas, a revista se reserva o direito de “adaptá-las” às possibilidades de publicação. O que resta ao leitor é não ler o texto ou, então, não acreditar nele. Mesmo assim, não se pode negar à reportagem o princípio, objetivo ou intenção de constituir ou promover uma discussão³² em que diferentes perspectivas de um mesmo fato sejam analisadas e colocadas à disposição do leitor para que ele tenha elementos e informações em que pautar suas crenças, convicções e até mesmo, decisões. Algumas reportagens são, nesse aspecto, unilaterais e admitem contestação; outras, pretendem incluir opiniões, afirmando e contrapondo atitudes ou posturas. Em alguns casos, a reportagem parece aproveitar-se das atitudes do senso comum que “admite a existência de verdades indiscutidas e indiscutíveis, admite que certas regras estejam ‘fora de discussão’ e que certas sugestões não merecem discussão” (Perelman, 1999, p.63). É o que parece acontecer, por exemplo, na década de 1990, com o discurso da globalização.

Por que um estudo do uso das descrições definidas na reportagem atribui tamanha importância à retórica? Porque, ao pretender abordar estas expressões referenciais com maior abrangência, convém dar conta não só do aspecto definido, mas também das noções expressas pelo substantivo e das qualificações expressas pelo adjetivo. E a *nova retórica* de Perelman (1999) oferece subsídios para tanto. Embora se dedique à abordagem de argumentos

³² De acordo com Perelman (1999, p.42), a *discussão* é apresentada como uma busca sincera da verdade, enquanto, no *debate*, cada um se preocupa sobretudo com o triunfo de sua própria tese.

completos – esquemas argumentativos ou silogismos – também possibilita a análise do papel dos argumentos – agora como unidades sintáticas que acompanham os predicados. Nesta última compreensão situam-se as expressões referenciais – argumentos que acompanham o predicado no papel de sujeito ou objeto. Na escolha dos dados que vão constituir as premissas da argumentação – esquema argumentativo para persuadir um auditório – as descrições definidas interferem com a referência e com a informação que seu sentido veicula ao indicar a referência. Esse duplo sentido de argumento interage.

Fazendo referência aos efeitos argumentativos do artigo definido, Perelman (1999) dá como exemplo os experimentos em química: “experimenta-se em corpos particulares e tiram-se daí afirmações concernentes a ‘o cloro’, ‘o fósforo’; o artigo definido permite tratar as amostras como representantes de uma espécie” (p.184). Entre os pontos de partida da argumentação – as premissas minimamente aceitas como objeto de acordo entre o orador e o auditório – aparecem *os lugares de qualidade*: “no limite, o lugar da qualidade redundando na valorização do único que, assim como o normal, é um dos pivôs da argumentação. (...) O único é original, distingue-se, por isso é digno de nota e agrada mesmo à multidão” (p.101-102). Se considerado o pressuposto de unicidade veiculado nas descrições definidas (conforme Russel), mesmo que se trate da unidade, parece que o artigo definido pode ser inserido nessa compreensão de valorização do único.

Se um repórter escrever: 21) “*O ministro da Fazenda é o responsável pelo quadro de estabilidade que o país atravessa*”, singulariza o referente – Pedro Malan (em 2000/2001, pelo menos). Mas também valoriza “o único, o raro, o excepcional” na medida em que predica a esse único sujeito o sucesso do quadro econômico. Não se faz referência aos outros ministros que, por exemplo, contribuem com o controle de gastos em suas áreas, ou a outros setores do governo e à própria população que, senão à custa do emprego, do salário ou dos impostos que paga, tem sua participação no sucesso do plano.

Talvez mais que o único, o pressuposto de existência (por mais controverso que seja) acarreta papel argumentativo na medida em que se situa entre *os lugares do existente*: “afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou o impossível”. (Perelman, 1999, p.106). No exemplo anterior, o artigo definido em “*o quadro de estabilidade que o país atravessa*” dá a entender que esse quadro existe, é real, é atual. A argumentação se constrói a partir do pressuposto indicado pelo artigo e, mesmo que assim não queira, o enunciado encaminha para esse tipo de leitura: tenta persuadir, assim, o leitor sobre o estatuto de “fato” que a descrição definida procura impor.

Caso o leitor pudesse contrargumentar, apresentaria dados contrários e a expressão perderia tal estatuto:

Só estamos em presença de um fato, do ponto de vista argumentativo, se podemos postular a seu respeito um acordo universal, não controverso. Mas, por conseguinte, a nenhum enunciado é assegurada a fruição definitiva desse estatuto, pois o acordo sempre é suscetível de ser questionado e uma das partes poderá recusar a qualidade de fato ao que afirma seu adversário. (Perelman, 1999, p.76)

Para um estudo que pretende abordar não somente o aspecto definido das descrições, a configuração dessas expressões desempenha algum papel. Assim como há descrições complexas em que o substantivo é acompanhado por um ou mais modificadores, também há aquelas que se formam sem modificador. É o caso de *o governo* ou *a revolução*, por exemplo. Notem-se as implicações do afastamento entre os conceitos de “governo” aplicado usualmente ao Executivo, quando os três segmentos – Executivo, Legislativo e Judiciário - em teoria, formam o poder do Estado. Note-se também o sentido argumentativo das nomeações “o golpe”, “a revolução” e “o movimento militar” (de 1964). Deslocando a atenção agora não mais sobre o artigo, mas sobre o substantivo, entra-se no que a *nova retórica* compreende como escolha dos dados e sua adaptação com vistas à argumentação. E, na escolha e apresentação dos dados, não é possível

qualificar sem escolher, ao mesmo tempo, a classificação à qual se concederá a preeminência. Tal “escolha” raramente é desprovida de intenção argumentativa. Com efeito, as classes são caracterizadas não só por características comuns aos seus membros, mas ainda, e às vezes sobretudo, pela atitude adotada a seu respeito, pela maneira de julgá-las e tratá-las”. (Perelman, 1999, p. 144).

No enunciado: 22) *A briga por talentos não é nova, mas ganhou dimensão com a explosão do setor de alta tecnologia e a internet.*, (*Época*, A revolução silenciosa), caracterizar (ou classificar) a ação de empresas na busca por melhores funcionários como “briga” significa inserir no enunciado uma compreensão de “vale tudo”: passar rasteira, agredir, agarrar, derrubar, vencer de qualquer jeito... A expressão informa sobre o que está se passando no mundo da tecnologia, mas, ao mesmo tempo, encaminha o raciocínio do leitor: a noção de “briga” ativa um contexto de experiências que reforçam e especificam o clima de disputa. Além disso, pressupõe-se a existência da briga: ela é apresentada como um fato – o

pressuposto de existência indicado pelo artigo definido. Expressões como “a disputa” ou “a busca” atenuariam essa força argumentativa.

Raciocínio semelhante pode ser desenvolvido em relação à descrição definida *a explosão*. Além do pressuposto de existência indicado pelo artigo definido – a explosão, de fato, existe – a força argumentativa aponta para movimento rápido, brusco e violento. É possível que, comparado a outros países, o surgimento de empresas de alta tecnologia não seja tão “explosivo” assim. Substituindo *a explosão* por *a expansão*, torna-se possível observar a força argumentativa acentuada da primeira.

Quando a descrição definida se compõe com o auxílio de modificadores (geralmente adjetivos ou orações adjetivas), a informação e a argumentação parecem acentuar-se sobre as qualificações que valorizam a apresentação de certos aspectos dos dados: O epíteto “resulta da seleção visível de uma qualidade que se enfatiza e que deve completar nosso conhecimento do objeto”. (Perelman, 1999, p.143). Observe-se o seguinte enunciado:

23) *Primeiro, porque os superexecutivos, como os artistas famosos e os craques de futebol, fazem a diferença e, em geral, justificam o salário aumentando os lucros da companhia.* (Veja, Poucos com muito).

Através dos diversos sentidos implicados na noção de *superexecutivos* ativam-se determinadas suposições do leitor: o que é “super” está acima do comum, acima da média e, portanto, é destacado de alguma forma na sociedade, através da fama, da sensualidade, do poder ou do dinheiro. A ativação de alguns desses *links* é ativada pelas descrições definidas inseridas no aposto: “os artistas *famosos*” e “os craques *de futebol*”. Produzem, junto com as noções anteriores, o efeito contextual de reforçar uma crença que, provavelmente, o leitor já assumia: “quem está acima da média merece ser reconhecido e bem pago”. A informação apontada pelo modificador é, por isso, relevante. O leitor poderia confrontar o significado da descrição definida com e sem a presença dele: *o artista / o artista famoso, o craque / o craque de futebol*. No Brasil, por exemplo, o vôlei não tem a mesma importância que o futebol. Por isso, a restrição imposta pelo modificador torna-se argumentativamente significativa. Se o enunciado estivesse inserido na cultura americana, por exemplo, o autor provavelmente teria escolhido algo como “o craque do basquete” ou “o craque do beisebol”.

Às *intenções informativa e comunicativa* acrescenta-se a *intenção argumentativa*: manifestação ostensiva de que a informação deve ser processada em determinado contexto, restringindo-se assim o leque de possibilidades interpretativas. Observa-se que a escolha do

modificador, além de denunciar o aspecto que o autor enfatiza, contribui para o efeito da presença: “O que está presente na consciência adquire uma importância que a prática e a teoria da argumentação devem levar em conta. (Perelman, 1999, p.132).

Quando o modificador está intercalado entre o artigo definido e o substantivo, sua presença destaca o potencial argumentativo – talvez por ser incomum essa estrutura em português, embora necessária no modelo americano originário (*Time, Newsweek etc.*). Observe-se o enunciado seguinte:

24) *Mas ao vender seu banco, o habitualmente discreto Bozano acendeu a polêmica sobre a crescente desnacionalização do sistema bancário brasileiro. (Época, Júlio comprou, viu e ...).*

Ao falar das técnicas argumentativas, Perelman (1999) diz que “a construção da pessoa humana, que se vincula aos atos, é ligada a uma distinção entre o que se considera importante, natural, próprio do ser de quem se fala, e o que se considera transitório, manifestação exterior do sujeito” (p.334). Na descrição definida - *o habitualmente discreto Bozano*- observa-se a preocupação em separar o que é transitório do que não é. Dando ênfase à característica “discreta” de Bozano acentua-se, através da antítese, suposições como “pessoas discretas, normalmente, não provocam grandes polêmicas”. O efeito argumentativo resultante pode ser, aproximadamente, a suposição: “se quem é discreto provoca polêmicas, imagine-se quem não o é”. Acrescente-se que a antítese é uma figura comum na retórica jornalística. Essa relação paradoxal é a base do *fait divers* – conforme Barthes (1964)

A escolha do qualificativo revela o posicionamento do autor a respeito do referente. No enunciado em causa, “Bozano” é apresentado como “habitualmente discreto”. Mas o que é discreto para o repórter pode não sê-lo para o leitor. A inserção de um modificador qualificativo parece revelar a atitude do autor em relação ao referente; constitui-se, muito menos, em recurso restritivo para facilitar a sua identificação. A presença do modificador seria, portanto, duplamente informativa: além de informar sobre o referente, informa sobre quem o qualifica – pressupõe uma identificação ética entre o leitor e o repórter.

2.6: Estatuto teórico da informação

Não parece fácil conceituar informação. Sabe-se que tem a ver com conhecimentos que as pessoas adquirem através dos mais diferentes meios. Há, portanto, estreita relação entre informação e conhecimento. Mc Garry (1984) diz: “Sabemos pelo nosso senso comum

que recebemos algo do ‘exterior’ e que esse ‘algo’ forma a base dos julgamentos que fazemos e das decisões que tomamos no decurso de nossa vida diária. Na acepção ordinária chama-se-lhe ‘informação’. (p.14). Tratando-se de reportagens sobre economia, esse “algo” são os conhecimentos a respeito dos fatos econômicos que as reportagens repassam aos leitores. O contato com essa informação altera o nível de conhecimentos a ponto de o leitor, por exemplo, cancelar (ou incrementar) determinada operação financeira. Significa que a informação tem a ver com conhecimento novo: se o texto apenas repete o que o leitor já sabe, torna-se redundante. A reportagem, portanto, preocupa-se em apresentar conhecimentos novos através de textos em que se inserem expressões acessíveis a seus virtuais leitores:

A preocupação com a compreensão faz o escritor esforçar-se para tornar seu texto legível, transparente, enquanto a preocupação com o efeito leva o escritor a ser atraente, interessante. Porém, o insucesso em uma dessas metas, por parte do escritor, afeta a legibilidade do texto, pois tanto o texto obscuro quanto o desinteressante prejudicam igualmente a leitura. Poderíamos dizer pois que, além das máximas griceanas, deveríamos obedecer a alguns princípios retóricos tais como: a) seja persuasivo, b) seja interessante... (Kato, 1993, p. 84).

Na informação apresentada ao longo do texto, portanto, interrelacionam-se diversos aspectos simultaneamente presentes também em níveis lingüísticos inferiores, ou seja, nas expressões referenciais: legibilidade, interesse, redução de incertezas (informação) e argumentação, por exemplo. É possível que, por isso, não se encontre muito consenso quando se trata de definir o que é *informação*. Mc Garry (1984), após arrolar oito definições - cada uma de autor diferente - diz que não há “definição unânime de informação e na melhor das hipóteses pouco mais faz que descrever uma massa amorfa de diferentes atividades e fenômenos”. (p.18). Ao comentar a necessária atribuição de significados científicos precisos às palavras de uso corrente, Epstein (1988) diz que o caso da palavra informação é mais delicado porque “é no próprio campo da comunicação que ela deve ser segregada, para admitir a precisa conceituação que lhe é dada pela TI.” (p.35).

Na mesma página, após repetir o conceito clássico de informação³³, diz que, “para definirmos a informação no sentido da TI (Teoria da Informação), é necessário conhecer-se o *tamanho da ignorância*, isto é, a dimensão da classe de respostas possíveis”. As revistas têm um perfil aproximado dos conhecimentos de seus possíveis leitores, mas não parece que em grau suficientemente preciso que lhes permita controlar com perfeição a relação entre

³³ “A informação é uma redução de incerteza, oferecida quando se obtém resposta a uma pergunta” (Shannon)

conhecimento novo e redundância. Não parece tarefa fácil comparar quantitativamente dois estados de um mesmo sistema: a) quando ainda não dispõe da informação, b) quando já teve acesso a ela. Tratando-se de reportagem, o autor consegue estimar, aproximadamente, os conhecimentos do leitor antes e depois da leitura do texto.

Tem-se, assim, que a informação é estimada em relação à previsibilidade, ou seja, quanto mais previsível (provável) o conteúdo veiculado por algum enunciado ou pelas expressões referenciais nele inseridas, menor a sua capacidade informativa: “a taxa de informação de um evento, expressa em *bits* é diretamente proporcional à improbabilidade do evento”³⁴. (Lage, 1998, p.193). Os sentidos (informações) veiculados nas descrições definidas incluem-se nesse raciocínio, embora não se tenha a pretensão (ou a possibilidade) de representá-lo, formalmente.

A reportagem enfrenta a dificuldade de conciliar os diversos aspectos vinculados à informação. Na abordagem de questões econômicas, precisa selecionar conhecimentos relevantes que reduzam as incertezas de seus leitores: referir-se à realidade econômica a fim de subsidiar o leitor com os conhecimentos necessários para fazer seus julgamentos e tomar suas decisões. E essa monitoração da informação vai refletir-se no uso das expressões referenciais: Observe-se a descrição definida sublinhada no seguinte enunciado: 25) *Além de quebrar o arriscado ciclo da monocultura de soja, o ‘ouro branco’ gerou 48000 empregos.* (Veja, O ex-patinho feio).

Que conhecimento novo (ou que incerteza é destruída) quando se acrescenta à descrição definida *o ciclo da monocultura de soja* a informação de que se trata de um ciclo *arriscado*? Para o leitor que conhece o assunto, a informação inscrita no modificador pode ser redundante ou previsível – neste caso, o conhecimento apresentado representa um nível informativo mínimo. Para os demais leitores, entretanto, a qualificação representada pelo modificador não deixa de acrescentar algum conhecimento novo. Nota-se por aí como a informação se apresenta inscrita nas expressões referenciais, ou seja, de que nesse nível lingüístico também se “transferem” conhecimentos ao leitor. Apesar da diversidade de conceitos relativos à informação, sobressai-se a sua característica de conhecimento novo apresentado ao interlocutor. Mas, ao mesmo tempo, revela-se, nas descrições definidas, como informação e argumentação se sobrepõem: ao informar o interlocutor de que “o ciclo da monocultura de soja é arriscado”, ao mesmo tempo fecha questão ao qualificá-lo como tal.

³⁴ Trata-se de um princípio da Teoria da Informação, cuja expressão matemática é: $I = \log_2 P^I$, em que P é “probabilidade”.

Deixa ao leitor apenas a alternativa de concordar ou não. A opinião, ou teoria sobre a realidade, é dada como “líquida e certa”.

Assim, no presente estudo, admite-se que a informação está inscrita nas expressões referenciais através dos sentidos implicados no nome ou no modificador. Diante da diversidade de conceitos com que se procura defini-la, não se faz opção por determinada teoria específica ou caracterização em particular: parece suficiente compreendê-la como “qualquer dado ou série de dados que, armazenado, estruturado e combinado com outros, pode ser capaz de relevância em algum contexto – isto é, de contribuir para o processo de produção de enunciados novos ou para uma decisão operacional”. (Lage, 1998, p.192).

2.7. Configuração das descrições definidas:³⁵ relação com informação e argumento

Para um estudo que propusesse dar conta apenas do uso das descrições definidas com atenção no aspecto definido (indefinido ou não-determinado), a atenção recairia sobre a presença (ou não) do determinante. Mas, como a proposta é abordá-las mais amplamente, incluindo os demais elementos constitutivos (nomes e modificadores), o uso deve ser relacionado à combinação desses elementos. Dependendo da composição da descrição definida em seu uso referencial, o potencial informativo ou argumentativo pode ser acentuado pelo nome ou pelo modificador. A função do determinante definido é a mesma: resume-se aos pressupostos de existência e unicidade, independente da estrutura da expressão referencial.

A análise da configuração das descrições definidas na reportagem aponta para a possibilidade de enquadrá-las em duas categorias:

1. Aquelas que se formam por um nome simples (sem modificador) acompanhado de artigo definido: *o problema, o economista, a megafusão, a Embraer, o Governo*. Serão referidas como *descrições definidas simples*.

2. Aquelas que se formam por um nome acompanhado de um ou vários modificadores. Serão referidas como *descrições definidas modificadas*. De acordo com a natureza do modificador, subdividem-se em quatro subcategorias:

2.1. Aquelas em que os elementos grupados (nomes e modificadores) delimitam o referente, numa estrutura correspondente à intersecção de conjuntos: *A fábrica canadense que compete com a Embraer, o sistema financeiro nacional, o programa de investimentos etc*. Serão designadas *descrições definidas restritivas*.

³⁵ Ao longo deste estudo, os componentes das descrições definidas estão sendo designados por *determinantes, nomes e modificadores*. Prevalece o sentido geral destes termos, e não sua vinculação teórica.

2.2. Aquelas em que o modificador indica (ou especifica) o nome que acompanha em termos de cargo, função ou origem: *o ministro Malan, o jurista Ives Gandra, o britânico HSBC etc.* Serão chamadas *descrições definidas indicativas*.

2.3. Aquelas em que o modificador situa o referente em relação às características da própria informação: quantidade, novidade, atualidade, exclusividade: *o maior banco privado, a nova companhia, a última transação, o único ponto controverso etc.* Serão designadas *descrições definidas relativas*.

2.4. Aquelas em que se agrega ao nome ou locução que especifica o referente, um predicado ou qualidade atribuídos episodicamente: *A agressiva fábrica canadense que compete com a Embraer, o combalido astro de futebol Maradona, a brilhante decisão, a pregação apocalíptica etc.* Serão designadas *descrições definidas qualificativas*. Poderiam incluir-se nesta categoria também aqueles enunciados de estrutura predicativa: *A megafusão foi espetacular, A empresa é a mais importante do setor, O empresário é um excelente articulador político etc.* Estes, entretanto, fogem à característica estrutural das descrições definidas; necessitariam, portanto, de abordagem específica.

Metodologicamente, essa divisão permite analisar a reportagem em termos das categorias predominantes e, em consequência, se isso significa (ou não) alguma coisa em relação ao texto como um todo. Além disso, facilita observar a relação entre a predominância da dimensão informativa ou argumentativa na expressão referencial. Pretende favorecer a tese de que essas dimensões se interrelacionam na mesma descrição definida em termos de predominância: a tese é de que, nas *restritivas* prevalece a dimensão informativa e, nas *qualificativas*, a argumentativa. Nas outras duas, tal como nas *descrições simples*, ambas as dimensões oscilam, prevalecendo ora uma, ora outra.

Assim, as análises procuram situar as descrições definidas ao longo de um espectro referencial cujos extremos são ocupados pela dimensão informativa e argumentativa. Pode-se imaginar a referência como uma linha imaginária sobre a qual se movimentam (e se digladiam pela predominância) a informação e a argumentação. O percurso que vai de um extremo a outro é traçado sobre a relação de referência. A dificuldade em aplicar semelhante concepção em termos analíticos torna-se manifesta na apresentação e organização dos dados; daí a necessidade de abordá-los por meio de enunciados ilustrativos que permitam confrontar essas dimensões nas descrições definidas que neles se apresentam. Ao mesmo tempo, de organizar os enunciados numa seqüência que comece pelas expressões mais informativas até chegar às mais argumentativas.

3. ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA À CARACTERÍSTICA DOS DADOS

De acordo com Bell (1991, p.12), as decisões a respeito da pesquisa na área da mídia devem considerar três aspectos: *gêneros* (notícias, reportagens, artigos, classificados...), *meios* (jornal, revista, rádio, TV...) e *produtos* (economia, esporte, política, informação geral...). Também devem incluir o período de tempo a ser analisado. As diversas características apresentadas pelo texto jornalístico obrigam a estabelecer as delimitações apontadas na Introdução - não apenas conseqüências da opção do pesquisador, mas, pelo menos em parte, impostas pela própria realidade desse gênero de texto. Assim, o primeiro procedimento metodológico foi a própria restrição do objeto de estudo à reportagem sobre economia em magazines de informação geral em um período que pode ser incluído no *fin du siècle XX*. Afora isso, predominou o interesse em organizar os dados da forma que mais se adequasse à abordagem das dimensões informativa e argumentativa manifestadas na relação de referência das descrições definidas que aparecem nesse gênero jornalístico.

Entre estes aspectos, pelo menos no que tange às descrições definidas, a referência é o que mais vem sendo estudado¹. A sua relação com os aspectos informativos e argumentativos, entretanto, ainda não parece suficientemente questionada. As abordagens existentes ocupam-se de aspectos semânticos e pragmáticos, mas não parecem atingir, em maior profundidade, os retóricos e comunicativos. Pretende-se uma abordagem que integre a informação e a argumentação no nível das expressões referenciais - em especial, as descrições definidas. Para tanto, a seleção e apresentação dos dados orienta-se pela organização mais favorável ao exame do predomínio de um sobre o outro.

A configuração lingüística (estrutura) predominante das descrições definidas na reportagem e sua relação com os aspectos informativos e argumentativos também não parece haver sido apreciada. Dois dos elementos que as compõem aparecem obrigatoriamente: o determinante definido e o nome (substantivo). O outro elemento é facultativo: o modificador (adjetivo ou oração adjetiva). A característica facultativa do modificador responde por duas configurações básicas em que se organizam as descrições definidas: *simples* (sem modificador) e *modificadas* (quando incluem modificador). Essa organização diferenciada é significativa: o potencial informativo ora é relevado através dos sentidos do modificador, ora através daqueles implicados no nome, ora se prolonga através dos dois: contribui para identificar o referente, mas também pode revelar que apenas foi escolhido para representar um

¹ Conforme a bibliografia comentada no capítulo II.

ponto de vista sobre ele. A própria presença do determinante definido pode originar-se de escolha: ele caracteriza a descrição como definida, mas sua presença indica que outro determinante pode ter sido preterido. Aqueles casos em que o sistema linguístico não exige o determinante definido são os mais representativos para ilustrar que sua presença é arbitrária: é argumentativamente relevante. O dito significa em função do não-dito que ocupará seu lugar.

Para analisar a dimensão informativa e argumentativa das descrições definidas e, ao mesmo tempo, sua representatividade em relação a outras expressões referenciais analisam-se 150 reportagens das revistas *Veja*, *Época* e *Isto É* – 50 de cada revista. Na área de informação geral, são as mais conhecidas. As três circulam semanalmente e, pelo menos em termos de distribuição dos assuntos econômicos, são semelhantes: apresentam uma seção denominada *Economia e Negócios*, composta por duas ou três reportagens. Para fins de análise sempre é considerada a primeira delas (geralmente a mais extensa) a fim de evitar uma seleção prévia de características ou assuntos preferenciais.

Não se tenciona comparar as revistas umas às outras, mas os parâmetros analíticos apresentados devem permiti-lo². Tentando captar possível diferença de redação entre um ano e outro, selecionaram-se as reportagens semanais do período entre julho de 1999 e junho de 2000. Parece um *corpus* suficientemente representativo para captar aspectos estruturais recorrentes das descrições definidas e para ilustrar a presença e superposição da informação e da argumentação na relação de referência. Além disso, pode fornecer parâmetros sobre a frequência aproximada de diversas expressões referenciais. Permite indicar, por exemplo, em que medida as descrições modificadas predominam sobre as simples ou, ainda, que percentual das expressões referenciais é representado pelas descrições definidas.

Para dar conta desses objetivos, a análise dos dados está desenvolvida em quatro capítulos. Nos dois primeiros – IV e V – predomina a natureza quantitativa; dizem respeito a quatro categorias de expressões referenciais: descrições definidas, descrições indefinidas, descrições com outros determinantes e descrições não-determinadas (sem determinante). Não se apresentam análises mais aprofundadas porque se pretende indicar, primordialmente, quanto representam cada uma das categorias analíticas em que se ampara o presente estudo e por que determinados traços de sentido foram selecionados como princípio comparativo entre as descrições inseridas em seus respectivos enunciados. Os outros dois capítulos – VI e VII –

² A frequência dos títulos de reportagens que apresentam descrições definidas, por exemplo.

são de natureza qualitativa³ e restringem-se apenas às descrições definidas. Predomina a análise em relação ao conflito (ou à concorrência) entre informar e argumentar na relação de referência, procurando compreender como se manifesta e por que predomina ora uma, ora outra dessas dimensões.

O capítulo IV apresenta um panorama geral sobre as reportagens a partir de três parâmetros interrelacionados:

- a) organização macroargumentativa: transcrição do título, subtítulo e tópicos frasais (dos parágrafos) de dois textos;
- b) conteúdos predominantes: distribuição dos textos em blocos com assuntos afins e das expressões referencias recorrentes nos títulos e subtítulos;
- c) configuração lingüística dos títulos: presença ou ausência de verbos e determinantes.

O primeiro deles objetiva ilustrar como a argumentação se apresenta em níveis macro e qual a contribuição das diversas informações inscritas nos sentidos implicados pelas expressões referenciais (nível micro). O segundo, quantificar as expressões referenciais nos títulos e subtítulos em termos de quatro traços de sentido recorrentes: *grandiosidade, disputa, união e intensidade*; isso permite dar idéia da natureza das informações que as reportagens sobre economia privilegiam. O último, encontrar características configurativas predominantes e o que significam em termos do conflito entre informação e argumentação na dimensão referencial dos títulos e subtítulos. No seu conjunto, os parâmetros objetivam fornecer uma idéia geral sobre as reportagens analisadas e indicar possíveis pontos de ancoragem para análises comparativas entre diferentes revistas ou gêneros jornalísticos.

O capítulo V destina-se, fundamentalmente, a ilustrar a representatividade de quatro categorias de *expressões referenciais* a partir de dois parâmetros:

1º : Em relação aos determinantes:

- a) *Descrições definidas*: Mercados são imprevisíveis e muito medrosos, como dizem os economistas. (Veja: A buzina tocou)
- b) *Descrições indefinidas*: Para o economista do Bank Boston, a moeda americana deu *um salto desde o final de setembro* em razão das incertezas no cenário fiscal. (Época: Pressão incômoda)
- c) *Descrições não-determinadas*: Os bancos projetam *reduções inferiores a meio ponto percentual* nas taxas que cobram hoje. (Isto É: A retórica dos juros)

³ “Uma idéia mais geral sobre tal pesquisa é que ela não se preocupa com generalizações, princípios e leis. A generalização é abandonada e o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados”. (Martins e Bicudo, 1989, p. 23).

d) *Descrições com outros determinantes*: Reserva suas energias para a avaliação dos novos rumos do conglomerado. (*Isto É*, Bilhões de idéias).

2º: Em relação aos modificadores:

a) *Descrições simples*: O mercado preocupa-se com outras coisas, não tão óbvias. (*Veja*, A buzina tocou)

b) *Descrições modificadas*⁴: A situação econômica da América Latina – para não falar da política – é a pior da década. (*Veja*, A buzina tocou)

A representatividade das diferentes descrições é obtida a partir da análise de trinta textos⁵ – dez por revista - selecionados proporcionalmente aos conteúdos predominantes⁶. Para observar quais os critérios considerados e como os dados foram obtidos, transcrevem-se três textos na íntegra. As tabelas pretendem oferecer uma idéia das expressões referenciais que predominam e subsidiar as primeiras impressões sobre a significação desse predomínio em termos da relação entre informação e argumentação. Além disso, ilustram o que significa restringir o estudo às descrições definidas, ou seja, qual a representatividade do universo em análise. Fornecem, igualmente, pontos de partida para futuras pesquisas.

O capítulo VI, ancorado nos dados do anterior, restringe-se a analisar a influência do determinante (ou da sua ausência) sobre a dimensão referencial das descrições definidas e captar possíveis nuances informativas ou argumentativas que possa implicar. Parte do princípio de que, para fundamentar a significação do determinante definido, é preciso confrontar as descrições definidas com expressões referenciais em que ele não aparece. É feita uma análise separada (e, ao mesmo tempo, comparativa) das descrições que aparecem nos títulos e das que aparecem no desenvolvimento dos textos. Tanto neste quanto naqueles, a análise aborda aqueles contextos lingüísticos em que o uso do determinante definido é facultativo (não decorre de exigências do sistema lingüístico) comparando enunciados⁷ que permitem a leitura das descrições definidas com e sem o determinante. Tal estratégia permite compreender que o uso do determinante definido é decorrência de opção deliberada da reportagem e, portanto, pode representar alguma finalidade informativa ou argumentativa, para além da referencial.

⁴ A partir da natureza do modificador, as descrições modificadas serão subdivididas em *restritivas, indicativas, relativas e qualificativas*. No capítulo V, essa subdivisão estará devidamente exemplificada.

⁵ Não foi necessário aumentar o número do textos porque os dados obtidos aplicavam-se aos demais, com variação inferior a 6% das médias estabelecidas a partir dos trinta quantificados.

⁶ No capítulo IV aparece uma tabela sobre a distribuição dos assuntos.

⁷ Compreende-se o título como enunciado resumido e, portanto, com características próprias.

Finalmente, o capítulo VII restringe a análise das descrições definidas à relação entre o nome (substantivo) e o modificador (adjetivo ou similar). Parte do princípio de que, em nível micro, essas expressões desempenham papéis diferentes porque, ao fazer referência às entidades e suas propriedades, podem fazê-lo através de informações contidas no sentido de um nome ou de um nome acompanhado por um ou mais modificadores. Dependendo da composição da descrição definida, a informação pode distribuir-se e projetar-se de maneira diferente, fazendo predominar o potencial informativo ou o argumentativo. Assim, diferentes configurações necessitam de uma abordagem conforme as características que se apresentam. Por isso, o capítulo subdivide-se em duas seções: a primeira aborda as *descrições definidas simples* (aquelas que não apresentam modificador); a segunda, as *descrições definidas modificadas* (aquelas que o apresentam).

Na primeira dessas seções, *as descrições definidas simples* são distribuídas e analisadas a partir de quatro princípios, estabelecidos de acordo com a natureza do nome:

- a) aquelas em que o determinante definido acompanha o nome de determinada instituição ou empresa: *a Embraer, o Banco Central* etc;
- b) aquelas em que o determinante definido acompanha uma função ou cargo desempenhados por determinada pessoa: *a empresária, o economista*⁸ etc;
- c) aquelas em que a descrição retoma ou sintetiza partes do texto ou informações anteriores: *o tema, a questão* etc;
- d) aquelas que se inserem nos quatro traços de sentido indicados anteriormente: *a gigante, a competição, a aliança, a revolução* etc.

No último grupo (d) parte-se do princípio de que, comparando enunciados em que as descrições definidas apresentam traços de sentido aproximados pode-se, com mais facilidade, descrever seu potencial informativo ou argumentativo, contrapondo umas às outras. Em outras palavras, é mais fácil compreender o predomínio de um sobre o outro quando se comparam descrições que fazem referência a *objetos* iguais ou semelhantes.

A segunda seção analisa *as descrições definidas modificadas*, levando em consideração a natureza do modificador. Estão subdivididas em quatro subcategorias:

- a) *Descrições modificadas restritivas* - a informação do modificador auxilia a restringir a indicação do referente: “Em outros tempos, com *as fronteiras do país* fechadas, a notícia

⁸ As categorias apontadas em (a) e (b) subsidiam análises posteriores porque, em ambos os casos, podem ser inseridos modificadores entre o determinante e o nome.

do surgimento de um conglomerado monstruoso desses seria assustadora para o *consumidor brasileiro*” (Veja, Na guerra global);

- b) Descrições modificadas indicativas – a informação do modificador pode restringir ou qualificar o referente: “O consultor Ricardo Rocco, da empresa de recrutamento Russel Reynolds, diz que há um pouco de “modismo” nesse apelo para a Internet”. (*Isto É*, Ainda tem lugar na rede);
- c) Descrições modificadas relativas – a informação do modificador também oscila entre restringir e qualificar o referente. Tais descrições definidas são responsáveis, em grande parte, pela própria natureza da informação jornalística e, por isso, seu modificador é enquadrado num dos seguintes quatro traços de sentido, cada um representado por um par de modificadores: *quantidade*: grande/maior; *atualidade*: último/próximo; *novidade*: novo/atual; *exclusividade*: único/principal. “Para ele, a guerra de preços ainda não afetará os grandes provedores, que buscam outras formas para ampliar sua base de usuários”. (*Época*, Uma revolução)
- d) Descrições modificadas qualificativas – além da informação que acrescenta sobre o referente, o modificador representa um ponto de vista sobre ele: “Pela escala biológica da selva do capitalismo, o comprador deveria ter sido a *centernária Time Warner*”. (Veja, O mouse que ruge).

O procedimento metodológico para analisar o predomínio do uso informativo ou argumentativo nas descrições definidas - em suas diversas configurações - ampara-se na comparação entre as informações contidas no determinante, no nome ou no modificador. Esse encaminhamento é adotado, a partir do que Reboul (1998, p.143) sugere em termos de análise de gêneros: “Sem dúvida, é impossível fazer uma classificação exaustiva dos gêneros, porém o mais útil para a leitura retórica é a comparação. Se quisermos determinar características de um gênero, precisamos perguntar o que o distingue do gênero mais próximo”. Esse princípio comparativo é extensível aos enunciados e permite confrontar diferentes descrições definidas entre si a partir dos sentidos aproximadamente comuns que lhes subjazem. Comparem-se os seguintes enunciados:

- 1) *O habitualmente discreto Bozano* acendeu a polêmica sobre a *desnacionalização da economia brasileira*. (*Época*: Júlio comprou, viu e vendeu)
- 2) *A compra do Bozano pelo Santander* joga mais brasa no debate sobre o *risco da desnacionalização da economia brasileira*. (Veja: Quem tem medo dos estrangeiros?)

Partindo do pressuposto de existência vinculado às descrições definidas, tem-se em (1) a afirmação de que existe “a desnacionalização da economia brasileira” e a polêmica é sobre ela. Em (2), ao contrário, pressupõe-se a existência do “risco da desnacionalização da economia brasileira” e o debate é sobre este risco: o referente em (1) e (2) não é o mesmo – trata-se de informações diferentes e a orientação argumentativa desencadeada por uma ou outra das descrições também não o é. O primeiro enunciado pressupõe (e transmite ao interlocutor) a “desnacionalização” como fato polêmico, ao passo que o segundo não a trata como fato consumado: apenas afirma a existência do debate sobre o risco de que ela venha a acontecer. A observação isolada dos enunciados poderia obscurecer essa análise.

Comparando-se ainda os dois enunciados, o mesmo pode ser dito relativamente às descrições definidas que estão desempenhando o papel de agente. O fato (o referente) que subjaz aos dois enunciados é o mesmo: “a venda do banco brasileiro Bozano, Simonsen ao banco espanhol Santander”. Em (1), entretanto, a criação da polêmica ou do debate é atribuída à pessoa – Bozano - o dono do banco brasileiro; em (2), à operação financeira em si mesma - o negócio entre as empresas. São expressões diferentes fazendo referência a um mesmo fato que podem, pelas informações que trazem, levar a diferentes linhas argumentativas. Pode-se dizer que em (2) a referência faz predominar o caráter informativo; em (1), o argumentativo: nesta descrição, o nome aparece acompanhado por modificador – *habitualmente discreto* – que, ao acrescentar informações sobre o referente, acaba avaliando o nome que acompanha – *Bozano*. Com isso, pode desencadear uma leitura do tipo: “se até os discretos provocam polêmicas, imagine-se os demais”. A análise do uso das descrições definidas sempre é efetivada a partir da comparação entre as expressões inseridas em seus respectivos enunciados: seu conteúdo projeta-se sobre elas, mas delas também deriva.

Um estudo que pretende fundamentar a tese de que as descrições definidas são configurações lingüísticas cujo potencial referencial revela tensão entre o domínio das dimensões informativa e argumentativa dificulta qualquer representação ou análise de natureza mais formal. Mesmo assim, através dos traços +/- *necessidade* e +/- *arbitrariedade* do modificador para identificar o referente, pretende-se contrapor, nas descrições modificadas, o domínio ora da dimensão informativa, ora da argumentativa. O domínio do informativo caracteriza-se pelos traços +*necessidade* e –*arbitrariedade*: o caráter de *necessidade* da informação para identificar o referente prevalece sobre a *arbitrariedade* em acrescentar uma informação que apenas revelaria um ponto de vista sobre o *objeto*. No uso

argumentativo, os sinais se invertem: a *arbitrariedade* prevalece sobre a *necessidade*, mas nenhum dos traços é apagado. No caso, a presença dos sinais (+/-) pode ser entendida como: o modificador foi incluído + por *arbitrariedade* da reportagem e – por *necessidade* de identificar determinado referente.

Outra alternativa encontrada para ilustrar o predomínio do informativo sobre o argumentativo foi organizar os enunciados numa seqüência, iniciando por aqueles que apresentam descrições definidas predominantemente informativas até chegar àqueles em que as descrições se caracterizam pelo predomínio da argumentação. Tal procedimento é adotado tanto em relação às *descrições modificadas* quanto às *descrições simples*. A descrição que interessa à análise sempre aparece em itálico e vem inserida em seu respectivo enunciado para facilitar a observação da interferência que dele sofre ou nele projeta. Na medida do possível, as descrições com sentidos afins foram agrupadas de modo a facilitar, também, a compreensão do seu uso em termos de predominância.

O procedimento metodológico foi sendo adequado aos objetivos do estudo e à natureza dos dados. Muitas considerações relativas à coleta e apresentação dos enunciados ilustrativos foram surgindo à medida em que as análises se desenvolviam.

Na concepção fenomenológica da pesquisa qualitativa, o investigador deve estar dotado de amplo e flexível espírito de trabalho. Isto elimina a possibilidade da colocação de hipóteses, que devem ser testadas empiricamente, e de esquemas de atividades levantados à priori, questionários padronizados, análises de resultados de acordo com certos cânones rígidos etc., tão comuns nos modelos positivistas e empiricistas tradicionais. (Triviños, 1987, p.139)

A organização dos quatro capítulos sobre a seleção e análise dos dados orienta-se pelo aqui indicado, obedecendo à sistemática que mais favoreça a compreensão do que se pretende examinar. No lugar de adotar estratégias demonstrativas ou dedutivas que permitam, formalmente, atingir conclusões definitivas, “ilustra-se”, mediante exemplos, a concorrência entre o uso informativo e argumentativo que se manifesta na relação de referência das descrições definidas. Em função dos objetivos propostos, tal estratégia parece a mais favorável à apresentação e representação que os dados admitem. A constância e a representatividade dos exemplos apresentados pretendem subsidiar as análises e sustentar a tese da característica simultaneamente informativa e argumentativa das descrições definidas em termos de predomínio. A transcrição de títulos, enunciados ou textos no desenvolvimento

do presente estudo pode parecer excessiva, mas destina-se a facilitar a análise e mesmo a consulta. Restringir a apresentação dos exemplos aos Anexos poderia dificultar essa tarefa.

Ao longo dos capítulos sobre análise dos dados ainda se incluem orientações sobre as estratégias de abordagem adotadas e, mesmo, sobre o sentido de alguns termos utilizados. Pretende-se, com isso, favorecer a aproximação entre o material analisado, os princípios em que as análises se apóiam, o conteúdo da própria análise e, ao mesmo tempo, as considerações sobre o que as descrições examinadas indicam. Assim, ao final de cada capítulo, aparece um item em que se recuperam ou apresentam proposições gerais a respeito do que foi abordado ao longo do seu desenvolvimento. No capítulo final, tais considerações são retomadas em suas grandes linhas, numa espécie de síntese crítica.

4. PANORAMA GERAL DAS REPORTAGENS

O presente capítulo pretende traçar algumas considerações de ordem mais geral sobre as 150 reportagens analisadas, apontando algumas características que se sobressaem. É uma tarefa necessária para situar o universo de análise em relação às abordagens desenvolvidas ao longo dos capítulos seguintes. A leitura dos textos foi indicando a possibilidade de identificar quatro traços de sentido, comuns aos diversos textos: *grandiosidade*, *união*, *disputa* e *intensidade*. Não devem ser os únicos, mas parecem representativos pela informação que neles se condensa e pela linha argumentativa que representam. Essa característica será observada, no primeiro momento, através da análise da organização macroargumentativa de duas reportagens e da sua distribuição em nove blocos, de acordo com os conteúdos comuns; posteriormente, através de expressões nominais presentes nos títulos e subtítulos. Essa estratégia permite selecionar, mais adiante, enunciados que apresentem expressões referenciais de sentido aproximado, comparando-as entre si para examinar sua dimensão informativa e argumentativa.

4.1. Estrutura macroargumentativa da reportagem

Entende-se por estrutura macroargumentativa a organização do texto considerando o título como palavra-chave, o subtítulo como tese e cada parágrafo como afirmação subsidiada por documentações (provas) que sustentam a tese proposta. Assim organizada, a reportagem aproxima-se do ensaio: não se trata de opiniões que deixam ao leitor a única opção de concordar ou não; a argumentação apóia-se em dados, argumentos de autoridade, fatos e estatísticas que dão suporte à linha argumentativa desenvolvida ao longo do texto. As provas não dependem – ou são apresentadas como se não dependessem – da opinião do autor, mas do seu conhecimento a respeito das informações apresentadas.

Quando se fala em linha argumentativa, subentende-se o ângulo de abordagem, ou seja, a perspectiva adotada em relação aos fatos informados e a sua respectiva defesa. No texto que se segue, por exemplo, a linha argumentativa sugere a concentração na indústria automobilística. Para mostrar como essa linha argumentativa se desenvolve, transcreve-se o tópico de cada parágrafo da reportagem a ser analisada. Esse encaminhamento objetiva indicar como os tópicos dos parágrafos (enumerados em ordinais) compõem-se de afirmativas que apontam para a tese anunciada no subtítulo. O desenvolvimento dos parágrafos compõe-se das documentações (provas) que sustentam a idéia indicada no tópico. Essa organização parece aproximar as reportagens da estrutura dissertativa, inibindo o seu caráter narrativo.

SÓ PARA OS MAIORES – *Veja*: 22-03-2000

A aliança entre GM e Fiat e a compra da Land Rover pela Ford aceleram a concentração na indústria automobilística

1º: Dois dos grandes negócios internacionais anunciados na semana passada (...) são parte de um mesmo movimento que está mudando radicalmente a face da indústria automobilística mundial. O setor está se concentrando. As marcas estão sendo agrupadas sob enormes guarda-chuvas que formam blocos gigantescos para poder sobreviver num ambiente cada vez mais competitivo, em que o consumo não tem crescido no ritmo esperado.

2º: Há algum tempo as vendas globais estão perdendo fôlego. Entre as montadoras a competitividade se tornou um mantra. As fusões são o melhor caminho para ganhar escala e cortar custos.

3º : Quase três anos e muitas parcerias depois, o mercado parece acomodar-se em torno de seis grandes montadoras.

4º : As parcerias têm dois objetivos. O primeiro é aumentar escala, ou seja, produzir mais carros com menos investimentos e atingir novos mercados.

5º : Juntas, GM e Fiat são donas de cerca de um terço do mercado nos Estados Unidos e um terço na Europa. Metade dos carros vendidos no Brasil é fabricada pelas duas marcas famosas. De cada dez automóveis vendidos no planeta, dois levam a logomarca de uma delas.

6º : A correria para se fundir com o concorrente do mercado ao lado tem outra razão. A estratégia de produzir carros mundiais ao gosto médio do consumidor global esgotou-se. A onda agora é produzir veículos com a cara do freguês...

7º: A urgência de gastar menos e ser mais eficiente na produção e no atendimento às necessidades de públicos diferentes fica clara quando se analisa o mercado mundial.

A estrutura argumentativa do texto anterior fundamenta a idéia de que o mercado automobilístico está se concentrando. Apresenta as razões por que isso acontece, ou então, por que não poderia ser diferente. Os dois parágrafos iniciais a ilustram bem. Ao lado da constatação (descrição de um caso particular – venda da Fiat para a GM), está implícita ao longo do texto uma idéia de natureza mais geral: “Quem quiser sobreviver no mercado global precisa ser grande e para isso deve fazer alianças”. Essa idéia também aparece em outras reportagens:

a) “O negócio marca a entrada do Brasil na era das superfusões de empresas, a característica mais significativa do capitalismo mundial. (...) O futuro vem acompanhado de uma competição darwinina. Só os maiores, mais fortes e mais eficientes sobrevivem”. (*Veja*, Nas asas da fusão).

b) “Fusões e compras de empresas são um ajuste econômico mundial e estão sendo feitas para fortalecer companhias.” (*Veja*, Até pão de queijo).

c) “Unir forças com concorrentes tem se mostrado o caminho mais rápido para crescer. A própria MCI, criada em 1983, resulta de 65 fusões”. (*Época*, Ruído na competição).

A contribuição das informações inscritas nas descrições definidas a favor dessa idéia da necessária concentração na indústria pode ser observada a partir da expressão *a aliança entre GM e Fiat*, presente no subtítulo. Servem para ativar o gosto do leitor, para impressioná-lo, mas, ao mesmo tempo, podem estar a serviço da linha argumentativa do texto. Outra expressão que nomeasse o mesmo referente poderia ser utilizada, mas não geraria os mesmos efeitos. Contrapondo alguma expressão do tipo *a parceria entre GM e Fiat*, torna-se possível perceber o maior potencial argumentativo da primeira. As expressões grifadas na passagem seguinte evidenciam o que se está dizendo: “Há muitas outras *fusões* ou *associações* sendo negociadas. Não há outro caminho para as companhias que querem ser competitivas no mercado global. Para ganhar clientes, enfrentar concorrentes, reduzir custos e investir em novos produtos elas terão de fazer *associações*. Quem ficar nanico será empurrado para fora do jogo”. (Veja, O maior negócio do mundo).

O uso de *a aliança* impressiona o leitor. Remonta às características de *aliança* no seu sentido de “união decidida, firme e pactual”: recorde-se a conotação bíblica da *arca da aliança*, do *cálice como símbolo da aliança*, da *Triplíce Aliança* (na guerra do Paraguai) e mesmo da *aliança como símbolo do casamento*. Através da descrição definida, é possível notar a “intensidade” com que a expressão se refere à união entre as duas empresas: “pacto, objetivos comuns a serem conquistados, ações a serem levadas às últimas conseqüências e rompimento só em último caso”. Essas informações estão inscritas nos sentidos da expressão *a aliança* que, ao indicar o referente (abstrato), ativa, ao mesmo tempo, um contexto que argumenta a favor dessa concentração na indústria automobilística. *Época* (20-03-00) aponta na mesma direção: dá o título “Aliança global” à reportagem que aborda o mesmo assunto. Traz como subtítulo: “*A GM compra 20% da italiana Fiat, jóia da família Agnelli, e altera o cenário mundial*”. Apresenta “documentos” em torno da tese indicada e justifica os objetivos e as razões da venda. Embora de forma mais velada do que na reportagem anterior, insinua-se a necessidade da fusão como meio de sobrevivência no mercado globalizado.

Se a reportagem fosse apenas a ampliação da notícia, provavelmente o texto se limitaria a incrementar a narração do fato básico – a venda, no caso – apresentando detalhes que os meios de circulação diária não puderam incluir, devido à exigüidade de tempo. Como intérprete do fato, no entanto, anuncia as causas da venda e as possíveis conseqüências. Poderia abordar o assunto sob diversos enfoques, apresentando prós e contras da transação realizada, para que o leitor, munido destas informações, formulasse opinião própria. Na medida em que, entretanto, propôs a tese de que o cenário mundial foi modificado, elabora o

texto no intuito de justificá-la. É coerente nesse sentido: pelos dados que seleciona e da forma em que os apresenta, justifica a afirmativa de que o cenário mundial na área automobilística não é mais o mesmo. Se o texto não é claramente opinativo, pelo menos é argumentativo.

A opinião implícita, constituída ao longo do texto, sugere – ou mais que isso – que, somente através da fusão com outra empresa, a Fiat continuará grande e conseguirá manter-se no mercado: “Agora, em um mercado globalizado, (a Fiat) foi forçada a conviver com quedas de até 45% nos lucro. Acabou cedendo ao aceno da GM para uma união estratégica. Juntas, podem disputar com vantagens a liderança no mercado sem fronteiras.” (*Época*, Aliança global). Não se apresenta um único dado, nem sequer se acena para alguma alternativa de a empresa continuar como era antes, modificando, por exemplo, estratégias administrativas internas ou algo semelhante. A conclusão que acaba prevalecendo é a de que a fusão seria a única saída. Quando se disse anteriormente que, por vezes, a reportagem parece dirigir-se a um auditório universal, tem-se aí um exemplo. Parece projetar, universalmente, uma única verdade, válida para todas as empresas: a lei do mercado aponta para a necessidade da fusão como alternativa para a sobrevivência dos grandes conglomerados empresariais.

Constata-se que a reportagem apresenta determinada configuração argumentativa cuja tese é anunciada no subtítulo e confirmada ao longo do texto. Não opina - pelo menos não explicitamente - dizendo que o fato deveria, ou não, ter certo desdobramento, política ou economicamente mais, ou menos, correto; também não se restringe a apenas informar (se é que isso é possível) ao leitor, trazendo-lhe conhecimentos que ele, supostamente, ainda não tem. Por isso, pelo menos em termos de sua macroestrutura, a reportagem pode ser considerada gênero híbrido, resultado da predominância informativa da notícia e do caráter argumentativo do ensaio ou comentário.

Em termos microestruturais (no nível das expressões referenciais) a interação entre informar e argumentar também parece configurar-se semelhantemente. Sobre, ou a partir de um conjunto de informações usadas para estabelecer a referência, organiza-se determinada linha argumentativa. Agora não se trata de tópicos frasais e justificativas. No nível de palavras ou sintagmas, a dimensão informativa projeta-se a partir do léxico selecionado, conforme visto mais acima em relação ao uso da expressão “aliança”. Tome-se, como exemplo, no subtítulo de *Época*, a palavra “jóia” - predicado atribuído à empresa italiana Fiat. Ao mesmo tempo em que o leitor, através da noção sugerida pelo termo (*jóia*), é informado sobre o surgimento e a característica familiar da empresa - dados que provavelmente até então desconhecia - pode ser levado a aceitar o fato de tratar-se de peça rara ou muito valiosa, que

teve de se subordinar às necessidades do mercado para continuar existindo. O fato de ser - ou ter sido - empresa familiar de certa forma desqualifica ou “envelhece” a Fiat diante da (suposta) impessoalidade e universalidade do mercado global.

Raciocínio semelhante pode ser desenvolvido a partir do sentido de “revolução”, palavra encontrada no 1º parágrafo desse mesmo texto: “*Às 5 da manhã da segunda-feira 13, nos escritórios da fábrica de Lingotto, na periferia de Turim, na Itália, um homem de 79 anos anunciou uma revolução*”. O texto dá a entender que não se trata de um movimento qualquer, corriqueiro. A palavra envolve a noção de transformação radical, por vezes violenta, de alguma estrutura – e a contrapõe à idade avançada de quem fez o anúncio, recorrendo, ainda aí, à antítese. Assim, pelo termo selecionado, o autor enfatiza - traz à presença do auditório (Perelman, 1999) - esse tipo de interpretação para a venda de parte de uma empresa e assim quer que o leitor a compreenda.

Mais uma vez, simultaneamente à informação, aparece a argumentação: o relato dos fatos tem sua importância diminuída por certa preocupação em persuadir o leitor de que esta transação comercial representa mudança radical, já apontada a partir do uso de “revolução” no subtítulo: a escolha das noções e dos atributos tem caráter argumentativo, segundo Perelman (1999). Esse caráter pode ser percebido quando se contrapõe à noção escolhida, outra que poderia figurar em seu lugar. Substituindo *revolução* por algo como *uma das maiores vendas já realizadas na Itália* ou *a venda de 20% de sua empresa*, o sentido já não seria o mesmo, apesar da referência à mesma realidade. Se o sentido não é o mesmo, também se ativam outros conceitos que modificam as suposições na memória do interlocutor, conforme Sperber e Wilson (1995).

O texto seguinte, a partir do título, já aponta para *revolução* no sentido de mudança brusca, radical, embora o referente desta vez seja outro. Qualificando-a como *silenciosa*, constrói uma antítese que, por seu efeito paradoxal, constitui-se de alta expressividade e, assim, ativa a curiosidade do leitor para descobrir do que se trata.

A REVOLUÇÃO SILENCIOSA – *Época*: 19-06-2000¹

Na guerra para segurar funcionários, empresas oferecem bônus, ações, liberam gravata, aceitam horário livre e até pagam ginástica

1º: Desde o mês passado, o centro financeiro de São Paulo vive uma reviravolta. Funcionários de empresas internacionais estão deixando a gravata em casa.

2º: A briga por talentos não é nova, mas ganhou dimensão com a explosão do setor de alta

¹ Não foram transcritos os parágrafos cujos tópicos acrescentam informações já topicalizadas anteriormente.

tecnologia e a internet.

4º: Por isso, mudar velhos paradigmas tornou-se palavra de ordem nas diretorias de recursos humanos.

6º: A migração para a internet ainda é alta. Afeta empresas, como a Johnson & Johnson, a Nestlé e a Gessy Lever, e instituições financeiras, como o Itaú.

8º: As *stock options* têm sido o principal trunfo da internet na guerra de recrutamento porque podem trazer ganhos significativos.

10º: A política de descontração no ambiente de trabalho surgiu há alguns anos, em Redmond, nos EUA, na sede da Microsoft. Lá, desenvolveu-se a idéia de que a produtividade anda com padrões de vestuário e comportamento menos rígidos.

12º: A guerra no mercado de trabalho beneficia diretamente as mulheres.

14º: As mulheres também ganham destaque em ocupações até pouco tempo atrás exclusivamente masculinas.

16º: Anos de experiência também voltam a contar.

Nesse texto, o sentido de *revolução* continua o mesmo do anterior, mas o referente deixa de sê-lo. Agora “revolução” se refere à mudança brusca observada nas empresas – principalmente naquelas de alta tecnologia – em relação aos elementos citados no subtítulo. Observe-se que expressões como *velhos paradigmas* ou *stock options* denunciam prévia seleção do universo de leitores. Mediante estas e outras expressões, a reportagem segue uma linha argumentativa que aponta para “a supressão das características tradicionais das empresas e sua substituição por outras” como fatos suficientemente notáveis e transformadores para caracterizar uma *revolução*. O uso argumentativo desta expressão lembra o uso corrente de imagens na cultura popular e no dia-a-dia: “estou morto de fome”, “não foi um temporal, foi um dilúvio”, “o meia-esquerda foi um gigante em campo”. Trata-se de metáforas por exagero, estratégia que a reportagem de revista também utiliza para atrair a atenção dos leitores.

Expressões como *a briga por talentos* e *a guerra no mercado de trabalho* reforçam a idéia de que a competição entre as empresas para conseguir os melhores executivos é violenta. Se considerado o pressuposto de existência vinculado às descrições definidas, acrescenta-se que “a guerra” e “a briga” de fato existem. Expressões como “a procura por talentos” ou “a seleção no mercado de trabalho” não surtiriam os mesmos efeitos. Além de não impressionar tanto, não teriam tanta força para angariar a adesão do leitor. Mas trariam a mesma informação e fariam referência ao mesmo objeto. Por isso pode-se dizer que, nas expressões originais dos textos, predomina o uso argumentativo. Se no primeiro texto predominava “a grandiosidade e a aliança”, agora predomina o potencial argumentativo da “competição e da força”. Estes quatro traços ainda serão abordados com mais detalhes ao longo do estudo. Para facilitar a tarefa, é preciso, antes, distribuir as reportagens de acordo com os assuntos comuns

que predominam, objeto da próxima seção.

4.2. Blocos de reportagens: distribuição por assunto

As 150 reportagens foram distribuídas em nove blocos, de acordo com assuntos comuns ou aproximados. Isso permite observar quais são as temáticas predominantes durante o período em estudo; além disso, se os quatro traços de sentido em análise continuam prevalecendo e em que medida. Ao mesmo tempo, garante subsídio metodológico para trabalhar com número mais reduzido de textos porque, mais adiante, quando se estará abordando apenas as expressões nominais, a análise recairá sobre 30 textos, selecionados por sua representatividade entre o total das reportagens que compõem o universo de referência.

As Revistas *Época* e *Isto É* apresentam, acima do texto, uma palavra-chave sobre o assunto tratado. Essa indicação, entretanto, não é necessariamente seguida quando o critério de distribuição dos textos procura abranger conteúdos comuns nas três revistas. Caso fosse seguida a distribuição a partir daquela palavra-chave, o número de blocos de conteúdo passaria de quinze, o que poderia dificultar a observação de características importantes para a apresentação de um panorama geral sobre as informações que as revistas têm privilegiado ao longo do período em estudo. O critério de distribuição vincula-se, portanto, à possibilidade de enquadrar os assuntos das três revistas no menor número de blocos possível.

TABELA 01: Distribuição dos assuntos nas 150 reportagens:

ASSUNTOS	TOTAL	Percentual
Fusão ou venda de empresas	28	18,67
Empresas e investimentos	28	18,67
Política econômica nacional	25	16,67
Empresários ou executivos	17	11,33
Questões sociais	14	09,33
Corrupção ou denúncia	11	07,33
Política econômica internacional	11	07,33
Internet	09	06,00
Crise Brasil-Argentina	07	04,67
TOTAL GERAL	150	100%

A frequência de cada um dos assuntos, provavelmente, é decorrente dos principais fatos que aconteceram na área econômica² durante o período em estudo: de julho de 1999 a junho de 2000. Houve outros, mas a imprensa seleciona aqueles que constituem informação

² No jornalismo tradicional, (até o descenso da guerra fria) assuntos de empresas (fusões, investimentos, empresários) que hoje ocupam tanto espaço, eram considerados temas publicitários e, raramente, objeto de matérias redacionais.

relevante. Por isso, também pode indicar preferência das revistas: cada uma delas comparece com algum texto em cada um dos blocos³. Por vezes acontece que o mesmo assunto seja abordado na mesma semana: é o caso do dia 13 de outubro de 1999, quando a reportagem de cada uma das revistas aborda a compra da Sprint pela MCI. Em termos de formação de opinião, isso permite ao leitor comparar um texto com outro e tirar conclusões próprias. Mas, ao mesmo tempo, reforça a idéia de que, para as diferentes revistas, assunto econômico importante é o que informa a respeito dos grandes negócios que se realizam em escala mundial, novidade típica da era da globalização. Possivelmente, por isso, o assunto “fusões” tenha freqüência tão alta. Para se tornarem cada vez “maiores”, as empresas “unem-se” umas às outras a fim de “disputar” com “intensidade” o mercado mundial. Parece que os traços – união, disputa e intensidade – colocam-se a serviço da “grandiosidade” ou, pelo menos, subsidiam-na.

O traço “grandiosidade”, principalmente em termos de capital, riqueza e lucro, continua recorrente no 2º bloco: merecem destaque aquelas empresas com grande aporte de capital ou que tiveram lucros ou investimentos extraordinários. O mesmo acontece em relação ao 4º bloco, com a diferença de que, desta vez, acentua-se o lado pessoal. Em ambos os casos, entretanto, mesmo quando se trata de empresas ou empresários em dificuldade, a informação recai sobre o nível de endividamento, mas sempre em cifras muito altas. Mesmo as reportagens sobre denúncias de corrupção inscrevem-se no mesmo traço - ou seja, pode-se entender que os casos de corrupção em menor escala seriam toleráveis. Somando estes quatro blocos, chega-se a um total de 84 reportagens: mais da metade dos textos, portanto, são atravessados pelo traço “grandiosidade”.

Em termos de referência, informação e argumentação, em nível macro, essa recorrência aponta três características comuns: a) o referente dos textos é um *objeto* grande: transação, empresa, empresário ou corrupção; b) conhecimento novo, imprevisível é a informação sobre as grandes transações, empresas, empresários ou corrupções; c) subjacentemente, corre a linha argumentativa de que o mundo da *Economia e dos Negócios* se configuraria em torno dessas grandes informações. estas seriam as que têm importância e determinariam a vida econômica dos países e das pessoas.

No bloco sobre a Internet, observa-se desencadeamento semelhante: as grandes revoluções, vantagens, lucros e dificuldades na área. No bloco da Economia Internacional

³ Nos anexos é apresentada a relação de todos os títulos e respectivos subtítulos, distribuídos segundo a data da reportagem.

também: a grande queda nas bolsas, o monopólio e o patrimônio de Bill Gates, as grandes manifestações, a grande diferença entre ricos e pobres e assim por diante. Mesmo os demais blocos giram em torno da elevada taxa de juros, altos níveis de desemprego, grande risco da volta da inflação, o intenso conflito comercial entre Brasil e Argentina.

Parece possível dizer que aos magazines de informação geral interessa (ou cabe?) publicar reportagens sobre temas que envolvam números ou situações de grandiosidade. É o primeiro indicativo do conflito da imprensa: o objetivo é informar e, para isso, é preciso referir. Mas ao fazer a seleção entre o que informar, aponta-se uma direção argumentativa, em termos macro. No caso de “grandiosidade”, a recorrência dos fatos abordados enfatiza a predominância dessa idéia no mundo dos negócios. Mas não parece haver alternativa que permita contornar essa situação.

4.3. Traços de *grandiosidade*, *união*, *disputa* e *intensidade* nos títulos e subtítulos

Essa seção já encaminha mais especificamente o uso das expressões nominais na reportagem. Na seqüência, são relacionados e quantificados os quatro traços em estudo, contabilizando expressões referenciais que, em seus sentidos, tenham alguma vinculação com eles. Tal quantificação objetiva facilitar a análise qualitativa. Visa, ainda, reforçar a idéia de que os traços podem ser rastreados através de expressões nominais. Além da sua função de chamada, os títulos e subtítulos resumem o conteúdo desenvolvido. Como tal, devem apontar pistas sobre os quatro traços de sentido propostos para análise.

4.3.1. Os quatro traços nos títulos

A análise seguinte serve como indicativo desses quatro traços de sentido que percorrem a maioria das reportagens. A arrolagem dos títulos indica, aproximadamente, quanto significa essa maioria. Saliente-se que o título tem função de chamada e de conduzir o leitor á leitura do texto. Isso pode contribuir para a recorrência: o que é grande impressiona mais; uma competição, principalmente quando chega ao nível de guerra ou briga, também. Para qualquer fato, quanto mais intenso o desdobramento, maior a vontade de leitura que desperta e maior o impacto sobre quem o lê.

Segue-se a relação dos títulos que se enquadram nos traços em estudo. O número entre parênteses é a frequência em cada traço:

Grandiosidade: (27)

A esquerda com R\$ 32 bilhões, Bilhões de idéias, O ouro perde o brilho, A estrela sem brilho, Os bem-aventurados, Poucos com muito, Cai a máscara dos ricos, O capitalista desapareceu, É dinheiro demais, A gigante do aço, A supermontadora, O salário máximo, A maior crise do país, O maior negócio do mundo, Só para os maiores, Em dois mundos, Este supermercado vale ouro, O buraco negro do DDD, Mais óleo na bacia, Uma carga mais leve, Brasileiro vai demitir 21000, Chuva de dólares, Herdeiro playboy já era, Milionário aos 33 anos, Monopólio condenado, O enigma Malan, Eurodilema.

União: (09)

Aliança em risco, Aliança global, Divórcio litigioso, Casa lá, separa aqui, União de gigantes, Nas asas da fusão, Conexão à vista, Vai dar casamento, Uma moeda para todos.

Disputa: (30):

Na guerra global, A aposta do Casino, A buzina tocou, Rota para 2002, Indicador de rota, Quem tem medo dos estrangeiros, Ofensiva na fronteira, Apocalipse now, Os sobreviventes, Atrás da salvação, Sinal de alerta, Sinais de alívio, Devagar, mas vai, Pelo menos se move, Ainda tem lugar na rede, A semana em que Bill Gates perdeu, A escolha de Gates, De joelhos, Na cola da Ambev, Retomada bem-vinda, Vitória da democracia sem fio, Vitória da experiência, Briga aditivada, Caça ao Banespa, A caça ao petróleo, Vingança virtual, Concorrência digital, Ruído na competição, Ninguém se entende, O desafio do 3º milênio.

Intensidade: (23)

A revolução da Banda C, A revolução silenciosa, Uma revolução, O vigor do campo, A força das águas, A toda força, O golpe das pedras, A pressão das ruas, Pressão incômoda, O choque da riqueza, Choque de normalidade, Susto na Disney das Ações, Mais um susto, O poderoso Cade sob suspeita, O Mouse que ruge, A Previ dá as cartas, Garagem turbinada, Turbinas ligadas, Ataque de “nervios”, Marcha acelerada, Pressa no começo, Rede do barulho, Jogo duro nos bastidores.

Somando os títulos incluídos nos quatro traços acima, chega-se a 90, ou seja, 60%. Caso fossem incluídos títulos que encabeçam reportagens cujas informações poderiam ser enquadradas nesses mesmos traços, o número ultrapassaria a 100. Títulos como “Efeito Rubinho”, seriam incluídos em *união*, “O Efeito Ford” em *disputa*, “Leilão nas gôndolas”, “O ex-patinho feio”, “Hora de reduzir riscos”, “Deitados em berço esplêndido”, “La dolce vita de Cacciola” em *grandiosidade*, por exemplo. Pode-se dizer que dois terços dos títulos apontam para esses quatro traços como informação relevante.

Em termos argumentativos, isso pode significar que a informação na área econômica deve envolver “economia e negócios” grandes, concentradores, competitivos, intensos. Ou seja, são assuntos econômicos os que envolvem os negócios, as alianças, as competições, as forças dos grandes, ricos e poderosos. Tanto assim que os negócios ou as empresas referidas podem ser situadas nos países do chamado G-7: Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Inglaterra, França, Itália e Japão. Acrescente-se Brasil e Argentina e fecha-se o círculo

geográfico abordado na seção *Economia e Negócios*. Em seu conjunto, os traços parecem indicar que a globalização se caracteriza pela concentração do capital e pela intensa competição. Poderiam ser reduzidos a dois, juntando *grandiosidade* com *união* por um lado, e *disputa* com *intensidade*, por outro.

Um dos objetivos da reportagem é interpretar os fatos econômicos para o leitor entendê-los com mais facilidade. Não lhe é suficiente tomar conhecimentos das transações feitas: quer saber qual a razão de elas acontecerem e o que significam para ele e para a sociedade. É necessário aprofundar as versões já veiculadas durante a semana pelos outros órgãos de imprensa e apresentar novas. Finalmente, a empresa jornalística visa lucro: precisa vender seu produto, a informação; Depende, pois, da propaganda que, pelo menos em tese, é proporcional ao número e poder aquisitivo dos leitores. Títulos funcionam como anúncios; buscam não apenas atrair o leitor, mas, se possível, impressioná-lo, levando-o a preferir, ou continuar preferindo, a revista. Uma pesquisa que queira aprofundar a análise dos títulos nos magazines deveria abordar esse aspecto, falando do possível “uso expressivo” das locuções que os compõem.

4.3.2: Os quatro traços nos subtítulos

A arrolagem dos quatro traços nos subtítulos enquadra-se nos objetivos anteriores, mas acrescenta outra possibilidade analítica específica: trata-se, geralmente, de enunciados afirmativos que apresentam o ângulo de abordagem privilegiado no texto. Nesse sentido, constituem uma espécie de microtese que os dados do texto procuram confirmar. As expressões referenciais que se inserem nos subtítulos podem condensar maior força informativa ou argumentativa que aquelas inseridas nos títulos ou ao longo dos textos:

Grandiosidade: (45):

US\$ 15 bilhões, US\$ 2 bilhões, 2 bilhões de dólares, 2 bilhões de reais de indenização, 129 bilhões de dólares, lucro de 2 bilhões de reais, massa falida de R\$ 7 bilhões, operação bilionária, o bilionário fundo de pensão do BB, a dívida bilionária, encomendas bilionárias, o bilionário dono do Bozano, 1 bilhão de reais, leilão bilionário, uma montanha de 32 bilhões de reais, fraude milionária, mais de 1 milhão de brasileiros, 20 milhões de empregos, 28 milhões de sacas, mais de 350 mil investidores, centenas de empreendedores brasileiros, milagres econômicos, uma superempresa. os maiores do ramo de supermercados, os maiores negócios já realizados no país, o maior negócio da Internet brasileira, a maior taxa de expansão da rede, os juros mais altos do mundo, o homem mais rico do mundo, os mais ricos do planeta, os gigantes do setor, grandes redes de supermercados, grandes investidores, grande crise econômica, recordes de produtividade, recorde em investimento estrangeiro, a pior semana de sua história, sua pior crise, multidão, demissão em massa, seu império, o vendaval, multinacional brasileira, excesso de encomendas, outros monopólios,

União: (15)

megafusão, a megafusão, aliança global, a maior fusão da história do capitalismo, associação com a rede de Abílio Diniz, fusões, a união com a MCI, unificação monetária da região, fusão entre Time Warner e America Online, associação, a aliança entre GM e Fiat, parceria com a rede Bandeirantes, fusão de Brahma e Antártica, união entre TAM e Transbrasil, negócios feitos em parceria,

Disputa: (30):

disputa histórica, disputa mundial, disputa judicial, uma acirrada disputa, a disputa com a Colômbia, a concorrência, a entrada de mais concorrentes, a concorrência, a guerra fiscal, em pé de guerra, na guerra para segurar funcionários, a briga com a Coca-Cola, a briga com o líder Carrefour, a briga com as novas redes, briga entre liquidantes do Bamerindus, conflito comercial, tiroteio, os próximos alvos, alvo fácil para os hackers, na mira dos investidores, o estilo agressivo, promoção agressiva, a ruína, o debate sobre o papel do FMI, o debate em torno do futuro do bloco, acuados pela crise econômica, a condenação da Microsoft, o socorro ao Marka, sinais de recuperação, corrida mundial entre empresas de pesquisa.

Intensidade: (08)

explosão de marcas, a febre do celular pré-pago, forte queda nas bolsas mundiais, temor de um abalo maior, animador saldo de novos empregos, as transformações, ritmo acelerado, choque no mercado americano de ações.

Mais uma vez o número total de expressões relativas aos quatro traços aproxima-se de uma centena. O mesmo que se disse em relação aos títulos caberia aqui. Parece que, nos subtítulos, a preocupação retórica ou expressiva das expressões utilizadas é menos marcante. Poderia ser indicativo de que a reportagem não pretenderia abrir espaço para implícitos, anunciando o ângulo de abordagem sem margem a dúvidas. Independente disso, título e subtítulo constituem uma unidade que permite identificar rapidamente o assunto de que se trata e como será abordado. Para facilitar a observação da frequência de cada um dos traços nos títulos e subtítulos, observe-se a tabela seguinte:

TABELA 02: Distribuição dos 4 traços nos 150 títulos e subtítulos das reportagens

Traços	Grandiosidade	União	Disputa	Intensidade	TOTAL
Títulos	27	09	30	23	89
Subtítulos	45	15	30	08	98
TOTAL	72	24	60	31	187

Considerando os títulos e subtítulos como síntese do conteúdo desenvolvido no texto, os dados acima contribuem para observar a predominância dos quatro traços em mais de 60% deles - isso com base apenas nas expressões de ordem nominal. Seria precipitado estender a afirmativa à seção *Economia e Negócios* ou a qualquer época. Por isso, ressalve-se que ela se

aplica unicamente ao universo e ao período em análise: 150 reportagens semanais desde julho de 1999 a junho de 2000. É possível que se trate, sim, de um período caracterizado pelos grandes negócios, pela competitividade e pela união das empresas em escala nacional e internacional. A análise de um período maior (incluindo, por exemplo, a retração que se iniciou no final de 2000 e se prolonga em 2001) permitiria generalizar com maior propriedade se as temáticas da grandiloquência continuariam a predominar nas reportagens sobre economia. No entanto, o período pesquisado – um ano – indica uma tendência, se não permanente, pelo menos durável.

Além de fornecer uma idéia pelo menos aproximada dos assuntos que predominam nas reportagens sobre economia, a amostragem parece haver cumprido o objetivo metodológico de identificar traços (informações) recorrentes ao longo dos textos. Estes traços servem como fonte de comparação entre os diversos usos das descrições definidas, principalmente daquelas em que o peso informativo e argumentativo recai sobre o nome. Mais adiante, serão apresentados diversos enunciados, extraídos de diferentes reportagens, que incluem descrições com os quatro traços de sentido indicados. Procura-se contrapor umas às outras, de forma a facilitar a compreensão do que se entende pela dimensão informativa e argumentativa dessas expressões referenciais nos enunciados em que aparecem.

4.4. Configuração lingüística dos títulos

A partir de agora será abordada a configuração lingüística dos 150 títulos. Entende-se por *configuração lingüística* a organização do título tomando como princípio o tipo e a natureza do determinante, nome e modificadores além da presença (ou não) de verbo. A análise das diferentes configurações permite estabelecer até que ponto os títulos das reportagens de magazines de informação geral se caracterizam pela presença ou ausência dos determinantes, qual a natureza deles (definida, indefinida ou outra), se prevalecem as estruturas formadas por locuções nominais ou se os títulos incluem verbos. As análises que acompanham os quadros se pretendem apenas de natureza quantitativa. O aprofundamento qualificativo estará enfatizado a partir do capítulo VI.

4.4.1. Títulos de natureza nominal

Uma das características de reportagens na revista seria a composição do título através de locução nominal, isto é, título sem verbo. Para examinar essa caracterização, é preciso, portanto, separar os títulos de acordo com esse critério. Assim, em primeiro lugar, são

apresentados os títulos de natureza nominal, subdivididos em quatro subcategorias:

- a) DDS: formados por descrições definidas,
- b) DND: formados por descrições não-determinadas (sem determinante);
- c) DIS: formados por descrições indefinidas;
- d) OCN: formados por outras configurações nominais.

Essa subcategorização objetiva facilitar a comparação quantitativa entre essa configuração dos títulos⁴ com a frequência daqueles que incluem verbo. Ao mesmo tempo, permite comparar as diversas expressões nominais entre si. Com base na subdivisão acima indicada, apresenta-se um quadro enumerando os títulos de cada subcategoria; seguem-se breves comentários porque, no capítulo VI, o assunto volta à tona. Uma vez relacionados os títulos de natureza nominal, apresenta-se uma tabela resumindo as quatro subcategorias.

4.4.1.1. Títulos formados por descrições definidas

Não é objetivo deste estudo comparar as revistas entre si. Mas a frequência com que as expressões referenciais nos títulos se fazem acompanhar pelo artigo definido pode fornecer um parâmetro para tal comparação, caso assim se queira. No universo em análise, a preferência pelo artigo definido parece manifesta pela *Veja*. Mas os dados não são suficientes para propor uma generalização mais contundente nesse sentido.

⁴Os verbos que se incluem nos títulos cujo núcleo é uma expressão nominal não serão computados separadamente.

QUADRO 01: Títulos formados por descrições definidas

TÍTULO	REVISTA
A Supermontadora	<i>Isto É</i>
Os Sobreviventes	<i>Veja</i>
Os Bem-Aventurados	<i>Veja</i>
O Fanfarrão Arrependido	<i>Veja</i>
Os Xerifes Trapalhões	<i>Isto É</i>
O ex-patinho feio	<i>Veja</i>
O Vizinho Zangado	<i>Veja</i>
O Efeito Rubinho	<i>Isto É</i>
O Enigma Malan	<i>Isto É</i>
O Salário Máximo	<i>Veja</i>
A Revolução silenciosa	<i>Época</i>
A Estrela sem Brilho	<i>Época</i>
O Mouse que ruge	<i>Veja</i>
O Furo que deu certo	<i>Época</i>
O Mico que virou curinga	<i>Isto É</i>
A Semana em que Bill Gates perdeu	<i>Veja</i>
A Gigante do Aço	<i>Isto É</i>
A Retórica dos juro	<i>Isto É</i>
O Choque da Riqueza	<i>Época</i>
A Pressão das Ruas	<i>Época</i>
O Vigor do Campo	<i>Época</i>
A Força das Águas	<i>Isto É</i>
O Golpe das Pedras	<i>Época</i>
O Desafio do 3º Milênio	<i>Veja</i>
A Maior Crise do país	<i>Época</i>
O Maior Negócio do mundo	<i>Veja</i>
A Revolução da Banda C	<i>Isto É</i>
O Buraco Negro do DDD	<i>Época</i>
A Aposta do Casino	<i>Isto É</i>
A Escolha de Gates	<i>Veja</i>
La Dolce vita de Cacciola	<i>Isto É</i>
A Caça ao Petróleo	<i>Época</i>
A nossa crise em Miami	<i>Veja</i>
O Poderoso Cade sob suspeita	<i>Isto É</i>
A Esquerda com 32 bilhões	<i>Época</i>
(N)A Guerra Global	<i>Veja</i>
(N)A Cola da Ambev	<i>Isto É</i>
(N)As Asas da Fusão	<i>Veja</i>
TOTAL	38 (25%)

Via de regra, os jornais (os primeiros cadernos) sugerem a exclusão dos determinantes nas manchetes e títulos de matérias. Revistas e suplementos gozam de maior liberdade nesse sentido. É o que aparece indicado na frequência de 25%, no quadro acima. Todavia, se ao determinante definido cabe realçar o caráter de unicidade do referente e pressupor sua existência, o fato de um título a cada quatro ser formado por descrição definida deve significar algo a mais do que exercício de liberdade redacional. Por um lado, sugere que a reportagem admite, da parte do leitor, o conhecimento do assunto abordado e, por outro, que o texto apresenta determinada realidade como previamente definida: parece posicionar-se

categoricamente, deixando ao leitor apenas o direito de concordar ou não. Um título como *O desafio do 3º milênio* parece afirmar previamente que “o desafio” existe, além de encabeçar um texto sustentando que “o desafio” é este, e não qualquer outro. A necessidade de sustentar esse ponto de vista é que aproxima a reportagem do ensaio: as afirmações se amparam em documentos (estatísticas, fatos, argumentos de autoridade), mas a matéria redacional também prima pelo texto leve, agradável, fácil de ser assimilado, enfim, com certo tratamento artístico.

O quadro anterior também indica que, com exceção dos três primeiros, predominam aqueles títulos em que ao determinante e ao nome se junta um modificador. Este, além de restringir ou qualificar o referente, auxilia a articular uma chamada que convida à leitura. Mas também pode apresentar indícios avaliativos, apontando para as representações do autor sobre o referente: o fanfarrão *arrependido*, o mouse *que ruge*, a *maior* crise do país, por exemplo⁵. Outras vezes, esse caráter previamente avaliativo é acentuado através do nome: *o gigante* do aço, *a supermontadora*, *o desafio* do 3º milênio, *a caça* ao petróleo.

4.4.1.2. Títulos formados por descrições não-determinadas

Os títulos formados por locuções não-determinadas aparecem em proporção ligeiramente superior às anteriores, mas não em número suficiente para dizer que sejam característicos dos magazines de informação geral. Com exceção da ausência do determinante, apresentam configuração semelhante aos títulos do quadro anterior, com amplo predomínio daquelas em que o nome vem acompanhado por algum modificador. Mantém-se a preocupação em impressionar o leitor. Justifica-se apresentá-los num quadro em separado porque a ausência do determinante, sob o ponto de vista semântico, atribui caráter indefinido a estas descrições.

⁵ Note-se em *Fanfarrão arrependido*, *O mouse que ruge* e outros títulos, a constante presença de antíteses: fanfarrão/arrependido, mouse/ruge. Note-se, ainda, a usual paráfrase de expressões ou títulos difundidos: “o rato que ruge”, “o valentão arrependido”.

QUADRO 02: Títulos formados por descrições não-determinadas

TÍTULO	REVISTA
Apocalipse Now	<i>Isto É</i>
Garagem Turbinada	<i>Isto É</i>
Aliança Global	<i>Época</i>
União de Gigantes	<i>Época</i>
Efeito Ford	<i>Época</i>
Briga Aditivada	<i>Isto É</i>
Quarentena da Alegria	<i>Isto É</i>
Divórcio Litigioso	<i>Veja</i>
Vingança Virtual	<i>Isto É</i>
Chuva de Dólares	<i>Veja</i>
Era de Incertezas	<i>Época</i>
Pressão Incômoda	<i>Época</i>
Festa do Esqueleto	<i>Isto É</i>
Sinais de Alívio	<i>Época</i>
Retomada Bem-Vinda	<i>Época</i>
Choque de Normalidade	<i>Época</i>
Indicador de Rota	<i>Veja</i>
Contas Fraudadas	<i>Época</i>
Lavanderia Lucrativa	<i>Época</i>
Ofensiva na Fronteira	<i>Época</i>
Admirável Mundo Novo	<i>Isto É</i>
Turbinas Ligadas	<i>Isto É</i>
Saúde Mais Cara	<i>Isto É</i>
Monopólio Condenado	<i>Época</i>
Sinal de Alerta	<i>Época</i>
Ataque de "Nervios"	<i>Época</i>
Aliança em Risco	<i>Época</i>
Chocadeira Virtual	<i>Isto É</i>
Concorrência Digital	<i>Época</i>
Marcha Acelerada	<i>Época</i>
Rede do Barulho	<i>Isto É</i>
Telefonia de Risco	<i>Isto É</i>
Eurodilema	<i>Isto É</i>
Leilão nas Gôndolas	<i>Isto É</i>
Ruído na Competição	<i>Época</i>
Caça ao Banespa	<i>Época</i>
Vitória da Democracia sem fio	<i>Veja</i>
Conexão à vista	<i>Isto É</i>
Futebol S.A.	<i>Isto É</i>
Mistério na morte de Safra	<i>Época</i>
Vitória da Experiência	<i>Veja</i>
Publicitário na Web	<i>Isto É</i>
Milionário aos 33 anos	<i>Época</i>
Rota para 2002	<i>Época</i>
Pressa no Começo	<i>Veja</i>
Imposto à vista	<i>Época</i>
Jogo Duro nos bastidores	<i>Época</i>
Porta Aberta para a corrupção	<i>Época</i>
Contratos sob Suspeita	<i>Época</i>
Susto na Disney das Ações	<i>Veja</i>
Hora de reduzir riscos	<i>Época</i>
Contas a explicar	<i>Época</i>
TOTAL	52(34%)

Comparado ao total de títulos em estudo, o fato de um terço deles ser formado por locuções não determinadas pode ser significativo. Não o seria tanto, em termos quantitativos, pelo menos em relação ao quadro anterior. Mais ainda do que os títulos definidos, tais

configurações parecem reforçar a exigência de leitura do texto para precisar a referência do objeto anunciado. Não significa que o referente seja textual. Apenas não definem, de início, o conjunto ao qual se referem. O capítulo VI dedica-se à análise comparativa entre as diversas descrições nominais a partir da natureza ou da presença do determinante. Na ocasião, pretende-se contrapor umas às outras, procurando realçar o que significa, ou qual a relação que tem o tipo e a presença do determinante com os sentidos veiculados por estas expressões.

Além da sua função expressiva, os modificadores, pelo menos em alguns casos, parecem revelar que as revistas (mesmo sendo de informação geral) orientam-se por alguma seleção prévia do seu público leitor. Títulos como “Concorrência *digital*”, “Vingança *virtual*”, “Chocadeira *virtual*”, “Briga *aditivada*”, “Garagem *turbinada*” ou “Divórcio *litigioso*” não parecem tão acessíveis ao leitor brasileiro em geral. No mesmo sentido, títulos como “*Apocalypse now*”, “Publicitário *na Web*” ou “Susto na *Disney das Ações*” também ancoram seu potencial informativo no conhecimento prévio de leitor. Do contrário, não seriam atraentes.

4.4.1.3. Títulos formados por descrições indefinidas

Do ponto de vista semântico, descrições não-determinadas e descrições indefinidas equivalem-se na língua portuguesa. Comparada ao quadro anterior, a frequência inferior a 4% dos títulos com a última configuração (presença do determinante indefinido) deve estar apontando para essa característica da língua. Considere-se, entretanto, a ambigüidade indefinido/numeral originada pela presença das partículas “um/uma”: no inglês, por exemplo, tem-se o par “a” / “one”, para diferenciar o indefinido do numeral, o que não acontece em português. Assim, se por um lado o quadro seguinte parece redundante porque poderia ser absorvido pelo anterior, por outro facilita observar a ambigüidade apontada.

QUADRO 03: Títulos formados por descrições indefinidas

TÍTULO	REVISTA
Uma revolução	<i>Época</i>
Um suave aroma de lucro	<i>Época</i>
Uma carga mais leve	<i>Veja</i>
Uma fatia do bolo	<i>Veja</i>
Uma moeda para todos	<i>Isto É</i>
TOTAL	05 (03%)

Comparem-se os enunciados: *Visitei uma determinada igreja / Visitei determinada igreja*. A ausência do indefinido no segundo deles não parece interferir no sentido da

expressão *determinada igreja* e, em consequência, no enunciado todo. Caso se pluralizasse esta expressão no primeiro dos enunciados, o determinante desapareceria. Isso parece sugerir que, em grande número dos casos, pelo menos, a presença do indefinido é redundante. O título *Uma revolução* não parece acrescentar qualquer informação que *Revolução* não traria. Tanto num caso quanto no outro, há necessidade da leitura do texto para descobrir a relação de referência que subjaz a ambas as expressões.

O caráter de informação nova, sugerida pela presença do indefinido, que será especificada (definida) ao longo da reportagem, também parece estar presente no título sem qualquer determinante: a presença do determinante indefinido não parece, assim, apresentar potencial informativo ou argumentativo. O jornalismo de revista, principalmente quando explora fatos já veiculados pelos demais órgãos, parte do princípio de que as informações tratadas já são de domínio público e, por isso, não caberia apresentá-las como novas ou defini-las previamente. Isso deve estar sendo revelado pela baixa frequência do uso referencial das descrições indefinidas nos títulos das reportagens..

Se as descrições indefinidas forem consideradas de uso predicativo, essa frequência aumentaria. Em títulos de reportagens, interpretados como predicação sobre um sujeito ausente, o potencial de avaliação (argumentação) parece apresentar-se. No enunciado: “*A concentração da indústria automobilística em torno de seis marcas representa uma revolução no setor*”, a expressão *uma revolução* aponta para a representação (subjativa) do autor, mas não se modificaria, em termos de sentido, se suprimido o indefinido: *representa revolução no setor*. Para outra pessoa, o fato poderia ser apenas consequência da evolução industrial ou da padronização no setor, sem as conotações de movimento brusco ativadas pelo conceito “*revolução*”. Nessa ordem de raciocínio, os títulos formados por descrição indefinida poderiam ser compreendidos como predicativos que exigiriam a leitura do texto para descobrir que *objeto* qualificam. Mas a presença do indefinido parece apenas exigência fonética ou possibilidade sintática da expressão que funciona como tal.

No título *Uma moeda para todos*, o sentido dominante é numérico: não se trata de “moeda qualquer”, mas de uma só (a mesma) moeda para os países de um mesmo bloco econômico, o Mercosul. Com o auxílio do contexto (incluindo o desenvolvimento do texto) pode-se entender que se trata de unificar o sistema monetário dos quatro países. A exclusão do determinante não resultaria em descrição equivalente à não-determinada: “moeda para todos” poderia significar algo como “dinheiro para todos”, mesmo no contexto de “bloco econômico”. A mesma complexidade se revela no título *Uma fatia do bolo*: por um lado,

“uma” representaria “fração (ainda que indeterminada)” da “riqueza acumulada pelos países desenvolvidos”, cuja distribuição está sendo reclamada pelos “subdesenvolvidos” (bastaria precisar o quanto representaria); por outro, os “países pobres” pretenderiam uma (só) fatia do bolo da riqueza – não mais que isso. E os bolos, usualmente, são cortados em muitas fatias. A complexa relação entre numeral, indefinido e não-determinado mereceria ser abordada.

4.4.1.4: Títulos formados por outras configurações nominais

Uma das necessidades do jornalismo é aguçar no leitor a vontade para ler o texto; daí a importância das manchetes de primeira página e da reportagem de capa, que podem motivar a compra dos exemplares. À reportagem é facultado apresentar títulos que, por vezes, aproximam-se da arte literária: jogam com a intertextualidade ou a paráfrase. Esta, aliás, é uma das articulações básicas nos títulos de magazines. No quadro seguinte parece acentuar-se a preocupação artística: a intenção de definir ou não determinado referente parece curvar-se ao potencial apelativo. O título não deixa de condensar a informação e a linha argumentativa do texto, mas a escolha das palavras submete-se ao potencial de atração. Pela paráfrase, ou pela intertextualidade, associa-se o texto a algum conhecimento que, presumivelmente, já é de domínio do leitor: *Deitados em berço esplêndido* (Hino Nacional); *Do tango ao bolero* (Argentina e Brasil); *De cigarra à formiga* (importância de provisões) são exemplos:

QUADRO 04: Títulos formados por outras configurações nominais:

TÍTULO	REVISTA
Em dois mundos	<i>Isto É</i>
Do tango ao bolero	<i>Época</i>
Deitados em berço esplêndido	<i>Isto É</i>
De cigarra à formiga	<i>Época</i>
Estatal, mas nem tanto	<i>Isto É</i>
Bilhões de idéias	<i>Isto É</i>
Dois pra lá, dois pra cá	<i>Isto É</i>
Para a mão do povo	<i>Veja</i>
Debaixo do tapete	<i>Veja</i>
À toda força	<i>Isto É</i>
Esse Banco Central...	<i>Isto É</i>
“Voilà” Pão de Açúcar	<i>Época</i>
Até pão de queijo	<i>Veja</i>
Atrás da salvação	<i>Época</i>
Só para os maiores	<i>Veja</i>
Mais um susto	<i>Isto É</i>
Mais óleo na bacia	<i>Veja</i>
Em busca de um caminho	<i>Isto É</i>
Poucos com muito	<i>Veja</i>
De joelhos	<i>Isto É</i>
TOTAL	20 (13%)

Comparados aos títulos formados por descrições, parecem mais artísticos. *Dois pra cá, dois pra lá* pode ser um exemplo: um signo (dança) é deslocado para significar outra coisa. Trata-se, conforme Barthes (1980), de uma significação em segundo nível. Assim, o título assume o sentido de “passos de dança”, mas também o de cálculo: “soma aqui, tira lá, divide...”. A indeterminação gerada por esse tipo de título parece “forçar” o leitor a penetrar no texto para descobrir do que se trata: no caso, a conta relativa aos ajustes financeiros do setor público.

Um título como *Só para os maiores* pode cativar o interesse do leitor ativando um contexto de “proibição” (como determinados filmes ou revistas para adultos): trata-se de uma paráfrase de contraste porque, na verdade, o texto apresenta informações sobre as grandes indústrias em processo de fusão e, ao mesmo tempo, uma linha argumentativa que aponta essa alternativa como possibilidade de sobrevivência no mundo globalizado. *De joelhos* pode indicar atitude submissa de quem está implorando; ao mesmo tempo, entretanto, também diz respeito a alguém que foi atingido duramente, que está com poucas possibilidades de reação. “Pôr de joelhos” é uma metáfora introduzida por Henry Kissinger na literatura política dos Estados Unidos para significar a submissão de algum país à pressão (política, econômica) insuperável. O texto que lhe segue informa sobre a situação da Argentina em relação ao Brasil. Ambos os sentidos se aplicariam. *Bilhões de idéias* tem comportamento semelhante: aponta para o exagero, mas também para o sentido monetário - o dinheiro de que dispõe o empresário Augusto Farias para colocar em prática novas idéias de investimento.

O fato de um dos títulos apresentar a expressão em francês *voilà* correspondendo, aproximadamente, a expressões como “ora veja!”, “ora aí está!” ou “eis!” daria ao leitor (que domina essa língua estrangeira) uma primeira indicação sobre o que deve ser abordado no texto. Acrescido do nome que ocupa o papel de argumento externo (objeto), aguçaria a imaginação do leitor, principalmente se este não tiver muito claro de que “Pão de Açúcar” é uma rede de supermercados; permite, ainda, uma associação com a rede concorrente, a francesa Carrefour, principalmente no eixo Rio-São Paulo. A hipótese de “Pão de Açúcar” ser o morro carioca, entretanto, não seria muito provável no caso do leitor especializado (previamente selecionado pela revista) e fica reduzida pelo fato de o texto inserir-se na seção sobre economia.

4.4.1.5: Resumo dos títulos de natureza nominal

A tabela seguinte resume os dados referentes aos títulos de natureza nominal. Um dos objetivos dessa quantificação é permitir identificar, por exemplo, se determinada revista prima por uma característica ou outra: poderia constituir um parâmetro comparativo entre magazines de informação geral. Outro é confrontar o número de títulos de natureza nominal com aqueles que incluem verbo. Com isso é possível observar até que ponto os primeiros predominam. Finalmente, permite apresentar um panorama de como se apresentam os títulos das reportagens.

TABELA 03: Resumo dos títulos de natureza nominal

REVISTA	DDS	DND	DIS	*OCN	TOTAL
<i>Veja</i>	14	07	02	06	29
<i>Época</i>	11	28	02	04	45
<i>Isto É</i>	13	17	01	10	41
Total	38	52	05	20	115

* Outras configurações nominais.

A primeira coluna indica o quanto as três revistas são similares em termos de títulos com descrições definidas. Mas a última, além de antecipar o predomínio de expressões nominais nos títulos (115 x 35), pode estar apontando uma peculiaridade de *Veja*: a preferência pelos títulos de natureza nominal é menor; pressupõe, por isso, maior número de títulos que incluem verbo. A seção seguinte permite essa constatação. A revista *Isto É* parece preferir os títulos com preocupação artística. *Época*, por sua vez, expressões não-determinadas, correspondendo, talvez, a uma orientação estilística. O número de reportagens analisadas não seria suficiente para conclusões mais definitivas; poderia, entretanto, indicar uma tendência.

Mesmo admitindo as descrições indefinidas como uso predicativo, a informação que trazem sobrepe-se à sua natureza previamente argumentativa. Mas não são, numericamente, representativas, ainda mais considerando a equivalência semântica com as não-determinadas. Pode-se dizer que as dimensões informativa e argumentativa das descrições são equivalentes, principalmente nas duas primeiras colunas: representam mais da metade (aproximadamente 3/5) dos títulos. São títulos que exigem a participação do leitor (através da leitura do texto) para a delimitação do referente e para a compreensão da informação inscrita na referência. O pressuposto de unicidade ou existência, mais acentuado no caso das descrições definidas, caracteriza maior potencial argumentativo. A maior ou menor preferência pela presença (ou não) do determinante definido, entretanto, não parece muito clara.

O potencial informativo e argumentativo também se inscreve no nome ou no modificador. Aquelas outras configurações nominais que não se enquadram na categoria de descrições, tal como as descrições indefinidas no seu uso predicativo, apresentam elevado potencial argumentativo por antecipar uma posição e uma tese a serem desenvolvidos: *Atrás da salvação*, por exemplo, antecipa o posicionamento do texto sobre um *objeto* que está querendo salvar-se e deve estar em dificuldades. Também são aquelas mais preocupadas com a expressividade e com o valor artístico, como estratégia para angariar o gosto do leitor.

A tabela anterior cumpre o seu objetivo de apresentar uma primeira idéia sobre a configuração dos títulos em termos nominais: amplo predomínio das descrições definidas e das não-determinadas. Mas o seu maior mérito, provavelmente, reside em permitir a confrontação com os títulos de natureza verbal a serem abordados na seqüência.

4.4.2: Títulos de natureza verbal

O leque de suposições desencadeado por uma expressão nominal era mais amplo, havia mais espaço para o implícito. A descrição, sozinha, era a responsável pelos diversos sentidos a que dava origem. Quando a descrição se insere num enunciado completo, seu sentido é mais limitado: contribui para ele, mas dele também depende. É o que acontece nos títulos que apresentam verbos. São mais fechados ou categóricos; por isso, merecem abordagem separada. Tal como entre as expressões nominais, foram divididos em três categorias de acordo com a natureza da descrição que encabeça o enunciado:

- a) DDS + VB: Títulos em que o verbo segue uma descrição definida;
- b) DND + VB: Títulos em que o verbo segue uma descrição não-determinada;
- c) OUTROS: Títulos com outras configurações, mas com presença do verbo.

Essa subdivisão pretende facilitar a comparação com a tabela anterior: permite, por exemplo, somar os títulos formados exclusivamente pelas três categorias de descrição em estudo (definidas, não-determinadas e indefinidas) com aqueles que as apresentam seguidas por um verbo. Dessa forma chega-se à frequência completa de cada uma delas. Também permite comparar as três revistas em termos de preferência por títulos que incluem verbo.

4.4.2.1: Títulos com descrição definida seguida por verbo

Pode-se dizer que, em termos argumentativos, são os títulos que apresentam a afirmação de modo mais categórico: a descrição definida dá existência e unicidade ao referente e, ao mesmo tempo, contribui para a proposição enunciada. Por se tratar de

enunciado completo, o leque de possibilidades interpretativas é mais restrito. Pode-se dizer que o ângulo de abordagem selecionado vem explicitamente expresso no título, ou então, que o próprio título já representa a tese a ser desenvolvida ao longo do texto:

QUADRO 05: Títulos com descrição definida seguida por verbo:

TÍTULO	Revista
A velha fábrica vira pó	<i>Veja</i>
A Previ dá as cartas	<i>Veja</i>
A buzina tocou	<i>Veja</i>
A idéia ainda não morreu	<i>Veja</i>
As raízes da nova pobreza são antigas	<i>Veja</i>
O ouro perde o brilho	<i>Veja</i>
O capitalista desapareceu	<i>Veja</i>
TOTAL	07 (05%)

Observe-se, particularmente considerando o conjunto dos títulos em anexo, o predomínio dos verbos de ligação e de processo. Mesmo o benefactivo “dar”, que envolve ação, ganha sentido processual em “dar as cartas”, que significa “estar no comando”. Como nesse caso, os verbos de ação, quando presentes, têm, no geral, sentido metafórico, sugerindo situações, “a buzina tocou” não se refere a qualquer buzina que tenha tocado, mas a um estágio de risco comparável à crise no trânsito ou, mais remotamente, à interrupção de um *show* nos tradicionais programas de calouros da TV e, antes, do rádio. São características que opõem o uso do verbo nesses títulos àqueles das notícias de jornal.

No universo em análise, a preferência de *Veja* por este tipo de título é marcante. Não permite, entretanto, afirmar que seja uma das suas características. Apontaria, isto sim, um possível parâmetro para contrapor uma revista à outra, o que não é o objetivo, aqui. Os pressupostos de unicidade e existência continuam vinculados à descrição definida, cujo referente é abordado ao longo do texto. Mas o título é mais do que isso. Se um título como *As raízes da nova pobreza são antigas* ficasse restrito à descrição, a proposição se limitaria ao pressuposto de existência (as raízes existem) e o texto, comprometido com a indicação de quais são essas raízes - deveria acrescentar mais informações. Mas, da forma como se apresenta, precisa vincular essa indicação a dados que venham sustentar as razões de *as raízes* serem antigas. A partir do título, o texto se compromete não só com o “o que/ qual”, mas também com os “porquês”. Pode-se dizer que o texto é, forçosamente, argumentativo. O mesmo pode ser dito em relação aos demais títulos e, mais ainda, ao último deles.

Entre os 150 títulos sob análise, apenas um apresenta determinante demonstrativo: *Este supermercado vale ouro*. Foi incluído entre os títulos com outras estruturas que

apresentam verbo porque, conforme explica Ducrot (1977), há diferenças entre o estatuto do artigo definido e do demonstrativo. Os dois determinantes não seriam intersubstituíveis em qualquer contexto. No exemplo em causa, não parece ser a mesma coisa dizer *O supermercado vale ouro*: predominaria o sentido genérico.

4.4.2.2: Títulos com descrição não-determinada seguida por verbo

O mesmo raciocínio desenvolvido no item anterior se aplica aos títulos seguintes, com exceção das características da descrição não-determinada. Agora as revistas se equiparam. O fato de 6% dos 150 títulos apresentarem essa estrutura não permitiria maiores indicações se isso se mantivesse em número maior de reportagens. É suficiente, no entanto, nessa amostragem, para auxiliar na justificação da sua característica argumentativa. Pode-se dizer que se trata de configurações semelhantes às manchetes dos jornais diários. A partir daí, deveria prevalecer o caráter narrativo/informativo do texto. As análises desenvolvidas não foram suficientes (nem era seu objetivo) para dizer que este é o caso. A confrontação do conteúdo de reportagens com esta configuração de títulos com o daquelas que apresentam títulos de natureza nominal poderia fornecer indicações a respeito.

QUADRO 6: Títulos com descrição não-determinada seguida por verbo:

TÍTULO	REVISTA
Cervejaria engasga no governo	<i>Veja</i>
GP mergulha na rede	<i>Isto É</i>
Júlio comprou, viu e vendeu	<i>Época</i>
Armínio é contra	<i>Veja</i>
Brasileiro vai demitir 21000	<i>Veja</i>
Herdeiro playboy já era	<i>Isto É</i>
Papai Noel atrasou	<i>Isto É</i>
TOTAL	07 (05%)

A intertextualidade e a metáfora também marcam esse tipo de título. Agora, entretanto, tais recursos também estão vinculados aos sentidos do verbo: *GP mergulha na rede*, por exemplo, apóia-se no deslocamento dos signos para uma significação em segundo nível. Consegue esse efeito através da transferência dos sentidos de “mergulhar” e “rede” (vinculados à água) para “entrar de cabeça” na “rede” de computadores (Internet). Para os especialistas na área de investimentos financeiros, o referente de GP é conhecido; para eles a ausência do determinante pouco significaria em termos de indeterminação.

O título *Cervejaria engasga no governo* também pode ser enquadrado no raciocínio do parágrafo anterior: apresenta um verbo associado a problemas na ingestão de alimentos,

líquidos no caso. Com isso relaciona-se, conforme se observa no texto, à formação da Ambev que, embora concretizada entre empresas (Brahma e Antártica), enfrentava problemas na esfera do governo e dependia dele para uma solução definitiva. O referente de *cervejaria* aponta nessa direção. Se fosse *a cervejaria*, provavelmente, o leitor associaria mais facilmente o conteúdo da reportagem à Ambev, mas isso não parece necessário porque o tempo em que ela é publicada coincide com ampla abordagem do assunto em outros meios de comunicação. O contexto permitiria precisar o referente com antecedência.

4.4.2.3: Outros títulos que incluem verbo em sua estrutura

Tal como naqueles títulos de ordem nominal (principalmente daqueles categorizados como “outras configurações nominais”), nos seguintes parece predominar a preocupação expressiva e artística. Essa característica, entretanto, vincula-se mais intensamente aos sentidos implicados pelo verbo e na sua articulação com os demais elementos dos enunciados que compõem esses títulos. Busca-se apoio na intertextualidade, na paráfrase e na metáfora para torná-los atraentes e, com isso, despertar o interesse do leitor. Todavia, o caráter de afirmação categórica se mantém. O número de títulos com essa característica é maior que a soma dos imediatamente anteriores e semelhante àqueles de natureza nominal.

QUADRO 7: Outros títulos que incluem verbos:

TÍTULO	REVISTA
Agora quem liga decide	<i>Época</i>
Há emprego esperando por você	<i>Veja</i>
Este supermercado vale ouro	<i>Veja</i>
Vai dar casamento	<i>Isto É</i>
Pelo menos se move	<i>Época</i>
Casa lá, separa aqui	<i>Isto É</i>
Ninguém se entende	<i>Época</i>
É dinheiro demais	<i>Veja</i>
Devagar, mas vai	<i>Veja</i>
Yes, nós temos tecnologia	<i>Época</i>
Yes, nós temos Banespa	<i>Veja</i>
Está na hora de fazer dinheiro	<i>Veja</i>
Cai a máscara dos ricos	<i>Veja</i>
Caiu na rede é lucro	<i>Isto É</i>
Não foi tão magro	<i>Veja</i>
Quem tem medo dos estrangeiros?	<i>Veja</i>
Será que agora vai?	<i>Isto É</i>
Ainda tem lugar na rede	<i>Isto É</i>
E eles culpam o Brasil	<i>Veja</i>
Acabou a novela	<i>Isto É</i>
Acabou a mamata na Internet	<i>Veja</i>
TOTAL	21 (14%)

Um título como *Há emprego esperando por você* aproveita-se do contexto (altos níveis de desemprego no país) para motivar o leitor a partir de uma necessidade prática provável: o emprego. Motivação semelhante é constituída a partir do título *Está na hora de fazer dinheiro*. A leitura do texto, no entanto, vai indicar que se trata das condições financeiras de um grande empresário. O desenvolvimento do texto pode frustrar as expectativas do leitor, mas o título terá cumprido sua função conativa.

Raciocínio semelhante pode ser desenvolvido em relação ao título *Acabou a novela*: a reportagem aproveita a popularidade da expressão para despertar no leitor o interesse em descobrir de que novela se trata já que o assunto está incluído entre aqueles de ordem econômica. Eventualmente, algum leitor “menos avisado” poderia ser atraído pelo título, mas, provavelmente, desistiria da leitura ao descobrir que se trata de conteúdo na área econômica.

Os títulos interrogativos, por natureza diferentes dos enunciados declarativos, não poderiam funcionar como afirmação categórica. Mesmo assim, acentuam o caráter argumentativo porque, provavelmente, o texto apresentará elementos para o leitor chegar a uma ou mais respostas possíveis. A frequência desse tipo de título, assim como o daqueles representados por exclamação não é, entretanto, representativa. Chama atenção, todavia, que revistas diferentes apresentem título (exclamativo) semelhante: *Yes, nós temos tecnologia*, *Yes, nós temos Banespa*.

A tabela seguinte resume a configuração dos títulos que incluem verbos:

TABELA 04: Resumo dos títulos que incluem verbo:

REVISTA	DDS + Verbo	DND + Verbo	OUTROS	TOTAL
<i>Veja</i>	07	03	11	21
<i>Época</i>	00	01	04	05
<i>Isto é</i>	00	03	06	09
Total	07	07	21	35

Seu mérito reside em verificar, mais uma vez, o predomínio dos títulos com verbo, na revista *Veja*, e, ao mesmo tempo, a preferência desta revista pelos títulos com outras configurações - incluindo verbo. A primeira linha (da primeira coluna) da tabela continua apontando para a predominância das descrições definidas na mesma revista. Parecem delinear-se dois blocos: *Veja*, de um lado; *Época* e *Isto É*, de outro. Os dados indicam essa tendência, mas precisariam ser ampliados para confirmá-la. A tabela também permite uma idéia sobre a frequência de títulos que apresentam verbo (aproximadamente $\frac{1}{4}$) em relação às configurações nominais. Se essa relação é constante, só uma pesquisa amparada num universo

mais representativo (e ao longo de um período maior) poderia revelar. Seria um estudo que mereceria ser desenvolvido.

4.4.3: Perfil geral dos títulos

A tabela seguinte permite uma visualização mais apropriada dessa relação. Objetiva, ainda, facilitar a comparação entre as configurações que predominam nos títulos e ilustrar os primeiros indicativos no que diz respeito à relação entre informação e argumentação vinculadas às expressões nominais nas reportagens sobre economia. Pode, ao mesmo tempo, ser o ponto de partida para um estudo que pretenda comparar diversas revistas a partir dos parâmetros indicados. Finalmente, parece contribuir para o objetivo de fornecer um panorama geral sobre as reportagens em estudo.

TABELA 05: Perfil geral dos títulos

REVISTA	Expressões Nominais					Títulos com verbo				TOTAL
	DDS	DND	DIS	OCN	TOT	DDS	DND	Outros	TOT	
<i>Veja</i>	14	07	02	06	29	07	03	11	21	50
<i>Época</i>	11	28	02	04	45	00	01	04	05	50
<i>Isto É</i>	13	17	01	10	41	00	03	06	09	50
TOTAL	38	52	05	20	115	07	07	21	35	150
Percentual*	25%	34%	03%	13%	75%	05%	05%	15%	25%	100%

* Os percentuais foram arredondados.

Para quem é do ramo jornalístico, a predominância dos títulos compostos por expressões nominais sobre aqueles que apresentam verbo não seria novidade. A tabela, entretanto, permitiria estabelecê-la mais precisamente: 4x1, em média. Se aplicada particularmente a cada uma das revistas, a relação cairia para 4x3 em *Veja* e subiria a 5x1 nas outras duas. Essa tendência poderia estar indicando que *Veja* seria mais incisiva e categórica em seus títulos; suas reportagens penderiam mais para o caráter argumentativo. Haveria, entretanto, a necessidade de maior número de dados para sustentar a hipótese. Mas a relação estabelecida não deixa de ser um ponto de referência para contrapor uma reportagem a outra, o jornalismo de revista ao do jornal diário e os próprios gêneros entre si.

Outro dado que a tabela ilustra, vinculado ao anterior, é a frequência geral das descrições definidas nos títulos, independente da presença do verbo ou não. Também nesse parâmetro *Veja* se diferencia: 21 contra 12, em média. Se admitido o pressuposto de unicidade e existência vinculados ao determinante definido, mais uma vez se apontaria para o caráter

incisivo das suas reportagens. O fato de que 30% dos títulos apresentam descrições definidas⁶ é significativo. Em termos de uso, significa que quase um terço das reportagens parte do princípio de que o assunto (ou objeto referido) veiculado já seria de conhecimento do leitor, que tal referente existe e que é aquele e não outro.

Os sentidos expressos pelos nomes ou pelos modificadores, por seu turno, apontam para a representação. De forma condensada, ativam os principais conceitos ou representações em torno dos quais gira o texto. Antecipam e, ao mesmo tempo, preparam o contexto em que a interpretação passa a ser processada. Essa informação pode ser o primeiro indicativo da linha argumentativa do texto: O título *Susto na Disney das Ações*, por exemplo, apenas aponta algum susto em algum lugar. Ativa a curiosidade do leitor para descobrir qual é o referente em causa. Mas, implicitamente, faz uma afirmação. O texto vai tentar confirmá-la e persuadir o leitor a assumi-la como correta.

O título *A revolução silenciosa* anuncia, através do determinante, que o texto trata de uma única revolução e pressupõe que ela existe, mas exige a leitura do texto para descobrir a que *objeto* se refere. No caso, a mudança da vestimenta formal (paletó e gravata) dos grandes executivos, a sua participação nos lucros das empresas, horários mais flexíveis dos funcionários etc. Antes da leitura do texto, entretanto, poderia representar uma mudança radical nas aplicações dos investidores, no comportamento dos consumidores ou de qualquer outro segmento do mercado, por exemplo. O nome informa que se trata de movimento mais brusco que interfere em algum setor até então estável; o modificador restringe essa abrangência informando que, ao contrário do que é ativado pelo conceito de revolução, trata-se de movimento silencioso. Constitui-se uma antítese capaz de atrair a atenção do leitor.

Não é o que acontece com o título *A revolução da banda C*. O potencial informativo do nome continua o mesmo, mas a restrição imposta pelo modificador é diferente: enquanto este ajuda a fixar a referência, aquele representa uma avaliação (próxima à opinião) e aponta uma linha argumentativa que irá defender essa caracterização. Nos dois casos, entretanto, a descrição definida afirma a existência e a unicidade de um movimento que é suficientemente brusco e notável para ser entendido como “revolução”: argumenta nesse sentido, trazendo as informações que considera pertinentes.

Encerra-se aqui a seção cujo objetivo se vincula à apresentação de um panorama geral sobre as reportagens, considerando estrutura macroargumentativa, assuntos predominantes e perfil dos títulos. Os três parâmetros não seriam suficientes para traçar generalizações

⁶ Incluem-se aquelas que estão no papel de sujeito, isto é, o predicado diz algo a respeito delas.

extensíveis a qualquer revista ou reportagem do gênero, mas ilustram, com pertinência, o universo referencial em que se apóia o presente estudo. Além disso, indicam possíveis pontos de partida ou ancoragem para subsidiar pesquisas na área. O próximo capítulo, também de ordem quantitativa, ainda se refere às expressões referenciais e recolhe dados do corpo das reportagens. Objetiva estabelecer e quantificar a representatividade das diversas categorias analíticas consideradas nas seções seguintes.

5. CATEGORIAS ANALÍTICAS E SUA REPRESENTATIVIDADE

O presente estudo busca sustentar a tese de que os sentidos inscritos nas expressões referenciais são responsáveis pela indicação da referência e, ao mesmo tempo, pela sua dimensão informativa e argumentativa. Como, entretanto, essas dimensões se vinculam às diferentes configurações que as descrições podem apresentar, é preciso indicar quais são as categorias em que o estudo se ampara, já que nem todas as expressões referenciais foram contempladas. Além disso, como se pretende limitá-lo às descrições definidas, é preciso ter idéia do quanto representa cada uma das configurações dessas expressões. Foram analisados 30 textos, selecionados de acordo com a representatividade dos assuntos.

Para saber como foi realizada a contabilização, transcrevem-se, primeiramente, três textos – um de cada revista. Tais textos aparecem divididos em períodos, indicando-se o início de parágrafo através do símbolo “#”. Após a transcrição, aparecem tabelas em que se quantificam as diversas categorias que interessam à análise. Tal estratégia indica como se realizou o levantamento e, ao mesmo tempo, permite comparar até que ponto os percentuais indicados variam em relação aos 30 textos. Não se contabilizam aquelas descrições que aparecem no interior de uma citação direta porque interessam apenas as que foram produzidas pela revista. As categorias aparecem subdivididas em três blocos: a) em relação à presença (ou não) e à natureza dos determinantes; b) em relação à presença (ou não) de modificadores; c) em relação à natureza dos modificadores.

a) Descrições em relação à presença e à natureza dos determinantes:

Ao longo dos três textos, todos os determinantes contabilizados aparecem em negrito; sua ausência é indicada mediante o uso de asterisco. Parte-se do princípio de que nas diversas situações em que o determinante está presente (ou poderia estar), constitui-se uma descrição. Consideram-se descrições aquelas configurações lingüísticas que desempenham papel de sujeito, complemento ou adjunto. O nome próprio – embora não tenha sentido – também é considerado descrição porque, na língua portuguesa, pode vir acompanhado por alguma espécie de determinante: *o Steinbruch, um Steinbruch, esse Steinbruch*, por exemplo. Tem-se, portanto, em relação ao determinante, quatro categorias de descrições:

DDS: Descrições definidas: *os investidores internacionais, a questão, as Lojas Mappin.*

DIS: Descrições indefinidas: *um novo campo, numa região, um lugar de destaque.*

DOD: Descrições com outros determinantes: *esse empresário, suas lojas*

DND: Descrições não-determinadas: **empresários do ramo, *FHC, *concorrência*

b) **Descrições em relação à presença (ou não) de modificadores:**

Contabilizam-se novamente todas as descrições, mas o critério classificatório agora é a presença (ou não) de modificador(es). Não vem ao caso se incluem determinante ou não:

Descrições simples: (ou não-modificadas): São os nomes de pessoas, de instituições ou de outras entidades (*objetos*), que não vêm acompanhados por modificador (adjetivo ou oração adjetiva): *Samuel Klein, o Bozanno, as Casas Bahia, uma empresa, seus lucros, a luta, os confrontos*. Não aparecem sinalizadas especificamente ao longo do texto.

Descrições modificadas: São os nomes de pessoas, de instituições ou de outros *objetos* que vem acompanhados por modificador: *centro financeiro de São Paulo, o empresário Samuel Klein, um grande problema, o discreto Bozanno, uma estratégia heróica*.

c) **Descrições em relação à natureza do modificador:**

Neste grupo incluem-se apenas as *descrições modificadas*. Elas aparecem subdivididas em quatro subcategorias, de acordo com o papel desempenhado pelo modificador em relação ao nome que acompanha:

Descrições modificadas restritivas (DRS): Descrições em que o modificador apenas restringe o nome, tipo intersecção de conjuntos: *o centro financeiro paulista, programa de ajuste fiscal, uma fronteira internacional, essa política monetária*. Por serem em maior número, também não aparecem assinaladas ao longo dos textos.

Descrições modificadas indicativas (DInd.): Descrições em que o modificador especifica o cargo, função ou origem do nome que acompanha: *o jurista Ives Gandra, o presidente Fernando Henrique, a holandesa Heineken*. Aparecem sublinhadas ao longo dos textos.

Descrições modificadas relativas (DRel.): Descrições cujo nome é acompanhado por modificadores que podem representar a própria característica da informação: quantidade, atualidade, novidade e exclusividade. Tais descrições apresentam, respectivamente, os seguintes pares de modificadores: grande/maior, último/próximo, novo/atual, único/principal: *o grande lucro, uma das maiores empresas do ramo, na última semana, o próximo passo, novos empreendimentos, a atual crise, seu único representante, a principal atividade*. Ao longo dos textos, os seus modificadores aparecem identificados no estilo “caixa alta”.

Descrições modificadas qualificativas (DQS): Descrições em que o nome vem acompanhado por um modificador que apenas o qualifica. Trata-se de modificadores que não são necessários para delimitar o referente. Podem aparecer à esquerda ou à direita do nome: *talentoso empresário, as previsões catastróficas*. Aparecem em itálico ao longo dos textos.

Texto 1: O FURO QUE DEU CERTO (*Época*, 27-09-1999)

Depois de duas décadas de atuação na Bacia de Santos, a Petrobrás encontra óleo de alta qualidade

1. # Se fosse **uma** nação independente, **o** Rio de Janeiro já teria garantido **um lugar de destaque na** Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que há ***décadas dá** as cartas **no** comércio da mercadoria mais cobiçada do planeta.
2. Desde **a** terça 21, **o** litoral fluminense caminha para se tornar **uma das** províncias petrolíferas marítimas mais importantes do mundo, ao lado **do** Golfo do México e **do** Mar do Norte, **na** Europa.
3. **O** presidente Fernando Henrique anunciou **a** descoberta de um campo gigante **numa** região geológica conhecida como Bacia de Santos, que engloba **a** costa do Rio, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.
4. **O** NOVO campo, de acordo com **os** estudos preliminares, deverá produzir até ***100 mil** barris de petróleo por dia e **suas** reservas poderão chegar a ***700 milhões** de barris.
5. **Numa** conta rudimentar, tomando **o** preço atual de cerca de US\$ 20 o barril, **o** presidente alardeou que **o** campo poderá representar **uma** receita de US\$ 10 bilhões.
6. # “É uma descoberta fabulosa”, diz ***Mary Quinn**, ***analista** de petróleo do banco de investimento americano Warburg Dillon Read.
7. Mais do que ***números**, **a** importância é estratégica.
8. Primeiro, vai confirmar **a** Bacia de Santos como **uma** província produtora com potencial semelhante **à** de Campos, responsável por ***850 mil** do 1,13 milhão de barris extraídos pelo Brasil diariamente.
9. ***Países** como ***Argélia** e ***Catar**, ***membros** da Opep, produzem ***750 mil** e ***650 mil** barris respectivamente.
10. Porém, **o** mais animador em relação **ao** NOVO campo é **a** qualidade do petróleo encontrado: **do** tipo leve, semelhante **ao** existente na Arábia Saudita.
11. **Essa** classificação resulta de **uma** escala criada pelo American Petroleum Institute (API) para medir **a** viscosidade dos óleos.
12. Quanto maior **o** grau, mais leve e menos viscoso é **o** óleo.
13. **O** **do** NOVO campo tem **um** grau API de 35.
14. **O** **da** Bacia de Campos, de ***20** a **25** graus API.
15. # **O** petróleo do tipo mais leve custa menos para ser refinado, pois produz **os** chamados derivados claros (gasolina, GLP, querosene e diesel) em maior quantidade em ***etapas** preliminares de refino.
16. Por **essa** razão, é muito mais valorizado **no** mercado internacional.
17. “Esse tipo de óleo torna a descoberta mais interessante, pois se adapta melhor ao perfil do parque de refinarias existente no Brasil”, explica ***Jean Paul Prates**, ***sócio** da consultoria Ex-petro.
18. Atualmente, boa parte **dos** 600 mil barris/dia que **o** Brasil importa para atender **a** demanda é ***óleo** leve para ser misturado ao mais pesado produzido principalmente **na** Bacia de Campos.
19. # **A** Petrobrás pretende explorar sozinha **o** NOVO campo, que por enquanto vai se chamar ***BS-500**.
20. “Vamos batizá-lo com o nome de um peixe”, diz **o** presidente da estatal, ***Henri Philippe Reichstul**, confirmando **a** tradição seguida pela empresa desde **as** primeiras descobertas na plataforma marítima, **na** década de 70, **no** litoral do Sergipe.

21. O potencial da Bacia de Santos como **uma** província produtora do calibre da bacia vizinha deverá resultar **numa** concentração cada vez maior **dos** gastos da Petrobrás em exploração.
22. “Já estamos revendo os nossos investimentos na Bacia de Santos”, diz *Reichstul.
23. “Antes, a empresa gastava bilhões de dólares em áreas sem potencial nenhum”.
24. O fim do monopólio, que trouxe **várias** gigantes internacionais do setor para o país, explica **essa** concentração dos gastos **nas** bacias de Santos e Campos.
25. “Com o monopólio, a Petrobrás era obrigada a atender a todas as regiões.
26. Não podia abandonar áreas sem nenhum potencial”, explica *Antonio Thomaz Filho, *professor de Geologia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e funcionário da Petrobrás de 1963 a 1992.
27. “Hoje, ela só investirá onde tiver certeza do retorno garantido.
28. Não dá mais para pensar em explorar áreas como a Bacia do Paraná ou a do Parnaíba, no Maranhão”.
29. # Apesar **da** necessidade de perfurar **outros** poços para confirmar **a real dimensão do novo campo**, o presidente da Petrobrás está otimista em relação **à** Bacia de Santos, onde antes se acreditava existir apenas *gás natural.
30. Em quase *três décadas foram investidos cerca de *US\$ 850 milhões **na** perfuração de 100 poços, todos localizados em *profundidades abaixo de 400 metros.
31. Agora **o** jogo virou e vai se refletir **nas** licitações.
32. “É verdade que houve pouco interesse na primeira fase, mas agora o cenário é outro”, diz *David Zylbersztajn, *presidente da Agência Nacional de Petróleo.
33. “A descoberta beneficia não só a Petrobrás mas todo o processo de abertura da exploração de petróleo”.
34. Os PRÓXIMOS lances dirão se é isso mesmo.

Texto 02: A GIGANTE DO AÇO (Isto É, 14-07-1999)

Governo incentiva a aquisição da CSN para criar outra multinacional brasileira

1. # **O** presidente Fernando Henrique Cardoso está encantado com as megafusões.
2. Depois que *as rivais Brahma e Antárctica* uniram suas forças **numa gigantesca corporação de bebidas**, o presidente entusiasmou-se com a idéia de criar *multinacionais verde-amarelas.
3. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já está empenhado em desenhar a NOVA configuração de setores estratégicos da indústria.
4. Quer dar músculos a *jogadores capazes de competir de igual para igual com os GRANDES conglomerados internacionais.
5. Daí pode estar nascendo **uma** multinacional brasileira no setor de aço.
6. Quem aparece como *mais forte candidato para liderar esse processo é o Grupo Gerdau.
7. O governo está inclinado a montar **um** ENORME complexo siderúrgico em torno **da** empresa gaúcha, financiando até a aquisição da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).
8. “A fragmentação da indústria inibe a capacidade do Brasil de competir globalmente”, diz *Reginaldo Alexandre, *analista do Banco BBA.
9. Para se ter **uma** idéia, o País ocupa a sétima posição entre os MAIORES produtores mundiais, mas a divisão do bolo deixa a MAIOR delas individualmente – a própria CSN – em *38º lugar **na** lista de todos os fabricantes.
10. Há cinco * GRANDES blocos siderúrgicos.

11. “O Brasil tem competitividade porque é rico em minério de ferro, facilitando a produção a baixos custos”.
12. # **O empresário Benjamin Steinbruch**, *controlador da CSN, se apressa em desmentir: “Não recebi nenhuma proposta formal até agora”.
13. Caso surja **uma** gigante do aço brasileira, **as** peças do jogo terão **as** MAIORES modificações desde a privatização **no** início da década.
14. “Será a segunda rodada das privatizações”, diz o diretor do BNDESPar, *Nélson Rozental.
15. Depois de liquidar a Siderbrás, *holding que reunia todas as usinas, e então privatizá-las, o governo estuda consolidar o setor em **um** oligopólio privado.
16. Num **dos** cenários desenhados pelo BNDES, o grupo Gerdau seria colocado entre **os** dez MAIORES produtores mundiais.
17. Para alcançar **esse** objetivo, a CSN seria dividida em *duas empresas.
18. A primeira delas atuaria **na** área siderúrgica, sendo vendida **ao** grupo gaúcho.
19. A outra seria mantida **pelo** empresário e reuniria **as** operações de mineração, ferrovia e portos, além **das** demais participações do empresário, incluindo aí a sua fatia na Vale do Rio Doce.
20. Mas para o projeto virar *realidade, existe **um** *tortuoso caminho*.
21. “O governo quer acelerar o negócio, mas há forte resistência dos grupos preteridos”, diz **uma** fonte próxima da reestruturação.
22. “Mesmo dentro da Gerdau, há quem tema assumir um grande passivo”.
23. **Os** gaúchos preferem manter *sigilo sobre *qualquer movimento.
24. “O BNDES é o indutor desse processo”, limita-se a dizer o vice-presidente, *Frederico Gerdau Johanpeter.
25. Apesar **da** preferência do governo sobre **um** grupo, ninguém quer ficar de fora.
26. “A Usiminas tem de estar presente em qualquer reestruturação”, diz o seu presidente, *Rinaldo Campos Soares.
27. Além disso, o processo, que pode durar meses, passa ainda pelas mesas **do** fundo de pensão do Banco do Brasil (Previ), do Bradesco e da Vale, todas *GRANDES acionistas das siderúrgicas.
28. # Se **algum** grupo nacional consolidar-se como *GRANDE competidor global, o governo estará mudando radicalmente **seu** comportamento.
29. **No** ano passado, quando a Acesita e, por tabela, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), reconhecida como o melhor ativo do setor, foi vendida **ao** grupo francês Usinor por *R\$ 700 milhões, *Steinbruch chegou a oferecer *R\$ 1 milhão a mais.
30. Havia **outros** interessados, como a Usiminas.
31. Mas o governo manobrou a Previ para evitar que a Acesita caísse nas mãos de *grupos privados nacionais.
32. Em *ano eleitoral, não quis comprar briga com **os** GRANDES empresários eventualmente preteridos.
33. Empurrou **um** problema para a frente, sem conseguir fortalecer **um** concorrente nacional.
34. # Embora o BNDES esteja agora mais disposto a financiar **os** fabricantes brasileiros, o grupo alemão Thyssen Krupp apareceu como **um** GRANDE interessado em levar a CSN.
35. *MAIOR produtor de aço da Europa, ele já possui **uma** joint venture com a siderúrgica de Steinbruch para a construção de uma fábrica de chapas de aço **às** montadoras.
36. Segundo *especialistas, a empresa alemã cairia como uma luva **nos** interesses de Steinbruch.
37. “É mais capitalizada do que o Grupo Gerdau e dona de tecnologia internacional – tudo o que a CSN precisa”, diz **uma** fonte próxima.

38. Segundo ele, **as** próprias montadoras de veículos, como **as** fábricas de carros alemães Mercedes-Benz e BMW, *dona da Land Rover, que recentemente se instalaram **no** Brasil, gostariam de casar **seus** interesses com **o** Thyssen.
39. **O** assunto chegou até a alta cúpula do governo brasileiro e alemão.
40. Quando esteve com **o** presidente Fernando Henrique Cardoso recentemente, **o** chanceler alemão Gerhard Schröder, demonstrou **o** interesse de fazer com que **seu** país volte a ser **o** segundo MAIOR parceiro brasileiro, depois de perder a posição para a esquadra de investimentos espanhola.
41. **Nessa** transação, há **um** ganho adicional, como lembram *membros do governo: *mais divisas para aliviar a pressão nas contas externas.
42. # Depois que estouraram **os** boatos de que Steinbruch estaria disposto a vender suas participações para fazer frente às dificuldades de caixa provocadas pela desvalorização do real, **muita** coisa parece ter mudado **na** vida de quem mais havia se adaptado **aos** tempos de globalização.
43. De *colecionador de empresas, *Steinbruch virou *alvo de grupos interessados em suas participações.
44. Tinha **o** sonho de fundir a CSN e a Vale **numa** única empresa, mas endividou-se ao acreditar **na** estabilidade do real.
45. *Estimativas de mercado dão conta de que **o** grupo Vicunha – *empresa das famílias Steinbruch e Rabinovich, *dona das ações na CSN, Vale, entre outras – tem **uma** dívida de R\$ 700 milhões.
46. *O caminho natural* é vender uma **das** GRANDES participações para zerar **o** passivo.
47. # Embora **o** grupo Vicunha diga que possa suportar **o** assédio por mais de um ano, **o** NOVO desenho da indústria de aço depende **dos** passos de Steinbruch.
48. Mas já há quem tema que a empresa seja vendida integralmente.
49. Se a Thyssen levar todo **o** pacote, *Steinbruch estaria criando **um** rival para a sua própria Vale do Rio Doce.
50. **Os** alemães já são *fortes produtores de minério de ferro no Brasil, pois detêm **o** controle da mineradora Ferteco, cuja *produção alcança **os** 20 milhões de toneladas.
51. Vai se somar então à Casa de Pedra, a mina de ferro da CSN, onde são extraídos *11 milhões de toneladas.
52. “Tudo na Vicunha está à venda, menos a mulher e minhas filhas”, completa *Jacks Rabinovich, *controlador do grupo fundado em 1968 por ele e Mendel, *pai de Benjamim, já falecido.
53. “É tudo uma questão de preço. Queremos o justo e mais um pouco”.

Texto 03: OS SOBREVIVENTES (Veja, 15-09-1999)

Samuel Klein, das Casas Bahia, é um dos poucos que ainda resistem à ruína que atingiu as lojas de eletroeletrônicos

1. # **O** empresário Samuel Klein, *dono das Casas Bahia, é **um** exemplo de rebeldia administrativa.
2. **Numa** época em que **os** manuais ensinam que é importante delegar *tarefas e divulgar com transparência **os** números da empresa, ele faz o contrário.
3. É centralizador – é *Klein, por exemplo, quem assina todos **os** cheques das Casas Bahia, **um** trabalho que consome **várias** horas por dia.
4. Não divulga *dados sobre a empresa.

5. E mesmo assim, para **assombro geral*, **suas** lojas sobreviveram à crise que abateu algumas *das mais poderosas redes varejistas do país*.
6. **Nos** ÚLTIMOS três anos, 120 delas entregaram os pontos, vítimas **dos** juros altos, **da** inadimplência e **da** concorrência dos supermercados.
7. **Companhias tradicionais* como **Mappin*, **G. Aronson* e **Lojas Brasileiras*, fecharam as portas.
8. **Das** grandes restaram **Casas Bahia*, **Ponto Frio*, **Lojas Cem* e **Magazine Luiza*.
9. **Samuel Klein* diz que o segredo de seu sucesso nas Casas Bahia é simples.
10. “Compro por 100 e vendo por 200.
11. Por isso sou bilionário em dólar.”
12. # Ninguém além de **Samuel Klein* pode garantir que **sua** fortuna seja desse tamanho e que **a** saúde da empresa esteja mesmo perfeita.
13. Há **muitas** dúvidas entre **os** economistas que se ocupam de observar **o** comércio.
14. “As Casas Bahia são uma caixa-preta.
15. “Os únicos números que existem sobre as lojas são os que o proprietário divulga, e ninguém tem certeza de que eles sejam verdadeiros”, diz **um** analista especializado em varejo.
16. A história do comércio brasileiro está repleta de **companhias* que pareciam impecáveis e mesmo assim quebraram.
17. Veja-se o que aconteceu com a Arapuã.
18. **Um** estudo da consultoria Austin Asis, de 1996, aponta-a como **a** mais rentável entre **as** MAIORES companhias de capital aberto do país.
19. Era **uma** máquina de fazer dinheiro, com **números* bem próximos dos que **a** empresa de Klein tem hoje: **244 lojas* e **faturamento* de 2,2 bilhões de reais.
20. A crise da Ásia, que obrigou **o** governo brasileiro a catapultar **os** juros de 20% para 43% de uma vez só, **no** final de 1997, asfixiou **o** grupo.
21. **Os** lucros da Arapuã eram financeiros, vinham mais **dos** juros cobrados nas prestações do que **do** preço das mercadorias.
22. Hoje, sob concordata, **a** Arapuã tenta colocar **as** contas em dia e voltar a crescer.
23. # **Outro** gigante que derrapou foi **Ricardo Mansur*, **antigo* dono dos laticínios Leco e Vigor.
24. Em 1996, ele comprou **os** magazines Mappin, *uma elegante cadeia de lojas paulistana com mais de oitenta anos de história*.
25. **No** ano seguinte, engoliu **a** rede Mesbla, que tinha sede **no** Rio de Janeiro.
26. **No** início deste ano, quebrou.
27. **No** mês passado, **a** justiça decretou **a** falência do Mappin e mandou lacrar **suas** lojas.
28. Para **Klein*, esse foi **um** desfecho previsível.
29. “Mansur deveria ter investido muito dinheiro e trabalhado duro, mas o que ele queria era ganhar dinheiro rápido e fugir do país”, afirma.
30. Há **razões menos polêmicas e subjetivas* para **o** fracasso dos grandes lojistas.
31. **Um** estudo feito **no** ano passado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, mostra que entre **as** PRINCIPAIS deficiências do comércio especializado em eletroeletrônicos estão **lojas pouco atraentes*, **funcionários despreparados*, **falta de atendimento qualificado* e **estoques inadequados ao gosto do cliente*.
32. # Quem ficou **no** negócio de vender eletroeletrônicos foram **as** redes mais populares.
33. A freguesia dos sobreviventes está interessada em comprar **uma** televisão em **parcelas* que caibam no orçamento ou em trocar **seu** radinho de pilha por **um** aparelho de som modesto.

34. “É uma faixa de população que dá muita importância ao crédito, ao fato de ter o nome limpo”, observou o consultor Marcos Gouvêa, *especialista em comércio varejista.
35. “Nessa faixa e público, a inadimplência tende a ser baixa”.
36. E é esse, **no** fim da história, o trunfo de Samuel Klein para continuar na praça.
37. “Eu entendo o pobre porque já fui pobre”, diz.
38. # A saga desse negociante é admirável.
39. Em 1994, durante a II Guerra Mundial, aos 20 anos de idade, ele conseguiu escapar de um campo de concentração onde *1,5 milhão de pessoas foram mortas – na maioria, *judeus poloneses como ele.
40. Instalou-se na Alemanha, onde se iniciou nos mistérios do comércio.
41. Contrabandeava *vodca para os soldados russos e *cigarros para os americanos.
42. “Naquela época eu comprava por 100 e vendia por 500”, lembra.
43. Foi assim que *Klein juntou *dinheiro e emigrou para o Brasil.
44. Chegou ao país em 1952, com um capital equivalente a 5000 dólares.
45. Comprou uma carroça e saiu vendendo *cobertores e *toalhas de porta em porta.
46. O salto da carroça para as Casas Bahia da atualidade preencheu os ÚLTIMOS 47 anos.
47. Hoje, *Klein é um dos MAIORES vendedores de móveis e eletrodomésticos do país, com *250 lojas e *faturamento de 2,4 bilhões de reais por ano.
48. Segundo ele, seu mérito foi ter mantido as Casas Bahia longe dos bancos.
49. “Não tem como a gente quebrar porque só usamos capital próprio”, afirma.
50. Nem sempre foi assim.
51. No início de 1997, *Klein foi forçado por um grupo de bancos credores a mostrar as contas de sua empresa.
52. As Casas Bahia estavam encerrando uma fase de grandes aquisições – tinham comprado as Casas Garson, do Rio, a Domus, de Santos, e a Modelar, de Ribeirão Preto.
53. Desconfiava-se que o vôo era alto demais e havia *boatos de que as Casas Bahia estavam à beira da insolvência.
54. As contas de Klein foram virados do avesso e não se descobriu *problema algum.
55. Mas, antes que os boatos atrapalhassem suas vendas, *Klein sacou seu talão de cheques e saldou todas as dívidas que o prendiam aos bancos.

5.1. Representatividade das descrições nos três textos transcritos

Computando as categorias acima, aparecem na seqüência, quatro tabelas: a) em relação aos determinantes, b) em relação à presença ou não de modificadores, c) em relação à natureza dos modificadores, d) em relação aos modificadores relativos. Referem-se apenas aos três textos transcritos. Não são acompanhadas por comentários porque apenas objetivam fornecer as primeiras indicações sobre a frequência das diversas categorias e, ao mesmo tempo, dar uma idéia sobre o que significa restringir o presente estudo à abordagem das descrições definidas. Os mesmos princípios serão, na seção seguinte, aplicados à análise de trinta textos - universo suficientemente representativo para considerações mais consistentes.

TABELA 06: Distribuição das descrições em relação aos determinantes

TEXTO	DDS	%	DIS	%	DOD	%	DND	%	TOTAL
Texto 1	56	56%	10	10%	06	06%	28	28%	100
Texto 2	106	62%	18	10%	10	06%	40	22%	174
Texto 3	76	53%	16	11%	10	07%	43	29%	145
TOTAL	238	58%	44	10%	26	06%	111	26%	419

TABELA 07: Distribuição das descrições simples e descrições modificadas

TEXTO	Dsimples	%	Dmodificadas	%	TOTAL
Texto 1	31	31%	69	69%	100
Texto 2	66	38%	108	62%	174
Texto3	52	35%	93	65%	145
TOTAL	149	35%	270	65%	419

TABELA 08: Distribuição das descrições modificadas:

OS 3 TEXTOS	DRS	%	DQS	%	DRel.	%	DInd.	%	TOTAL
Texto 1	61	89%	02	03%	04	06%	01	02%	68
Texto 2	82	75%	05	05%	16	15%	06	05%	109
Texto 3	82	89%	04	04%	05	05%	02	02%	93
TOTAL	225	83%	11	04%	25	10%	09	03%	270

TABELA 09: Distribuição dos modificadores relativos

TEMA	Quantidade		Novidade		Atualidade		Exclusividade		Totais
	Maior	Grande	Novo	Atual	Último	Próximo	Único	Principal	
Texto 1	00	00	03	00	00	00	00	01	04
Texto 2	06	08	02	00	00	00	00	00	16
Texto 3	02	00	00	00	00	01	02	00	05
TOTAL	08	08	05	00	02	01	00	01	25

5.2: Representatividade das descrições em trinta textos

Os trinta textos selecionados correspondem a 20% do total das reportagens, percentual suficiente para indicar o quanto representa cada uma das categorias em relação ao texto e às demais categorias. A seleção dos textos obedece à distribuição dos títulos por assunto: de cada bloco por assunto¹ foram selecionadas três reportagens, uma por revista. Para completar o número previsto - trinta - foram selecionados mais três do bloco sobre Empresas e Investimentos: é o mais representativo em termos de conteúdos que se ramificam nos demais

¹ De acordo com a distribuição feita na seção 4.2. do capítulo anterior (p.87).

blocos. Dentro deste universo se fará a representação, em tabelas, das mesmas categorias (descrições) anteriormente estabelecidas²:

QUADRO 08: Os 30 textos selecionados:

TÍTULO	REVISTA
Nas asas da fusão	<i>Veja</i>
Caça ao Banespa	<i>Época</i>
A gigante do aço	<i>Isto É</i>
O salário máximo	<i>Veja</i>
A pressão das ruas	<i>Época</i>
Admirável mundo novo	<i>Isto É</i>
Acabou a mamata na Internet	<i>Veja</i>
Concorrência digital	<i>Época</i>
Rede do barulho	<i>Isto É</i>
A buzina tocou	<i>Veja</i>
Pressão incômoda	<i>Época</i>
A retórica dos juro	<i>Isto É</i>
O Ouro perde o brilho	<i>Veja</i>
Monopólio condenado	<i>Época</i>
Eurodilema	<i>Isto É</i>
Debaixo do tapete	<i>Veja</i>
O golpe das pedras	<i>Época</i>
Esse Banco Central...	<i>Isto É</i>
O vizinho zangado	<i>Veja</i>
Aliança em risco	<i>Época</i>
De joelhos	<i>Isto É</i>
Os sobreviventes	<i>Veja</i>
A revolução silenciosa	<i>Época</i>
Bilhões de idéias	<i>Isto É</i>
O ex-patinho feio	<i>Veja</i>
É dinheiro demais	<i>Veja</i>
O furo que deu certo	<i>Época</i>
Uma revolução	<i>Época</i>
Em dois mundos	<i>Isto É</i>
O mico que virou curinga	<i>Isto É</i>

5.2.1: Descrições em relação aos determinantes

A tabela seguinte permite observar, com base em dados mais representativos (trinta textos), o quanto representam cada uma das quatro categorias de descrições, classificadas de acordo com os determinantes. Ao mesmo tempo, dá uma idéia aproximada sobre a possível preferência das revistas por uma ou outra dessas categorias. Deverá subsidiar o capítulo

² Todas as tabelas seguintes referem-se, portanto, aos trinta textos.

seguinte, especificamente voltado à análise do que significam os diversos determinantes (ou a sua ausência) em termos de informação e argumentação na referência.

TABELA 10: Distribuição das descrições em relação aos determinantes:

REVISTA	DDS	%	DIS	%	DOD	%	DND	%	TOTAL
VEJA	0987	64%	178	11%	098	06%	283	19%	1546
ÉPOCA	1137	65%	158	09%	070	04%	379	22%	1744
ISTO É	0826	66%	145	11%	068	05%	225	18%	1264
TOTAL	2950	%65	481	10%	236	05%	886	20%	4554

Os percentuais de cada uma das categorias permitem observar que não há grande variação entre as diferentes revistas. O predomínio das descrições definidas deve indicar que as três se equiparam: partem do princípio de que o leitor já domina previamente muitos dos conteúdos abordados, além de pressupor a existência dos referentes indicados. Ressalve-se, conforme apontado na fundamentação teórica, que muitas descrições acabam sendo definidas por exigência do sistema linguístico, o que, entretanto, não anula sua representatividade em relação às demais. Como as descrições não-determinadas se aproximam, semanticamente, das indefinidas, têm-se dois grandes blocos de descrições disputando espaço ao longo dos textos: o primeiro com 65%, e o segundo com 30%. Restariam os 5% ocupados pelas descrições com outros determinantes. Assim, o capítulo seguinte analisa o papel do determinante em termos de referência, informação e argumentação, confrontando, principalmente, esses dois blocos.

5.2.2: Descrições em relação à presença (ou não) de modificador(es)

A tabela seguinte objetiva captar a distribuição das expressões referenciais em relação ao modificador, contrapondo as *descrições simples* às *descrições modificadas*. Isso se faz necessário porque, quando o modificador está presente, o potencial informativo e argumentativo da descrição, geralmente, recai sobre ele. Em caso contrário, o próprio nome acaba revelando, em maior ou menor intensidade, essas características.

TABELA 11: Distribuição das descrições simples e descrições modificadas

TEXTO	Dsimples	%	Dmodificadas	%	TOTAL
TOTAL	1077	24%	3476	76%	4554

Computando individualmente cada um dos trinta textos, pôde-se observar que apenas em quatro deles as *descrições simples* fugiram da faixa percentual entre 21% e 29%. Pode-se dizer, portanto, que 25% das descrições nominais, em média, são *descrições simples*: não se

fazem acompanhar por modificador. Ou então: *as descrições modificadas* prevalecem numa proporção aproximada de 4x1. Significa que a adjetivação é alta e deve ter alguma origem ou papel a cumprir - de acordo com a tabela seguinte, a necessidade de restringir os referentes indicados pelo nome. Isso permite avaliar o quanto a língua se apóia na combinação de palavras para indicar referentes.

O levantamento das *descrições simples* tem indicado que, entre elas, aproximadamente 70% são constituídos apenas pelo nome da pessoa ou da instituição, acompanhados ou não por determinante. Apenas os demais 30% são descrições do tipo D+N (determinante e nome): *o negócio, a empresa, o problema*, por exemplo. A análise abordará, principalmente, este último grupo: nessa categoria enquadram-se as descrições cujo potencial informativo ou argumentativo recai sobre o nome já que, pelo menos em princípio, nomes de pessoas ou instituições não têm sentido.

5.2.3: Descrições em relação à natureza do modificador

A tabela seguinte refere-se apenas às *descrições modificadas*. Essa categoria está subdividida em quatro subcategorias porque o modificador exerce papel diferente, de acordo com sua natureza e papel em relação ao nome. Tal como as descrições são categorizadas em definidas ou indefinidas de acordo com o determinante, a subcategorização dessas descrições toma por referência o modificador. Esse critério possibilita detectar qual tipo de configuração predomina e em que percentual, evitando, por exemplo, o risco de afirmar que o uso qualificativo do modificador caracterizaria a reportagem por se tratar daquelas descrições que chamam maior atenção.

TABELA 12: Distribuição das descrições modificadas:

Descrições	DRS	%	DInd	%	DRel	%	DQS	%	TOTAL
TOTAL	3100	89%	65	2%	168	5%	143	4%	3476

A consideração de todo e qualquer adjetivo à esquerda do substantivo como atributivo e todo aquele que aparece à direita como restritivo indicaria que o último predomina sobre o primeiro na proporção de 89% para 11%, aproximadamente na proporção de 9x1. Uma análise mais minuciosa, entretanto, revela que os modificadores não podem enquadrar-se apenas a partir desse parâmetro: aparecem modificadores atributivos (qualificativos) à direita e restritivos à esquerda. É uma das razões que justifica a necessidade de subdivisão das

descrições modificadas. Na seqüência, cada uma destas subcategorias será abordada separadamente, sem maiores comentários:

5.2.3.1: Descrições restritivas:

Incluem-se nesta categoria as descrições grifadas nos enunciados abaixo:

1. *A indústria automobilística, que por anos assistiu ao desinteresse do consumidor pelo carro a álcool, começa a sentir o reaquecimento desse mercado. (Isto É, O mico que virou curinga).*
2. *Não está entre as atribuições do departamento convalidar análises de pedras preciosas. (Época, O golpe das pedras)*
3. *Considerando-se que a metade tem o hábito de comprar em sites do exterior, restam a cada mês apenas 9 dólares per capita para as 450 lojas em operação no país. (Veja, Acabou a mamata na internet)*

Pode-se dizer que o conteúdo informativo do modificador, *nas descrições grifadas*, restringe o referente, facilitando a sua identificação. Sua ausência alteraria o sentido do enunciado ou exigiria, no mínimo, maior apoio do contexto. Observe-se a transcrição dos mesmos três enunciados sem a presença do modificador nas descrições grifadas:

- 1.1. *A indústria, que por anos assistiu ao desinteresse pelo carro, começa a sentir o reaquecimento.*
- 2.2. *Não está entre as atribuições convalidar análises.*
- 3.3. *Considerando-se que a metade tem o hábito de comprar em sites, restam a cada mês apenas 9 dólares para as 450 lojas.*

A comparação entre os dois conjuntos de enunciados permite observar que a simples contabilização dos adjetivos não é suficiente para caracterizar determinado texto como “excessivamente adjetivado”. É preciso considerar que os modificadores, pelo menos os restritivos, permitem indicar referentes para os quais a língua não oferece um nome simples. Assim, uma análise, em termos de modificadores, precisa apoiar-se na confrontação entre dois traços: *necessidade e arbitrariedade*. No caso dos restritivos, o primeiro deles sobressai.

5.2.3.2: Descrições indicativas :

Estas descrições, através do modificador, informam quem foi o responsável por determinada declaração. Representam a pessoa através do seu nome pessoal acompanhado da

função ou cargo que exerce, facilitando sua identificação ou conferindo credibilidade à linha argumentativa desenvolvida na reportagem. Através dessas descrições, o repórter sustenta suas afirmativas em argumentos de autoridade. A descrição, além de indicar o referente, confere credibilidade à afirmativa feita:

4. “No final dos anos 80, os bancos pagavam qualquer dinheiro para ter os melhores homens do mercado e tirar o máximo proveito da inflação alta”, diz o *consultor Guilherme Velloso*, da PMC Amrop. (*Veja*, Poucos com muito).
5. “A fragmentação da indústria inibe a capacidade do Brasil de competir globalmente”, diz *Reginaldo Alexandre, analista do Banco BBA*. (*Isto É*, A gigante do aço).

Comparando os dois enunciados observa-se que a reportagem não utiliza sempre a mesma configuração para identificar o responsável por determinada citação. De maneira geral, pode-se dizer que a última delas é a preferida. Caso enunciados como (5) fossem computados, o número de *descrições indicativas*, aproximadamente, triplicaria.

Mas a importância das *descrições indicativas* reside em chamar a atenção sobre o fato de que apresentar (ou representar) alguém como *economista* ou *professor de economia* não seria a mesma coisa: referir-se ao proprietário das Casas Bahia como “o *empresário Samuel Klein*” releva, no mínimo, o caráter empresarial do referente que ficaria inibido em “*Samuel Klein*”. É o que também acontece nos enunciados abaixo. Sua leitura, sem os modificadores, revelaria a diferença entre um e outro.

6. O *engenheiro agrônomo gaúcho Gilberto Gollner* vive batendo recordes de produtividade em seus 13000 hectares plantados com soja e algodão. (*Veja*, O ex-patinho feio)
7. O caixa da companhia, que havia sido aberto no início do ano para a aquisição por US\$ 6 bilhões da divisão de carros da *sueca Volvo*, soma mais US\$ 25 bilhões. (*Isto É*, Em dois mundos)
8. A primeira denúncia de golpe contra o governo federal foi formalizada em agosto pelo *advogado Fernando Nizo Bainha*, em Florianópolis. (*Época*, O golpe das pedras)

Mesmo que não representem mais de 2% das descrições modificadas, tais configurações merecem abordagem, principalmente porque parecem apontar a predominância da dimensão informativa num dos casos e da argumentativa no outro. A informação do modificador parece oscilar entre a necessidade de identificar o referente e a opção por caracterizá-lo desta ou daquela forma. O capítulo VII do presente estudo pretende aprofundar esses aspectos.

5.2.3.3: Descrições relativas:

Optou-se por essa denominação porque delimitam o referente em relação a quatro características da informação: *atualidade* (último, próximo), *novidade* (novo, atual), *quantidade* (maior, grande) e *exclusividade* (único, principal): Observem-se os dois exemplos:

9. *Nos últimos anos a área plantada aumentou quatro vezes, e a produção, 760%”. (Veja, O ex-patinho feio).*
10. *Produtores rurais do sul do país marcharam rumo ao oeste para desbravar a nova fronteira agrícola”. (Veja, O ex-patinho feio).*

No último enunciado, a descrição *a nova fronteira agrícola* é relativa à novidade: o jornalismo valoriza acontecimentos pelo seu caráter de novidade ou “recência”. No enunciado anterior, o modificador *(n)os últimos anos* delimita o referente em relação à linha do tempo: a reportagem se caracteriza pela abordagem de fatos recentes e pela previsão do que poderá acontecer num futuro próximo.

No seu conjunto, os modificadores relativos podem servir como parâmetro para ilustrar a natureza das informações que predominam nas reportagens. Para a revista, é necessário abordar assuntos que gerem impacto: eventos grandes, novos, atuais e, de preferência, exclusivos. Por um lado, podem indicar, no seu conjunto, que só merece ser abordado o fato que tenha essas características; os demais seriam insignificantes ou ficariam por conta dos jornais locais. Por outro, caracterizam a própria informação, se não pelos quatro itens, pelo menos pela novidade e pela atualidade. Observe-se a tabela seguinte, registrando quais são os mais freqüentes:

TABELA 13: Distribuição dos modificadores relativos

TRAÇO	QUANTIDADE		NOVIDADE		ATUALIDADE		EXCLUSIVIDADE		Totais
	Maior	Grande	Novo	Atual	Último	Próximo	Único	Principal	
Nos 30 textos	30	36	38	02	27	10	09	16	
TOTAIS	66		40		37		25		168
Percentual	39%		24%		22%		15%		100%

Os percentuais indicam predomínio dos modificadores que revelam quantidade. Pode, entretanto, ser decorrente do período em análise, justamente aquele em que ocorreram as maiores vendas ou fusões de empresas no mundo. Em todo o caso, revela a preferência das revistas pelas cifras elevadas ao caracterizar sempre o maior, o melhor, o mais rico, apesar da relatividade desses dados: um haitiano rico será, provavelmente, um americano pobre; uma grande transação no mercado de pimenta em pó seria ridiculamente pequena no mercado de

petróleo ou diamantes. É possível que revele certo desprezo pelas transações, empresas ou empresários que não comportem grandes números. Mas, ao mesmo tempo, tal preferência é indicativa de informação prestada: a reportagem interpreta o impacto dos grandes fatos econômicos – que são, em regra, os de efeitos mais abrangentes na vida do cidadão.

Um modificador como *grande* pode indicar avaliação (subjativa); resulta da escolha para apresentar o referente como tal e do critério (ou do universo) considerado: um pigmeu grande, por exemplo, seria considerado um homem pequeno pelos padrões dominantes no mundo. Mas também auxilia a especificar o referente, acrescentando informação sobre, por exemplo, o tamanho de uma empresa: o referente de “as grandes empresas” e de “as empresas” não seria o mesmo. As descrições relativas parecem representar a transição entre o predomínio do informativo e do argumentativo. Nos capítulos seguintes, essa questão será abordada em maior profundidade. Por hora, observe-se um exemplo de cada uma das descrições para ilustrar o papel que desempenham:

11. Na África do Sul, *o maior produtor mundial*, os trabalhadores saíram em marcha pelas ruas contra a venda de ouro feita pelo BC da Inglaterra. (*Veja*, O Ouro perde o brilho)
12. *A grande revolução* virá da telefonia móvel, com o acesso à rede pelo celular. (*Época*, Monopólio condenado)
13. Está faltando dinheiro para financiar *novos empreendedores*, o fluxo de idéias originais para a rede nunca foi tão baixo,...(*Veja*, Acabou a mamata na internet)
14. No banco privatizado, sobrariam apenas 6 mil *dos atuais 21 mil empregados*. (*Época*, Caça ao Banespa)
15. Pois bem, dezenas desses negócios faliram *nos últimos meses*. (*Veja*, Acabou a mamata na internet)
16. *A próxima rodada de protestos* contra a política econômica do governo argentino já tem data marcada. (*Isto É*, De joelhos)
17. A armadilha cambial em que se meteu a Argentina deixou-a diante de *uma única alternativa*, na opinião de Humberto Moyano... (*Época*, Aliança em risco)
18. *A principal vantagem* é que agora eles contam com injeção eletrônica no lugar do jurássico afogador. (*Isto É*, O mico que virou curinga).

5.2.3.4: Descrições qualificativas:

Perfazem 143 ocorrências ao longo dos 30 textos. Podem apresentar duas configurações: uma com o modificador à esquerda e outra com o modificador à direita, intensificado ou não pela partícula *mais*. Observem-se os dois enunciados seguintes, com modificador à esquerda:

19. O Secretário do Tesouro dos EUA, Larry Summers, dissimulou *a habitual inflexibilidade*. (*Época*, A pressão das ruas)
20. Jereissati Filho é *a mais perfeita tradução* dessa nova leva. (*Isto É*, Herdeiro playboy ...).

Pode-se dizer que esta última configuração representa o *mais* elevado predomínio da dimensão argumentativa na relação de referência: ao longo dos 30 textos a intensificação do modificador à esquerda aparece 22 vezes, totalizando 56 descrições qualificativas com modificador nessa posição - aproximadamente duas ocorrências por texto. Não parece muito, mas é significativo pela atenção que o “raro” exerce sobre a atenção do leitor. A argumentação parece predominar, pelo menos por duas razões: a) o modificador resulta da escolha do autor e indica ponto de vista (avaliação) do referente indicado pelo nome; b) o modificador não é necessário para delimitar a indicação do referente. Observem-se outros exemplos:

21. A Marginal Pinheiros (...) está sendo apelidada de Marginal.com em virtude *da interminável fila de outdoors* de empresas de internet que ladeiam as pistas de rodagem. (*Veja*, Acabou a mamata na internet).
22. Para anunciar suas marcas e produtos, elas trocaram o ciberespaço pela *boa e velha mídia convencional* dos outdoors, revistas, jornais e tevês. (*Isto É*, Rede do barulho)
23. O que já não se discute é *a inexorável popularização* da rede mundial de computadores entre os brasileiros. (*Época*, Concorrência digital)

Modificadores que aparecem à direita do nome também podem caracterizar descrições qualificativas: não são necessários para delimitar o referente e decorrem de escolha do autor para qualificá-lo a partir de determinada perspectiva. Tais descrições aparecem em frequência ligeiramente superior às imediatamente anteriores (duas a três ocorrências por texto). Por aparecerem à direita do nome, seus modificadores podem “mascarar-se” como restritivos e passarem despercebidos. Essa característica pode indicar que se trata de configurações ainda mais favoráveis ao uso argumentativo. Observem-se os enunciados seguintes:

24. *Nas cidadezinhas sonolentas*, surgiu a *imagem incomum* de loiros tomando chimarrão nos bancos das praças. (*Veja*, O Ex-patinho feio)
25. *Preços exorbitantes* como os R\$ 100 mensais da UOL cobrados em 1996, são coisas do passado. (*Época*, Uma revolução)
26. Apesar da *pregação apocalíptica* sobre o fim dessas mídias num futuro não muito distante, as empresas de internet se renderam a elas para cair nas graças do consumidor. (*Isto É*, Rede do barulho)

Tome-se como exemplo, apenas o primeiro dos três enunciados. Nas descrições grifadas, a informação acrescentada pelos modificadores não seria necessária para indicação do referente. Compare-se com: “Nas cidadezinhas surgiu a imagem de loiros tomando chimarrão”. Também revelam a opção por qualificar os nomes através destes modificadores e não de outros. Por exemplo: “Nas cidadezinhas interioranas, surgiu a imagem sulista de loiros tomando chimarrão”.

A observação da tabela 12, na página 122, permite observar que as *descrições qualificativas* perfazem 143 ocorrências nos trinta textos. Significa que, aproximadamente, cada texto apresentaria, em média, quatro a cinco dessas descrições. Essa média, entretanto, pode produzir enganos: há reportagens que apresentam número bem superior e outras que não apresentam uma ocorrência sequer. Parece que o uso de tais descrições depende do conteúdo, da extensão e do próprio estilo das reportagens. Um estudo comparativo, a partir desse critério, poderia revelar se estes são os fatores responsáveis, ou se há outros.

5.3: Algumas proposições gerais

Até aqui os dados se prenderam a dar uma idéia, pelo menos aproximada, do que representa, em termos quantitativos, cada uma das categorias em que se ampara a análise. Permitem, por exemplo, saber que, quando se trata de descrições indefinidas, se está fazendo referência a, aproximadamente, 5% das expressões referenciais e, quando se fala em descrições definidas, esse percentual gira em torno de 60%. Ou então, que quase 80% das expressões referenciais apresentam o nome acompanhado por modificador. Finalmente, que as expressões qualificativas não representam mais de 5% do total das expressões referenciais. Os dois capítulos seguintes não mais se preocupam com essa quantificação. Interessa-lhes a análise qualitativa das *descrições definidas* no sentido de captar como, em sua natureza referencial, projeta-se o predomínio do caráter informativo ou do argumentativo.

6. DESCRIÇÕES DEFINIDAS: A QUESTÃO DOS DETERMINANTES

O objetivo do presente estudo vincula-se à abordagem das descrições definidas e tem a ver, portanto, com a presença do determinante definido. Parece, entretanto, que para analisar seu uso com melhor propriedade, é preciso compará-lo com expressões que não o apresentem. A literatura na área admite que as descrições definidas funcionam como *nomes próprios*: referem-se, portanto, a um *objeto* da realidade extra-lingüística. A pergunta que se coloca é: Quando a mesma expressão nominal não vem acompanhada pelo determinante, como fica a relação de referência? Ainda se trata de descrição? Ou seja, se *a explosão das vendas* tem referente especificado, como fica o caso de *explosão das vendas*? Admite-se, neste estudo, que se trata de “descrição não-determinada”. Há um referente sendo indicado pela expressão, mas seus contornos ou sua amplitude não estão especificados. Em termos referenciais, portanto, haveria um pressuposto de completude com traço positivo no primeiro caso, e com traço negativo, no segundo.

A opção pela descrição definida ou pela descrição não-determinada também deve trazer algum significado em termos de argumentação porque decorre de “escolha”. Em outras palavras, quando a configuração sintática de um enunciado admite as duas construções (com e sem o determinante), a opção por uma delas deve ser motivada e deveria provocar alguma interferência em termos de interpretação. Procura-se, portanto, discutir a possível diferença entre apresentar uma descrição com e sem o determinante definido – isso quanto à influência sobre o interlocutor ou à natureza mais, ou menos, categórica da declaração.

O capítulo subdivide-se em duas seções. A primeira aborda a questão dos determinantes em relação aos títulos das reportagens. A segunda analisa alguns enunciados provenientes do *corpo* do texto e inclui descrições que se enquadram nos quatro traços de sentido anteriormente apontados. Essa subdivisão parece necessária porque os títulos, em muitos casos, compõem-se unicamente da descrição. Nos enunciados, por sua vez, outros fatores lingüísticos podem estar interferindo. Em ambos os casos, as análises amparam-se nos mesmos princípios de comparação.

Dado que as descrições com outros determinantes e as descrições indefinidas representam apenas 5% das expressões nominais sob análise, não serão abordadas em maior profundidade. Especificamente em relação às indefinidas, também não se entra aqui no mérito do seu estatuto referencial ou não. Admite-se, tal como Rouchota (1994), que têm uso referencial – designam um referente – e uso predicativo – qualificam o referente. Os títulos se enquadram no primeiro caso; ali apenas se diferenciam da descrição definida porque não

acrescentam a informação do que o locutor admite ser do conhecimento do interlocutor: “as descrições definidas e as descrições indefinidas organizam representações conceituais. A diferença semântica entre elas é que as descrições definidas envolvem a informação adicional (procedural) de que as representações que elas organizam são facilmente acessíveis”. (Rouchota, 1994, p.452). Comparem-se os títulos: “A revolução silenciosa” (*Época*) e “Uma revolução” (*Época*). O primeiro deles informa que o referente é facilmente acessível (já é conhecido do interlocutor) e o segundo, representado pela descrição indefinida, parte do princípio de que o leitor ainda o desconhece.

Parece, então, que a maior diferença entre os títulos com descrição definida e aqueles com descrição indefinida residiria no pressuposto de que, no último caso, o autor ainda precisaria apresentar para o interlocutor o *objeto* a que está se referindo. Após a leitura do texto, ambos os títulos se equivaleriam. Responderiam com o mesmo grau de precisão à pergunta Qual é x? (revolução). A diferença estaria no momento anterior à leitura. No caso definido, o acordo já estaria estabelecido, e no indefinido, uma das partes (o autor) ainda iria defini-lo. Neste caso, o autor se colocaria como dono da informação a ser repassada ao leitor. Tentaria persuadi-lo a concordar de que as informações são pertinentes para caracterizar x como “revolução”. Predominaria o caráter de novidade como naquelas descrições sem determinante: a intenção seria aguçar a vontade de leitura através do título. É como se o autor dissesse: “Quem quiser saber de qual *revolução* se trata, leia o texto”. A frequência das descrições não-determinadas nos títulos apóia essa hipótese, mas o baixo índice das indefinidas vai contra. Se, no entanto, for considerado que ambas se equivalem do ponto de vista semântico, a hipótese fica reforçada.

Assim, este capítulo se restringe a analisar a contribuição do determinante definido para a referência indicada nas descrições definidas e sua possível interferência em termos informativos e argumentativos. Analisam-se aqueles contextos em que a presença (ou não) do determinante definido provém de escolha deliberada do autor, ou seja: interessam aqueles casos em que sua presença ou ausência não decorre de restrições do sistema lingüístico.

A presença, ou não, do indefinido não parece interferir no potencial referencial do título. Pode-se, pelo menos, dizer que não tem a mesma influência que o definido: (*Uma*) *revolução*, (*Uma*) *carga mais leve*, (*Um*) *suave aroma de lucro*, por exemplo. Nos três casos há um traço numeral menos intenso, o que vai a favor da presença facultativa do indefinido. Outras vezes, no entanto, esse traço é mais intenso: (*Uma*) *moeda para todos* e (*Uma*) *fatia do bolo* são títulos em que o traço numeral supera o indefinido e a exclusão do determinante

pode gerar alterações de sentido. *Uma moeda para todos* opõe-se a *moeda para todos* não só pela ambigüidade da palavra *moeda*, mas pela falta do numeral. Em relação ao título *Uma fatia do bolo*, o raciocínio é o mesmo. Já em *Uma carga mais leve*, o numeral, praticamente, não existe; daí como indefinido e ausência de determinante serem, via de regra, permutáveis, pode-se suprimir o indefinido *uma*. Um item a ser sondado é a significação da presença ou ausência do determinante indefinido singular, já que em mais da metade dos casos ele “parece” facultativo. Se é assim, por que continua sendo utilizado? Seria apenas uma questão de estilo ou haveria razões de ordem sintática (ou estilística) a exigí-lo?

6.1. Determinantes definidos nos títulos

Há necessidade de análise separada dos títulos, principalmente daqueles representados apenas por expressões referenciais, por causa da função de resumo (palavra-chave) que exercem em relação ao texto. Além disso, porque a organização do título com ou sem a presença de determinantes pode obedecer apenas a uma característica das revistas¹. Neste caso, a presença ou ausência do definido não teria maiores conseqüências em termos de referência, informação ou argumentação. A análise, entretanto, vai propor que não é este o caso. Tentará mostrar que se trata de algo a mais do que recurso estilístico ou, mais precisamente, que interfere, principalmente, no seu caráter referencial e argumentativo. Não parece que, em termos informativos, sua presença indique algo além da informação *procedural* de que o referente é conhecido pelos interlocutores. A confrontação entre títulos como *A caça ao petróleo* e *Caça ao Banespa*, *O choque da riqueza* e *Choque de normalidade* ou *O efeito Rubinho* e *Efeito Ford* podem facilitar a comparação.

Tome-se como exemplo a comparação entre (a): *O efeito Rubinho* (b): *Efeito Ford*. Admitindo o pressuposto de existência e unicidade vinculado às descrições definidas, permite-se observar que, no primeiro caso, o autor pressupõe existir um efeito e este efeito é único. Ao longo do texto indica de qual efeito se trata. Parte do princípio de que está “acordado” entre ele e seu interlocutor a existência de um efeito; só há necessidade de dizer qual é. O texto responde à pergunta “Qual é o efeito Rubinho?”. Acentua sua existência e unicidade, ou melhor, definitude: “Pode ser que realmente apenas os critérios competitivos tenham influenciado a decisão da Ferrari, mas é certo que a escolha vai servir de combustível para a Fiat no Brasil”. (*Isto É*, *O efeito Rubinho*). Desde o título está definido que há “o efeito Rubinho” e que ele é x e não y. No título sem o determinante, essas características não se

¹ Na redação de revistas, o mais usual é utilizar o determinante, em oposição ao jornalismo diário.

apresentam.

Os títulos formados por descrição definida permitem encontrar a resposta à pergunta:

Qual (ou quem) é o *x*? R: *x* é _____.

a) Qual é *A estrela sem brilho*? – O Modelo Classic da Mercedes

b) Qual é *A supermontadora*? – A que resulta da união entre Toyota e Volkswagen.

c) Quem é *O fanfarrão arrependido*? – O Presidente Menem, da Argentina

Em termos de uso referencial da descrição definida representada pelo título, pode-se dizer que se pressupõe um referente claramente estabelecido. A leitura do texto permite especificá-lo. Em termos de uso argumentativo, pressupõe-se previamente um *objeto de acordo* (Perelman, 1999). É como se o autor da reportagem dissesse ao leitor: “Concordamos que existe o *efeito Rubinho* - vamos falar sobre ele.” O interlocutor pode até não concordar que *x* seja o referente da descrição definida, mas o texto não lhe dá a alternativa de “não admitir” a existência do efeito. Ou seja, o autor parte do princípio de que ambos admitem que “*x*” existe e quer persuadir o interlocutor a admitir também que o valor (referente) de “*x*” é aquele e não outro.

A descrição definida apresenta um traço de completude que a ausência do definido não pressupõe. Uma descrição como *Os xerifes trapalhões* pode facilitar essa compreensão porque se refere a elementos quantificáveis. No caso, o conteúdo informativo da expressão indica um conjunto especificado cujos elementos são, ao mesmo tempo, xerifes e trapalhões: a descrição é constituída pela intersecção dos dois conjuntos. O texto especifica quais são os elementos que formam a intersecção: os representantes do CADE (Conselho de Administração e Desenvolvimento), no caso. A unicidade e a completude são assegurados pela presença do determinante definido “os”.

Sem o artigo definido, a descrição pressuporia a possibilidade de um complemento dentro do próprio conjunto. A comparação com (a) “as trinta páginas do livro” (pressupõe-se que trinta é o total das páginas) e (b) “trinta páginas do livro” (pressupõe-se que há mais páginas) pode contribuir para melhor entender o que se pretende dizer: o título *Os xerifes trapalhões* se incluiria no primeiro caso (a) e um possível título “Xerifes trapalhões” em (b). Seria possível dizer, portanto, que o “pressuposto de completude” apresenta traço positivo no primeiro caso e negativo, no segundo.

Com a presença do determinante, tem-se um conjunto definido (fechado): conhece-se a natureza dos elementos e especifica-se a sua quantidade; sem o artigo, o conjunto passa a ser não-determinado; haverá um conjunto complemento. É o que acontece em títulos como

Contas fraudadas, Turbinas ligadas, Contratos sob suspeita etc. Comparando-os com *Os bem-aventurados* ou *Os sobreviventes* torna-se possível compreender o caráter de completude em: a) Quais são *Os bem-aventurados*? Todos os milionários e bilionários do planeta. E a não-completude ou o traço –*completude*, em b): Quais são *Contas fraudadas*? São estas, mas pode haver outras. Mas parece que a questão seja relativa apenas a expressões cujo referente apresente a característica “contável”.

A presença (ou não) do determinante definido nos títulos também parece relacionar-se com o aspecto de ênfase, próximo à função expressiva² da linguagem. Quando ele está presente, a ênfase recai sobre a afirmação do referente; ausente, a ênfase recai sobre a expectativa criada de ainda especificá-lo. Quanto ao uso referencial, entretanto, parece que ambos apontam para o caráter de realidade que orienta o texto jornalístico. Nos dois casos, o texto se encarrega de fazer a delimitação. Por exemplo: *A força das águas* é um título que exige um texto capaz de esclarecer quem ou o que é o referente de “força” (qual é a força) e de “águas” (no caso, águas minerais). O título muito bem poderia referir-se à produção de energia a partir de usinas hidrelétricas ou aos prejuízos causados por uma enchente. Poderia tratar-se de uma metáfora: “as águas (minerais) têm força (curativa, mercadológica) assim como as águas (fluviais) têm força (destrutiva, energética)”. A *indeterminação* inicial favorece a expectativa do leitor, mas é desfeita ao longo do texto.

Parece que a única informação que a presença do determinante definido antecipa é a de que a reportagem pressupõe a familiaridade do leitor com o assunto invocado pelo título. Ou, pelo menos, apresenta-o como tal. A *intenção comunicativa* (Sperber e Wilson, 1995) – tornar manifesto de que há intenção de informar sobre - (o interlocutor já conhece o assunto, mas a reportagem vai acrescentar novos dados) é apontada pelo artigo definido. Desperta alguma intimidade entre os interlocutores. Argumentativamente, o artigo respalda o pressuposto de existência: a reportagem parte do princípio de que o referente indicado existe e organiza o texto para reafirmar sua verdade. Existe uma “força” das “águas minerais” que se faz notar pelo grande número de marcas existentes no mercado. O texto quer convencer de que a expansão de novas marcas é consequência do aumento da produção e esta, do potencial de consumo e industrialização representado pelo setor. O autor toma a liberdade de partir do princípio de que *o objeto de acordo* já esta estabelecido. Além disso, através do título

² Para uma abordagem sobre o posicionamento de diversos autores a respeito das funções da linguagem, consulte-se Sciar Cabral (1988, cap.XVI) e Lyons (1980, p. 49-53).

definido, consegue ativar um *contexto* na memória do interlocutor que favorece a leitura coincidente com o referente pressuposto e sua respectiva designação.

A distinção entre os dois casos (definido e não-determinado) não parece fácil. Poderia ser acrescentado que, no caso da descrição não-determinada, a revista constatou uma realidade (*Efeito Ford*) e vai organizar o texto de forma a defini-la. Acentua-se no texto o caráter de definição – é preciso justificar por que a realidade *x* representa um *Efeito Ford* – e, ao mesmo tempo, delimitá-la, dizer qual é o referente representado pela descrição. Os títulos formados por descrições definidas já ultrapassaram essa fase, já admitem como ponto de partida que o *objeto* representado é aquele e apenas acrescentam informações a respeito. Partem do princípio de que o *objeto de acordo* entre as partes já está aceito ou estabelecido. Quando o artigo não está presente, as partes ainda precisariam chegar até ele para, a partir daí, ensejarem o debate. Pode-se dizer que os títulos sem determinante ainda estariam em aberto, seriam mais indeterminados, dariam margem a maior número de inferências. Trata-se de artifício retórico. Argumentativamente, neste caso, o interlocutor poderia questionar a própria relação de referência: a descrição *x* realmente se aplica ao referente em causa? As informações que o texto apresenta são suficientes ou pertinentes para caracterizar o *objeto* como “Efeito Ford”? Se o título incluísse o determinante definido, essa questão já estaria superada, ou pelo menos, a revista partiria desse princípio. Não se questionaria a aplicação da expressão ao *objeto*.

Se a presença ou não do determinante teria essa significação, as reportagens não parecem preocupar-se com ela. O título *Cervejaria engasga no governo* já faz referência a um objeto único e delimitado: “Ambev”. Pode até criar certa expectativa sobre “qual seria esta cervejaria?”, mas o leitor, provavelmente, já saberá do que se trata porque vem acompanhando informações a respeito nos outros veículos de comunicação. Neste caso, a ausência do definido não faria diferença. Mas não se pode deixar passar em branco o fato de que, no título acima, conscientemente ou não, o autor utiliza a descrição como se não soubesse ou não quisesse partir do princípio de que ele e o leitor já tem em comum o referente “Ambev”. Ressalte-se que a denominação “cervejaria” é usualmente aplicada a estruturas produtivas de pequeno porte e não é das mais comuns no Brasil. A “Ambev” é usualmente citada como “fabricante” ou “empresa”, até porque sua linha de produção inclui refrigerantes de primeira linha, como o Guaraná Antártica, por exemplo.

Há outros casos em que títulos incluindo verbos – enunciados mais completos, portanto – iniciam com descrição definida: *As raízes da nova pobreza são antigas* ou *O*

capitalista desapareceu, por exemplo. Podem ser considerados os mais categóricos em termos de argumentação. Não apenas pressupõem a existência do referente, como fazem uma afirmação sobre ele. O próprio título já apresenta definida com clareza a tese que será desenvolvida ao longo do texto. Considere-se, entretanto, que os dois casos são, sutilmente, diferentes: no primeiro deles, a supressão do artigo não alteraria radicalmente o sentido; no segundo, pode conduzir ao entendimento de que “um capitalista” (pessoa) desapareceu.

O valor das considerações feitas reside no fato de apontar que a presença ou não do determinante vai além de recurso estilístico; pode indicar que a ausência do artigo definido significa mais do que exclusão das palavras não lexicais. Do que foi dito sobre os títulos na sua configuração em relação aos determinantes, conclui-se que uma ou outra delas pode apresentar nuances referenciais ou argumentativas com as quais, provavelmente, o leitor não se preocupa. Na produção, entretanto, alguém decide entre colocar ou não o determinante, certamente sem maiores subsídios teóricos. Trata-se de conhecimento processual, de uma relação de uso que considera conjuntamente aspectos referenciais e argumentativos. A discriminação de um ou outro depende de novos estudos, que considerem também a natureza de cada título e sua influência sobre o leitor.

6.2. Determinantes definidos no desenvolvimento dos textos

A análise seguinte refere-se a descrições que se encaixam em enunciados inseridos ao longo dos textos. Mesmo que se use terminologia gerativa (determinante, modificador) não significa entrar no mérito dos contextos sintáticos que exigem a presença ou não do determinante³. Interessa analisar a distinção que a presença (ou não) do determinante representa em termos de referência, informação e argumentação. Para tanto, prossegue-se com a confrontação entre enunciados que incluem expressões diferenciadas sob este aspecto. A liberdade do uso ou não do determinante parece menor do que nos títulos, mas acontece; caracterizaria argumentação. Os enunciados seguintes incluem expressões inscritas no traço *intensidade*:

1. O problema é saber qual *o impacto* que essa ocupação terá sobre a economia brasileira. (*Veja*, Até pão de queijo)
2. Até a própria importadora da Ferrari, (...), fala em *impacto nas vendas*. (*Isto É*, O Efeito Rubinho)

³ Para uma abordagem mais aprofundada na área, consulte-se: COELHO, Izete L. *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. UFSC – Florianópolis, 2000. Tese de Doutorado.

No primeiro enunciado, a presença do determinante pode ser derivada de escolha. Uma construção do tipo “O problema é saber qual impacto essa ocupação terá...” teria sido possível. Com o determinante presente, o autor estaria assumindo que o impacto já estaria definido (ou seria passível de definição) e o enunciado diria respeito a ele. É o que acontece no enunciado original. É provável, então, que o determinante resulte da escolha do autor. O traço *arbitrariedade* apresenta, neste caso, sinal positivo e o de *necessidade*, não. De acordo com esse critério, tem-se, pelo menos, uma preocupação argumentativa motivada a partir da escolha no uso do determinante.

No enunciado (2), aparece mais clara essa possibilidade de “escolha”. Sem mudar em nada a configuração sintática do enunciado, ele poderia ser incluído. Neste caso, o enunciado apontaria para algo já previamente definido: “o impacto” - apenas estaria retomando o referente já estabelecido. É como se já tivesse sido afirmado: “o impacto é este”. Da forma como o enunciado se apresenta, pressupõe-se que o impacto ainda não esteja definido. Apenas se acenaria para os referentes de “impacto” e de “vendas”. O pressuposto de completude não estaria satisfeito. O enunciado seguinte pode ser incluído no mesmo raciocínio se assumido que o determinante *uma* é facultativo, no contexto – isto é, não serve como indefinidor.

3. Esse conjunto de aspectos resultou em *(uma) explosão de marcas de águas engarrafadas nas prateleiras dos supermercados. (Isto É, A força das águas)*

A presença do determinante definido também seria possível: “Esse conjunto de aspectos resultou *na explosão de marcas...*”. Nesse caso, a descrição pressuporia um referente cujos contornos estariam delimitados; o traço de completude estaria satisfeito. O enunciado afirmaria que “a explosão de vendas existe, referindo-se ao “aumento das marcas nas prateleiras dos supermercados”. Se o leitor sai convencido da existência do referente indicado pela expressão, não se sabe, mas é provável que o autor tenha procurado passar esse tipo de informação. Observe-se, no seguinte enunciado, a expressão “gigantes”:

4. Correndo por fora, o mercado brasileiro de águas engarrafadas vem atraindo a atenção de *gigantes. (Isto É, A força das águas)*

O enunciado poderia incluir o determinante definido na expressão em causa. Nesse caso, pressuporia um referente definido, respondendo a pergunta: Quais são os gigantes? E a resposta permitiria enumerá-los como a, b, c... O texto ou o contexto permitiriam delimitar estes referentes, como no enunciado seguinte:

5. Isso despertou a atenção do sindicalismo e por tabela a do PT e de outros interessados na gestão do *gigante estatal*. (Veja, A Previ dá as cartas).

O referente da expressão grifada é “a Previ” (Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil). Parece haver, entretanto, alguma interferência (sintática) por se tratar de expressão no singular ou plural. No singular, da forma como se apresenta o enunciado, o determinante definido é obrigatório; no plural poderia não ser o caso: *dos gigantes estatais* e *de gigantes estatais* equivalem-se, a não ser que o referente fosse um par ou trio determinado de instituições. Mais acima, entretanto, a expressão “impacto”, mesmo no singular, admite ambas as construções: com e sem o definido. Também é o caso de:

6. Ainda assim, o acordo entre as duas gigantes pode afetar a intenção do governo brasileiro de gerar *competição*. (*Época*, Ruído na competição)
7. O futuro vem acompanhado de (*uma*) *competição darwiniana*. (Veja, Na guerra global)

Conforme dito mais acima, não é objeto do presente estudo a exigência sintática que diz respeito à presença ou não do determinante. Por isso, a restrição aos casos em que ambas as configurações sejam possíveis, como em:

8. Com outros competidores se enredou em *disputas judiciais*. (*Época*, Contratos sob suspeita)
9. É decisivo *nas disputas empresariais*. (*Época*, Jogo duro nos bastidores)
10. Vai ter de buscar R\$ 115 bilhões *nas parcerias* com Estados, municípios e empresas privadas. (*Época*, Rota para 2002)
11. O balcão de negócios em que se transformou o futebol brasileiro continua gerando *parcerias*. (*Isto É*, Futebol S. A.)
12. A base de todos esses serviços gratuitos é estabelecer *alianças* com empresas de TV a cabo ou de telefonia e ganhar com publicidade. (*Época*, Uma revolução)

Não parece que as considerações feitas sejam suficientes para responder a uma pergunta do tipo: por que *as parcerias* é descrição e *parcerias* é nome? Ou então: até que ponto, *a competição darwiniana* se diferencia de *competição darwiniana*? Em termos referenciais, o último caso parece mais claro: o referente das primeiras é um *objeto* delimitado, ou então, delimitável através do texto ou do contexto; o das últimas, não apresenta essa possibilidade: indica um referente de maneira geral, sem se preocupar em delimitá-lo.

Argumentativamente, entretanto, a opção por uma ou outra das expressões tem relevância: a primeira expressão compromete-se com a resposta de “Qual é a competição darwiniana?”, ao passo que a última, apenas com “O que é competição darwiniana?”. No primeiro caso, o autor posiciona-se categoricamente admitindo a existência de um referente para a expressão; no segundo caso, preocupa-se em ainda defini-lo. Mesmo se tratando de parâmetros que ainda necessitam de maior aprofundamento para caracterizar com segurança uma ou outra das situações, parecem pertinentes para, pelo menos, apontar um ponto de partida.

7. DESCRIÇÕES DEFINIDAS: PRESENÇA E NATUREZA DO MODIFICADOR

Os capítulos anteriores abordaram questões que dizem respeito à frequência das descrições definidas em relação às demais expressões referenciais e em relação ao aspecto definido indicado pelo determinante. No presente capítulo, as análises recaem sobre a presença ou não de modificador, num primeiro momento, e sobre a natureza do modificador, num segundo. Na medida do possível, procura-se contrapor exemplos que se enquadrem nos quatro traços de sentido indicados. O capítulo aparece subdividido em cinco seções, uma para cada categoria de descrições definidas: *descrições simples*, *descrições restritivas*, *descrições indicativas*, *descrições relativas* e *descrições qualificativas*. Examina-se o uso predominante, transcrevendo e comentando enunciados de cada uma das revistas.

7.1: Descrições definidas simples

Se a descrição não apresenta modificador, a dimensão referencial, informativa ou argumentativa recai sobre o nome (substantivo). Procura-se ilustrar cada uma delas com exemplos pertinentes. A situação mais característica do uso quase que exclusivamente referencial é aquela em que o determinante definido acompanha um nome de pessoa ou instituição. São as configurações que menos favorecem a manifestação do potencial informativo ou argumentativo. Observem-se os seguintes enunciados, dois por revista:

1. *A Ambev* nasce como a terceira maior indústria cervejeira do mundo. (*Veja*, Na guerra global)
2. *A Vodafone* torna-se a maior do mundo em seu ramo. (*Veja*, O mouse que ruge)
3. Terceira do ranking nacional, *a Medial Saúde*, por exemplo, faz sondagens sistemáticas para medir o interesse dos médicos em virar pessoa jurídica. (*Isto É*, Saúde mais cara)
4. *O Santander* foi o que mais ampliou o número de agências, de 132 para 209. (*Isto É*, Deitados em berço esplêndido)
5. A escolha do ministro Malan é coerente com os parâmetros do acordo com o FMI para o desempenho da previdência pública neste ano. (*Época*, Choque de normalidade)
6. O detalhe é que *a Embraer* é também grande importadora de peças e componentes para as aeronaves que produz. (*Época*, Yes, nós temos tecnologia)

Prevalece o uso referencial porque o autor, para se fazer entender - ou para transmitir a informação pretendida - não poderia alterar o nome da instituição cujo referente quer indicar. Há, no entanto, um indício de opcionalidade no momento de decidir pela designação do referente através do nome oficial da empresa ou através de outra descrição definida. Por exemplo: *O Santander* ou *O ex-banco de Simonsen*. No primeiro caso, os elementos lingüísticos da expressão “O Santander” apenas nomeiam a instituição; no segundo, isso

também acontece, mas em função do sentido de “ex-banco” apresentam-se outras informações e, portanto, outras possibilidades interpretativas: “uma instituição que trocou de dono provavelmente mudará sua política de atendimento à clientela”, por exemplo. Esse contexto interpretativo não é acionado no caso de “O Santander”. Na escala que vai desde o extremo informativo até o argumentativo, as descrições do tipo [D + N (pessoa ou instituição)] ocupam a posição em que mais intensamente predomina a preocupação referencial e informativa e menos se manifesta a argumentação.

Também pode ser o caso em que, no lugar do nome da pessoa, se utiliza uma descrição definida que indica o referente através do seu cargo ou profissão: *o presidente, o ministro, o economista etc*. A indicação da referência, nestes casos, depende muito do texto e do contexto para sua correta compreensão: confia-se nos conhecimentos do leitor. Essas descrições podem, entretanto, indicar a preferência da reportagem em indicar o referente através da descrição x ou y: *o presidente, o sociólogo, o político, o governante*, por exemplo, apesar de sempre indicar o referente Fernando Henrique Cardoso, representam informações diferentes, enfatizando ora uma, ora outra característica. Essa possibilidade reporta-se à distinção fregeana entre *sentido e referência*. Saliente-se, entretanto, a dimensão argumentativa: referir-se a Fernando Henrique Cardoso como *o político* enfatiza traços, conceitos ou características que não se apresentam no mesmo grau em *o governante*. Nesta descrição enfatizam-se os aspectos de atuação administrativa; naquela sua capacidade de negociar e debater com companheiros ou adversários políticos. Em consequência, ativam-se no leitor diferentes proposições que produzem diferentes *efeitos contextuais*. (Sperber e Wilson, 1995).

Outro caso é o de um nome comum acompanhado por determinante definido. Indica-se o mesmo referente, através de diferentes expressões semanticamente interrelacionadas. O fato de optar por uma ou outra tem conotação argumentativa: diferentes contextos são acionados por cada uma delas. A apresentação de enunciados que se enquadram num dos traços de sentido anteriormente indicados facilita a abordagem¹: permite, através da confrontação, chegar ao significado atingido por um sentido ou outro. Os enunciados seguintes giram em torno do processo de junção de empresas; prevalece o traço *união*, portanto:

¹ Os enunciados relativos ao mesmo traço de sentido sempre são enumerados a partir de 01: interessa confrontar aqueles que se estabelecem em torno de expressões com sentidos relacionados e facilitar a representação do percurso que vai do informativo ao argumentativo em relação a cada traço, especificamente.

1. No início *a união* é para aumentar a eficiência nas fábricas européias e latino-americanas. (*Isto É*, A supermontadora)
2. Para a PDVSA, as razões da aliança centram-se no caráter complementar que a Petrobrás terá *na parceria*. (*Veja*, União de gigantes)
3. No caso das cervejarias pode ficar a impressão de que *a fusão* massacra a concorrência, mas as grandes guerras são travadas em escala mundial. (*Veja*, Na guerra global)
4. *A aliança* prevê a criação de duas empresas internacionais... (*Época*, Aliança global)
5. Antes da desvalorização do real, *o casamento* com a Argentina celebrado no acordo do Mercosul era um sucesso. (*Veja*, E eles culpam o Brasil)
6. É *o enlace* das cervejarias Brahma e Antártica, planejado para criar uma potência capaz de competir no mercado internacional. (*Veja*, Cervejaria engasga no governo)

Nos enunciados acima, em regra, o nome comum precedido de definido tem caráter de coesão (Halliday, 1976). Mas não se pretende resumir a análise a esse aspecto. É possível contrapor os três primeiros enunciados aos três últimos. Naqueles, predomina a dimensão informativa no uso referencial: trata-se de termos utilizados no jargão da economia; nestes, predomina a dimensão argumentativa: dificilmente se encontrariam expressões de natureza “conjugal” num dicionário especializado em finanças. A representação de determinada junção de operações entre empresas como *casamento* ou *enlace* acrescenta o ponto de vista da reportagem sobre o referente pretendido. E esse acréscimo na informação não deve ser apenas substituição de um termo técnico por outro da linguagem popular. Uma expressão como *a união* não ativaria as mesmas proposições que *o casamento* ativaria. No primeiro caso, o leitor é levado a raciocinar em termos de “negócios em conjunto” ao passo que, no segundo, seriam ativadas *entradas enciclopédicas* (Sperber e Wilson, 1995) envolvendo amor, intimidade, afeto, família. Sentidos de natureza pessoal estariam sendo inseridos no significado da expressão enquanto, no primeiro caso, predominaria o aspecto empresarial, profissional.

Designar o processo como *união* ou *fusão* também não representa a mesma informação: a última expressão informa que as empresas deixam de existir individualmente e passam a operar em conjunto, ou seja, dão lugar a um novo empreendimento. É o caso de “Brahma” e “Antártica” que deixariam de existir como empresas isoladas, fundindo-se na “Ambev”. O uso da descrição *a união*, por sua vez, informa que as duas ou mais empresas continuam existindo: apenas passam a operar conjuntamente em termos de vendas, investimentos, marketing etc; passam a atuar lado a lado. Na expressão *a parceria* também se incluem essas informações, apesar de acentuar-se o sentido de “partes”. Não se trata necessariamente do mesmo referente nos enunciados de 1 a 3, mas a descrição utilizada sempre pretende enfatizar o aspecto técnico da operação, nomeando-a conformemente.

A expressão *a aliança* parece a preferida das revistas; serve como “guarda-chuva” para indicar os referentes em causa nos três primeiros enunciados aproximando-se, ao mesmo tempo, da experiência do leitor não-economista. Sob esse aspecto, predominaria como termo geral do uso referencial. Sob a ótica das diversas informações implicadas nos sentidos da expressão, entretanto, é possível perceber aspectos argumentativos, principalmente pelo caráter simbólico envolvido: símbolo de união eterna, sem começo e sem fim, fidelidade de um pelo outro, “até que a morte nos separe”. Representar a operação conjunta entre empresas como *aliança* ativa essas entradas enciclopédicas na memória do interlocutor. A reportagem terá tentado persuadi-lo de que se trata de operação séria, definitiva, com todas as características que acompanham qualquer evento em que o símbolo da aliança esteja presente.

Os últimos dois enunciados são mais explícitos nesse aspecto. Poderia tratar-se apenas de usar figurativamente as expressões para tornar o texto mais atraente ou mais acessível. Poderia até ser o caso, mas parece que há outras questões envolvidas. Além do que já se disse em relação à “a aliança”, despertam-se no interlocutor as suas crenças relativas à celebração, cerimônia oficial, designação de celebrante, impedimentos, lua de mel, entre outras; pode, até mesmo, haver certa ironia, dado o passado recente das relações tumultuadas entre Brasil e Argentina. No enunciado 6, mesmo que o referente continue sendo a junção das operações entre empresas, a expressão também é usada para levar o interlocutor a inferir que se trata de algo pomposo, definitivo, comprometido: o CADE será o órgão oficial designado para viabilizar a legalidade (ou não) da existência da Ambev. Na cerimônia consumiram-se “algumas garrafas de cerveja”.

Conforme dito na fundamentação teórica, o potencial informativo ou argumentativo das descrições definidas se estabelece em termos de predomínio de um ou outro, mas ambos estão presentes na referência indicada pela mesma expressão. Nos enunciados acima, pode-se dizer que a ordem de 1 a 6 obedece à escala que vai desde o predomínio do informativo até o predomínio do argumentativo. Ou menos categoricamente: na referência das expressões grifadas nos enunciados de 1 a 3 prevalece a preocupação com a informação e na de 4 a 6, acrescenta-se a preocupação em transmitir determinada representação do mesmo *objeto*. A informação perde espaço, acaba como que sufocada. Nos seis enunciados seguintes, incluem-se descrições definidas que apresentam em comum o traço *disputa*:

1. *A concorrência* está estimulando a Petrobrás, líder mundial na tecnologia de exploração e produção de petróleo em águas profundas. (*Época*, A caça ao petróleo)

2. Desde que *a competição* começou pra valer no mercado americano, o preço dos interurbanos já caiu mais de 80 %. (*Veja*, O maior negócio do mundo)
3. Mesmo para quem disputa uma vaga sem maiores exigências em termos de qualificação, *a disputa* tem sido maior. (*Época*, A maior crise do país)
4. Ajuda-a também *na luta* contra a Ford. (*Época*, Aliança global)
5. *Os conflitos* no bloco não foram arquivados. (*Época*, Do tango ao bolero)
6. Se *a briga* já está boa considerando os atuais concorrentes, imagine o que virá pela frente se a maior fabricante de cervejas do Brasil partir para o ataque. (*Isto É*, A força das águas)

Também aqui a seqüência dos enunciados acompanha a ordem que vai desde o predomínio do caráter informativo até chegar ao argumentativo nas descrições definidas grifadas. Todas as expressões apresentam um traço de antagonismo ou oposição. No glossário de economia só aparece a expressão “concorrência”. Seria, portanto, a expressão mais técnica; “competição” é o que dele mais se aproxima: traz implicado o sentido de legalidade, obediência a regras definidas e seu objetivo consiste em “premiar” quem atinge os melhores resultados. Não existe a preocupação em eliminar o oponente. Essas informações são realçadas nos sentidos do nome que compõe a expressão. Prevalece a dimensão informativa na indicação da referência.

As descrições dos enunciados 3 e 4 podem ser considerados “de transição” entre o caráter informativo e argumentativo. Apresentam traços das duas primeiras, mas também alguns das duas últimas². Utiliza-se a expressão “*a disputa* dos jogos olímpicos”, por exemplo, mas também “*a disputa* no tapa”: a primeira enfatiza a legalidade; a segunda, nem tanto. A descrição *a luta* pode ser enquadrada no mesmo raciocínio. As lutas corporais (brigas) envolvem defesa, ataque, agressão e permitem o uso da violência; “boxe”, por sua vez, também é *luta*, mas tem regras estabelecidas e obedece a um tempo de disputa definido que não inclui eliminar o adversário. Mais do que a violência, valoriza-se a potência e a precisão dos golpes, sempre dentro de regras previamente estipuladas.

Os dois últimos enunciados incluem descrições que também se articulam em torno dos traços de oposição e antagonismo. Incluem o traço de disputa e luta no sentido de premiar quem se sair melhor. Mas não parecem primar pela legalidade. A violência aparece em primeiro plano e o resultado pode ser a eliminação do oponente. *Conflito* pode referir-se a um maior número de opositores, tanto assim que pode ser utilizado em contexto de guerra. *Briga*, por seu turno, pelo menos no sentido *normal*, utilizado em sociedade, privilegia a disputa “no braço”, com ou sem auxílio de arma. Representa a “baixaria”. Não parece então que

² Esse tipo de distinção semântica não é exclusivo ou peculiar das revistas. Elas procedem de setores técnicos ou de assessorias que cultivam conotações positivas dos conceitos que veiculam.

caracterizar a concorrência comercial no setor de águas como *briga* seja apenas questão de estilo ou estratégia para evitar a repetição de palavras. Além de revelar a representação da reportagem (ou do autor) sobre o fato, predispõe à leitura orientada pelas entradas enciclopédicas que a expressão *a briga* ativa. O texto “vende” a imagem de que a disputa no setor de águas minerais se estabelece em busca do objetivo “vencer a qualquer custo”, não importando as armas e nem as estratégias: vale tudo. Em termos referenciais, o referente continua sendo “a concorrência no setor de águas”, mas nos dois enunciados as expressões privilegiam “o como” da concorrência. Favorecem a interpretação apoiada em traços de violência, baixaria, uso de armas traiçoeiras, eliminação do oponente. Esses traços sobressaem e, assim, pode-se dizer que prevalece o uso argumentativo das descrições definidas.

Os enunciados seguintes incluem expressões que apresentam o traço *grandiosidade*:

1. Anteciparam em uma semana o anúncio da *megafusão*. (*Veja*, Na guerra global)
2. Foram exatamente Telles e De Marchi que deram os passos iniciais do *meganegócio*. (*Veja*, Na guerra global)
3. Todas as empresas pesadas como as americanas Shell e Esso e a italiana Agip, que investiga um bloco vizinho a esse onde foi localizado *o novo megacampo*. (*Veja*, Mais óleo na bacia)
4. *Os milionários* são consumidores exigentes. (*Veja*, Os bem-aventurados)
5. Poucos revelam o tamanho da *montanha de dólares* a ser despejada por aqui. (*Isto É*, A revolução da Banda C)
6. Cutucaram a *gigante*. (*Isto É*, Na cola da Ambev)
7. Mas quem atende *aos gigantes* também pretende dar atenção aos nanicos. (*Isto É*, Conexão à vista)
8. No primeiro caso, ele terá quatro meses para desmantelar *o império*. (*Veja*, A escolha de Gates)

No seu sentido específico, o prefixo *mega* é indicativo de múltiplo de unidade de medida que representa “um milhão”: *megahertz* = 1 milhão de hertz. A partir disso, as descrições dos três primeiros enunciados estariam privilegiando a informação técnica. Os referentes em causa certamente envolvem cifras contabilizáveis em milhões. Mas não parece que seja este o sentido privilegiado, popularizado pela informática (*megabytes*, *megahertz*), reportando-se a um tempo mais antigo, já que, agora, é substituído pelo múltiplo *giga*. Representar algum evento como *mega* parece, antes, ativar contextos que envolvem seu uso normal (conforme Green, 1996): algo que chama atenção pela sua extraordinária grandeza, não importando que se trate de capital monetário ou área física. Assim, mesmo nos três primeiros enunciados já predominaria a dimensão argumentativa nas descrições grifadas. Tomando a expressão “os milionários” como contraponto pode-se perceber esse aspecto: o referente são “os ricos que acumulam riquezas acima de um milhão de dólares”. Mas abrange

aqueles com 30 milhões e também os que têm 300, assim como não se define com facilidade o quanto representa *a montanha de dólares*.

A informação inscrita nos sentidos de “gigante” também envolve grandiosidade; traz, na sua origem, sentido de “seres fabulosos e de estrutura colossal”; mas também pode representar “homem de notável cultura ou capacidade intelectual”. No enunciado 6, o referente em causa é *a Coca-Cola* e no 7, *as grandes companhias telefônicas internacionais*. Nos dois casos, o texto pretende enfatizar a estrutura colossal e o tamanho fabuloso destas empresas. A entrada lexical – *gigantes* - ativa entradas enciclopédicas ligadas a proposições do tipo: “ninguém pode com os gigantes”, “por onde passam ou onde estão, os gigantes dominam”, “é preciso respeitar os gigantes” e assim por diante. Predomina a dimensão argumentativa. Designar as empresas pelo nome não chegaria a tanto e nem impressionaria no mesmo grau; influenciaria menos.

O sentido de *o império* parece extrapolar todos os limites de grandiosidade. Ativa esse contexto, mas também o de poder, dominação e conquista. O leitor, entretanto, não discordaria em atribuir ao patrimônio de Bill Gates essas características: Com o Windows ele conquistou o mundo e domina quase absoluto no setor de plataformas ou sistemas operacionais; o mundo todo se obriga a trabalhar com ele. Com isso, seu poder é quase ilimitado. Uma descrição definida como *as suas empresas* seria suficientemente informativa: não ativaria esse contexto na mente do interlocutor e, todavia, estaria nomeando o mesmo referente.

Os enunciados seguintes confrontam descrições definidas, cujos sentidos incluem o traço *intensidade*:

1. Para alguns estudiosos, *as transformações* preocupam. (*Veja, O capitalista desapareceu*)
2. Os empresários reagiram imediatamente *à turbulência*. (*Isto É, Dois pra cá, dois pra lá*)
3. *A revolução* é aguardada para 2001, quando as novas operadoras pela banda C entram no mercado. (*Isto É, A revolução da Banda C*)
4. De carro popular á delírio de consumo, o certo é que *o efeito Rubinho* vem aí. (*Isto É, O efeito Rubinho*)
5. Neste ano *o impacto* será pouco significativo porque grande número de associações de servidores já havia conseguido liminares na Justiça contra a cobrança da contribuição. (*Época, Imposto à vista*)

Os enunciados acima relacionam-se por apresentarem descrições definidas em que interagem traços de “força”, “mudança” e “agitação”. Os três primeiros incluem descrições que envolvem sentido de “mudança”, cuja intensidade vai se acentuando de 1 a 3. No terceiro,

o sentido de transformação é levado ao extremo. Em (1) predomina a dimensão informativa no uso referencial – nomeia-se o referente através do léxico normalmente utilizado; em (3), entretanto, acrescentam-se sentidos que envolvem “transformações violentas, bruscas, de grandes conseqüências e mesmo, irreversíveis”: trata-se da dimensão argumentativa. Representar “as mudanças na telefonia” como *revolução* ativa todos os conceitos relativos a essa entrada lexical. O texto pretende persuadir o leitor a aceitar que aquilo que está acontecendo na área da telefonia é tudo isso. Na expressão grifada no enunciado 2, a intensidade se projeta sobre “a agitação”, o que não deixa de ser “transformação constante”. Enfatizam-se aspectos de “imprevisibilidade, risco, descontrole, perigo”, por exemplo. Em relação ao enunciado 1, situa-se no mesmo patamar que 3.

Nos enunciados 4 e 5, o traço “intensidade” projeta-se sobre “resultados”. A primeira das expressões tende para o informativo e a última, para o argumentativo. *Impacto* aciona conceitos relativos a “abalo, mudança brusca e violenta”. Portanto: resultados que abalam, resultados bruscos, resultados violentos. Todos estes sentidos não parecem ser ativados pelo termo de uso *normal* – “efeito” ou mesmo, “resultado”. Caracterizar as conseqüências do reajuste do salário mínimo como *impacto* impressiona ou interfere mais do que nomeá-las como *efeito*. Observe-se: “Nos Estados Unidos, a grande discussão entre os candidatos à sucessão de Bill Clinton é qual será o *impacto* / o *efeito* de um reajuste do mínimo na vida das pequenas empresas, a força motriz do emprego por lá”. (Veja, O salário máximo).

Até aqui foram abordadas diferentes descrições definidas fazendo referência ao mesmo *objeto*. É o que Frege (1978) aborda no seu artigo sobre *sentido e referência*. Mas o inverso também pode ocorrer: utiliza-se a mesma expressão referencial, com o mesmo sentido, para designar *objetos* diferentes. Seriam prováveis configurações que favoreceriam as ambigüidades. Mas o contexto (e aí se inclui o fato de a reportagem ser publicada na seção *Economia e Negócios*) não permite, ou pelo menos, minimiza a sua manifestação:

1. Quem não tiver canais de banda larga e conteúdo de qualidade para oferecer está com dificuldades para ir adiante *no negócio*. (Veja, O mouse que ruge)
2. Benjamim surpreendeu quando organizou *o negócio* e o entregou a uma administradora profissional. (Veja, Está na hora de fazer dinheiro)
3. A rapidez é tão importante quanto uma visão ampla *do negócio*. (Isto É, Ainda tem lugar na rede)
4. O valor *do negócio*: US\$ 4,2 bilhões. (Época, Monopólio condenado)
5. Todos os bancos decidiram que os funcionários envolvidos *no negócio*, direta ou indiretamente, têm de assinar compromissos de sigilo. (Época, Caça ao Banespa)

A leitura dos textos torna possível identificar os respectivos referentes, sem margem à ambigüidade. Resumidamente, são os seguintes:

1. os que abriram sites e conseguem sobreviver
2. a compra da CSN pelo grupo Vicunha
3. a abertura de um site na internet
4. a venda da Netscape para a AOL
5. o leilão do Banespa

Na referência indicada por *o negócio*, predomina o caráter informativo. O fato de a mesma descrição definida se prestar a designar referentes tão distintos revela o quanto o texto consegue ser preciso, mesmo não apelando para termos menos técnicos (chamativos) para representar determinada realidade. “Negócio”, por exemplo, é um termo genérico que se aplica a um tipo de transação, sem especificar a grandeza, tal como “lucro”, “fato”, “declaração” etc. A vagueza parece essencial: termos assim funcionam, em geral, como “pronomes”, isto é, substituem algo mais específico, referido em outro lugar, geralmente antes. No caso acima, a operação de compra e venda do Banco Banespa envolve cifras bem mais elevadas do que “abrir um *site*”. Nem por isso, a primeira transação é caracterizada como “meganegócio”, “supernegócio” ou algo do gênero. Essa diferente caracterização dos referentes revela o quanto a “retórica do exagero” decorre de opção da revista e não de restrições do sistema lingüístico. Em determinadas situações, a preferência pelo termo que impressiona mais parece desnudar certa preocupação argumentativa da reportagem.

Por vezes, nas reportagens, aparecem nomes que representam doutrinas econômicas, filosóficas ou mesmo partidárias. Neste caso, as dimensões informativa e argumentativa parecem equiparar-se. O sentido do termo não vem especificado: prevalece a vagueza e diversas interpretações tornam-se possíveis. Apesar disso, parecem os mais adequados para a referência a um *objeto* cujos contornos são vagos, imprecisos. A vagueza estaria muito mais no referente do que na expressão com que é designado. Observem-se alguns exemplos:

1. No governo, *o conservadorismo* na política de juro tem sido justificado por projeções incertas sobre a dimensão da safra agrícola, a alta do preço do petróleo e o real impacto do aumento do salário mínimo. (*Época*, Choque de normalidade)
2. E, a julgar pelas reações de quem decide sobre o assunto, é *o conservadorismo* que vai valer. (*Isto É*, A retórica dos juros)
3. *O conservadorismo* é marca registrada de Faria. (*Isto É*, Bilhões de idéias)
4. Um sexagenário que ficou bilionário forjado na discrição e *no conservadorismo* típicos dos velhos banqueiros... (*Época*, Júlio, comprou, viu e vendeu)

Não parece que, nos quatro enunciados, o referente das expressões grifadas fuja de algo como “atitude que preza pelo tradicional, avessa à mudança, sem predisposição a inovar, preferência pela manutenção da situação vigente”. Contrapõe-se, portanto, às atitudes que envolvem riscos – na economia, no caso. Mas pode dar margem a alguns *efeitos contextuais*. A dimensão argumentativa se revela na opção por esse termo geral, nem sempre claro (ou consensual) nos meios acadêmicos, muito menos entre os leitores da seção sobre economia. Dados os textos em que se inserem os dois últimos enunciados (contexto de riqueza ou de empresários milionários que se deram bem nos negócios), o uso da descrição pode persuadir o leitor a acreditar que *o conservadorismo* tem resultado em saldo positivo para o empresário e, portanto, não convém arriscar. Ao mesmo tempo, e por consequência, que a atitude *conservadora* do governo em relação à economia seria a mais indicada. No entanto, que outra expressão melhor indicaria o referente em causa, mesmo com seus contornos imprecisos?

Quando determinadas descrições definidas retomam partes do texto, também se manifesta a dificuldade da revista em conciliar, na referência, a informação e o argumento:

1. *O tema* merece ser considerado de forma mais equilibrada. (*Veja*, Quem tem medo dos estrangeiros?)
2. *O assunto* já provocou baixas. (*Isto É*, Futebol S.A.)
3. Mas *a situação* só deverá ser inteiramente normalizada com a chegada das empresas-espelho, a partir do último trimestre. (*Época*, Agora quem liga decide)
4. *O panorama* ficou tão crítico que o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi levado a fazer um apelo na própria quarta-feira 20 para que não houvesse repasses ao dólar. (*Isto É*, Dois pra cá, dois pra lá)
5. Um passeio pelos números coloca *o problema* alguns degraus abaixo na escala da histeria que se vem formando. (*Veja*, Chuva de dólares)
6. *A manobra* foi uma vitória política para Itamar Franco, mas causou mal-estar generalizado em meio ao processo de privatizações. (*Época*, Ninguém se entende)

As descrições grifadas referem-se, respectivamente, aos seguintes referentes (resumidos):

1. a entrada de capital estrangeiro
2. a parceria de empresas estrangeiras com mais de um time de futebol no Brasil
3. a suficiência de terminais telefônicos
4. a alta do dólar e o possível repasse aos preços provocando inflação
5. a venda de empresas nacionais a grupos estrangeiros
6. a alteração do estatuto da empresa derrubando o direito do voto das empresas americanas.

Parece que expressões como *o tema*, *o assunto*, *a questão* não acrescentariam maiores consequências de natureza argumentativa à indicação do *objeto*. Seu papel de “pronomes”, referindo-se à coesão do texto, é caracterizada pela vagueza. Mas não se resume a isso.

Caracterizar determinado *objeto* como *o problema* já é assumir determinada representação e possibilidade de interferir sobre o interlocutor: o texto admite (pressupõe) que a situação x constitui um problema e acrescenta esta última informação. Leia-se o enunciado 5 substituindo a expressão grifada por *a questão* e se notará o acréscimo de informação e de persuasão que o uso de *o problema* acarreta. Raciocínio semelhante pode ser desenvolvido em relação ao enunciado 6, dados os diversos sentidos que acompanham uma expressão como *a manobra*. Nas descrições definidas dos dois últimos enunciados prevalece a dimensão argumentativa.

Casos como os anteriores vinculam-se ao que a literatura na área chamaria, em português, de *inferência-ponte* (no inglês, *bridging inference*): “a expressão nominal liga-se à sentença anterior, criando coerência”. (Saeed, 1997, p.190). Ou então: “Para atribuir um referente a uma *inferência-ponte*, o ouvinte precisa inferir a existência da entidade descrita pelo NP definido usando pressupostos contextuais”. (Matsui, 1997, p.03). É o que acontece, por exemplo, com as expressões grifadas no enunciado seguinte:

Zico e seu filho embarcaram no mesmo aeroporto. A decolagem não apresentou maiores problemas. O agora empresário já decolara na base da chuteira e o cantor, só no sapatinho.

O leitor, através de seu conhecimento, compreende a referência anunciada nas expressões grifadas e, com isso, interliga as partes do texto. Sabe, por exemplo, que no aeroporto o embarque é feito em aviões, cuja operação de partida é chamada “decolagem”. Da mesma forma, recorre ao contexto para saber que *o agora empresário* refere-se a Zico, jogador que ganhou fama no futebol (jogando de chuteiras) e *o cantor*, a seu filho, que entrou para a fama através de uma música intitulada “Só no sapatinho”. O mesmo conhecimento – ou item da entrada enciclopédica – também se pressupõe para a compreensão da metáfora que relaciona “decolar” com “subir na vida”. A linguagem jornalística parece preferir esse tipo de ligação (inferência-ponte) no lugar das conexões gramaticais. Com isso, ao mesmo tempo em que a ligação entre as partes dos textos depende dos conhecimentos do leitor, também constitui um espaço favorável à monitoração de inferências. E se proporciona ao leitor o prazer da descoberta, a alegria de se saber esperto e informado o bastante para isso.

A partir do que se disse nesta seção sobre as descrições definidas simples, podem-se formular algumas considerações de ordem geral. Quando a revista faz referência a referentes utilizando apenas o nome acompanhado pelo determinante definido, precisa concentrar o

potencial informativo neste nome. Parece então que a opção por determinado nome seria cuidadosa, a fim de indicar com a maior precisão possível *o objeto* em causa para que o leitor não tenha dificuldades em encontrá-lo; mas criam-se, às vezes, expressões que exageram a representação. Além disso, o texto precisa ser claro, deve ativar no leitor a vontade de ler e, de preferência, tornar a leitura tarefa prazerosa. Para atingir esses objetivos, a escolha dos termos, mais uma vez, não deve restringir-se a contornar repetições ou superar limitações de compreensão impostas pela linguagem técnica. Considerando que a reportagem é elaborada com tempo, o que permite ao redator manter-se atento às exigências de clareza, precisão e agradabilidade, as descrições definidas utilizadas devem resultar de atividade consciente.

Não bastasse isso, o texto deve primar pela informação, ou seja, trazer ao conhecimento do leitor dados não esperados, proposições que se integrem ao que ele possivelmente já conheça e, ao mesmo tempo, ampliem ou modifiquem sua compreensão dos fatos. Para condensar a informação, a descrição definida simples parece a mais adequada; por causa disso, entretanto, pode ativar conceitos nem sempre previstos e, com isso, gerar proposições nem sempre desejáveis, na memória do interlocutor.

Nesse jogo entre referir com precisão, apresentar informações pertinentes para que o texto não seja apenas um conjunto de redundâncias, e, ao mesmo tempo, interagir com o leitor de forma que ele acredite e confie nas proposições apresentadas, a seleção do nome que vai figurar na descrição definida resulta em conseqüências para o enunciado e, mais do que isso, para o significado geral do texto. As descrições são, assim, pontos nevrálgicos no texto e merecem ser observadas com cuidado não só por quem produz o texto, mas também por aqueles que o lêem.

7.2: Descrições definidas modificadas

As descrições definidas modificadas são aquelas em que, ao lado do determinante e do nome, apresenta-se um modificador, geralmente adjetivo ou oração adjetiva. Na referência indicada por essas configurações, o potencial de informação e argumentação distribui-se entre o nome e o modificador, ou recai com maior intensidade sobre os sentidos implicados no último. Ressalte-se, entretanto, que a descrição definida é um todo significativo cujos sentidos mais, ou menos, técnicos podem ser acentuados num ou noutro dos elementos. Assim, ora o nome, ora o modificador, ora ambos podem dar maior margem a implícitos. Teoricamente, os implícitos ficariam por conta de cálculos do leitor, mas o autor pode controlá-los através do léxico selecionado, ou seja, tem condições de prever possíveis sentidos a serem ativados.

Naqueles nomes acima incluídos nas descrições simples, mesmo se acompanhados por modificador, ainda prevalece o caráter argumentativo que revelam; o modificador apenas cumpre papel restritivo. Observem-se os enunciados seguintes:

1. *Antes da revolução dos computadores*, as fábricas novas exigiam pesados investimentos públicos em cidades cada vez maiores. (*Época*, O Choque da riqueza).
2. Na sua vez, Bill Gates falou apenas sobre como *a revolução tecnológica* aumentou o acesso das pessoas ao computador. (*Isto É*, Mais um susto)
3. Há até quem aposte que a FCC vete a união por colocar em risco *a guerra de preços* deflagrada há alguns anos atrás com a participação de três pesos pesados do setor. (*Época*, Ruído na competição)
4. Os R\$ 17 bilhões que podem ser arrecadados com a cobrança da CPMF estão ameaçados pela *guerra judicial* contra o imposto. (*Época*, Rota para 2002)
5. Alguém duvida que *a briga na Internet* hoje é para gente grande? (*Isto É*, Chocadeira virtual)
6. *A briga entre revendedores e distribuidores de combustíveis* promete esquentar em março. (*Isto É*, Briga aditivada)

Mesmo que os modificadores restrinjam o alcance do referente indicado pelo nome, não conseguem neutralizar os diversos sentidos (mais, ou menos implícitos) que ele faz emergir. Nestes casos é possível dizer que a maior carga argumentativa recai sobre o nome e este faz prevalecer os seus sentidos, projetando-os sobre os demais elementos da descrição. Em outras palavras, ao tomar contato com uma descrição do tipo acima, o nome impressiona mais do que o modificador. Em outros casos, entretanto, a dimensão argumentativa pode distribuir-se mais equilibradamente entre os dois elementos. No exemplo abaixo, dados os implícitos envolvidos tanto no nome quanto no modificador, o potencial informativo acaba enfraquecido porque sobressaem os diversos sentidos “menos técnicos” implicados em ambos os elementos:

- a) *A briga política* começa pelo projeto do Orçamento de 2000. (*Época*, Rota para 2002)

Outras vezes, no entanto, a expressão passa a funcionar como se fosse descrição simples, mesmo que ainda não esteja lexicalizada:

- b) Publicamente, o governador de São Paulo, Mário Covas, também contestou o tamanho dos incentivos, esquentando a discussão sobre *a guerra fiscal*. (*Época*, Efeito Ford)

Pelo uso constante da expressão, embora ainda prevaleça o caráter “bélico/violento” implicado nos sentidos de *guerra*, esse efeito acaba sendo minimizado porque a descrição, no

seu todo, passa a indicar sempre o mesmo referente. O modificador, dado seu uso técnico, parece projetar sua “neutralidade” sobre o nome, abafando até certo ponto suas implicações não-técnicas. Trata-se de uma metaforização em que se define o evento abstrato a partir do evento concreto: *a guerra do Golfo/a guerra parlamentar/a guerra de preços*. Pode-se dizer que, nestes casos, se não predomina, pelo menos se equipara o potencial informativo ao argumentativo.

Para dar conta da relação entre nome e modificador, a presente seção aparece subdividida em quatro itens, de acordo com as quatro categorias estabelecidas a partir da relação deste com aquele. Cada item pretende abordar a relação entre informação e argumentação na referência implicada pela descrição definida, começando por aquelas em que predomina o caráter informativo e terminando com aquelas de maior potencial argumentativo. A referência é atravessada pelas duas dimensões; a própria seqüência dos itens também se orienta nos mesmos princípios. A caracterização da dimensão informativa na indicação da referência é feita a partir do traço *+necessidade* e *-arbitrariedade* do modificador. Para a dimensão argumentativa, os sinais dos traços se invertem.

O traço *+necessidade* pretende caracterizar a informação veiculada pelo modificador como “necessária” para a correta identificação do objeto, ou seja, excluindo-o não mais se identifica o mesmo referente. Por sua vez, o traço *necessidade* – com sinal negativo – significa que o modificador apenas acrescenta informação sobre a representação pessoal do referente; sua exclusão não prejudicaria a compreensão do enunciado em que a descrição se insere. O traço *arbitrariedade* – com sinal positivo – significa que é grande o leque de possibilidades entre os quais o modificador (de ordem predominantemente pessoal) é selecionado; com sinal negativo significa o inverso, ou seja, a escolha se processa num leque de possibilidades restrito e obedece à critérios técnicos – o modificador que identifica o referente com maior precisão.

7. 2.1: Descrições modificadas restritivas

Descrições modificadas restritivas são descrições definidas caracterizáveis através dos traços *+necessidade* e *-arbitrariedade*: apresentam pouca margem para implícitos. O modificador é acrescentado a um nome que, sem ele, teria aplicação ampla. Têm, portanto, caráter restritivo. Por exemplo: *o programa* aplica-se a muitos eventos que apresentam em comum sentidos como “conjunto de medidas para determinado fim, planejamento e ação orientada”. Em certos casos, a situação comunicativa, incluindo o discurso anterior, é

suficiente para delimitar sua abrangência. É o caso em que a expressão se incluiria numa reportagem abordando o programa nacional de investimentos em energia. Ao longo do texto, quando o leitor encontrar a expressão *o programa*, saberá de que se está tratando.

A reportagem, entretanto, precisará restringir o alcance desta expressão através de algum modificador quando, por exemplo, pretende incluir, no mesmo texto, um enunciado sobre *o programa de estabilidade monetária*, *o programa de privatização das empresas nacionais* ou *o programa de incentivo à redução no consumo de energia*. O modificador é necessário para indicar o referente. O traço *arbitrariedade* recebe, nestes casos, sinal negativo: o léxico que compõe o modificador não oferece muita margem a interpretações diversas e, além disso, o próprio leque de possibilidades que a língua oferece para designar o referente não parece amplo. Não há termos técnicos ou outro conjunto de palavras que possam ter sido escolhidas para designar, respectivamente, os três referentes em causa.

Não parece necessário prolongar as discussões em torno dessa categoria de descrições definidas. Alguns exemplos, contudo, parecem pertinentes. Optou-se por apresentar enunciados passíveis de confrontação em que o modificador se acrescenta a um mesmo nome:

1. Sob o fogo da *concorrência externa*, empresários brasileiros andam chamando o país à resistência. (*Veja*, Chuva de dólares)
2. Os industriais, que viram muitos colegas sucumbirem à *concorrência estrangeira*, brigam para que se preservem os que permaneceram. (*Veja*, Chuva de dólares)
3. Esperavam que se abrissem brechas no muro que protege os agricultores japoneses, americanos e europeus da *concorrência internacional*. (*Veja*, Cai a máscara dos ricos)

Os três enunciados podem ilustrar o que significa o traço *arbitrariedade* - com sinal negativo: mesmo utilizando palavras diferentes no papel de modificador, mantém-se a indicação precisa do referente. Os modificadores não parecem prestar-se a interpretações mais amplas; o nível do implícito é mínimo. Todavia, algum potencial para além da informação poderia ser apontado: na retórica da globalização, *estrangeiro* perde espaço para *internacional*, mesmo quando se trata de empresas com nacionalidade definida, como “Telefônica” ou “Telecom”, respectivamente, espanhola e italiana. Ainda assim, o sentido preciso do modificador restritivo inibe o leque de sentidos que o nome, sozinho, poderia estar implicando. Predomina, portanto, a dimensão informativa. Mesmo com toda dificuldade para precisar o referente de *mercado*, a informação inscrita no modificador auxilia a indicar com maior precisão o referente:

4. O grande entrave para o fortalecimento da indústria nacional, as altas taxas de juro praticadas no *mercado interno*, ainda não foi eliminado. (*Veja*, Chuva de dólares)
5. Segundo eles, bancos são estratégicos para o país, e por isso o *mercado local* deve ser protegido. (*Veja*, Quem tem medo dos estrangeiros?)
6. A segunda razão é a agitação no *mercado de ações*. (*Veja*, Os bem-aventurados)
7. Critica-se agora o fato de o Bradesco aceitar 70 milhões de reais em debêntures de Mansur sem tomar garantias reais, coisa que pela cartilha do *mercado financeiro* só se faz em caso de clientes de grande envergadura e desempenho muito sólido. (*Veja*, Divórcio litigioso)

Pode-se dizer que, na categoria de descrições definidas restritivas, inclui-se a maior parte das expressões técnicas ainda não lexicalizadas: *sistema financeiro nacional*, *sistema de saúde pública*, *sistema monetário brasileiro*, por exemplo. Prevalece a dimensão informativa no uso referencial: a pretensão de indicar um referente difuso através de uma expressão resumida, suficientemente informativa. Resquícios de argumentação, no entanto, teimam em se manifestar. Comparem-se as descrições definidas nos dois enunciados abaixo:

8. *O mercado financeiro nacional* está em constante atrito com o *programa de privatizações do governo federal*.
9. *Os banqueiros brasileiros* não concordam com a *venda dos bancos estatais*.

Mesmo que (9) diga, explicitamente, o que está implicado em (8) – sendo, portanto, de compreensão mais imediata - o primeiro enunciado parece realçar a impessoalidade ou a abstração, o que não acontece no segundo. Em termos retóricos, a eficácia de (8) residiria em apenas pressupor os referentes implicados em (9), deixando menor margem à contra-argumentação: por realçar o aspecto impessoal dos referentes, diminui as possibilidades de intervenção contra determinado indivíduo, empresa ou instituição. Mesmo assim, pode-se dizer que prevalece o caráter informativo: “Informação implícita relevante de um discurso, como definida aqui, é um subconjunto do conjunto de pressuposições do discurso”. (Van Dijk, 1977, p.112).

7.2.2: Descrições modificadas indicativas

Descrições modificadas indicativas são aquelas em que um modificador indicativo do cargo, profissão ou origem da pessoa se interpõe entre o nome e o determinante definido. Apresentam a configuração: [*Det* + *Mod* + *Nome*]: *o ministro Pedro Malan*, *o economista Ilan Goldfajn*, *o carioca Luiz Azevedo* etc. Também se enquadram nesta categoria aquelas descrições definidas em que um modificador indicativo de origem ou nacionalidade se

interpõe entre o nome de uma instituição e o determinante: *a holandesa Heineken. o britânico HSBC, o espanhol Santander.*

Diferenciam-se do nome pessoal (*Pedro Malan*) e da descrição definida simples (*o ministro*) por condensarem os dois modos de indicação do referente num só. Por conseqüência, reúnem numa única descrição o potencial referencial do nome próprio (nome de pessoa) e a mescla de informação e argumentação da descrição definida. A informação desponta no nome e no modificador e a argumentação divide espaço com ela apenas no último. Pode-se dizer então que, nesta categoria de descrições definidas, prevalece o caráter informativo.

Transparece, entretanto, o conflito entre os traços *necessidade* e *arbitrariedade*: Quando se trata de personagem amplamente conhecida (*o ministro da Fazenda*), seria necessário designar o referente através do cargo e do nome pessoal – *o ministro Pedro Malan*? Neste caso, a opção por acrescentar o cargo ao nome teria alguma função, além da referência? Não se trataria de redundância, de informação praticamente nula, portanto? Ou seria para diferenciá-la, por exemplo, de *o presidenciável Pedro Malan*? A arbitrariedade estaria acentuada por duas razões: a opção entre apresentar o referente com ou sem o modificador; a opção entre qual o modificador a ser utilizado. Relevante o aspecto institucional do referente significa deixar à margem outras possibilidades, o que caracteriza algum indício de argumentação.

No caso de personagem provavelmente desconhecida do leitor (*o economista Ilan Goldfajn*) o traço *necessidade* parece sobressair-se. O modificador concentra a informação. Ele é necessário porque apenas o nome pessoal pouco informaria ao leitor. Ao mesmo tempo, a necessidade se apresenta porque a reportagem usa, com freqüência, o argumento de autoridade:

1. “A intenção do governo era pelo menos fazer com que a economia voltasse ao nível do final de 1998, mas pelo jeito nem isso eles conseguirão”, diz *o economista Ilan Goldfajn*, professor da PUC do Rio de Janeiro. (*Isto É*, De joelhos).
2. *O cientista político Francisco Panizza*, da London School of Economics, afirma que a imagem do Brasil tem oscilado rapidamente entre dois extremos: o otimismo e o pessimismo exagerados. (*Isto É*, Será que agora vai?)
3. *Os geólogos Mauricio de Barros e Paulo Brandão* assinaram a avaliação do suposto lote de esmeraldas de R\$ 34 milhões. (*Época*, O golpe das pedras)

Não parece que a reportagem teria outra alternativa a não ser buscar o apoio de um economista para sustentar informações de natureza econômica ou de um cientista político para assuntos de natureza política. Se há algum indicativo de “arbitrariedade”, ele não estaria tanto na descrição definida quanto na seleção do argumento ou do “técnico” mencionado. No caso, a revista poderia ter optado, por exemplo, pela apresentação da fala de um operário ou de um sindicalista, em ambos os casos. A qualificação nem sempre é tão inocente e deve ser considerada no contexto. Por exemplo: no tempo dos regimes militares, um dos Ministros da Marinha chamava-se Augusto Hanemann Rademaker Grünwald. Os jornais e revistas faziam questão de referir-se a ele como *o almirante brasileiro AHRG* - em referência à intervenção externa em apoio ao golpe de 1964.

O contexto, ou o texto em que se insere o enunciado, podem, em outros casos, provocar efeitos ainda diferentes. É o caso do enunciado 3. Trata-se de uma reportagem sobre os golpes que proprietários ou negociadores de pedras preciosas estariam aplicando no Governo. Para esse fim, precisavam de um laudo de avaliação. Assim, com a utilização do modificador “*geólogos*” o autor do texto dá relevância ao fato de que profissionais da área (especializados, portanto) podem nem sempre avaliar a verdade de um fato ou evento. É o que também acontece com a descrição *o juiz Nicolau dos Santos Neto*: a imprensa faz questão de assinalar que se trata de alguém que, por princípio, teria função de julgar e condenar, entre outros delinquentes, “aqueles que desviam dinheiro”.

Quando se trata de modificador que indica origem ou nacionalidade, a relação entre informação e argumentação na descrição definida parece novamente diferente. Por um lado, o modificador apresenta informação que, provavelmente, o leitor não domina; por outro, pode contribuir pouco para o significado do enunciado. Acentua-se o traço +*arbitrariedade* - o autor incluiu o modificador porque quis, provavelmente com alguma intenção:

4. À sua frente, (da Ambev) figuram *a americana Anheuser-Busch*, fabricante da Budweiser, e *a holandesa Heineken*.” (Veja, Na guerra global).
5. Mesmo com a chegada de instituições internacionais tão importantes como *o britânico HSBC, os espanhóis Bilbao Viscaya e Santander* e com a compra do Real pelo *holandês ABN Amro Bank*, o volume de empréstimos em certos casos até mesmo caiu. (Isto É, Deitados em berço esplêndido)
6. *A paulistana Aline Victorio*, de 26 anos, por exemplo, formada em Engenharia de Alimentos, não consegue um emprego em sua área”. (Época, A maior crise do país).

No último enunciado, a inclusão do modificador auxilia na identificação do referente (poderia haver outra pessoa com o mesmo nome), sugere sua colocação em uma área onde outrora houve pleno emprego – São Paulo, mas não parece tão relevante para o enunciado. É, por exemplo, menos relevante que a informação sobre a sua formação profissional, a partir da qual se sugere que, por exemplo, ter um curso superior não garante empregabilidade.

Acentuar que a Ambev só fica atrás das americanas e holandesas (origem em países desenvolvidos) pode apontar uma espécie de ascensão do Brasil para o privilegiado universo daqueles países; a fusão entre Brahma e Antártica seria positiva por inserir o país no contexto da “globalização”. Parece que, neste caso, o uso argumentativo se mostra na mesma intensidade do informativo. Também é o caso das descrições definidas identificando instituições financeiras no enunciado 5.

Finalmente, aparecem descrições definidas em que todas as situações anteriores se condensam. Não são freqüentes, mas servem para tecer algumas considerações:

7. O *engenheiro agrônomo gaúcho Gilberto Gollner* vive batendo recordes de produtividade em seus 13000 hectares plantados com soja e algodão, na região de Rondonópolis. (*Veja*, O ex-patinho feio)
8. Construída pelo *imigrante português Valentim dos Santos Diniz*, pai de Abílio, a rede de supermercados Pão de Açúcar forma um dos grupos familiares mais tradicionais do país. (*Veja*, Esse supermercado vale ouro)
9. Ajudou a fortalecer a candidatura do *líder bancário paulista João Vaccari* na disputa pela presidência da CUT. (*Época*, A Esquerda com R\$ 32 bilhões)

No primeiro enunciado, seriam possíveis as seguintes configurações para indicar o mesmo referente:³

- a) *Gilberto Gollner*
- b) *O engenheiro agrônomo Gilberto Gollner*
- c) *O gaúcho Gilberto Gollner*
- d) *O engenheiro agrônomo gaúcho Gilberto Gollner.*

Em (a), a relevância estaria sendo apenas de natureza referencial. À reportagem interessa relevar que um produtor agrícola com este nome atinge recordes de produtividade. Em (b), parece relevante informar que se trata de um engenheiro agrônomo, ou seja, de alguém especializado em agricultura. Pode produzir ou reforçar no leitor a suposição de que para produzir bastante é preciso ser especializado ou então, só consegue produzir recordes

³ Não se consideram as alternativas que não incluem o nome próprio : o engenheiro agrônomo, o gaúcho.

porque se trata de um engenheiro agrônomo; os demais agricultores não conseguiriam os mesmos resultados. O texto em que se insere o enunciado trata da colonização e do progresso do Mato Grosso a partir da chegada dos imigrantes vindos do Rio Grande do Sul. A alternativa (c), portanto, daria relevância ao fato de se tratar de um produtor agrícola dessa origem. Poderia gerar, ou reforçar (*efeitos contextuais*) no leitor a crença de que a origem sulista é determinante para atingir altos índices de produtividade e, por conseqüência, que até a chegada dos gaúchos a agricultura no Mato Grosso não se teria desenvolvido porque lá só havia pessoas de outras origens. A última alternativa condensa todas estas características: o uso da expressão apresenta uma série de informações adicionais que apenas o nome não conseguiria transmitir; permite delimitar com bastante precisão o referente que se quer indicar; projeta sobre o leitor diversas possibilidades interpretativas, orientando sua compreensão. À medida em que novos modificadores vão sendo incluídos, apesar do acréscimo de informação (ou por isso mesmo) vai se acentuando o potencial argumentativo das expressões. Os outros dois enunciados podem ser pensados a partir dos mesmos princípios. Apenas ilustram que, apesar de raros, o enunciado 7 não é caso único entre 150 reportagens analisadas.

A partir do que se disse é possível inferir que, na categoria das *descrições definidas indicativas*, sobressai a preocupação em condensar, na referência, informação não redundante. Mesmo assim, a dimensão argumentativa teima em se apresentar. O léxico escolhido revela a representação do *objeto* a que a reportagem dá relevância e, com isso, o leitor, com maior ou menor consciência, é levado a conviver com o ponto de vista representado. No conjunto, entretanto, o traço *necessidade* prevalece, tanto para indicar com maior precisão o referente pretendido quanto para apresentar informações capazes de sustentar afirmações. Pode-se dizer que, nesse tipo de referência, a dimensão informativa prevalece sobre a argumentativa, mas não a elimina.

7.2.3. Descrições modificadas relativas

Trata-se, nas descrições modificadas relativas, de descrições que representam as próprias características da informação e podem ser agrupadas em quatro subcategorias, de acordo com os seguintes traços de sentido marcados através do modificador: *atualidade*, *novidade*, *quantidade*, *exclusividade*: Cada traço é representado, respectivamente, pelo seguinte par de modificadores: último/próximo, novo/atual, maior/grande, único/principal. Estas descrições foram denominadas de *relativas* pelo fato de situarem os referentes em

relação àqueles traços, ou seja, por incluírem informações ali enquadradas. Os modificadores aparecem à esquerda do nome, mas não podem ser considerados exclusivamente qualificativos ou restritivos. Mesclam, na indicação da referência, as dimensões informativa e argumentativa. A primeira é acentuada nos pares iniciais e a segunda, nos últimos.

Assim, através de enunciados ilustrativos, pretende-se apresentar tais descrições numa seqüência que inicie pelas mais informativas e termine naquelas que mais se aproximem do uso argumentativo. São descrições que merecem tratamento em separado dado à frequência com que os mesmos modificadores aparecem ao longo das reportagens. Além disso, pelo que representam em termos dos objetivos de um veículo de comunicação: informações novas, recentes, exclusivas e, de preferência, de grande impacto ou envergadura. Possibilitam identificar as configurações lingüísticas com que estas características da informação são expressas. São apresentados seis enunciados (dois por revista) para analisar a concorrência (ou o conflito) entre o informativo e o argumentativo.

a) Traço atualidade

O traço *atualidade* é representado pelas descrições definidas que situam os fatos no tempo. Não há muita possibilidade de variação terminológica, daí a frequência com que sempre o mesmo modificador é utilizado. Além disso, dadas as características de circulação das revistas (semanal), prevalecem as indicações de tempo referidas com o auxílio de modificadores como *próximo* ou *último*:

Próximo:

1. O governo suiço começa a vender 1300 toneladas a partir do ano que vem, e o BC inglês já programou outros dois leilões para *os próximos meses*. (Veja, O Ouro perde o brilho)
2. Mas o julgamento do caso depende do parecer do Ministério Público, esperado para *os próximos dias*. (Época, Caça ao Banespa)
3. Os sinais de revitalização ainda são tímidos, mas tudo indica que *os próximos anos* devem ser bons para empresas como CCE, Gradiente... (Isto É, A toda força)
4. Ao analisar as tendências para o Brasil *nos próximos dez anos*, a principal preocupação foi encontrar alternativas para reverter a situação. (Isto É, Em busca de um caminho)
5. *O próximo palco da rebeldia* é Praga, em setembro, quando acontecerá a reunião anual do FMI e do Banco Mundial. (Época, A pressão das ruas)
6. *Os próximos lances* dirão se é isso mesmo. (Época, O furo que deu certo)

Último:

7. *Na última semana*, chegou às mãos de alguns diretores da Previ um documento firmado entre o Presidente do Fundo e os Bancos Bradesco e Opportunity. (Veja, A Previ dá as cartas)
8. *Nos últimos meses*, os estrangeiros compraram de tudo. (Veja, Quem tem medo dos

estrangeiros?)

9. *Nos últimos meses*, com a popularidade de Menem em baixa, Duhalde se distanciou mais, adotando um discurso com verniz social. (*Época*, Ataque de “nervios”)
10. *Na última segunda-feira*, o disparo extra de adrenalina foi provocado pela violenta queda da Nasdaq,... (*Isto É*, Mais um susto)
11. *Da última vez* que um pedido dessa natureza foi feito, três dias antes do *último 3 de julho*, quando o novo sistema entrou em operação, a Anatel disse não. (*Isto É*, Os xerifes trapalhões)
12. *A última cena do enredo* começou por volta das 18 horas do dia seguinte, terça-feira. (*Época*, Jogo duro nos bastidores)

Não parece outra a finalidade destas descrições a não ser a indicação retrospectiva (último) ou prospectiva (próximo) dos fatos em relação ao tempo. Na informação veiculada, predomina a indicação referencial. Parece que o referente (relativo ao tempo) não pode ser indicado muito precisamente dado o caráter analítico da reportagem: ela pode debruçar-se sobre um lapso de tempo maior e fazer projeções para um futuro mais distante porque fatos econômicos nem sempre produzem resultados imediatos. Com isso, as expressões que envolvem esses dois modificadores predominam sobre aquelas que indicam marcas de tempo precisas, usados nas notícias divulgadas no jornal, rádio ou TV.

b) Traço novidade

O traço *novidade* é representado fundamentalmente através do modificador “*novo*”. São informações a respeito de novos desdobramentos na área econômica, referindo *objetos* responsáveis por esses mesmos desdobramentos. Com isso, incluem-se informações sobre novas descobertas (*o novo campo petrolífero*), novas tecnologias (*o novo marca-passos*), novas empresas ou empresários (*o novo milionário, a nova companhia*), e assim por diante. Diferentemente das notícias⁴, entretanto, a reportagem não se limita a anunciar o *novo fato*. Cabe-lhe analisar o que significa ou o que representa em termos econômicos.

Novo:

13. Incluindo a linha de refrigerantes, *a nova companhia* passa a ser a quinta maior indústria de bebidas do planeta. (*Veja*, Na guerra global)
14. Decidiu substituir a quarentena por uma taxa de até 30% para quem saísse antes de doze meses e desobrigou *os novos investimentos* de obedecer a essa regra. (*Veja*, Armínio é contra)
15. As estratégias para a compra do banco público paulista, aquisição que garantirá *ao novo controlador* uma extensa rede de distribuição e mais de 3 milhões de clientes. (*Época*, Caça ao Banespa)

⁴ Observe-se que a “novidade” é algo que as revistas valorizam mais do que os jornais que, por definição, tratam de novidades reais, imediatas.

16. Na ponta desse processo estão *as novas funções* criadas pela rápida expansão da Internet. (*Época*, A maior crise do país)
17. O BNDES já está empenhado em desenhar *a nova configuração* de setores estratégicos da indústria. (*Isto É*, A gigante do aço)
18. Uma outra causa seria, de acordo com Almeida, *a nova regulamentação trazida pela Lei 9.656*, de 1998, que obrigou os convênios a ampliar a cobertura aos usuários dos planos. (*Isto É*, Saúde mais cara)

Atual:

19. *O atual esporte nacional* na Argentina é culpar o Brasil, que os políticos platinos agora chamam de a “gigante economia do norte”,... (*Veja*, E eles culpam o Brasil)
20. O governo está convencido de que *o atual modelo* está desgastado. (*Veja*, Para a mão do povo)
21. Se a briga já está boa considerando apenas *os atuais concorrentes*, imagine o que vem pela frente se o maior fabricante de cervejas do Brasil partir para o ataque. (*Isto É*, A força das águas)
22. Tanto o ex-comandante da agência quanto *o atual presidente* são categóricos ao afirmar que o padrão de qualidade e criatividade continuará igual. (*Isto É*, Publicitário na Web)
23. *O atual superintendente do Sebrae Nacional*, Sérgio Moreira, assumiu o órgão este ano com aval do Presidente Fernando Henrique. (*Época*, Contas a explicar)
24. No Banco sobrariam 6 mil *dos atuais 21 mil empregados*. (*Época*, Caça ao Banespa)

Um modificador como *atual* restringe o referente, embora uma expressão como *o superintendente do Sebrae* também possa identificá-lo com precisão. Todavia, a descrição definida *o atual superintendente do Sebrae* não indica, necessariamente, o mesmo referente. Se o autor utilizou o modificador é porque considera relevante a informação que através dele se transmite e, provavelmente, procura evitar que a pessoa referida seja confundida com um possível *superintendente anterior*. Também poderia estar acentuando o caráter transitório do cargo. Pode-se dizer então que o traço *+necessidade* predomina no uso das descrições definidas que incluem modificadores desta categoria e prevalece a informação incluída no uso referencial dessas expressões.

O mesmo pode ser dito a respeito do modificador *novo*. Todos os enunciados continuariam significativos, caso se excluísse este modificador. Os referentes, entretanto, já não seriam necessariamente os mesmos. Não se pode, todavia, afirmar que o potencial argumentativo esteja apagado. A *presença* (conforme Perelman, 1999) do modificador traz à memória de trabalho do interlocutor os sentidos que nele se envolvem. Assim, o fato de nomear determinado referente como *a nova configuração* ou *o atual modelo* poderia, pelo menos, fazer o interlocutor lembrar de que o referente substitui algo anterior. No seu uso corriqueiro, pretende-se sempre “substituir alguma coisa por algo melhor”. Esse raciocínio, entretanto, depende bastante de inferências a partir de implícitos, o que inibiria a carga

argumentativa deste tipo de modificadores, prevalecendo a informação na referência indicada pela descrição.

Em relação ao uso do modificador *novo*, apresenta-se a possibilidade de ele funcionar, em conjunto com o nome, como expressão técnica. É o caso dos enunciados abaixo, em que prevalece o caráter de oposição a algo anterior, tradicional:

25. O mouse que ruge da *nova economia* engoliu o leão da economia tradicional e antecipou o futuro. (*Veja*, O mouse que ruge).
26. A inoperância do governo não deixou de ser citada nem no debate sobre *a nova ordem na tecnologia e no trabalho*. (*Isto É*, Em busca de um caminho)
27. Aumentar a participação feminina no quadro de pessoal e oferecer vantagens às mães são parte da *nova cartilha das empresas*. (*Época*, A revolução silenciosa)

Provavelmente o uso destas descrições definidas, referindo-se sempre a um mesmo referente, embora abstrato e difuso, seja decorrência das mudanças que se vêm delineando pelo menos no mundo industrializado e, em grande parte, a partir dos avanços na área tecnológica. Tanto assim que Nova York apresenta uma bolsa de valores com ações da *nova tecnologia*, que concorre com o tradicional índice “Dow Jones”. Assim, além do traço “atualidade”, valoriza-se a “oposição ao que já é velho (ultrapassado)”. É interessante observar, passado algum tempo, como a interpretação jornalística, em seu caráter efêmero, é levada a elidir a realidade. De fato, a criação da bolsa Nasdaq, da nova tecnologia, visou proteger a Dow Jones da especulação desenfreada que, de outro modo, poderia reeditar, na economia americana, o *crack* de 1929, devido à especulação avassaladora com um grupo de “novas” ações - naquele caso, as da nascente e promissora indústria automobilística. Nessa ordem de raciocínio, transparece o potencial argumentativo das expressões, pelo menos em grau mais intenso do que nos enunciados de 13 a 18 imediatamente anteriores. Como termo técnico ainda não lexicalizado, entretanto, ainda parece prevalecer o caráter informativo. Pode-se dizer que as descrições definidas que incluem o traço *novidade* já apontam para o argumentativo, embora ainda estejam próximos à preocupação informativa.

c) Traço quantidade

O raro, o extraordinário e o extremo constituem informação que angaria com maior facilidade a atenção do leitor. Na área econômica, parecem prevalecer como preferência fatos que envolvem números, cifras, áreas, capitais de grande porte e, ao mesmo tempo, os de grande representatividade e significação no meio empresarial, privado ou público. A alta frequência das descrições definidas que incluem os modificadores *maior* e *grande* evidencia

essa característica das reportagens. Muitas empresas ou setores econômicos são referidos através de expressões dessa natureza. A designação do referente através destes modificadores pode revelar, entretanto, a preferência seletiva do texto: grande em relação a quê?, entre os maiores em relação a quê?.

Os Bancos Itaú e Bradesco são referidos como os maiores bancos privados brasileiros em relação a lucro e número de agências, mas não o são em termos da relação lucro/número de funcionários, comparados com empresas de outros setores econômicos. Ressalte-se, entretanto, que a revista não poderia, a cada passagem do texto, indicar especificamente o termo relativo: “Para levar o *terceiro maior portal brasileiro e a maior base de assinantes de e-mail da América Latina*, a PT Multimedia vai investir US\$ 415 milhões” (*Isto É*, Garagem turbinada).

Em outras circunstâncias, todavia, o uso destes modificadores parece contrariar o princípio jornalístico de que é preciso dar caráter concreto aos dados. No lugar de dizer “o homem alto”, diga “o homem de 1, 80 m, ou então: substitua “usina potente” por “usina que produz dois milhões de megawatts”. No caso de “o maior” (o mais grande), a relatividade é atenuada porque, afinal, indica-se um dos extremos; no uso de “grande”, entretanto, não parece ser assim: o que caracterizaria um grande investidor?, o que é preciso para ser um grande empresário?. Não há, efetivamente, meio de especificá-lo porque o tamanho se refere a padrões variáveis (nos, EUA, no Brasil, em Alagoas, no Zaire) e se reporta a grandezas diversas: recursos financeiros, número de empregados, possibilidades de progresso etc. Há, no entanto, alguns consensos: Antônio Ermírio de Moraes é um grande empresário brasileiro assim como Bill Gates é um grande empresário em escala global. Pode-se dizer que estas expressões dependem muito do texto em que se inserem para ter a sua referência precisada. Seguem-se exemplos de enunciados:

28. Com a diretoria empossada na semana passada, a Previ, *o maior fundo de pensão da América Latina*, passou à órbita de influência da CUT, entidade ligada ao PT. (*Época*, A Esquerda com R\$ 32 bilhões)
29. Enquanto *o maior consumidor de água engarrafada* – os Estados Unidos – ostentou um índice de 34% entre 1994 e 1998, o Brasil ampliou suas vendas em nada menos que 108% no mesmo período... (*Isto É*, A força das águas)
30. *O maior negócio de todos os tempos* foi anunciado na semana passada nos Estados Unidos e deixou boquiabertos aqueles que tentam acompanhar o ritmo das megafusões que estão varrendo o planeta. (*Veja*, O maior negócio do mundo)
31. Na segunda-feira anunciou-se em Nova York que a AOL vai incorporar o grupo Time Warner numa transação de 184 bilhões de dólares, *o maior negócio da história do capitalismo*. (*Veja*, O mouse que ruge)

32. Pela primeira vez uma empresa de tecnologia de ponta assume a dianteira entre *os maiores exportadores brasileiros*. (*Época*, Yes, nós temos tecnologia)
33. De acordo com a Paineweber, uma *das maiores corretoras de Wall Street*, até o final deste ano as empresas que atuam na Internet nos Estados Unidos, devem investir US\$ 2,5 bilhões em propaganda. (*Isto É*, Rede do barulho)

Os referentes dos enunciados 30 e 31 são, respectivamente, “a compra da Sprint pela MCI” e “a compra da Time Warner pela AOL”. O fato de a primeira das transações envolver a cifra de 129 bilhões de dólares e a última, 184 bilhões de dólares ilustra a relatividade do modificador *maior*. Ilustra também que se trata de *maior* em termos de dinheiro. Mas o que justificaria referir-se ao primeiro como *o maior negócio de todos os tempos* e ao segundo como *o maior negócio da história do capitalismo*? A informação contida nesta não é a mesma que naquela. A primeira delas não ativaria os mesmos conceitos que a última. Estas diferenças dão relevância a informações diferentes apesar de ambas indicarem o referente. Com isso, proporcionam diferentes reações no leitor. Uma proposição do tipo “o capitalismo se caracteriza pelas grandes transações” não está implícita no enunciado 30, mas é bastante provável no 31. Delineia-se nos sentidos do modificador (e, por conseqüência, no uso da descrição que integra) em 31, tendência argumentativa mais acentuada do que em 30.

O uso de *o maior* em 28 e 29 não parece apresentar essas características. Nos dois casos, nomeia o referente e acrescenta a informação de que se trata do *mais grande*. O modificador apresenta o traço +*necessário*, ou seja, sem a sua presença fica comprometida a indicação do referente. O mesmo não acontece em 32 e 33. Desta vez, mesmo que o modificador fosse excluído, a descrição manteria seu potencial de referência, embora aumentasse o número de elementos componentes do conjunto representado, todavia prejudicando, assim, o potencial informativo. Da forma como o enunciado 32 se apresenta (*os maiores exportadores*) seria difícil formalizar num conjunto os referentes indicados: dependeria de uma enumeração extensa e imprecisa – quanto se precisaria exportar para figurar entre “os maiores”? O mesmo não aconteceria no caso do referente sem o modificador (*os exportadores*): o princípio classificatório seria a “exportação”. Pode ser dito que o potencial avaliativo (argumentativo) em 32 e 33 é maior que em 28 e 29. Quanto ao uso do modificador *grande*, pode-se desenvolver o mesmo raciocínio:

34. Em ano eleitoral, não quis comprar briga com *os grandes empresários* eventualmente preteridos. (*Isto É*, A gigante do aço)
35. Para ele, a guerra de preços ainda não afetará *os grandes provedores*, que buscam outras formas para ampliar sua base de usuários. (*Época*, Uma revolução)

36. Há razões menos polêmicas e subjetivas para o fracasso *dos grandes lojistas*. (Veja, Os sobreviventes)

Esse potencial (argumentativo) se apresenta com mais intensidade quando se trata de utilizar o modificador *o maior* ou *o grande* para referir-se a fatos não quantificáveis:

37. Os cotistas do Marka também apontam o BC como *o maior empecilho* à luta pela reparação dos danos. (*Isto É*, La dolce vita de Cacciola)
38. Quanto aos estudos sobre os hábitos de compra dos consumidores, uma *das grandes vantagens* é estimular o consumo por impulso, ou de produtos não essenciais. (*Isto É*, Admirável mundo novo)
39. *O grande problema* é que essa engenharia empresarial não depende apenas da vontade de Benjamim. (*Época*, Hora de reduzir riscos)

Prevalece o traço *arbitrariedade* sobre o de *necessidade*: embora informativo, o modificador não é necessário para restringir o referente. Mais do que restringir, aponta para a representação do texto a respeito do referente. Leiam-se os enunciados sem os modificadores nas descrições grifadas e se notará o quanto podem resultar do ponto de vista de quem escreve. Especialistas, leitores ou conhecedores do caso poderiam não situar o problema, a vantagem ou o empecilho entre *os maiores*. Acentua-se, portanto, o caráter argumentativo das descrições definidas que empregam estes modificadores no último contexto. A seqüência da abordagem e dos próprios enunciados envolvendo o traço “quantidade” ilustra o percurso do “mais informativo” ao “mais argumentativo”, nestas descrições. Os últimos enunciados aproximam-se daqueles que apresentam o traço *exclusividade*, abordados em seguida.

d) Traço exclusividade

Optou-se pela terminologia – *exclusividade* – porque os modificadores *único* e *principal* parecem representar um ponto de vista quase categórico de quem os utiliza: o autor seleciona um elemento dentre um conjunto potencialmente composto por mais de um. Vale o raciocínio desenvolvido no parágrafo anterior. O responsável pela informação parece assumir a responsabilidade pelo recorte estabelecido. Para restringir o referente, corre-se o risco de partir de critérios próprios e nem sempre precisados. Observe-se:

Principal:

40. Com as facilidades de acesso à informação abertas pela internet, pode-se dizer que o mundo está chegando àquele momento em que a agilidade (...) será *o principal fundamento dos negócios* e terá força para determinar qual companhia comprará outra no mercado. (Veja, O mouse que ruge)
41. Um estudo feito no ano passado pelo BNDEsS mostra que entre *as principais deficiências*

do comércio especializado em eletroeletrônicos estão lojas pouco atraentes, funcionários despreparados, falta de atendimento qualificado e estoques inadequados ao gosto do cliente. (Veja, Os sobreviventes)

42. Para os funcionários, a *principal diferença* é que todos vão receber ações da companhia, que poderão ser negociadas num prazo de três anos. (Isto É, Garagem turbinada)
43. A *principal vantagem* é que agora eles contam com injeção eletrônica no lugar do jurássico afogador. (Isto É, O mico que virou curinga)
44. As stock options têm sido o *principal trunfo da internet* na guerra de recrutamento porque podem trazer ganhos significativos. (Época, A revolução silenciosa)
45. Nunca os corredores dos *principais bancos do país*, em São Paulo e no Rio de Janeiro, estiveram tão movimentados. (Época, Caça ao Banespa)

Único:

46. A *única certeza*: quem não se mexer está frito. (Veja, O mouse que rugiu)
47. A *única saída comprovadamente segura* para o problema são as reformas. (Veja, O salário máximo)
48. Coincidentemente, trabalhou na *única intervenção* que o BC fez em uma de suas liquidações. (Isto É, Esse Banco Central...)
49. O fato é que até dezembro a situação será muito delicada para um governo que tem como um dos *únicos trunfos* a estabilidade. (Isto É, Dois pra cá, dois pra lá)
50. Julgou a criadora do Windows uma manipuladora do mercado, com o *único objetivo* de impedir a concorrência. (Época, Monopólio condenado)
51. Nessa guerra de gigantes, a venda de uma parte do Pão de Açúcar surgiu como praticamente a *única alternativa viável* para que o grupo tivesse fôlego suficiente para enfrentar o líder Carrefour. (Época, Voilà Pão de Açúcar)

A leitura de todos os enunciados acima - com a exclusão dos modificadores sob análise nas descrições grifadas - permitiria observar que, todos eles, apresentam o traço *necessidade* com sinal negativo. Significa que estão incluídos nas descrições definidas mais por opção informativa ou de ponto de vista do que para fins de delimitação do referente. Seria, no mínimo, comprometedor considerar que “a *única* saída comprovadamente segura para o problema (da Previdência) seriam as reformas” ou de que “a agilidade será o *principal* fundamento dos negócios”. Poderia ser pretensiosa uma análise que colocasse os fatos nesses termos categóricos. Não se questiona o potencial analítico da revista, mas a informação, da forma que se apresenta, revelaria exagerada tendência em ser a “dona da verdade”. São passagens que revelam a predominância do potencial argumentativo nas descrições definidas.

Todavia, não se pode menosprezar o caráter restritivo - fundamentalmente do modificador *principal* - nestas expressões. Restringindo o referente através do *uso normal* (Green, 1996) dos sentidos nele implicados (o central, o mais determinante) reduz-se o leque de elementos passíveis de figurar no conjunto representado. Além disso, o sistema lingüístico não oferece muitas outras possibilidades de indicar o referente, além de *principal* ser um

modificador acessível, de fácil compreensão para o leitor. Parece então que os indícios de argumentação não são característicos do sentido destes modificadores, mas vêm implicados na forma como são utilizados na configuração das descrições e enunciados em que aparecem.

A partir do que se disse sobre o uso dos modificadores relativos pode-se depreender que, nas configurações em que aparecem, revela-se também a dimensão simultaneamente informativa e argumentativa da referência que tais descrições definidas indicam. O perfil que se buscou traçar inicia por aquelas em que predomina (ou quase só se manifesta) o caráter informativo até chegar àquelas em que a dimensão argumentativa começa a se mostrar cada vez com mais força. Significa que, na informação, sobrepõem-se estas dimensões. Em outras palavras, a seqüência dos enunciados indica a ordem em que o traço *necessidade* do modificador para delimitar o referente vai perdendo espaço para a *arbitrariedade*, ou seja, para o pronunciamento de quem escreve.

A seqüência em que os enunciados se apresentam e as análises desenvolvidas sobre as descrições definidas que incluem essa categoria de modificadores chamam a atenção para essas expressões como espaço favorável à manifestação do conflito entre referir e informar, controlando a interferência das representações pessoais. Sob o ponto de vista da produção, pode servir de alerta para avaliar o quanto se quer (ou não) persuadir o interlocutor ou, nos termos da *teoria da relevância*, que *efeitos contextuais* se quer produzir. Em contrapartida, o leitor pode manter-se atento sobre as razões de este ou aquele modificador aparecer com tanta freqüência e por que merece tanta relevância. Além disso, pretendeu-se defender a idéia de que as configurações lingüísticas que incluem modificador relativo, por mais eficazes e necessárias que possam parecer para indicar os referentes e tornar a leitura acessível, sempre apresentam algum grau de interferência sobre quem as interpreta. Finalmente, de que isolar a informação e torná-la relevante é tarefa difícil porque, ao atender a essa exigência, o texto corre o risco de pronunciar-se sobre os fatos referidos, provocando níveis de interpretação nem sempre controláveis.

7.2.4. Descrições modificadas qualificativas

A presente seção aborda descrições definidas em que prevalece a dimensão argumentativa. Mesmo que não sejam numericamente significativas (menos de 5%) destacam-se pelo que representam em termos de posicionamento a respeito do referente. Pela raridade em que aparecem (em média quatro ocorrências por texto) parecem chamar a atenção do leitor. É como se, entre os onze jogadores de um time de futebol, um deles usasse uniforme

diferente. Ao ser humano, a diferença parece atrair maior atenção que a constância. Na reportagem, que se caracteriza pela apresentação e análise da informação, salientam-se porque “destoam” da característica geral desse gênero de texto. Podem ser considerados “deslizes” não percebidos pelo *copy desk* ou configurações que pretendem realçar a expressividade do texto para conquistar ou manter a atenção do leitor. Sob o ponto de vista interpretativo, entretanto, tanto numa quanto noutra hipótese, interessa a interferência que provocam na leitura. Representam avaliação ou representação da reportagem sobre o *objeto* considerado.

Não seria possível relacionar todos os enunciados que envolvem descrições dessa natureza. Optou-se, todavia, por apresentar grande número deles para ilustrar as diversas ocorrências que se apresentam e permitir diferentes e diversificadas oportunidades de análise e comentário, embora nem todas as descrições sejam abordadas. As análises pretendem indicar que, nessa categoria de descrições definidas, o traço *necessidade* tem seu potencial inibido pela saliência da *arbitrariedade*: o modificador inserido na expressão pouco representa como restrição ao referente; apesar da informação que transmite, indica, antes, a perspectiva do texto em relação a ele. Por considerar que há alguma diferença entre os modificadores qualificativos que aparecem antes ou depois do nome na configuração da descrição definida, a seção aparece dividida em duas partes. Na primeira delas, consideram-se enunciados em que o modificador se insere à direita do nome. As análises pretendem justificar por que não pode ser considerado restritivo e o que representa como indicador da perspectiva de leitura, ou seja, como influencia o leitor. A segunda parte aborda aquelas descrições em que o modificador (tradicionalmente considerado atributivo) aparece à esquerda do nome, intensificado ou não pela partícula “mais”.

7.2.4.1: Modificador à direita do nome

Além dos traços *+arbitrariedade* e *-necessidade*, a análise das descrições definidas com modificador à direita do nome apóia-se nos princípios de modificadores realizantes e derrealizantes (Ducrot, 1995). Os sinais positivo e negativo, mais do que apontar a presença ou ausência do respectivo traço, pretendem indicar sua predominância: nas descrições abaixo, o modificador foi incluído (+) por arbitrariedade da reportagem e (-) por necessidade de restringir o referente. Os princípios teóricos de Ducrot nem sempre se aplicam, mesmo porque sua teoria não pretende (ou não consegue ainda) explicar todas as situações. Seguem-se 50 enunciados que indicam a predominância da dimensão argumentativa nas descrições grifadas:

1. *A decepção verdadeira* foi a própria conferência. (Veja, Cai a máscara dos ricos)
2. Para o mercado, *o relacionamento estreito* entre Mansur e o Bradesco era interpretado como uma carta de fiança. (Veja, Divórcio litigioso)
3. Diante do *quadro negro que vê pela frente*, o comerciante português Manuel Briote, 42 anos, resolveu fazer o caminho de volta. (Veja, A nossa crise em Miami)
4. Para um bom número deles, essas ações estão sendo infladas pelo *otimismo injustificável dos compradores*. (Veja, A semana em que Bill Gates perdeu)
5. Elas acham que a globalização tem falhado flagrantemente em integrar *a porção menos favorecida do planeta* no processo de enriquecimento mundial. (Veja, Uma fatia do bolo)
6. Por tudo isso e pelos *métodos pouco ortodoxos de gestão*, a GP estimula sentimentos diversos. (Isto É, GP mergulha na rede)
7. Outro relatório (...) prevê que a combinação de mau desempenho financeiro com pesados gastos em publicidade e *a competição acirrada* devem levar à falência boa parte dos negócios de internet em 2001. (Veja, Acabou a mamata na internet).
8. O motivo da *popularidade repentina* dessas maquininhas é puramente econômico. (Veja, Vitória da democracia sem fio)
9. Ao elevar as taxas, o Fed procura reduzir o ritmo de crescimento da economia e *a euforia perigosa* na bolsa. (Época, Sinal de alerta)
10. Ao mesmo tempo, vive *a situação paradoxal* de ter as chances de crescimento condicionadas pela imutabilidade da política de juro. (Época, Choque de normalidade)
11. Foi surpreendido pela *reação sangüinea de Calabi* que se antecipou ao anúncio em público e deu plena vazão a sua decepção. (Época, Jogo duro nos bastidores)
12. Seja qual for o resultado, o anúncio deixou claro ao mundo *o apetite voraz* das empresas americanas do setor. (Época, Ruído na competição)
13. *O efeito multiplicador* do programa de gastos do banco sempre tem dupla face. (Época, Jogo duro nos bastidores)
14. O movimento das instituições financeiras é *o primeiro sinal visível* de uma política que o Banco Central vem tentando colocar em prática para que os juros cobrados dos consumidores caiam, abrindo espaço para uma retomada do consumo e da atividade econômica. (Época, Pelo menos se move)
15. Embora restrita aos clientes, limitada de início ao Estado de São Paulo e condicionada a um sistema de créditos, a novidade chegou com *a força de um furacão*. (Época, Uma revolução)
16. Desde já, desagradou ao ministro-chefe da Casa Civil, (...), que vem tentando convencer o presidente a vetar as alterações na MP e tomar *a decisão imusitada* de enfrentar o senador baiano. (Isto É, Festa do esqueleto)
17. Ali, desde 1997, trabalham os liquidantes do Banco Bamerindus, que tentam fechar o que restou da *instituição agonizante* vendida ao inglês HSBC. (Isto É, Esse Banco Central...)
18. Atualmente, *o banco podre chamado Bamerindus*, é um dos maiores da América Latina – considerando-se apenas os ativos. (Isto É, Esse Banco Central)
19. *O caminho natural* é vender uma das grandes participações para zerar o passivo. (Isto É, A gigante do aço)
20. Na lógica particular que movimenta a rede, ganha-se muito dinheiro quando a empresa abre seu capital (...) e os funcionários assistem à *multiplicação exponencial* do valor da companhia. (Isto É, Ainda tem lugar na rede)
21. O estudo do Banco Central sobre os juros revelou, com detalhes, quanto custa cada ingrediente embutido nas taxas oferecidas pelos bancos quando um cliente decide tomar emprestado *o dinheiro mais caro do planeta*. (Isto É, A Retórica dos juros)
22. *A estimativa mais otimista*, de R\$ 2, 35 bilhões, é do MPOG. (Época, Imposto à vista)

23. É outro relevante condicionador *das perspectivas otimistas* para o crescimento sustentado e duradouro da economia brasileira no médio prazo. (*Época*, Choque de normalidade)
24. *A performance animadora do Brasil* respingou de maneira positiva no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. (*Isto É*, Será que agora vai?)
25. *As previsões catastróficas feitas no início do ano*, de uma profunda recessão, esfumaçaram-se e já há quem estime que, se a economia não crescer, também não encolherá. (*Época*, Era de incertezas)
26. Mas *o cenário catastrófico* está longe de materializar-se. (*Época*, A maior crise do país)
27. Em abril, veio *o resultado prático*: um comunicado a todas as filiais aboliu ternos e gravatas, exceto em encontros com clientes. (*Época*, A revolução silenciosa)
28. Era a condição imposta pelo governo brasileiro para que o presidente Fernando Henrique Cardoso abrisse as portas do Palácio da Alvorada, na noite da quinta-feira, para *o jantar de reconciliação* proposto pelo governo argentino. (*Época*, Do tango ao bolero)
29. Mas se impedir que a tensão entre os países descambe para *o confronto aberto*, já terão cumprido sua função. (*Época*, Do tango ao bolero)
30. Optou pelo *tom comedido*. (*Época*, A pressão das ruas)
31. Infelizmente *o modelo vitorioso* esgotou-se nos anos 80 e não pode mais ser repetido. (*Veja*, As raízes da nova pobreza são antigas)
32. *A única saída comprovadamente segura* para o problema são as reformas. (*Veja*, O salário máximo)
33. Entre as suas preocupações está *a corrupção generalizada* na Prefeitura de São Paulo. (*Isto É*, Em busca de um caminho)
34. Nas últimas semanas, *os olhos curiosos dos turistas* (e *os olhos apreensivos dos investidores*) não desgrudavam do painel da bolsa eletrônica. (*Veja*, Susto na Disney das ações)
35. O processo tem desgastado *a imagem pública da Microsoft* e subtraído de Gates a mercadoria que ele considera mais preciosa – o tempo. (*Época*, Monopólio condenado)
36. *A diferença fundamental* é que nos Estados Unidos o desemprego anda baixíssimo, próximo de 4%, o menor nível em décadas. (*Isto É*, Eurodilema)
37. Consenso entre os especialistas só há em um ponto: o desemprego na Europa é *o problema central* a ser enfrentado. (*Isto É*, Eurodilema)
38. Mas *o efeito principal e imediato* é na área sindical. (*Época*, Esquerda com R\$ 32 bilhões)
39. *A aliança estratégica* fechada no mês passado com o consórcio europeu dos grupos Dassault Aviation, (...) dará à empresa mais músculos para atingir seus objetivos. (*Época*, Yes, nós temos tecnologia)
40. Até lá, *as expectativas mais pessimistas* se moviam basicamente a partir do esperado aumento da taxa de juro nos Estados Unidos e dos desequilíbrios da Argentina. (*Época*, Era de incertezas)
41. *Os analistas mais pessimistas* não esperavam mais que 0,4%. (*Veja*, Susto na Disney das ações)
42. Um *dos casos mais gritantes no atraso de encomendas* é o da jornalista Katia Barcellos. (*Isto É*, Papai Noel atrasou)
43. *O exemplo mais emblemático do momento* é o do Corinthians. (*Isto É*, Futebol S. A.)
44. *Os “eurocéticos” mais radicais* dão como certo esse movimento de, num primeiro momento, haver uma paralisia no processo de integração, a qual, mais tarde, levaria alguns membros a preferirem deixar o bloco. (*Isto É*, Eurodilema)
45. Comenta-se que daqui a uma década Abílio Diniz completará 72 anos e não deverá mais ser o capitão de um *dos negócios mais bem-sucedidos montados no Brasil*. (*Veja*, Esse supermercado vale ouro)

46. No caso da falsa crise com o Brasil, esse jeitinho está ajudando a empanar *as razões mais palpáveis* das agruras econômicas do país – a falta de competitividade de seus produtos no mercado mundial. (Veja, E eles culpam o Brasil)
47. Na *forma mais brutal de controle*, o país declarou a moratória do pagamento de sua dívida externa. (Veja, Arminio é contra)
48. Um dos *paradoxos mais dolorosos das estatísticas econômicas* é que quando elas apontam para baixo as pessoas já estão sentindo seus efeitos exasperadores há muito tempo. (Veja, Pressa no começo)
49. E nesses dois grupos estão *os empregadores mais generosos do planeta*. (Veja, Poucos com muito)
50. A CSN, (...), arrematou a Companhia Vale do Rio Doce no *leilão de privatização mais espetacular do país...* (Veja, Está na hora de fazer dinheiro)

Nas descrições grifadas, o modificador poderia ser excluído sem prejudicar o potencial de referência. No caso de (24), por exemplo, o conteúdo abordado ao longo do texto permite identificar qual é o referente de *a performance*. Os dados apresentados pela reportagem permitiriam ao leitor concluir, por conta própria, que denunciam desempenho positivo (ou nem tanto) da economia brasileira. O autor parece preocupado em antecipar, orientar ou assegurar a interpretação do interlocutor sob a ótica positiva. Por isso, provavelmente, apresenta explicitamente o modificador. Trata-se de modificador realizante (Ducrot, 1995) porque dá orientação favorável a um dos possíveis sentidos inclusos no nome. Na descrição prevalece o caráter argumentativo porque o autor a utiliza para sintetizar os dados que apresentou ao longo do texto, selecionados para justificar a tese da *performance animadora* que o verbo “respingar”, em seu uso mais comum, não comporta: poucas vezes, no uso habitual ou metafórico, algum “respingo” será alvissareiro. Além disso, deixa implícita a representação do autor sobre o desempenho da economia brasileira. Os enunciados que incluem as descrições *a estimativa mais otimista, as perspectivas otimistas, as expectativas mais pessimistas, as previsões catastróficas feitas no início do ano*, embora às vezes com orientação negativa (derrealizante) poderiam ser incluídos no raciocínio de que os dados fornecidos pelo texto seriam suficientes para concluir sobre *otimismo* ou *pessimismo*.

As descrições que se apresentam em (5) e (6) têm em comum o caráter eufemístico. A reportagem parece preocupada em atenuar o significado mais “forte” que seria veiculado por *a porção mais prejudicada* ou *a multidão de pobres*, por exemplo. Ou poderia, como no caso do parágrafo anterior, contar com o auxílio do contexto e não atribuir qualquer qualificativo à “porção”, deixando essa tarefa por conta dos dados e do leitor. Da forma como a descrição se apresenta – pelos conceitos que traz à *presença* (Perelman, 1999) – trai uma possível intenção de amenizar o efeito que *o uso normal* produziria. Ressalte-se, entretanto, que o potencial de

argumentação também se vincula ao sujeito “elas” (as categorias que protestavam) para o qual “pobres” são “a porção menos favorecida do planeta” – eufemismo típico dos burocratas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Há uma espécie de ironia ou citação nesse enquadramento. Não teria sentido a revista negar algo óbvio – a ampliação das áreas de pobreza.

Quanto a (6), pode-se dizer que a reportagem pretende enfatizar a diferença (ou as vantagens) dos métodos de gestão empregados pelas empresas da nova economia, assunto tratado pelo texto. Através do modificador (eufemizado), produz o efeito de atribuir certa desqualificação aos diversos sentidos implicados em “ortodoxos”. Com isso, ativa (ou reforça) no interlocutor a tese de que “empresas modernas” (da área tecnológica) conseguem sucesso porque empregam métodos de gestão que se afastam dos modelos tradicionais.

Entre (40) e (50) apresentam-se aquelas descrições em que o modificador é intensificado pela partícula “mais”. Nestes casos, a representação aparece duplamente caracterizada. Além do modificador não ser necessário, ele ainda aparece “avaliado” (ou mensurado). O que teria sido considerado para considerar este caso (e não outro) o mais emblemático por algum critério não objetivo: num texto abordando as parcerias no futebol brasileiro, bastaria citar que o Corinthians é um exemplo; se é o exemplo *mais (ou menos) emblemático* ficaria por conta dos dados ou da opinião do leitor. Na mesma ordem de raciocínio, os dados do texto e, mesmo, o conhecimento do leitor poderiam ser suficientes para situar “os negócios de Abílio Diniz” entre *os mais bem sucedidos montados no Brasil*, ou para considerar que “a falta de competitividade” está entre *as razões mais palpáveis* que dificultam a economia da Argentina. Seria o repórter suficientemente informado para fazer tal afirmação (categórica) ou estaria apenas repetindo certo discurso globalizante?

Pode-se adiantar que as descrições com essa configuração são aquelas em que o caráter argumentativo prevalece no grau mais elevado. Não seria necessário comentar os demais enunciados; inscrevem-se na mesma ótica. O texto passa ao leitor determinada representação do *objeto* referido pela descrição definida e, ao mesmo tempo, através do modificador (intensificado ou não), pretende assegurar-se de que a interpretação não fuja da idéia proposta. O epíteto “resulta da seleção visível de uma qualidade que se enfatiza e que deve completar nosso conhecimento do objeto. Esse epíteto é usado sem justificação, porque se presume que enuncia fatos incontestáveis; apenas a escolha desses fatos parecerá tendenciosa”. (Perelman, 1999, p.143).

Não parece, entretanto, que a argumentação seja a única finalidade dessas descrições definidas. A informação que se apresenta com ou sem a presença do modificador poderia ser a mesma, já que o texto ou o contexto permitiriam recuperá-la. Mas dependeria muito das inferências que o leitor fosse capaz de realizar. Além disso, nem sempre a descrição condensa os dados ou o ângulo de abordagem privilegiado no texto: a informação contida numa expressão como *a multiplicação exponencial* apresentaria possibilidades interpretativas que, sem a presença do modificador, não seriam as mesmas. Não se pode dizer, portanto, que descrições definidas com essa configuração sejam apenas resultado das intenções do texto em “manipular” a compreensão do leitor. Elas não deixam de cumprir o seu papel de indicar um referente e apresentar informações sobre ele. Apenas se pode dizer que são configurações favoráveis ao predomínio do aspecto argumentativo sobre os demais.

7.2.4.2. Modificador à esquerda do nome

A apresentação de 100 enunciados⁵ que incluem descrições modificadas qualificativas pretende ilustrar a diversidade de modificadores que as reportagens utilizam, mesmo que nem todas as descrições sejam analisadas. As análises recaem sobre alguns blocos de descrições com características próximas, inseridas em diferentes enunciados. Mais do que a diferença, pretende-se realçar o que apresentam em comum: o traço *+arbitrariedade* para representar o referente sob a ótica do texto e, em consequência, em que e como isto influencia na leitura da reportagem. Tanto nesta quanto na seção anterior não foram transcritos todos os enunciados em que aparecem as descrições consideradas qualificativas: tal tarefa, contudo, seria possível uma vez que foram assinaladas durante a análise das 150 reportagens.

1. ...escreveu *o respeitado economista americano Paul Krugman* em sua coluna no New York Times. (*Veja*, A semana em que Bill Gates perdeu)
2. Mas, ao vender seu banco, *o habitualmente discreto Bozano* acendeu a polêmica sobre a crescente desnacionalização do sistema bancário brasileiro. (*Época*, Júlio comprou, viu...)
3. Enquanto o grupo *do maratonista Abilio Diniz* media forças dentro do Brasil com o Carrefour, que lhe roubou a liderança do setor em 1990, as redes francesas saíram à caça de oportunidades nas Américas e em países emergentes. (*Época*, “Voilà” Pão de Açúcar)
4. Apaixonou-se e deixou Iza, mãe de Patrícia, sua única filha, casada com o corretor Alfredo Grunser, antigo sócio *do controvertido especulador Naji Nahas*. (*Época*, Júlio comprou, viu e vendeu)
5. O que é capaz de levar *o arredio Carlos Alberto Sicupira*, (...) a encarar um evento num lugar badalado de São Paulo? (*Isto É*, GP mergulha na rede)

⁵ Quando se trata de descrições *definidas*, o número de descrições qualificativas com modificador à esquerda é maior. Nas situações *indefinidas*, as descrições qualificativas com modificador à direita comparecem em maior número – 3X2, aproximadamente. Uma análise mais aprofundada poderia justificar por que isso acontece.

6. Primo distante *do combalido astro de futebol Diego Maradona*, ele trabalhou por 15 anos na Philips argentina. (*Época*, Aliança em risco).
7. Tudo que *o falastrão Daley* conseguiu foi reacender os ânimos nacionalistas que começavam a sossegar. (*Veja*, Uma fatia do bolo)
8. *O bravateiro Menem* tem medo de cara feia. (*Veja*, O Fanfarrão arrependido)
9. Num caminho alternativo, o filho de Olacyr de Moraes, dono do Grupo Itamarati, fez *o experiente empresário* se derramar. (*Isto É*, Herdeiro playboy já era)
10. Mas até *os mais preparados executivos* e estudiosos do mercado automobilístico sabem que as previsões podem dar errado na América Latina. (*Veja*, Só para os maiores)
11. Volkswagen, Fiat, General Motors e Ford tiveram ainda de repartir mercado com *as recém-chegadas Mercedes, Renault, Honda e Toyota*. (*Época*, A Estrela sem brilho)
12. Na maior fusão do capitalismo, *a jovem AOL* compra a Time Warner e muda a economia para sempre. (*Veja*, O mouse que ruge)
13. Por muito tempo, tudo o que soaria absurdo na nova economia era virtude *para a velha Volks*. (*Veja*, A velha fábrica vira pó)
14. Pela escala biológica da selva do capitalismo, o comprador deveria ter sido *a quase centenária Time Warner*,...(*Veja*, O mouse que ruge)
15. Com esse canhão em caixa, voltaram os rumores de que a Ford estaria prestes a comprar *a centenária Fiat*. (*Isto É*, Em dois mundos)
16. Em Londres, *o quase bicentenário Schroders* foi vendido ao Salomon Smith Barney, do citigroup americano, por 2,2 bilhões de dólares. (*Veja*, Quem tem medo dos estrangeiros?)
17. Uma empresa de telefonia que atende *pelo estranhíssimo nome de Vodafone*, dinamo da economia britânica, ofereceu 150 bilhões de dólares pelas ações que lhe garantiriam o controle *da vetusta alemã Mannesmann* (*Veja*: O mouse que ruge)
18. Mas, nesta megafusão, o comprador não foi *a veneranda e gigante Time Warner*. (*Veja*, O mouse que ruge)
19. As peças fabricadas *na monumental unidade do ABC* andavam e ainda andam cerca de 10 quilômetros até a instalação no carro. (*Veja*, A velha fábrica vira pó)
20. Botelho, tetraneto de índios bororo que trabalha com um velho tacape na parede, transformou *a alquebrada Embraer* em uma indústria competitiva com uma carteira de encomendas estimada em US\$ 6 bilhões até 2005. (*Época*, Júlio comprou, viu e vendeu)
21. Até porque os cofres *do liquidado Crefisul* estão recheados de ações *do falido Mappin*, além de créditos contra empresas *do semiquebrado Mansur*. (*Veja*, Divórcio litigioso)
22. O que logo chama a atenção na carta, além do tom enervado, é a promiscuidade descrita sobre a relação entre os liquidantes *do definhado Bamerindus* e os executivos do gigante internacional HSBC. (*Isto É*, Esse Banco Central...)
23. Arrematou a CSN, uma das primeiras grandes estatais privatizadas no país, em sociedade com o Bradesco e *o falecido Bamerindus*. (*Veja*, Está na hora de fazer dinheiro)
24. *O pobre Vietnã*, orgulhoso ainda de sua vitória sobre o imperialismo ianque em 1973, tem 52% de sua economia internacionalizada.. (*Veja*, Chuva de dólares)
25. O medo da invasão de produtos brasileiros em outra áreas uniu *as antes irreconciliáveis Confederação Geral do Trabalho (CGT) e União Industrial Argentina (UIA)*. (*Época*, Do tango ao bolero)
26. ...na opinião de Hugo Moyano, sindicalista favorito na disputa pela presidência *da influente Central Geral de Trabalhadores (CGT)*. (*Época*, Aliança em risco)
27. ... a montadora aposta *na polêmica fábrica da Bahia*, (...), que depende da aprovação dos incentivos fiscais da ordem de US\$ 700 milhões anuais... (*Isto É*, Em dois mundos)
28. Depois *da polêmica relação entre Persio Arida e o banqueiro Fernão Bracher*, seus sucessores (...) não dispensaram uma longa reclusão ... (*Isto É*, Quarentena da alegria)

29. ...as expectativas mais pessimistas se moviam a partir do *esperado aumento das taxas de juros* nos Estados Unidos e dos desequilíbrios na Argentina. (*Época*, Era de incertezas)
30. O Brasil pagou um preço alto ao liberar o câmbio, principalmente com o *forte aumento da dívida vinculada ao dólar*, mas não foi o fim do mundo. (*Época*, Retomada bem-vinda)
31. A preocupação brasileira é com o *frágil equilíbrio das contas externas*, no qual o petróleo joga papel decisivo. (*Época*, União de gigantes)
32. Quase um ano e meio depois da *atabalhoada desvalorização cambial*, que resultou em perdas bilionárias para o País, um fantasma ainda ronda a cabeça do ministro e presidenciável Pedro Malan. (*Isto É*, O enigma Malan)
33. O apoio público foi uma tentativa de levantar o moral da agência, severamente castigado desde a *caótica entrada em operação* do novo sistema de telefonia, no início de julho. (*Isto É*, Os xerifes trapalhões)
34. A queda na venda de eletrônicos em Miami é muito semelhante à ocorrida em Ciudad del Este, Paraguai, desde o *fatídico mês de janeiro*, quando o câmbio mudou. (*Veja*, A nossa crise em Miami)
35. Segundo ele, em 1929, ano da *fatídica quebra da Bolsa americana* que colocou os EUA na pior crise financeira de sua história, a economia americana também estava lastreada com o que era chamado na época de “nova economia”. (*Isto É*, Mais um susto)
36. Pode ser inferior ao potencial da economia brasileira (...), mas já seria um alento diante do *mediocre desempenho dos últimos 20 anos*. (*Época*, Retomada bem-vinda)
37. Para alguns analistas, trata-se apenas de mais uma “bolha” entre as tantas que fizeram a *amarga história das euforias financeiras no passado*. (*Veja*, O mouse que ruge)
38. Resta o *famigerado risco Brasil*. (*Veja*, Uma carga mais leve)
39. A *péssima distribuição de renda* se reflete nos *baixos índices* de computadores e telefones por habitante. (*Época*, Marcha acelerada)
40. Ali, entre críticas às *altíssimas taxas cobradas das pessoas físicas*, especialmente no cheque especial, FHC tentou melhorar sua imagem popular. (*Isto É*, A retórica dos juros)
41. Testemunhas juram ser verdadeira a reação do presidente da empresa *aos espantosos resultados financeiros da GM* que lhe foram apresentados numa das reuniões feitas para tratar do negócio. (*Veja*, O mouse que ruge)
42. Mas todo esse esforço ainda não foi bastante para reduzir a *tremenda desigualdade* existente no país. (*Veja*, O desafio do 3º milênio)
43. Apesar do *tremendo sucesso nas encomendas de clientes*, (...), o Natal glorioso do comércio eletrônico brasileiro teve um enorme lado negativo. (*Isto É*, Papai Noel atrasou)
44. Apesar da necessidade de perfurar outros poços para confirmar a *real dimensão do novo campo*, o Presidente da Petrobrás está otimista em relação à Bacia de Santos... (*Época*, O furo que deu certo)
45. Mendonça de Barros diz que pediu o parecer para ter em mãos um documento que mostrava a *real situação da Embratel estatal*, referendando as informações que estavam sendo transmitidas pelo governo,... (*Veja*, Debaixo do tapete)
46. O governo, por sua vez, (...) não se sentiria mais pressionado a atacar as *reais causas da desvantagem competitiva* das empresas brasileiras. (*Veja*, Chuva de dólares)
47. Segundo o jornal econômico El Cronista (...) o *verdadeiro responsável* pela aplicação das medidas da Aladi é o setor siderúrgico... (*Época*, Do tango ao bolero)
48. São essas reservas que garantem à Venezuela voz ativa no *restrito cartel da Opep*, composto de apenas 11 países produtores de petróleo. (*Época*, União de gigantes)
49. A *limitada infra-estrutura telefônica* e a *ainda restrita difusão dos computadores* nas metrópoles latinas estão transformando a cidade de Miami, (...) no motor dos negócios da região. (*Época*, Marcha acelerada)

50. ... desligou-se das inquietações provocadas por seus credores para celebrar o ingresso do filho no *seleto clube dos milionários*. (*Época*, Milionário aos 33 anos)
51. No Congresso, (...), o *repentino desprendimento federal* é encarado com desconfiança. (*Isto É*, A retórica dos juro)
52. Entre surpresos e animados, eles constatam que a *tão decantada ruína econômica* que poderia ter vindo depois da maxidesvalorização do real em janeiro passado acabou não acontecendo. (*Isto É*, Será que agora vai?)
53. Existe ainda a possibilidade de haver mais óleo (...) o que traz novamente para o universo das coisas reais a *tão propalada autosuficiência* em 2005. (*Veja*, Mais óleo na bacia)
54. Nem mesmo a *decantada qualidade da educação* resistiu a decadência dos últimos anos. (*Veja*, E eles culpam o Brasil)
55. A pergunta é: será que o entusiasmo é duradouro ou estamos vivendo mais uma *das incontáveis euforias de poucas semanas*? (*Isto É*, Será que agora vai?)
56. A nova empresa, que está sendo chamada de Tambrasil, tornará a concorrência mais acirrada e diminuirá *as já minguadas margens de lucro*. (*Veja*, Nas asas da fusão)
57. Isso tornaria o crédito mais caro, (...), desestimularia os investimentos das empresas, esfriando o *já pouco vigoroso processo de recuperação*. (*Veja*, Devagar, mas vai)
58. Existem várias formas de preparo de um bom café, entre elas a *imutável maneira árabe*, com tripla fervura. (*Época*, Um suave aroma de lucro)
59. A Marginal Pinheiros, (...), está sendo apelidada de Marginal.com em virtude da *interminável fila de outdoors* de empresas de internet que ladeiam as pistas de rodagem. (*Veja*, Acabou a mamata na internet)
60. A notícia se espalhou com rapidez e junto com ela a *inevitável interpretação política do episódio*. (*Época*, Jogo duro nos bastidores)
61. A *inevitável pergunta que fica no ar* é: com a saída de Nizan, o que vai acontecer com a DM9DDB? (*Isto É*, Publicitário na Web)
62. O que já não se discute é a *inexorável popularização da rede mundial de computadores* entre os brasileiros. (*Época*, Concorrência digital)
63. O país começa a colheita de 28 milhões de sacas e avança na disputa com a Colômbia *pelo cobiçado mercado mundial de cafés especiais*. (*Época*, Um suave aroma de lucro)
64. Além de quebrar o *arriscado ciclo da monocultura de soja*, o “ouro branco” gerou 48000 empregos... (*Veja*, O ex-patinho feio)
65. Vendeu empresas na Argentina para disputar o *rentável filão das concessões de estradas e saneamento* no Sudeste. (*Época*, Aliança em risco)
66. Pode ser apenas uma lenda, mas por trás dessa frase esconde-se a *larga diferença de conceitos e de valores* que separa a *velha economia* do arranjo de negócios que surgiu com a explosão da internet. (*Veja*, O mouse que ruge)
67. O resultado deverá ser um aumento na produção, mas sem o *proporcional crescimento* do número de empregados. (*Época*, Aliança em risco)
68. Para anunciar seus produtos, elas trocaram o ciberespaço *pela boa e velha mídia convencional* dos outdoors, revistas, jornais e tevês. (*Isto É*, Rede do barulho)
69. A expectativa é de que com mais competidores os preços caiam, fazendo valer a *boa e velha lei da oferta e da procura*. (*Isto É*, A revolução da Banda C)
70. Ou seja, empregos na Internet são para praticantes de esportes radicais, enquanto o *tradicional mundo corporativo* está mais para uma partida de tênis. (*Isto É*, Ainda tem lugar na rede)
71. *Os tradicionais latifúndios improdutivos* (...) deram lugar a fazendas profissionalizadas e lavouras mecanizadas tocadas pela vontade de vencer dos novos migrantes. (*Veja*, O ex-patinho feio)

72. Não convocou nem *a tradicional coletiva de imprensa* para analisar os resultados do Grupo Pão de Açúcar. (*Época*, Voilà Pão de Açúcar)
73. Deve-se à persistência do presidente venezuelano, Hugo Chávez, *o rápido avanço* desse projeto para a associação integral da PDVSA com a Petrobrás. (*Época*, (União de gigantes)
74. Mas os técnicos de Brasília se dispõem a elaborar um plano que permita *a rápida reestruturação do setor* (Veja, Nas asas da fusão).
75. ..., Marcos entendeu que seu patrimônio se valorizara 56 vezes *no curto espaço de 48 meses*. (*Época*, Milionário aos 33 anos)
76. Ao substituir na liderança das exportações *o simples minério de ferro* por sofisticados jatos, a Embraer ajuda a deixar no passado a imagem de um Brasil exportador apenas de café e artistas. (*Época*, Yes, nós temos tecnologia)
77. Entre um comentário e outro sobre *o eterno bafo quente*, as conversas recaem sempre sobre a agricultura. (Veja, O ex-patinho feio)
78. Chegaram à *obvia conclusão* de que era preciso ocupar esses novos espaços. (Veja, Na guerra global)
79. A Souza Barros, uma das corretoras brasileiras na disputa *pelelo ralo dinheiro de investidores on-line em ações*, abriu uma loja *no novíssimo Shopping Center Vila Lobos*, na Zona Oeste da capital paulista. (Veja, Acabou a mamata na internet)
80. O Secretário do Tesouro dos EUA, Larry Summers, por exemplo, dissimulou *a habitual inflexibilidade*. (*Época*, A pressão das ruas)
81. Decide-se, também, o rumo da indústria da Internet, com *a eventual abertura* dos códigos-chave de programas vendidos a R\$400.... (*Época*, Monopólio condenado)
82. No caso da Microsoft, há quem duvide da capacidade da *eventual divisão da empresa* para impulsionar a competição nessa indústria, ... (*Época*, Monopólio condenado)
83. Na segunda-feira 21, já estava em andamento a operação para troca de comando do banco, objetivo final *da cuidadosa manobra* iniciada um mês atrás pelos ministros da Fazenda e do Planejamento,... (*Época*, Jogo duro nos bastidores)
84. Até lá, *o nervoso balé da Wall Street* continuará. (*Época*, Sinal de alerta)
85. Quando o avião de Menem chegou à Base Aérea de Brasília, a dança entre os dois principais parceiros do Mercosul passou a ser embalada por um relaxado bolero, não *o nervoso tango* das últimas semanas. (*Época*, Do tango ao bolero)
86. No fim *da movimentada quinta-feira, 22*, havia o compromisso tácito de que a fábrica não sairia do Estado paulista. (*Época*, Efeito Ford)
87. Quem passou pelo 15º andar *da movimentada torre Brasilinvest*, na Zona Sul de São Paulo, (...) pôde ver uma sala de portas abertas com um enorme bolo de chocolate sobre a mesa. (*Época*, Milionário aos 33 anos)
88. Há uma nova palavra em evidência *no efervescente dialeto da Internet*. (*Isto É*, Chocadeira virtual)
89. *No concorrido segmento da Internet*, a notícia foi a chegada do Exxel Group... (*Isto É*, Será que agora vai?)
90. *No bilionário universo da Web*, até mesmo concorrentes do Zip.Net reconhecem o sucesso da negociação. (*Isto É*, Garagem turbinada)
91. A fusão da AOL com a Time Warner é desconcertante porque marca o triunfo da internet, logo nos primeiros anos do século XXI, como *o mais vigoroso motor da economia mundial*. (Veja, O mouse que ruge)
92. A Ford Motors, cujo fundador HenryFord foi o criador do moderno capitalismo nos anos 20, vem procurando se associar *à mais emblemática empresa da internet*, a Yahoo! (Veja, O mouse que ruge)
93. Jereissati Filho é *a mais perfeita tradução* dessa nova leva. (*Isto É*, Herdeiro playboy já...)

94. Uma *das mais importantes metas* da operação é obter em cinco anos economia de até US\$ 2 bilhões (Época, Aliança global)
95. *A mais perfeita tradução disso* é o vitorioso time inglês Manchester United. (Isto É, Futebol S. A.)
96. E mesmo assim, (...), suas lojas sobreviveram à crise que abateu algumas *das mais poderosas redes varejistas do país*. (Veja, Os sobreviventes)
97. Na terça-feira 16, uma equipe de cinco *dos mais rigorosos fiscais da autarquia* embarcou em Brasília com destino a Curitiba. (Isto É, Esse Banco Central...)
98. Dali, rapidamente, ele saltou para *o ainda mais estratégico comando do BNDES*. (Época, Jogo duro nos bastidores)
99. Do STF ao BC, recentes decisões favoráveis ao ex-dono do Banco Marka ameaçam transformar em pizza *o mais rumoroso escândalo financeiro do ano*. (Isto É, La dolce vita de Cacciola)
100. Terminou assim, com o dito pelo não dito, *a mais recente e mais aguda escaramuça* entre argentinos e brasileiros no aquário do Mercosul, ... (Veja, O fanfarrão arrependido)

Os primeiros dez enunciados apresentam descrições definidas cujo referente é uma pessoa. Caracterizam-se, pelo menos de 1 a 8, pela presença de um modificador interposto entre o determinante e o nome da pessoa. Comparadas com as descrições abordadas na seção sobre as descrições indicativas de cargo, profissão ou origem, observa-se que não tencionam situar o referente em relação àqueles dados. Do contrário, não precisaria ter sido acrescentado em (1), que se trata de *economista respeitado*, ou, em (9), que se trata de *empresário experiente*. O texto consegue, com as descrições, ampliar a confiabilidade nos argumentos sobre as teses implicadas. O modificador indica determinada representação do referente, atribuindo relevância a um aspecto que o redator considera informativo e, provavelmente, característico: *habitualmente discreto* é um exemplo disso.

Outro meio de se fazer notar a pretensão de “vender” ao interlocutor determinada representação do referente é comparar como ficariam os enunciados com, e sem, o modificador qualificativo. No enunciado 6, Maradona é representado como *combalido astro de futebol*; em outra reportagem, entretanto, escreve-se: “*O jogador de futebol Diego Maradona abandonou os gramados deixando um rastro escandaloso de envolvimento com cocaína*” (Veja, E eles culpam o Brasil). Além de revelar a diferença de sentidos que se traz à *presença*, revela-se em que medida o modificador em (6), além do traço *-necessário*, resulta da opção de representar o jogador sob determinada ótica. Não significa que seja inverídica ou não-informativa. O leitor concordará, pelo seu conhecimento de mundo, que Maradona realmente está abatido, em decadência. Mas o modificador também inclui o sentido de “apodrecer”, “deteriorar-se”, o que intensificaria (des)necessariamente sua situação.

Os enunciados de 11 a 26 incluem o modificador qualificativo em descrições

referentes a empresas ou instituições. Segue-se, portanto, o raciocínio dos parágrafos anteriores: relevar o referente sob determinada ótica e apresentá-lo ao leitor como tal. Não parece que o objetivo seja indicar origem ou característica empresarial.

Especificamente, nos enunciados de 11 a 17, pode-se observar que os modificadores revelam representações relativas ao tempo de vida das empresas. Em termos comunicativos, o interlocutor sempre parte do princípio de que toda informação é relevante (Sperber e Wilson, 1995), do contrário não teria sido apresentada. Se o autor descreve o referente relevando o aspecto “tempo de existência”, deve haver alguma finalidade nisso – talvez a de apresentar informações que, provavelmente, o leitor desconhece. Mas, ao mesmo tempo, elegem-se sentidos possíveis: *A jovem AOL* reforça a idéia contida no texto de que, na nova economia, não se obedece a lógica de a empresa mais tradicional, antiga, comprar as mais novas. É o que também está implícito em *bicentenário Schröders* e, mais ainda, em *vetusta Manessman*. Mediante o uso destes modificadores nas descrições definidas, o autor consegue ampliar o efeito da tese subjacente aos textos.

Se as descrições em (19) e (20) realçam, exageradamente, a característica de tamanho (a grandiosidade) dos referentes, entre (21) e (23) revelam avaliação em termos de condições financeiras. Nos quatro enunciados, transparece a representação da empresa por seu aspecto negativo, através de modificadores não usuais nestes contextos: *definhado* e *agonizante* servem de exemplo. A descrição poderia compor-se apenas com o determinante acompanhando o nome: *o Bamerindus*, *a Embraer*, por exemplo. A informação, entretanto, já não seria a mesma, embora, como resultado da leitura do próprio texto, o leitor pudesse inferi-la. Se aparecem, pelo menos são indício de que o autor “quis”, por algum motivo, utilizá-las e assegurar determinada leitura ou compreensão do referente.

Entre as descrições que aparecem de (28) a (39), poderia ser organizada uma gradação crescente, revelando representação cada vez mais enfática sobre o referente indicado. O uso de modificadores como *frágil* ou *forte* não parece produzir o mesmo impacto que produzem *caótica*, *amarga* ou *fatídica*. O uso desses modificadores não parece +*necessário* para delimitar o referente; revela, antes, a representação sobre ele e a possível pretensão de orientar a compreensão, enfatizando estes aspectos; ficam na penumbra outros que constam no *contexto* do leitor. Ressalte-se entretanto que, representar determinada entrada em operação como *caótica* ou *atabalhoada* não deixa de ser informativo e, além disso, realça o conteúdo básico do texto.

O traço de “exagero” inserido nas descrições entre (40) e (43) produz o mesmo efeito

que (19) e (20), onde as empresas foram caracterizadas como *monumental*, *gigante* e *veneranda*. O uso de *altíssimas*, *espantosos* e *tremendo* revela a mesma conotação. Recorde-se, entretanto, que a reportagem tem maior liberdade expressiva, particularmente nesse gênero de revista, a partir do modelo de *Time*. Esse papel é desempenhado pela força expressiva que emana deste tipo de modificadores. Mas isso não isenta a reportagem de espelhar o referente a partir de certa perspectiva, cuja finalidade única não se pode resumir à força expressiva. Além disso, não se pode deixar de considerar que “o impacto” transfere ao interlocutor representação semelhante a respeito do referente porque, diferente do analista, ele não estará tão atento à abordagem mais crítica do que o texto releva.

Que outros modificadores poderiam ser utilizados para substituir *real* ou *restrito* que aparecem entre (44) e (50)? Usando *verdadeiro* ou *seleto*, o autor igualmente continuaria se pronunciando a respeito do referente. A alternativa possível parece ser a representação do referente sem a presença do modificador. Perde-se potencial informativo, mas inibe-se o risco de parcialidade. O que teria sido considerado para descrever o cartel da OPEP como *restrito* ou o clube dos milionários como *seleto*? O impasse do repórter entre tornar seu texto compreensivo através da clara indicação dos referentes, controlar a pertinência da informação e, ao mesmo tempo, manter a atenção do leitor manifesta-se mais uma vez nessa categoria de descrições definidas.

Não parece necessário comentar os demais enunciados. Com maior ou menor pertinência, a eles também se aplica o que foi dito aqui. Os últimos dez enunciados apresentam os modificadores qualificativos intensificados por *mais*. Permitem observar que se trata de um nível ainda mais intenso de subjetividade, em que a reportagem não só se pronuncia como realça o seu pronunciamento a respeito dos referentes. A argumentação, no sentido de interferência sobre o leitor, é mais nítida e intensa. Na perspectiva adotada no presente estudo, esses enunciados representam o mais alto grau da dimensão argumentativa.

No uso dos modificadores que integram as descrições qualificativas, além do potencial argumentativo, revela-se que a reportagem sobre economia, apesar de inserida em magazines de informação geral, ainda se dirige a um *auditório* especializado, ou seja, seleciona previamente os leitores. Na descrição *a multiplicação exponencial*, o modificador representa um conceito relativo à potência ou à progressão geométrica – algo incompreensível para o grande público brasileiro. Observe-se também o pressuposto de conhecimento do leitor previsto na descrição *a competição darwiniana*: o modificador (darwiniana) não seria utilizado para público amplo – não parece que a teoria de Darwin seja tão conhecida assim.

Observem-se ainda outras descrições que, igualmente, contam com o conhecimento (informação) prévio do leitor: *o jurássico afogador, o efervescente dialeto da internet, a inexorável popularização da rede mundial de computadores, a vetusta alemã Manessmann, os paradoxos mais dolorosos das estatísticas econômicas, os métodos pouco ortodoxos de gestão*. Se por um lado, estas descrições apontam para prévia seleção dos leitores⁶, por outro poderiam indicar que a reportagem se pretende “erudita” e busca passar a imagem de que se trata de veículo de comunicação com profissionais que dominam conhecimentos e têm extenso vocabulário. Poderia, entretanto, estar revelando também que a reportagem na área ainda não venceu o desafio de abordar os conteúdos econômicos de maneira suficientemente acessível ao público em geral.

7.3. Enunciados predicativos

Os enunciados predicativos não se inserem diretamente no objeto de estudo. Pretende-se apenas apontar que são utilizados com frequência ao longo das reportagens e, tal qual as descrições qualificativas, revelam (categoricamente) posicionamento do texto. Predominam duas estruturas: na primeira delas, a avaliação aparece como modificador na posição predicativa; na outra, como descrição definida. Alguns exemplos podem caracterizar essa subdivisão:

a) Descrição + Cópula + Modificador:

1. A saga desse negociante é *admirável*. (Veja: Os sobreviventes)
2. No Brasil, a competição já está *feroz*. (Veja: Acabou a mamata na internet)
3. A reação dos italianos foi *pragmática*. (Época: Aliança global)
4. A IG tem sido *mais agressiva*. (Época, Concorrência digital)
5. O efeito será *quase insignificante*. (Isto É, Será que agora vai?)
6. O contraste é *gritante*. (Isto É, Em dois mundos).

b) Descrição + Cópula + Descrição:

7. (A Ambev) é uma *daquelas empresas em que a unidade de conta pode ser quase sempre o bilhão*. (Veja: Na Guerra global)
8. Com 13 milhões de assinantes, a Time Warner é dona do *segundo maior serviço de televisão a cabo nos Estados Unidos*. (Veja: O mouse que ruge)
9. Outra que está apostando alto é a *gigante de tecnologia Cisco*, que acaba de inaugurar um laboratório de treinamento onde investiu US\$ 8 milhões. (Isto É, Será que agora vai?)
10. O resultado imediato da alta dos juros foi a *revisão da estimativa de crescimento da região para este ano*, de 3,5% para 3%. (Isto É, Eurodilema)
11. De todos os aspectos, o mais sensível é a *regulação do trânsito de trabalhadores*. (Época, Aliança em risco)

⁶ Em termos escolares, pode-se dizer que seriam textos acessíveis a partir do Ensino Médio e, assim mesmo, com alguma orientação.

Além da relação entre referência, informação e argumentação, nas situações predicativas ainda está envolvida a questão de se admitir que, em (b) as descrições grifadas representariam referência. Somente isso já demandaria longo estudo. Além disso, estudar em profundidade o caso dos enunciados predicativos na reportagem, na ótica que aqui está sendo seguida, parece revelador: pesquisas futuras poderão debruçar-se sobre a questão e certamente contribuirão para descrever cada vez melhor a reportagem.

7.4. Algumas proposições gerais

As considerações anteriores a respeito das descrições definidas nas suas mais diversas configurações pretendem ter acentuado que, mesmo em situações à primeira vista “neutras”, o conflito entre referir e informar pode desencadear algum nível de argumentação: é a própria característica da linguagem em uso. As análises indicam que a manifestação dessas diversas dimensões nem sempre é controlável por quem produz o texto.

A organização dos enunciados numa seqüência que começa pelas descrições restritivas e termina nas qualificativas tem-se mostrado favorável à observação da característica multifacetada das descrições definidas: o predomínio do informativo nas primeiras, e o do argumentativo nas últimas. Além disso, o conjunto dos quatro categorias de descrições modificadas tem revelado que, através delas, consegue-se dar conta da quase totalidade de configurações em que se combinam o nome e o modificador para referir (ou informar sobre) determinado *objeto*, cuja referência a língua não consegue realizar através de uma palavra só. Significa que as categorias apontadas podem ser úteis para futuras abordagens que se debrucem sobre a dimensão semântica e pragmática da reportagem em magazines, mesmo quando o nível de análise não sejam as descrições.

O raciocínio desenvolvido a partir das *descrições modificadas* também pode ser estendido ao processo da referência como um todo. O encaminhamento metodológico desenvolvido pode não ser o melhor, nem a única forma de representar o caráter interativo entre as diversas dimensões implicadas nas descrições definidas. Se, no entanto, conseguir ilustrar a compreensão de que, à medida em que se acentua o caráter argumentativo, o informativo vai perdendo força (ou importância) e de que essa relação se processa ao longo do (e no) uso referencial das descrições definidas, terá cumprido seu papel: apontar uma alternativa capaz de descrever o caráter simultaneamente informativo e argumentativo da reportagem.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises e comentários em cada um dos capítulos anteriores pretendem-se suficientes para ilustrar em que medida os objetivos propostos foram atingidos. Assim, mais do que conclusões definitivas sobre resultados, as considerações seguintes tencionam reiterar (ou resumir) os principais pontos abordados. Apresentam-se, ao mesmo tempo, como retrospectiva crítica sobre as diversas partes em que se organiza o presente estudo. Espera-se que os exemplos e análises tenham indicado que a abordagem das descrições definidas, nos termos em que foi desenvolvida, mais do que uma possibilidade, representa uma necessidade. Continuar a restringi-la apenas à dimensão referencial, além de redundante, significaria desconsiderar sua característica múltipla ou subordiná-la previamente aos limites de uma teoria já estabelecida.

O conjunto teórico adotado tem-se mostrado compatível com os objetivos em vista¹. Tem sido pertinente para compreender como a interrelação entre as dimensões informativa e argumentativa se processa no uso referencial das descrições definidas. A aplicação simultânea das diversas disciplinas a um mesmo fenômeno lingüístico ilustra onde estão seus pontos de contato e como podem funcionar complementarmente. As possibilidades apontadas parecem favorecer a característica interdisciplinar da ciência do texto defendida por Van Dijk (1996). Ressalte-se, entretanto, que tal possibilidade se apresenta porque cada uma das disciplinas já constituiu seu próprio perfil teórico. Não se trata de apregoar a necessidade de nova caracterização epistemológica dessas ciências, nem de apagar diferenças ou reduzir especialidades sabidamente necessárias para o desenvolvimento de cada área. Trata-se, antes, de não confinar previamente as características peculiares de um fenômeno lingüístico aos rígidos contornos estabelecidos sobre determinada categoria analítica.

O tratado da argumentação de Perelman (1999) revelou-se pertinente para desvendar outras dimensões que se revelam a partir da informação inscrita nas descrições definidas. Em conjunto com a teoria da relevância, tem permitido observar a dimensão argumentativa que se esconde (ou se manifesta) na escolha de um nome (com ou sem modificador) para indicar determinado referente. Enquanto a primeira aponta para a significação de “apresentar” – trazer à presença – determinado sentido, a segunda indica os efeitos que tal representação é capaz de produzir. Complementam-se assim duas teorias que, num primeiro momento, pouco ou nada apresentariam em comum. Compreensão menos formal da informação e seu possível

¹ Maior apoio teórico em Aristóteles, entretanto, auxiliaria a fundamentar aspectos argumentativos.

amparo em princípios cognitivos está imersa nas duas teorias: auxilia a entender como se processa a interação entre conhecimento novo e antigo, conhecimento relevado e inibido. Pode, portanto, explicar a relação entre o relevante e o previsível. A elaboração de uma teoria da informação nessas bases complementar a compreensão das descrições definidas sob esse aspecto; contribuiria, também, para observar como o conteúdo informativo dessas expressões relaciona-se, na referência, com a argumentação.

Isoladas, semântica e pragmática também não parecem dar conta da característica múltipla dessas expressões nominais. Tomar uma ou outra como ponto de partida ou estabelecer a anterioridade lógica de uma das disciplinas não é fundamental, pelo menos na análise do fenômeno em causa. Interessa o seu papel complementar. Não significa que uma ou outra deva perder o seu estatuto de disciplina ou que devam ser incorporadas numa só. Significa, antes, que determinados fenômenos exigem a concorrência das duas para ser melhor (ou integralmente) compreendidos. Mesmo que uma compreensão de base formal (semântica) desse conta da referência como relação das expressões nominais com o objeto a ser indicado, essa indicação depende, em alguns casos, da concorrência de fatores comunicativos (não inscritos nos sentidos do léxico) para ser corretamente atribuída. Considerar a desambigüização ou a atribuição da referência como processos pragmáticos apenas é possível porque sua ação se processa a partir da ancoragem nos sentidos *normais* veiculados pelas expressões.

Caracterizar o contexto como semântico ou pragmático também não parece decisivo para compreender o papel das descrições definidas. Sobressai-se, antes, a necessidade de compreendê-lo em sua dinamicidade. Além disso, o reconhecimento da sua característica cognitiva – conjunto de suposições ou modelos armazenados na memória – aponta para a necessidade de compreendê-lo da forma mais adequada à teoria que apóia, pelo menos enquanto perdura a dificuldade de estabelecer uma compreensão definitiva e suficientemente geral. Seus aspectos cognitivos não poderiam ser descartados quando se trata de compreender o princípio da relevância que acompanha a interpretação dessas expressões: aqueles sentidos que têm vinculação com informações já armazenadas são os mais prováveis candidatos a merecer cálculos de inferência. Para a produção do texto sobre economia, essa compreensão do contexto parece fundamental porque auxilia a controlar os excessos ou a redundância das informações apresentadas ou reiteradas.

O léxico de algumas descrições definidas denuncia que a seção *Economia e Negócios* dos magazines de informação geral destina-se a um auditório, se não especializado em economia, pelo menos considerado da “elite intelectual”. É possível que as revistas, para se identificarem com esses leitores, representem, por exemplo, como *darwiniana* a competição entre as empresas no mundo globalizado ou como *exponencial* a multiplicação dos investimentos ou lucros de determinado empresário. A compreensão das expressões em que tais modificadores se apresentam pressupõe uma série de informações específicas, ou seja, conta previamente com um volume de conhecimentos que um auditório geral não parece dominar. A revista conta com o conjunto das informações armazenadas na memória de um leitor com perfil intelectual; do contrário, controlaria a presença - embora não freqüente - de descrições com esse conteúdo informativo.

Na mesma ordem de raciocínio, a análise - principalmente dos títulos - tem apontado para um possível “uso expressivo” das expressões nominais subsidiando a função expressiva da linguagem. Recursos como a metáfora, a paráfrase, a intertextualidade, entre outros, são utilizados constantemente para indicar a linha argumentativa da reportagem². Reforçam o seu direcionamento a um auditório capaz de compreender e realizar as inferências que tais recursos pressupõem. O nível de informação se subordina à compreensão desses “recursos”, ao mesmo tempo retóricos e expressivos. Ao lado das expressões comentadas no parágrafo anterior, revelam o quanto de espaço ainda se reserva à pesquisa na área da representação e da metaforização.

Se determinadas expressões poderiam dificultar a compreensão das reportagens, não parece que a ambigüidade seja representativa a ponto de comprometer a leitura prevista. O sentido duplo, pelo menos nas descrições definidas, não se tem observado na mesma intensidade que a indeterminação. Não se mostram significativas aquelas expressões referenciais em que “ou x, ou y” poderiam funcionar como referentes. Sobressaem-se aquelas que designam - definidamente - referentes cujos contornos não se apresentam precisos por sua natureza: ainda não se quis ou não se pôde determiná-los. Tal dificuldade, entretanto, parece consequência dos próprios objetivos do texto sobre economia: transpor os termos técnicos - cujos referentes estão especificados (na medida do possível) em glossários da área econômica - para expressões formadas pela linguagem acessível ao leitor não especializado em

² O título *Deitados em berço esplêndido*, por exemplo, encabeça uma reportagem sobre a vida dos donos de bancos estatais privatizados: o texto argumenta que, ao invés de investirem em infraestrutura para melhorar a vida do cliente, preferem investir em aplicações financeiras rentáveis (para o banco, evidentemente).

economia, mas que costuma informar-se através de reportagens na área. O fenômeno mereceria estudo aprofundado que se ancorasse, empiricamente, em todo o percurso de produção da reportagem sobre economia: as fontes (o economista entrevistado ou os documentos originais), o processo de produção (transposição dos termos técnicos da fonte para a linguagem jornalística) e o leitor (na sua interpretação). As análises permitiriam observar até que ponto as leituras do texto publicado se aproximam das informações previstas nos sentidos dos termos originais.

Mesmo que a confrontação entre as revistas não figurasse como objetivo primordial do estudo realizado, a manifestação de traços de sentido comuns no léxico das expressões nominais pôde revelar o quanto se aproximam em termos de preferência na cobertura dos mesmos fatos. Os quatro traços apontados, ao indicarem como a informação predominante se concentra no nível das expressões nominais, podem servir como estratégia para inferir linhas argumentativas predominantes ao longo de períodos de tempo maiores e mesmo de maior número de revistas. Além disso, podem constituir ponto de partida para determinar características semânticas comuns às reportagens sobre economia. Precisaria, entretanto, ser aprofundada a possibilidade de sua ampliação ou restrição e observado até que ponto decorrem dos próprios movimentos econômicos.

Se as informações veiculadas através dos sentidos inscritos nas descrições definidas são relevantes para reiterar conteúdos ou linhas argumentativas comuns, a relação entre seu uso e configuração também não deixa de sê-lo. Descrições consideradas estruturalmente simples (determinante + nome) podem revelar-se complexas na relação entre referência e argumentação quando, semelhantemente ao demonstrativo “isso”, retomam ou condensam informação de passagens anteriores. O pronome nada parece acrescentar em relação à parte do texto que retoma mas, quando se trata de utilizar outras expressões no seu lugar, a manifestação de um ponto de vista torna-se incontornável. Para exercer essa função anafórica, a língua oferece palavras mais próximas ao “isso” e, portanto, menos carregadas de sentidos “tendenciosos”: *o tema, a questão, o assunto*, por exemplo. Todavia, quando se usam expressões como *o problema, a ameaça, o surto* revelam-se pressupostos previamente admitidos pela reportagem. Por um lado, condensam a informação inscrita na parte do texto que retomam e, portanto, o referente que designam ali está inscrito; por outro, inscrevem-se entre aquelas que, pela sua natureza abstrata, dificultam precisar a relação de referência e chamam atenção sobre os sentidos negativos que carregam. O rastreamento de uma descrição

definida como *o problema* poderia revelar não apenas sua frequência nos textos, mas também para quantas e quais situações diferentes se adapta (ou é adaptada).

Mesmo naqueles casos mais próximos ao nome próprio – quando o determinante definido acompanha um nome de pessoa ou instituição – as descrições definidas apresentam resquícios que apontam para além da referencialidade. Esses indícios não estão inclusos em possíveis sentidos, mas se apresentam no momento da opção pela presença do determinante junto ao nome quando este poderia figurar sozinho. Por exemplo: *(A) Antártica e (a) Brahma são empresas que optaram pela atuação conjunta no comércio de bebidas*. A presença do determinante pode não significar muito em termos de referência, mas pode apontar a preocupação de singularizar o referente, revelando sua popularidade (já é conhecido) ou intimidade; a partir dessa característica, vai além da dimensão designadora do nome próprio, constituindo-se em descrição definida. Pode-se até questionar a atribuição deste termo à estrutura “determinante + nome (de pessoa ou instituição)”, mas seria cômodo considerar que não representa qualquer diferença em relação ao nome isolado.

O uso e a frequência das descrições denominadas relativas, em função da natureza dos modificadores que apresentam, auxilia a compreender o caráter informativo da reportagem. Através delas, torna-se possível amparar em elementos lingüísticos a avaliação da redundância (ou relevância) de alguns conteúdos. Revelam estruturas que se mantêm estáveis (e precisas) ao longo dos diversos textos: a língua não parece oferecer a possibilidade de substituir seus modificadores por outros de sentido aproximado. Por essa característica estável, poderiam ser apontadas como possíveis configurações referenciais que facilitariam tratamento mais formal. Dado que tais modificadores se interpõem entre o determinante e o nome, poderiam receber tratamento quantificável através de programas de computador, por exemplo. Não parece uma realidade muito distante. Uma vez rastreados e contabilizados, poderiam subsidiar possíveis generalizações semânticas e argumentativas a respeito de conteúdos preferenciais que dominam determinados textos.

Sobre as descrições denominadas indicativas, apenas se poderia acrescentar que fazem parte do próprio contexto de produção da reportagem. Sem o auxílio dos argumentos de autoridade, a capacidade argumentativa desse gênero textual estaria comprometida. Não parece difícil admitir que a informação oriunda de fonte especializada e reconhecida (de notório saber) tenha maior caráter de veracidade e atribua credibilidade ao próprio veículo de comunicação. A confrontação entre a fonte indicada somente pelo nome (Jorge Nahas) com

aquela em que se acrescenta o cargo ou função que exerce (investidor) parece apontar que os efeitos ativados no interlocutor não sejam os mesmos nos dois casos. No primeiro deles, confia-se ao leitor a tarefa de representar o referente indicado; no segundo, o modificador atrai a atenção sobre os sentidos nele implicados e orienta a leitura: desvia a atenção sobre outros possíveis modificadores que caberiam no lugar. Em termos informativos, entretanto, a ausência do modificador (indicando a especialidade do referente) poderia revelar, por exemplo, que a informação apresentada não seria muito confiável. Se, referencialmente, as duas configurações se equivalem, o mesmo não acontece em relação à informação veiculada e ao potencial argumentativo que se esconde numa ou noutra.

A presença das descrições modificadas qualificativas, mesmo que não represente mais de 4% das expressões nominais, não pode ser desprezada: o potencial argumentativo que acompanha o único ou o raro se oculta nessa baixa frequência. Pode-se dizer que o potencial argumentativo é inversamente proporcional à representatividade numérica. De acordo com a visão “atencional” da Linguística Cognitiva³, pode-se dizer que o modificador qualificativo ao lado do nome, além da (e pela) informação que acrescenta, revela o aspecto do referente que tem merecido a atenção de quem produziu a reportagem: sua presença pouco ou nada contribui para a identificação do referente. Algumas vezes tais configurações linguísticas não parecem representar informação relevante: apenas acentuam (ou repetem) determinada característica já amplamente divulgada ou utilizada para designar sempre o mesmo referente.

As análises desenvolvidas não teriam o mesmo alcance se não fossem vinculadas às configurações selecionadas. No âmbito referencial, pode-se concordar com Frege de que tanto os nomes próprios quanto as descrições definidas exercem o mesmo papel: *nomes próprios*. As expressões “Jorge Nahas” e “o investidor Jorge Nahas” fazem referência à mesma pessoa e, portanto, as diferentes configurações não representariam maiores conseqüências nesse aspecto. Todavia, reduzir o papel das descrições definidas apenas ao referencial seria negligenciar as informações inscritas nos sentidos do nome ou modificador. Também o seria, reduzir os modificadores a um único grupo, sem considerar sua natureza diferenciada. Se a teoria da relevância permite compreender como as informações novas se integram às suposições admitidas e sobre elas interferem (produzem diferentes efeitos contextuais), não

³ De acordo com Ungerer e Schmid (1996), a Linguística Cognitiva é hoje representada por três abordagens. A abordagem “atencional” parte do princípio de que “aquilo que realmente expressamos reflete qual parte de um evento atrai nossa atenção”. (p. 13). Mesmo que, no caso das descrições definidas não se trate de evento, o raciocínio pode ser adequado porque condensam um enunciado que expressaria a propriedade do nome.

parece possível deixar de aceitar a relação ente a dimensão informativa e argumentativa manifestada na configuração e no uso das descrições definidas.

Assim como parece cômodo situar a notícia em relação ao editorial, parece possível situar a dimensão informativa em relação à argumentativa. A dificuldade está em representar como as duas dimensões se manifestam na referência e como acompanham (ou determinam) o percurso referencial de um extremo a outro. Seria teórica ou metodologicamente menos arriscado desconsiderar a dimensão informativa das descrições definidas. Mas relegar o potencial informativo unicamente ao enunciado pareceria elidir a ativação das entradas enciclopédicas que os conceitos por elas representados ativam na memória. O uso de expressões como *o amigo!*, *o companheiro!*, *o chapa!*, *o camarada!*, mesmo em situações vocativas, não provocariam as mesmas reações (na memória) de quem estaria sendo chamado: informariam sobre o sentido considerado relevante por se relacionarem a diferentes conhecimentos que o interlocutor já domina. A teoria da informação, nas bases em que está estruturada, também não parece contribuir para explicar a dimensão informativa na referência. A alternativa possível, pelo menos por ora, parece indicar que o percurso entre um extremo – dimensão informativa - e outro extremo - dimensão argumentativa - se processa ao longo da relação de referência. Pelo menos no nível das descrições definidas, a referência é atravessada pelo conflito entre o predomínio do informar e do argumentar, cuja manifestação é complementar e excludente, ou seja, o predomínio de uma marginaliza a outra.

A pretensão metodológica de vincular o ponto de partida ao que os dados permitem ou indicam tem sofrido a interferência da sistemática que se apresenta adequada às pretensões da pesquisa. Esse conflito poderia levar a considerações que os dados por si mesmos não admitiriam, principalmente quando se trata de leituras não apoiadas empiricamente. Todavia, a estratégia de confrontar enunciados em que descrições de sentidos diferentes referem-se ao mesmo *objeto* (ou o inverso) tem auxiliado a contornar essa dificuldade: os sentidos considerados são de domínio público e, portanto, não dependem unicamente dos conhecimentos de quem se propõe a analisá-los. As dificuldades encontradas no encaminhamento metodológico indicam, no entanto, que estudos futuros devem ser ainda mais restritos e, preferencialmente, acompanhar a mesma expressão ou expressões afins ao longo de um período de tempo maior, observando em que medida a referência, por exemplo, se manteria estável ou se subordinaria a modismos da época.

Apesar dessas dificuldades, a possibilidade de utilizar as descrições definidas como parâmetro comparativo entre diversos gêneros jornalísticos não parece comprometida. A compreensão de sua dimensão informativa e argumentativa manifestada na relação de referência entre essas expressões e seus referentes na reportagem sobre economia em magazines de informação geral poderia indicar que, na notícia, o papel informativo seria o predominante e, no artigo, o argumentativo. Mesmo que a comparação não se efetive nesses termos, as descrições definidas (ou o conjunto das expressões nominais) podem constituir instância comparativa a partir das configurações apontadas: por hipótese, as descrições modificadas restritivas prevaleceriam nos gêneros informativos e as qualificativas aumentariam sua representatividade nos opinativos. Raciocínio semelhante poderia ser desenvolvido sobre a comparação entre revistas. Espera-se que a incursão na análise da configuração dos títulos, mesmo que breve, tenha apontado essa possibilidade.

Para a produção jornalística, a abordagem do uso e da configuração das descrições definidas, como situação crítica em que se manifesta o conflito entre informar e argumentar, dá uma noção aproximada da dificuldade em controlar tais dimensões quando se trata de referir. Se, por um lado, tal conflito serve como atenuante, por outro indica a necessidade de precaução quando do uso dessas expressões - pelo pressuposto de existência que veiculam - e, principalmente, quando se quer controlar a emissão de opiniões. Podem ser usadas como parâmetro para ajuizar sua adequação à linha editorial e ao gênero publicado. Se, para a produção, podem antecipar (ou orientar) possíveis interpretações, ao leitor também poderiam servir como ponto de referência para avaliar a preocupação do texto em direcionar a leitura. Não se chegaria a afirmar que “você nunca mais vai ler revista do mesmo jeito”⁴, mas espera-se haver ilustrado a partir de que elementos desenvolver uma leitura crítica.

As categorias analíticas apontadas, mesmo que a designação utilizada possa não ter sido a mais pertinente, revelaram-se adequadas para compreender a concorrência (ou o conflito) entre informação e argumentação no nível das descrições definidas. Não se pretende, entretanto, que sejam as únicas possíveis ou que constituam conjunto exaustivo. Novos estudos poderão indicar suas limitações e produzir outras possibilidades analíticas. Mesmo assim, os parâmetros apontados podem contribuir para indicar possíveis pontos de partida e, no mínimo, apontar procedimentos teóricos ou metodológicos que deveriam ser reavaliados. Pesquisas com outro perfil teórico-metodológico deverão revelar até que ponto foram

⁴ Parafrazeia-se uma das chamadas do site <http://www.observatoriodaimprensa.org> e do programa *Observatório da Imprensa* exibido às terças-feiras pela TV Cultura, sob a coordenação do jornalista Alberto Dines.

suficientes, ou pertinentes, para ilustrar a tese do papel multifacetário exercido pelas descrições definidas nas reportagens sobre economia.

Acredita-se que o estudo terá contribuído para a teoria lingüística, pela caracterização das descrições definidas para além do seu aspecto referencial; para a área jornalística, por apresentar uma categoria capaz de subsidiar a descrição ou comparação entre gêneros ou veículos de comunicação impressos. No momento, esses objetivos consideram-se atingidos, mas só a posterior utilização dos resultados poderá dizer em que medida foram relevantes para os fins especificamente propostos e para subsidiar novos estudos da linguagem jornalística.

9: BIBLIOGRAFIA:

- ALSTON, P. W. (1972). *Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- ALVES, I. M. (Coord.). (2000). *Glossário de termos neológicos de economia*. São Paulo. FFLCH/USP. Humanitas.
- ALWOOD, J., ANDERSSON, L-G & DAHL, Ö. (1977). *Logic in Linguistics*. Cambridge. CUP.
- ARISTÓTELES. (s/d). *Arte retórica e arte poética*. 14^a ed. Rio de Janeiro. Ediouro.
- AUSTIN J. L. (1962). *How to do things with words*. Londres. Oxford University Press.
- BAHIA, J. (1990). *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. 4^a ed. São Paulo. Ática. V.2.
- BARTLETT, F. (1950). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge. CUP.
- BARTHES, R. (1964). Structure du fait divers. In *Essais critiques*. Paris. Seuil.
- _____. (1980). *Mitologias*. São Paulo. Difel.
- BELL, A. (1991). *The language of news media*. Oxford UK & Cambridge MA. Blackwell
- BELTRÃO, L. (1992). *Iniciação à filosofia do jornalismo*. 2^a ed. São Paulo. Edusp.
- BONINI, A. (1999). *O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais: uma contribuição à teoria dos esquemas cognitivos*. Florianópolis. UFSC. Tese de Doutorado.
- BRÉAL, M. (1992). *Ensaio de semântica*. Trad. Aída Ferraz et alii. São Paulo. Educ-Pontes.
- BÜHLER, K. (1979). *Teoria del lenguaje*. Ed. Castelhana. Revista de Occidente. Madrid.
- CANN, R. (1993). *Formal Semantics: an introduction*. Cambridge. CUP.
- CARNAP, R. (1956). *Meaning and necessity*. 2^a ed. Chicago e Londres. The University of Chicago Press.
- CHIERCHIA, G. e McCONNELL-GINET, S. (1990). *Meaning and grammar: An introduction to semantics*. Cambridge. Mass. MIT Press.
- COELHO, I.L. (2000). *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Florianópolis. UFSC. Tese de Doutorado.
- COSERIU, E. (1962). *Teoria del lenguaje y lingüística general*. Madri.
- DASCAL, M. (1982). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas.

- DAVIDSON, D. (1984). Reality without reference. In *Inquiries into Truth and Interpretation*. New York. Oxford University Press.
- _____. (1967). Verdade e significado. In DASCAL, M. (1982). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas. V.3 – p.145 –180.
- DITTRICH, I.J. (1994). *Implicações teórico-metodológicas no estudo do texto dissertativo na 8ª série do 1º grau*. Assis. UNESP. Dissertação de Mestrado.
- DONELLAN, K.S. (1971). Reference and definite descriptions. In STEINBERG, D.D. & JAKOBOVITS, L.A. *Semantics*. Cambridge, Univ. Press. p.100-114.
- DUBOIS, J. et. alii. (1990). *Dicionário de Lingüística*. São Paulo. Cultrix.
- DUCROT, O. (1977). *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo. Cultrix. 1977.
- _____. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas. Pontes.
- _____. (1995). Les modificateurs déréalisants. In *Journal of Pragmatics*.(24). North-Holland. Elsevier. p. 145-165.
- DUMMET, M. (1978). Frege's distinction between sense and reference. In *Truth and other enigmas*. Cambridge, Massachussets. Harward University Press.
- EPSTEIN, I. (1988). *Teoria da informação*. 2ª ed. São Paulo. Ática.
- ERBOLATO, M. M. (1991). *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5ª ed. São Paulo. Ática.
- FRANKEN, N. (1997). Vagueness and approximation in relevance theory. In *Journal of Pragmatics*. (28). p.135-151.
- FREGE, G. (1978). *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo. Cultrix.
- GOLDBERG, A. E. (1996). *Conceptual structure, discourse and language*. Stanford. CSLI Publications.
- GREEN, G. (1996). Ambiguity resolution and discourse interpretation. In: VAN DEEMTER, K. & PETERS, S. (Eds). *Semantic ambiguity and underspecification*. Stanford. CSLI Publications.
- GRICE, H.P. (1975). Logic and conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J. (Org). *Syntax and Semantics*. Speech Acts. New York. V. 03.
- HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. (1976). *Cohesion in english*. London. Longman.

- _____. (1970). Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (1976). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo. Cultrix.
- HEYER, G. (1985). Generic descriptions, default reasoning, and typicality. In *Theoretical Linguistics*. V. 12, 01. p. 33-71.
- HIRTLE, W. (1994). Meaning and referent: for a linguistic approach. In *Word*, V. 45, 02. p.103-117.
- HOLANDA FERREIRA, A. B. (s/d). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1ª ed. (14ª impr.) Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira.
- ILARI, R. e GERALDI, J.W. (1985). *Semântica*. São Paulo. Ática.
- JOHNSON-LAIRD, P. (1988). How is meaning mentally represented. In ECO, U., SANTAMBROGIO, M. e VIOLI, P. *Meaning and mental representations*. Bloomington and Indianápolis. Indiana University Press.
- _____. (1983). *Mental models*. Cambridge, MA. Harward University Press.
- JAPIASSU, H. (1976). *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro. Imago.
- JACKENDOFF, R. (1995). *Semantics and cognittion*. 7ª ed. Massachussets. The MIT Press.
- _____. (1988). Conceptual Semantics. In ECO, U., SANTAMBROGIO M. e VIOLI, P. *Meaning and mental representations*. Bloomington e Indianápolis. Indiana Univ. Press.
- JACKOBSON, R. (1988). *Lingüística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José P. Paes. São Paulo. Cultrix.
- KALISH, D. e MONTAGUE, R. (1964). *Logic: techniques of formal reasoning*. New York. Harcourt, Brace & World.
- KATZ, J. (1972). *Semantic theory*. New York. Harper & Row Publishers.
- KATO, M. A. (1974). *A semântica gerativa e o artigo definido*. São Paulo. Ática.
- _____. (1998). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*. 6ª ed. São Paulo. Ática.
- KEMPSON, R. (1977). *Semantic theory*. Cambridge. CUP. 1977.
- KOCH, I.G.V e FÁVERO L.L. (1984). *Discurso e referência*. In ALFA: 28: p. 11-16.
- _____. e MARCUSHI L. A. (1998). *Processos de referenciação na produção discursiva*. In D.E.L.T.A: 14 – Vol. Especial. p. 169-190.

- _____. (1999). *Semântica e Pragmática: limites ou integração*. Congresso da ABRALIN – UFSC. Florianópolis.
- KUCINSKI, B. (1996). *Jornalismo econômico*. São Paulo. Edusp.
- LAGE, N. (1998). *Controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis. Vozes.
- _____. (2001). *Ideologia e técnica da notícia*. 3ª ed. Florianópolis. Insular – UFSC.
- _____. (1987). *Estrutura da notícia*. 2ª ed. São Paulo. Ática.
- _____. (1993). *Linguagem jornalística*. 4ª ed. São Paulo. Ática.
- _____. (2001). *Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa*. Rio de Janeiro. Record.
- LAKOFF, G. (1988). Cognitive Semantics. In ECO, U., SANTAMBROGIO, M. E VIOLI, P. *Meaning and mental representations*. Bloomington e Indianapolis. Indiana Univ. Press.
- LARSON, R. & SEGAL, G. (1995). *Knowledge of meaning: an introduction to semantic theory*. Cambridge. The MIT Press.
- LEECH, G. (1983). *The principles of pragmatics*. New York. Longman.
- LEVINSON, S.C. (1983). *Pragmatics*. Cambridge. CUP.
- LYONS, J. (1977). *Semantics*. Cambridge. CUP. V.2.
- _____. (1980). *Introdução à Semântica*. Lisboa. Presença/Martins Fontes.
- _____. (1987). *Lingua(gem) e Lingüística: uma introdução*. Trad. Marilda W. Averbug. Rio de Janeiro. Guanabara.
- MARCONDES, D. (1998). *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores.
- MARQUES DE MELO, J. (1985). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis. Vozes.
- MARTINS, J. e BICUDO, M.A.V. (1989). *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo. Educ/Moraes.
- MATSUI, T. (1997). Identification of reference and consideration of relevance. In *Proceedings of the 16th International Congress of Linguistics*. Pergamon. Oxford.
- Mc GARRAY, K.J. (1984). *Da documentação à informação*. Trad. António Sabler. Lisboa. Editorial Presença.

- MOREIRA, M.A. (1997). *Modelos mentais*. Trabalho apresentado no Encontro sobre Teoria e Pesquisa em Ensino de Ciência – Linguagem, Cultura e Cognição. Faculdade de Educação da UFMG. 5 a 7 de março de 1997. (Moreira.htm. em www.if.ufrgs.br.)
- MOURA, H.M.M. (1999). *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis. Insular.
- _____. (1999). *Os limites da semântica e da pragmática: o caso dos topoi*. Congresso da ABRALIN – UFSC. Florianópolis.
- MUNIZ, S. e FERRARI, M. H. (1986). *Técnica da reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo. Summus.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MACA). (1987). *O que o brasileiro pensa de ciência e tecnologia?* Rio de Janeiro. MET-CNPQ.
- OLIVA, A. (1999). *Conhecimento e liberdade: individualismo x coletivismo*. 2ª ed. Porto Alegre. Edipucrs.
- PLATTEAU, F. (1980). Definite and indefinite generics. In VAN DER AUWERA, J. *The semantics of determiners*. Croom Helm, London. University Park Press.
- PERELMAN, C. (1999). *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo. Martins Fontes.
- PUSTEJOVSKY, J. (1995). *The generative lexicon*. The MIT Press.
- QUINE, W.V.O. (1960). *Word and object*. Cambridge Mass. MIT Press.
- REBOUL, O. (1998). *Introdução à Retórica*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo. Martins Fontes.
- ROUCHOTA, V. (1994). On indefinite descriptions. *Journal of Linguistics*. (30). p. 441-475.
- RUSSEL, B. (1950). On Denoting. In *Mind*. XIV. p. 479-493.
- _____. (1970). Descriptions. In LINSKY, L. *Semantics and the philosophy of language*. Chicago. University of Illinois Press.
- SAEED, J.I. (1997). *Semantics*. Oxford. Blackwell.
- SCLIAR CABRAL, L. (1988). *Introdução à Lingüística*. Rio de Janeiro. Globo/Rio Gráfica.
- SEARLE, J. R. (1969). *Speech acts*. Londres. CUP.
- _____. (1983). *Intentionality: an essay in the philosophy of mind*. Cambridge. CUP.

- SPERBER, D. & WILSON, D. (1995). *Relevance, communication and cognition*. 2^a ed. Oxford. Blackwell.
- STRAWSON, P.F. (1950). On referring. *Logico-linguistic papers*. London. Methuen. p.1-27.
- _____. (1970). Significado e Verdade. In. DASCAL, M. (1982). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Campinas.
- TARSKI, A. (1972). La conception sémantique de la vérité et les fondements de la semantique. In *Logique, sémantique, métamathématique*. Paris. A. Colin. p. 269-365.
- TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo. Atlas.
- UNGERER, F. e SCHMIDT, H.J. (1996). *An introduction to cognitive linguistics*. London and New York. Longman.
- VAN DIJK, T. A. (1990). *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Trad. Guillermo Gal. Barcelona. Paidós.
- _____. (1992). *Cognição, discurso e interação*. Org. Ingedore G. Koch. SP. Contexto.
- _____. (1996). *La ciencia del texto*. 4^a ed. Barcelona. Paidós.
- _____. (1998). *Ideology*. Londres. Sage. p.211-227
- VILLAS BOAS, S. (1996). *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo. Summus.
- VIZUETE, J. I. A. e MARCET, J. M. C. (2000). *La información: redacción y estructuras*. Universidad del País Vasco.
- WITGENSTEIN, L. (1984). *Investigações filosóficas*. São Paulo. Abril. (Col. Os Pensadores)
- ZHANG, Q. (1998). Fuzziness –vagueness – generality – ambiguity. *Journal of Pragmatics* (29). p.13-31.

ANEXO 01: Títulos e Subtítulos das 150 Reportagens: julho de 1999 a junho de 2000:**07 DE JULHO:**

VEJA: NA GUERRA GLOBAL: Brahma e Antarctica põem fim a uma disputa histórica, anunciam megafusão e se armam para a disputa mundial

ÉPOCA: AGORA, QUEM LIGA DECIDE: Começa a concorrência nas chamadas de longa distância feitas por telefone fixo e as operadoras oferecem descontos para ampliar seu espaço no mercado

ISTO É: FESTA DO ESQUELETO: Governo comemora estabilidade com ganância para cobrir velhas dívidas

14 DE JULHO:

VEJA: O OURO PERDE O BRILHO: BC inglês vende parte de suas reservas do metal e preço despencou

ÉPOCA: O BURACO NEGRO DO DDD: Operadoras e governo prometeram muito na mudança do sistema DDD, as linhas não funcionaram e sobram acusações para todos

ISTO É: A GIGANTE DO AÇO: Governo incentiva a aquisição da CSN pelo grupo Gerdau para criar outra multinacional brasileira

21 DE JULHO:

VEJA: HÁ EMPREGO ESPERANDO POR VOCÊ: Se nenhum transtorno econômico acontecer, o país pode reagir àquele que é o seu problema, o desemprego

ÉPOCA: ATAQUE DE "NERVIOS": A pouco mais de três meses das eleições presidenciais, país vive sua pior crise na era Menem e afeta a economia brasileira

ISTO É: EM DOIS MUNDOS: Tão rica lá fora que pode bater a GM e comprar a Fiat, a marca acumula prejuízos aqui, perde mercado e aposta nos subsídios da fábrica da Bahia

28 DE JULHO:

VEJA: ARMÍNIO É CONTRA: O presidente do BC diverge de Fernando Henrique e critica a idéia de impor controles ao capital especulativo

ÉPOCA: EFEITO FORD: Ameaça de fechamento de fábrica em SP acirra debate sobre a guerra fiscal

ISTO É: NA COLA DA AMBEV: A união de Antarctica e Brahma é atacada pela Kaiser, mas o que está em jogo é a briga com a Coca-Cola

04 DE AGOSTO:

VEJA: O FANFARRÃO ARREPENDIDO: Menem comete uma gafe diplomática ao impor barreiras comerciais e é forçado a mudar de idéia

ÉPOCA: DO TANGO AO BOLERO: Conflito comercial entre Argentina e Brasil cede lugar ao entendimento, após recuo de Menem na adoção de medidas contra produtos brasileiros

ISTO É: OS XERIFES TRAPALHÕES: As agências reguladoras que deveriam defender o consumidor em setores vitais dão vexame na hora de fiscalizar e punir empresas

11 DE AGOSTO:

VEJA: ESTE SUPERMERCADO VALE OURO: Abílio negocia a venda de ações do Pão de Açúcar a um grupo estrangeiro por cerca de 2 bilhões de dólares

ÉPOCA: VOILÀ PÃO DE ACÚCAR: O Grupo Casino, um dos maiores do ramo de supermercados da França, desembarca no Brasil em associação com a rede de Abílio Diniz

ISTO É: VAI DAR CASAMENTO: Estimuladas pelo governo, companhias aéreas estudam fusões para evitar perdas e se tornarem competitivas

18 DE AGOSTO:

VEJA: DIVÓRCIO LITIGIOSO: Mansur acusa o Bradesco de quebrá-lo e quer 2 bilhões de reais de indenização

ÉPOCA: HORA DE REDUZIR RISCOS: Pressionado pelas dívidas do Grupo Vicunha, Benjamim Steinbruch articula a reestruturação da CSN e a venda das ações da empresa

ISTO É: A APOSTA DO CASINO: O grupo francês Casino compra parte do Pão de Açúcar e injeta capital barato na briga com o líder Carrefour

25 DE AGOSTO:

VEJA: A BUZINA TOCOU: O dólar sobe e o BC consegue derrubar a cotação, mas as dúvidas sobre o futuro da economia do país persistem

ÉPOCA: ERA DE INCERTEZAS: Mesmo com bons resultados nas contas externas, enfraquecimento político do governo alimenta a alta do dólar, que chega perto de R\$ 2

ISTO É: DEITADOS EM BERÇO ESPLÊNDIDO: Ganhos com a desvalorização do Real e juros altos diminuíram o apetite dos novos bancos em ganhar terreno no varejo brasileiro

01 DE SETEMBRO:

VEJA: O EX-PATINHO FEIO: Aos vinte anos, Mato Grosso está virando cisne, com recordes de produtividade de soja e algodão

ÉPOCA: A MAIOR CRISE DO PAÍS: Mais de 1 milhão de brasileiros enfrentam dificuldades para trabalhar, embora alguns setores já criem vagas

ISTO É: LA DOLCE VITA DE CACCIOLA: O ex-dono do Banco Marka volta a controlar seu patrimônio, coloca à venda o helicóptero, pensa em novos negócios e retorna ao glamour da sociedade carioca

08 DE SETEMBRO:

VEJA: A NOSSA CRISE EM MIAMI: A desvalorização do real derrubou o movimento de turistas brasileiros no balneário americano

ÉPOCA: ROTA PARA 2002: Presidente lança metas do segundo mandato para reagir à baixa popularidade, mas não dá garantias de cumpri-las

ISTO É: LEILÃO NAS GÔNDOLAS: Grandes redes de supermercados aceleram aquisições. Sé e

Sendas são os próximos alvos

15 DE SETEMBRO:

VEJA: OS SOBREVIVENTES: Samuel Klein, das Casas Bahia, é um dos poucos que ainda resistem à ruína que atingiu as lojas de eletrodomésticos

ÉPOCA: PELO MENOS SE MOVE: Os juros que os bancos cobram dos consumidores brasileiros continuam a ser dos mais altos do mundo, mas começam a cair

ISTO É: O EFEITO RUBINHO: A Fiat jura que não influenciou na escolha de Barrichello pela Ferrari, mas Betim está em festa

22 DE SETEMBRO:

VEJA: AS RAÍZES DA NOVA POBREZA SÃO ANTIGAS: Banco Mundial mostra que países com economia dezorganizada e mal integrada têm cada vez mais miseráveis

ÉPOCA: DE CIGARRA A FORMIGA: O brasileiro descobre que a poupança de hoje, nos planos de previdência complementar, pode garantir um futuro que a Seguridade Social está cada vez mais longe de assegurar

ISTO É: ESTATAL, MAS NEM TANTO: Com uma gestão formada no varejo, a BR planeja mudar imagem dos postos para ser competitiva e enfrentar a briga com as novas redes

29 DE SETEMBRO:

VEJA: MAIS ÓLEO NA BACIA: Poço de petróleo sinaliza chances de novas descobertas para investidores

ÉPOCA: O FURO QUE DEU CERTO: Depois de duas décadas de atuação na Bacia de Santos, a Petrobrás encontra óleo de alta qualidade

ISTO É: BILHÕES DE IDÉIAS: Com US\$ 2,5 bilhões, Aloysio Faria trabalha pouco, mas não pára de dar novas tacadas

06 DE OUTUBRO:

VEJA: O DESAFIO DO 30 MILÊNIO: A diferença de renda de suíços e moçambicanos é de 500 dólares para 1. O mundo terá de resolver disparidades como essa

ÉPOCA: IMPOSTO À VISTA: Para compensar a derrota no STF, governo deve aumentar a carga fiscal do contribuinte

ISTO É: O MICO QUE VIROU CURINGA: Governo, fábricas, consumidores e usineiros lucram com a volta do carro a álcool, desde que o combustível não suma quando o preço do açúcar voltar a subir

13 DE OUTUBRO:

VEJA: O MAIOR NEGÓCIO DO MUNDO: Compra da Sprint pela MCI por 129 bilhões de dólares cria uma superempresa e provoca mudança na telefonia brasileira

ÉPOCA: RUÍDO NA COMPETIÇÃO: A megafusão da MCI com a Sprint nos EUA dessarruma parte do cenário montado pela privatização das teles no Brasil

ISTO É: CASA LÁ, SEPARA AQUI: A união com a MCI deve obrigar a Sprint a desistir da Intelig, a espelho da Embratel

20 DE OUTUBRO:

VEJA: VITÓRIA DA DEMOCRACIA SEM FIO: O brasileiro contrai a febre do celular pré-pago, que já vende mais que os aparelhos comuns

ÉPOCA: SINAL DE ALERTA: Nova advertência de Greenspan e alta em índice de preços dos EUA provocam forte queda nas bolsas mundiais e temor de um abalo maior

ISTO É: A RETÓRICA DOS JUROS: Governo pressiona bancos e devedores, mas pacote deve baixar taxas em 0,5 %

27 DE OUTUBRO:

VEJA: BRASILEIRO VAI DEMITIR 21000: Carlos Ghosn assume a Nissan no Japão e anuncia demissão em massa na montadora de automóveis

ÉPOCA: PRESSÃO INCÔMODA: A tendência ainda não está definida, mas os aumentos de certos grupos de produtos e do dólar voltam a empurrar a inflação para cima

ISTO É: DOIS PRA LÁ, DOIS PRA CÁ: Enquanto o dólar chega a R\$ 2 com a escassez de investimentos, trabalhadores e empresários falam em reajustes e pressionam inflação

03 DE NOVEMBRO:

VEJA: PARA A MÃO DO POVO: Governo vai mudar o jeito de vender as estatais, abrindo espaço para a participação do cidadão comum

ÉPOCA: NINGUÉM SE ENTENDE: Tiroteio em torno da Embratel e da Cemig opõe Brasil e Estados Unidos e pode deflagrar longa disputa judicial

ISTO É: QUARENTENA DA ALEGRIA: Governo cria código de ética, que não pune quem passa direto para o setor privado

10 DE NOVEMBRO:

VEJA: É DINHEIRO DEMAIS: O Banco Itaú pode chegar a um lucro de 2 bilhões de reais neste ano

ÉPOCA: O GOLPE DAS PEDRAS: Governo investiga fraude milionária na emissão de laudos de esmeraldas usados no pagamento de dívidas com órgãos oficiais

ISTO É: GP Mergulha na Rede: O estilo agressivo que fez a fama do Garantia agora invade a Internet

17 DE NOVEMBRO:

VEJA: DEBAIXO DO TAPETE: Como o governo se esforçou para perdoar a dívida bilionária que a Embratel nunca quis pagar

ÉPOCA: SINAIS DE ALÍVIO: Com o fim da recessão, a economia do país respira melhor e alguns setores, como o da indústria têxtil, apresentam animador saldo de novos empregos

ISTO É: A TODA FORÇA: Empresas de eletrônicos vivem nova onda de crescimento, renovam produtos e atraem investidores

24 DE NOVEMBRO:

VEJA: DEVAGAR, MAS VAI: O país deverá retomar o crescimento no ano 2000, mas não pense que haja milagres econômicos no horizonte

ÉPOCA: YES, NÓS TEMOS TECNOLOGIA: A Embraer assume o primeiro lugar entre as empresas exportadoras do país e dá show lá fora

ISTO É: ESSE BANCO CENTRAL...: Briga entre liquidantes do Bamerindus põe sob suspeita os responsáveis por uma massa falida de R\$ 7 bilhões

1º DE DEZEMBRO:

VEJA: ESTÁ NA HORA DE FAZER DINHEIRO: Benjamin Steinbruch vende parte de seu império para pagar as dívidas da Vicunha

ÉPOCA: CONTRATOS SOB SUSPEITA: Petrobrás quer cancelar encomendas bilionárias à Maritima, que não cumpre prazos e tem dono acusado de estelionato

ISTO É: HERDEIRO PLAYBOY JÁ ERA: A nova geração pulou fora do berço esplêndido, foi à luta e agora engorda a empresa da família

08 DE DEZEMBRO:

VEJA: CAI A MÁSCARA DOS RICOS: Os países desenvolvidos mostram a face do neoprotecionismo na conferência de Seattle

ÉPOCA: MISTÉRIO NA MORTE DE SAFRA: O banqueiro morre asfixiado em seu apartamento de Monte Carlo, no Principado de Mônaco, invadido e incendiado por dois homens mascarados numa suposta tentativa de assalto

ISTO É: VINGANÇA VIRTUAL: Ricardo Mansur é acusado de espalhar boatos sobre o Bradesco na Internet

15 DE DEZEMBRO:

VEJA: ATÉ PÃO DE QUEIJO: O Forno de Minas troca a bandeira e se torna a mais nova subsidiária da americana Pillsbury

ÉPOCA: A ESTRELA SEM BRILHO: A Mercedes-Benz não consegue reeditar no Brasil o sucesso que o Classe A obtém na Europa

ISTO É: UMA MOEDA PARA TODOS: Presidentes criam as bases para unificação monetária da região

22 DE DEZEMBRO:

VEJA: O CAPITALISTA DESAPARECEU: Prepare-se: as transformações que sacudiram a economia continuam no século 21

EPOCA: CONTAS A EXPLICAR: Contratos suspeitos em São Paulo põem em xeque a gestão do

serviço de apoio à pequena empresa

ISTO É: REDE DO BARULHO: Empresas de Internet investem pesado na publicidade tradicional para vender o seu peixe

05 DE JANEIRO: ANO 2000:

VEJA: NÃO FOI TÃO MAGRO: As vendas de Natal crescem com o uso do crediário e mostram que os consumidores prevêem um ano melhor

ÉPOCA: RETOMADA BEM-VINDA: A economia volta a crescer sem inflação, o que pode ser o início de um ciclo que há 20 anos não ocorre no Brasil

ISTO É: CAIU NA REDE É LUCRO: Meios eletrônicos transformam produção, comércio e serviços em nome de redução de custos e maior comodidade do consumidor

12 DE JANEIRO:

VEJA: O VIZINHO ZANGADO: Acuados pela crise econômica e pelo desemprego, argentinos culpam o Brasil pelos problemas do país

ÉPOCA: UMA REVOLUÇÃO: O vendaval desencadeado pelo acesso gratuito acelera a popularização da Web e acompanha a tendência mundial

ISTO É: PAPAÍ NOEL ATRASOU: Excesso de encomendas e falta de estrutura das lojas virtuais provocam reclamações e atraem empresas de entregas

19 DE JANEIRO:

VEJA: O MOUSE QUE RUGE: Na maior fusão da história do capitalismo, a jovem AOL compra a Time Warner e muda a economia para sempre

ÉPOCA: CONCORRÊNCIA DIGITAL: Acesso gratuito à rede entre em ritmo acelerado e altera o mercado de provedores em poucos dias

ISTO É: APOCALIPSE NOW: O mundo não acabou, mas ele não será como antes depois da fusão entre Time Warner e America Online

26 DE JANEIRO:

VEJA: QUEM TEM MEDO DOS ESTRANGEIROS? A venda do Banco Bozano e de outras empresas a investidores internacionais reacende o nacionalismo

ÉPOCA: JÚLIO COMPROU, VIU E VENDEU: Como o bilionário dono do Bozano, Simonsen vendeu o Meridional ao grupo espanhol Santander, agora o quinto maior banco privado do país

ISTO É: FUTEBOL S.A.: Grandes investidores profissionalizam o esporte e o transformam num excelente negócio

02 DE FEVEREIRO:

VEJA: CHUVA DE DÓLARES: E Brasil bate recorde em investimento estrangeiro, e os nacionalistas assustam

ÉPOCA: ATRÁS DA SALVAÇÃO: Vasp lança promoção agressiva, recebe críticas da concorrência e espera indenização judicial para tentar equilibrar as contas

ISTO É: SERÁ QUE AGORA VAI? Brasil dá sinais de recuperação e volta a estar na mira dos investidores. Desemprego ainda é o problema

09 DE FEVEREIRO:

VEJA: CERVEJARIA ENGASGA NO GOVERNO: Somente dentro de dois meses, Antarctica e Brahma saberão se a Ambev poderá existir no Brasil

ÉPOCA: O CHOQUE DA RIQUEZA: Em plena prosperidade, os EUA criam 20 milhões de empregos, ampliam a classe média, mas aumentam a distância entre ricos e pobres

ISTO É: O PODEROSO CADE SOB SUSPEITA: Relatora denuncia advogados por tentativa de suborno e Gesner Oliveira deve ser indiciado

16 DE FEVEREIRO:

VEJA: YES, NÓS TEMOS BANESPA: A participação de estrangeiros no leilão do banco paulista pode elevar o preço em 1 bilhão de reais, mas ainda há quem prefira que eles sejam mantidos fora do negócio

ÉPOCA: ALIANÇA EM RISCO: Movimento inédito de migração de indústrias e de capitais da Argentina para o Brasil agrava a crise entre governos e deixa Mercosul sob ameaça de fracasso

ISTO É: ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: Empresas e bancos começam a rastrear detalhadamente os dados pessoais e hábitos dos clientes e colocam em xeque a privacidade

23 DE FEVEREIRO:

VEJA: UMA FATIA DO BOLO: Países pobres querem maior participação na riqueza mundial

ÉPOCA: MILIONÁRIO AOS 33 ANOS: Em um dos maiores negócios já realizados no país, o filho do fazendeiro Olacyr de Moraes vende o site Zip.Net para a Portugal Telecom

ISTO É: GARAGEM TURBINADA: A compra do Zip.Net por US\$ 365 milhões pela Portugal Telecom é o maior negócio da Internet brasileira

01 DE MARÇO:

VEJA: O SALÁRIO MÁXIMO: Pressionado pelo PFL, o governo calcula até onde o mínimo pode subir sem estourar contas públicas

ÉPOCA: JOGO DURO NOS BASTIDORES: Malan ajuda a derrubar Calabi e a escolher Gros, na tentativa de reduzir os espaços de Serra

ISTO É: BRIGA ADITIVADA: Distribuidoras e revendas estão em pé de guerra e portaria do governo pode esquentar os ânimos

08 DE MARÇO:

VEJA: A VELHA FÁBRICA VIRA PÓ: A Volkswagen anuncia uma reforma geral em sua maior unidade para enterrar conceitos usados por 40 anos

ÉPOCA: CAÇA AO BANESPA: Bancos nacionais e estrangeiros gastam milhões e mobilizam equipes até no exterior na montagem de propostas para o leilão bilionário

ISTO É: A REVOLUÇÃO DA BANDA C: Nova frequência de telefonia celular chega no primeiro semestre de 2001, e a entrada de mais concorrentes promete reduzir preços

15 DE MARÇO

VEJA: A PREVI DÁ AS CARTAS: Dono de uma montanha de 32 bilhões de reais para investir, o fundo de pensão do BB está no centro de uma acirrada disputa

ÉPOCA: UNIÃO DE GIGANTES: A Petrobrás e a venezuelana PDVSA detalham associação para explorar, extrair, refinar e vender petróleo

ISTO É: AINDA TEM LUGAR NA REDE: As oportunidades de emprego na Internet se multiplicam. Veja se você tem a Web correndo nas veias

22 DE MARÇO:

VEJA: SÓ PARA OS MAIORES; A aliança entre GM e Fiat e a compra da Land Rover pela Ford aceleram a concentração na indústria automobilística

ÉPOCA: ALIANÇA GLOBAL: A GM compra 20 % da italiana Fiat, jóia da família Agnelli, e altera o cenário mundial

ISTO É: CHOCADORA VIRTUAL: Centenas de empreendedores brasileiros recorrem às incubadoras para viabilizar projetos na Web

29 DE MARÇO:

VEJA: E ELES CULPAM O BRASIL: Imersa em uma grande crise econômica, incapaz de exportar seus produtos com lucro para o mundo, a Argentina descobre um bode expiatório: o vizinho

ÉPOCA: CHOQUE DE NORMALIDADE: A inflação está sob controle, as exportações reagem, as contas públicas deixam de assustar e a economia cresce apesar dos juros altos

ISTO É: PUBLICITÁRIO NA WEB: Nizan Guanaes deixa o DM9DDB para assumir o cargo de CEO do portal gratuito iG e já anuncia parceria com a Rede Bandeirantes

05 DE ABRIL:

VEJA: UMA CARGA MAIS LEVE: Sem acidentes de percurso, o Brasil pode chegar ao fim do ano com juros que não asfixiem a economia

ÉPOCA: CONTAS FRAUDADAS: Mais de 350 mil investidores têm prejuízos com apostas erradas e operações irregulares em fundos do Banco do Brasil, do Boavista e do BMD

ISTO É: ACABOU A NOVELA: Cade aprova fusão de Brahma e Antarctica por 4 votos a 1, mas determina a venda da marca Bavária

12 DE ABRIL:

VEJA: A SEMANA EM QUE BILL GATES PERDEU: A condenação da Microsoft dá choque no

mercado americano de ações de alta tecnologia. Mas foi só um susto

ÉPOCA: MONOPÓLIO CONDENADO: Justiça endurece com Bill Gates, o homem mais rico do mundo, declara Microsoft culpada por violar lei feita há 110 anos e muda o rumo da indústria na Internet

ISTO É: MAIS UM SUSTO: Oscilações nos preços das ações de tecnologia indicam uma readequação no mercado

19 DE ABRIL:

VEJA: SUSTO NA DISNEY DAS AÇÕES: Enquanto seu prédio vira atração turística em Nova York, a Nasdaq tem a pior semana de sua história

ÉPOCA: A CAÇA AO PETRÓLEO: O Brasil é o principal troféu da corrida mundial entre empresas de pesquisa e exploração de petróleo no fundo do mar

ISTO É: EM BUSCA DE UM CAMINHO: Ex-alunos da Fundação Getúlio Vargas mostram a preocupação do empresariado com as questões sociais e criticam o governo

26 DE ABRIL:

VEJA: INDICADOR DE ROTA: Mesmo melhorado, o Orçamento deste ano dá apenas uma vaga idéia de como o governo gasta

ÉPOCA: A PRESSÃO DAS RUAS: Multidão protesta em Washington, deixa líderes perplexos e muda o rumo do debate sobre o papel do FMI e do Banco Mundial

ISTO É: CONEXÃO À VISTA: Mudanças preparadas pelo setor elétrico incluem serviços pela Internet e devem reduzir preços

03 DE MAIO:

VEJA: NAS ASAS DA FUSÃO: União entre TAM e Transbrasil é o primeiro lance da reestruturação da aviação comercial brasileira

ÉPOCA: O VIGOR DO CAMPO: Lucros com grãos sustentam o crescimento de antigos grotões no Piauí, em Mato Grosso e no Maranhão, enquanto gaúchos recuperam o caixa e o entusiasmo com o cultivo de frutas

ISTO É: TURBINAS LIGADAS: Centrais sindicais botam o bloco na rua para pressionar o governo pela renovação da frota

10 DE MAIO:

VEJA: OS BEM-AVENTURADOS: Estudo mostra quem são, quanto têm e o que querem os mais ricos do planeta

ÉPOCA: LAVANDERIA LUCRATIVA: O Brasil se destaca no circuito mundial e já "limpa" mais de US\$ 15 bilhões por ano em dinheiro do tráfico e da corrupção

ISTO É: A FORÇA DAS ÁGUAS: Sétimo consumidor mundial de água mineral, Brasil atrai os gigantes do setor e vive explosão de marcas

17 DE MAIO:

VEJA: **PRESSA NO COMEÇO:** Números do IBGE mostram que a economia cresceu no primeiro trimestre, período em que costuma empacar

ÉPOCA: **MARCHA ACELERADA:** A América Latina tem a maior taxa de expansão da rede, mas computador ainda é artigo de luxo

ISTO É: **SAÚDE MAIS CARA:** Repasse de inflação e INSS farão subir as mensalidades dos convênios médicos em 10% a partir de junho

24 DE MAIO:

VEJA: **VITÓRIA DA EXPERIÊNCIA:** Ozires Silva, que mandou em vários governos, vai, aos 69 anos, tentar tirar a Varig do atoleiro de dívidas

ÉPOCA: **UM SUAVE AROMA DE LUCRO:** O país começa a colheita de 28 milhões de sacas e avança na disputa com a Colômbia pelo cobiçado mercado mundial de cafês especiais

ISTO É: **A SUPERMONTADORA:** Com cada vez mais negócios feitos em parceria, Toyota e Volkswagen ensaiam uma aliança global

31 DE MAIO:

VEJA: **ACABOU A MAMATA NA INTERNET:** A concorrência na rede torna-se selvagem e o mercado já se prepara para a seleção natural das empresas

ÉPOCA: **PORTA ABERTA PARA A CORRUPÇÃO:** Aumentam as compras sem licitação e o Congresso pode perder o controle das despesas federais na lei orçamentária para 2001

ISTO É: **TELEFONIA DE RISCO:** Especialistas consideram redes da Telefônica e da Telemar um alvo fácil para hackers

07 DE JUNHO:

VEJA: **POUCOS COM MUITO:** Rendimentos de executivos no Brasil batem os dos europeus e empatam com os americanos

ÉPOCA: **OFENSIVA NA FRONTEIRA:** Operação bilionária descoberta em Foz do Iguaçu tem conexões em cidades da fronteira do Brasil com Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia

ISTO É: **DE JOELHOS:** Sem estatais para vender, com escassez de dólares e diante do real desvalorizado, fica mais difícil manter a conversibilidade

14 DE JUNHO:

VEJA: **A ESCOLHA DE GATES:** Decisão judicial obriga a Microsoft a ser mais transparente nas práticas comerciais e pode dar dor de cabeça a outros monopólios

ÉPOCA: **A ESQUERDA COM R\$ 32 BILHÕES:** Com a promessa de combater a venda de estatais, CUT e PT entram na diretoria da Previ, o bilionário fundo de pensão do Banco do Brasil

ISTO É: O ENIGMA MALAN: Com a prisão de Cacciola, participação do ministro da Fazenda no socorro ao Marka volta à tona

21 DE JUNHO:

VEJA: A IDÉIA AINDA NÃO MORREU: Governo volta a discutir reforma no sistema de impostos que, se aprovada, facilitará a vida dos brasileiros e reduzirá preços

ÉPOCA: A REVOLUÇÃO SILENCIOSA: Na guerra para segurar funcionários, empresas oferecem bônus, ações, liberam gravata, aceitam horário livre e até pagam ginástica

ISTO É: EURODILEMA: O Banco Central Europeu eleva a taxa de juros para defender a moeda única e esquento o debate em torno do futuro do bloco

SÓ PARA OS MA

A aliança entre GM e Fiat e a compra da Land Rover pela Ford aceleram a concentração na indústria automobilística

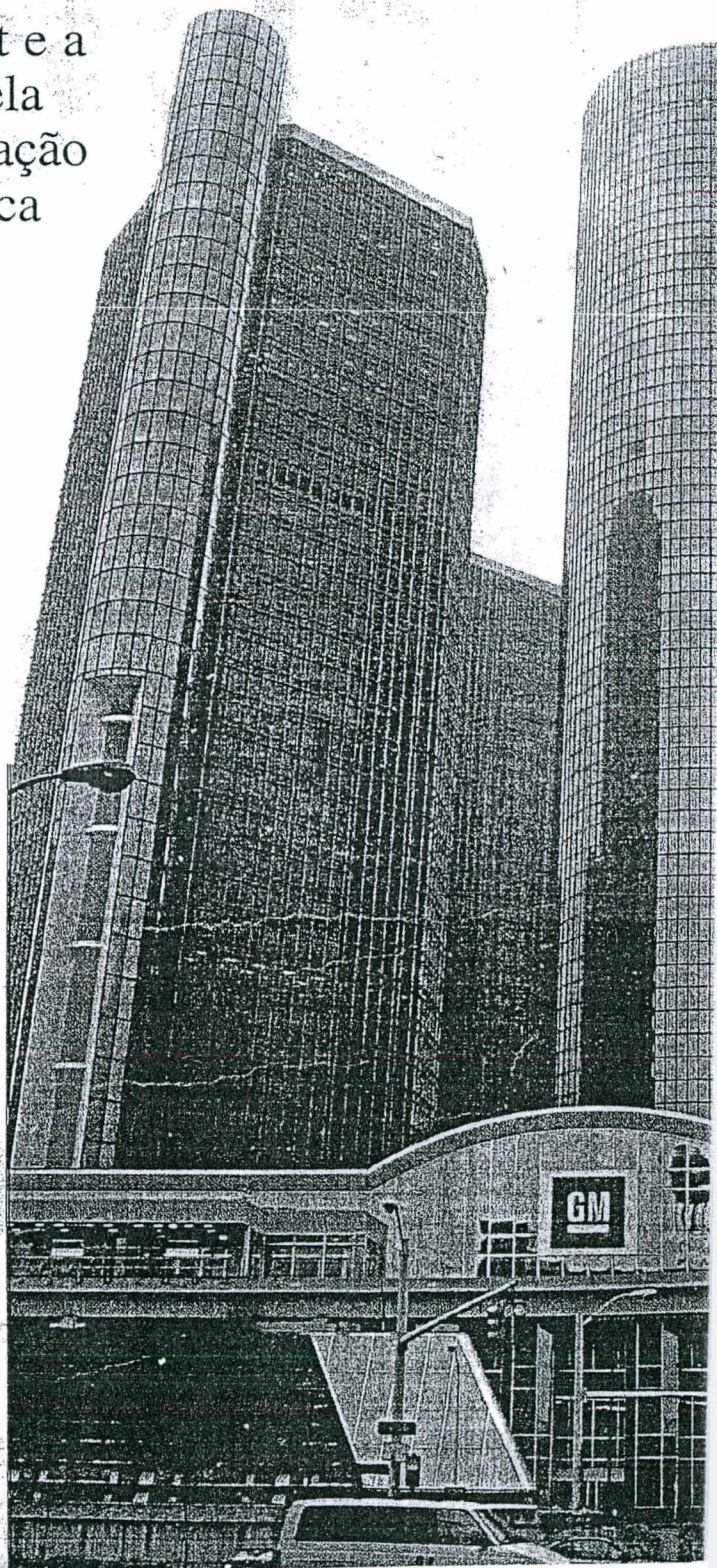
Nilson Vargas

Dois dos grandes negócios internacionais anunciados na semana passada — a aliança da General Motors americana com a Fiat italiana e a venda da Land Rover inglesa, pertencente à BMW, para a Ford — são parte de um mesmo movimento que está mudando radicalmente a face da indústria automobilística mundial. O setor está se concentrando. As marcas estão sendo agrupadas sob enormes guarda-chuvas que formam blocos gigantes para poder sobreviver num ambiente cada vez mais competitivo, em que o consumo não tem crescido no ritmo esperado. “Foram apenas mais dois lances na corrente de fusões e aquisições que continuarão a acontecer porque ninguém mais pode sobreviver pequeno e sozinho”, diz o especialista em indústria automobilística Glauco Arbix, professor da Universidade de São Paulo.

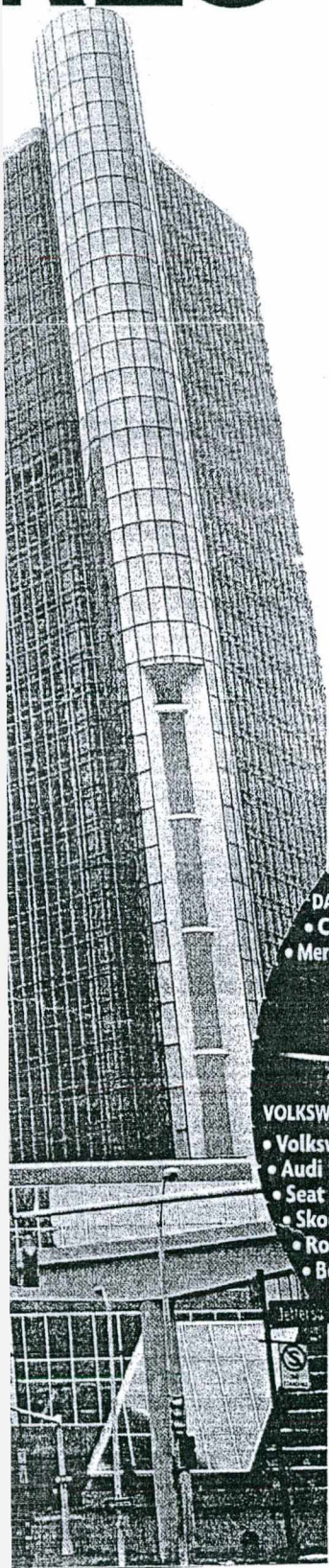
Há algum tempo as vendas globais estão perdendo fôlego. Entre as montadoras a competitividade tornou-se um mantra. As fusões são o melhor caminho para ganhar escala e cortar custos. Todo mundo conversa com todo mundo e vale até mesmo se aliar a parceiros com os quais não se tem muito em comum. A fusão entre Mercedes e Chrysler em 1998 foi a maior cartada. Elas viraram uma só empresa que fatura 130 bilhões de dólares e vende perto de 5 milhões de veículos por ano. A Ford comprou a Volvo Automóveis, sueca, e fincou bandeira na japonesa Mazda. A Renault obteve parte da Nissan, também do Japão. Longe dos holofotes, a GM fechou acordos tecnológicos com a Toyota e de compra de motores Honda, as duas japonesas. Até mesmo uma parceria entre as arquiinimigas General Motors, Ford e DaimlerChrysler está selada num projeto que visa unificar a cotação de preços de carros na venda pela internet.

Quase três anos e muitas parcerias depois, o mercado

Sede da GM nos Estados Unidos: empresa líder bloco que vende 14 milhões de carros por ano



RES



parece acomodar-se em torno de seis grandes montadoras. O time mais robusto é o da GM, com cacife de 14 milhões de automóveis vendidos por ano. Bem atrás vêm Ford, Toyota, Volkswagen, DaimlerChrysler e Renault. Esses seis aglomerados estão acima do que os especialistas consideram o mínimo para quem quer ficar vivo no mercado: vender 4 milhões de carros por ano. Abaixo deles, aparecem empresas como BMW, Honda, Hyundai/Kia e Peugeot/Citroën — que devem aliar-se ou desaparecer com o tempo.

As parcerias têm dois objetivos. O primeiro é aumentar escala, ou seja, produzir mais carros com menos investimentos e atingir novos mercados. Portanto elas são um caminho para reduzir custos e elevar os lucros. É o caso do acordo entre GM e Fiat, uma operação de 2,4 bilhões de dólares formalizada pela troca de ações entre as duas companhias. Cabe à GM a participação de uma quinta parte na Fiat Auto, a mais importante empresa do grupo italiano. Por sua vez, a Fiat ganhou uma fatia de 5% do capital da gigante americana. Na Europa e na América Latina, as duas vão unificar a produção de motores e câmbios e a área de compras. A costura entre as montado-

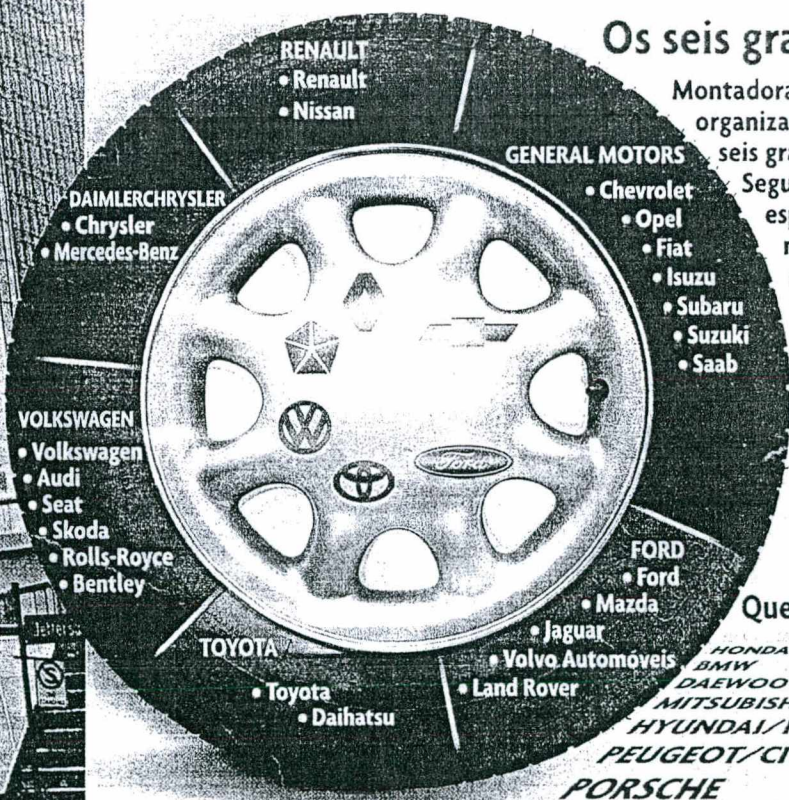
ras no Brasil começou a ser feita na quinta-feira à tarde, no QG da GM no ABC paulista, quando Frederick Hendersen, presidente da empresa no país, e Gianni Coda, presidente da Fiat, tiveram a primeira reunião depois do anúncio oficial do acordo. Todos sabem que a aproximação não será fácil. Mas a partir de 2005 as montadoras esperam alcançar uma economia de 2 bilhões de dólares por ano.

Juntas, GM e Fiat são donas de cerca de um terço do mercado nos Estados Unidos e um terço na Europa. Metade dos carros vendidos no Brasil é fabricada pelas duas marcas famosas. De cada dez automóveis vendidos no planeta, dois levam a logomarca de uma delas. Para a General Motors, abraçar a Fiat teve outro significado. A GM espera ter sepultado de vez a ambição das rivais Ford e DaimlerChrysler de crescer pela via italiana. Se uma delas tivesse engolido a Fiat, a liderança mundial da GM estaria em risco. Para ultrapassar Ford e DaimlerChrysler na disputa pela Fiat, a GM usou mais psicologia do que dólares. Em vez de propor a compra da empresa italiana, como as outras fizeram, optou pelo acordo parcial, uma espécie de noivado. "O formato da parceria, abrangendo apenas duas áreas, reduziu o risco de uma reação dos italianos, que têm

Os seis grandes

Montadoras e marcas se organizam em torno de seis grandes blocos.

Segundo os especialistas, quem não vender pelo menos 4 milhões de carros por ano será esmagado



Quem ainda está só

GERMANO LUDERS



Esportivos de luxo da Land Rover: reforço no variado time de modelos que a Ford oferece

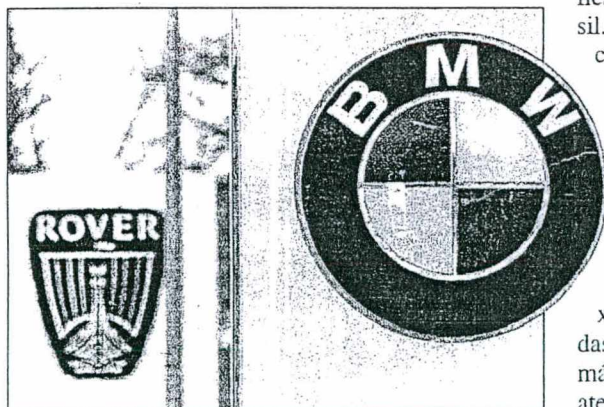
verdadeira paixão pela Fiat”, diz Markus Stricker, diretor da área automotiva da consultoria A.T. Kearney.

A correria para se fundir com o concorrente do mercado ao lado tem outra razão. Há alguns anos, animadas com o fim do comunismo e o avanço da economia de mercado nos cinco continentes, as montadoras tiveram todas a mesma idéia: fazer carros mundiais. Eram modelos nem grandes nem pequenos, nem caros nem muito baratos, nem muito luxuosos e tampouco mal-acabados. Deveriam agradar ao gosto médio do consumidor global. Bem, essa estratégia esgotou-se. A onda agora é produzir veículos com a cara do freguês em cada país. Essa é a aposta da Ford. Já que ela não pode ser tão gigantesca quanto a GM, prefere utilizar uma estratégia minimalista. “Queremos ter várias marcas que satisfaçam a diversidade de gostos e exigências dos consumidores e fazer com que seja um prazer dirigir nossos carros”, diz Jacques Nasser, presidente da Ford mundial. Com a compra da Land Rover por 3 bi-

lhões de dólares, a Ford atrela mais uma marca de luxo a seu time, que já conta com Jaguar e Volvo Automóveis. Em seu cardápio estão ainda carros como o Lincoln Navigator, uma caminhonete esportiva com ares aristocráticos, e as caminhonetes já consagradas da série F.

A urgência de gastar menos e ser mais eficiente na produção e no atendimento às necessidades de públicos diferentes fica clara quando se analisa o mercado mundial. As fábricas estão trabalhando com uma ociosidade de 35% num planeta em que o ímpeto de comprar veículos novos é enorme, mas a grana anda

curta. Na Europa o consumo está estagnado e estima-se que as vendas cairão, até 2003, de 16,8 milhões de carros para 16,5 milhões. No mercado que reúne Estados Unidos, Canadá e México, o Nafta, a expansão prevista é ínfima. Será de apenas 200 000 automóveis sobre os atuais 18,4 milhões. A maior esperança das montadoras é a América Latina. Embora atualmente o consumo ande em baixa, em decorrência das últimas dificuldades econômicas enfrentadas pelos países, a expectativa é de elevação significativa na venda de carros nos próximos anos: de 2,4 para 3,2 milhões em 2003. Isso justifica os investimentos feitos no Brasil. Mas até os mais preparados executivos e estudiosos do mercado automobilístico sabem que as previsões podem dar errado na América Latina. Restaria a possibilidade ainda mais remota de uma revolução na China. Somente os chineses teriam condições de consumir 200 milhões de carros nos próximos dez anos. Nesse caso, todas as montadoras, trabalhando ao máximo vapor, não dariam conta de atender à demanda. Isso, claro, é apenas um sonho amarelo. ■



Rover e BMW: casamento desfeito

AUTOMÓVEIS

ALIANÇA GLOBAL

A GM compra 20% da italiana Fiat, jóia da família Agnelli, e altera o cenário mundial

Às 5 da manhã da segunda-feira 13, nos escritórios da fábrica de Lingotto, na periferia de Turim, na Itália, um homem de 79 anos anunciou uma revolução. Gianni Agnelli, dono da Fiat, patriarca de uma das cinco famílias mais ricas da Europa, informou ter vendido 20% da Fiat Auto – o negócio mais lucrativo dos Agnelli. O comprador era a General Motors, a maior empresa do mundo. Exausto, determinou que o executivo Paolo Fresco saísse da sala de reuniões para comunicar aos empregados a associação do símbolo da modernização industrial italiana com o capital americano.

Encerrava-se um capítulo de uma história centenária. O início foi em 1899, quando Giovanni, avô de Gianni, criou a Fabbrica Italiana di Automobili Torino, a Fiat. Durante um século, a família Agnelli conseguiu preservar a idéia do "capitalismo familiar". Agora, em um mercado globalizado, foi forçada a conviver com quedas de até 45% nos lucros. Acabou cedendo ao aceno da GM para uma união estratégica. Juntas, podem disputar com vantagens a liderança no mercado sem fronteiras.

Agnelli passou meses estudando propostas de concorrentes. Recebeu ofertas da GM, Ford, Volvo e DaimlerChrysler. Estava em jogo um ícone da fortuna familiar e da transição da Itália de uma economia agrária para o clube dos países mais industrializados do planeta. A Fiat é a maior empregadora privada na Itália. Produz carros, caminhões, tratores, autopeças, edita o jornal *La Stampa*, é proprietária do clube de futebol Juventus e controla bancos e seguradoras.

O capitalismo familiar tem sido e ainda é o motor do desenvolvimento econômico italiano

GIANNI AGNELLI,

de 79 anos, dono do grupo Fiat, em palestra dada em 1998

No domingo 12, Gianni completou 79 anos. Às vésperas de anunciar a venda para a GM, preferiu a discrição. Esquiou em Saint Moritz, na Suíça. Depois assistiu pela televisão à vitória da Ferrari, com os pilotos Michael Schumacher e Rubens Barrichello, no Grande Prêmio da Austrália. À noite, voltou a Turim, não muito distante dos Alpes suíços. Convocou uma reunião para comunicar a decisão de aceitar a oferta da GM. Em troca de 20% da Fiat Auto, receberá 5,1% do capital da líder mundial no ramo de automóveis. É um negócio de US\$ 2,4 bilhões.

Entre os motivos pelos quais Agnelli optou pela oferta da GM está a preservação da independência corporativa da Fiat Auto, a sétima entre as montadoras e a 34ª corporação do mundo. Sozinha, responde por cerca de 42% do faturamento total do grupo Fiat, de US\$ 50

bilhões anuais – o equivalente a cinco vezes a economia do Paraguai. O acordo deu à GM a preferência na compra dos 80% restantes da Fiat Auto. Desde então, os executivos da Fiat têm-se esforçado para desmentir especulações sobre um futuro controle da Fiat pela GM.



Reprodução

Divulgação



RTUNA A Ferrari e a galeria da são próxima aos pes italianos, em Villar Perosa, são bolos do poder e da influência que Gianni Agnelli conquistou

Arnaldo Magnani/Gamma

UNIÃO ESTRATÉGICA

Um negócio de US\$ 2,4 bilhões



- Fundada em 1899. Marcas famosas: Fiat, Lancia, Ferrari, Alfa Romeo, Maserati
- Além da Fiat Auto, o grupo Fiat tem negócios nos setores de máquinas agrícolas, rodoviárias e ferroviárias, autopeças, fundição, em jornais, esportes (Juventus e Ferrari), bancos e seguradoras. Fatura US\$ 50 bilhões anuais
- A divisão de automóveis representa cerca de 42% do faturamento do grupo. Tem mais de 220 mil empregados e é a sétima no ranking mundial
- No Brasil, a Fiat Auto tem 11.500 funcionários. Vendeu em 1999 mais de 300 mil carros



- Fundada em 1908. Marcas famosas: GM, Buick, Cadillac, Pontiac, Saturn, Opel, Chevrolet, SAAB, GMC, Vauxhall
- É a maior empresa do mundo, segundo a revista *Fortune*, com quase 400 mil empregados e faturamento de mais de US\$ 176 bilhões em 1999
- Já tem participação nas montadoras Subaru (20%), Suzuki (10%) e Isuzu (49%)
- Produziu quase 9 milhões de veículos no mundo no ano passado, entre carros de passeio e caminhões
- No Brasil, tem 19 mil funcionários. Vendeu 285 mil carros no ano passado

FEPI - FOZ

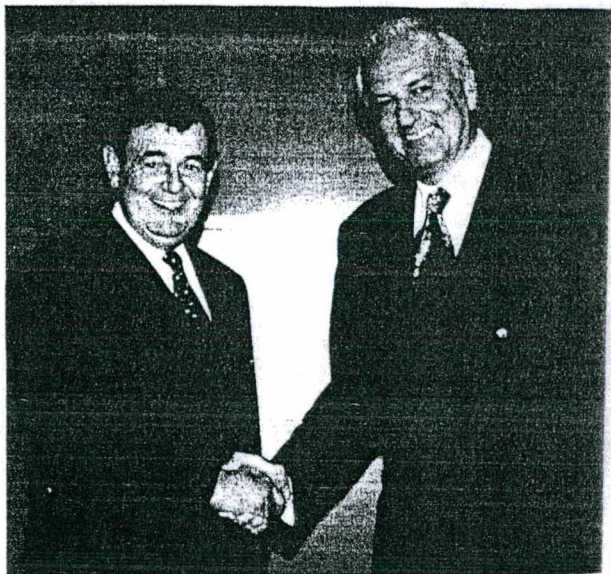
A reação dos italianos foi pragmática. Sindicalistas e políticos interpretaram o negócio fechado por Agnelli como um lance capaz de garantir a competitividade da indústria doméstica de automóveis e o emprego, hoje, de 160 mil pessoas.

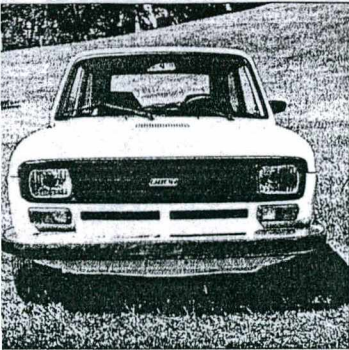
A aliança prevê a criação de duas empresas internacionais com atuação restrita à Europa e à América Latina. O capital será dividido meio a meio entre os Agnelli e a GM. Uma delas vai cuidar da compra de autopeças e dos serviços para o conjunto das fábricas. A outra desenvolverá e produzirá motores e sistemas de câmbio. Objetivo: redução de custos, num setor em que as margens de lucro encolheram e chegam no máximo a 3%. No início, a união é para aumentar a eficiência nas fábricas europeias e latino-americanas.

Os Estados Unidos são um capítulo à parte. Prevê-se que a Fiat usará a rede GM de distribuição para voltar a vender naquele país a marca Alfa Romeo. Um dos únicos carros italianos regularmente comercializados nas lojas americanas é a Ferrari, também da Fiat. As montadoras americanas vêm perdendo terreno no próprio mercado interno para as fábricas asiáticas. Assim, um parceiro com um leque de produtos diversificados como a Fiat tem grande importância para a GM nos Estados Unidos. Ajuda-a também na luta contra a Ford.

ACORDO Os presidentes da GM, Jack Smith (à esq., na foto), e da Fiat, Paolo Fresco, selam a aliança entre as montadoras

Luca Bruno/AP





Fotos: divulgação

ESTRÉIA O Fiat 147 foi o primeiro modelo feito no Brasil. Lançado em 1976

ITÁLIA EM QUATRO RODAS

MUDANÇA O Palio, que chegou em 1996, terá nova linha no ano que vem



MODERNIDADE O último lançamento no mercado brasileiro foi o Brava, em 1999

Outro alvo das duas empresas é a América Latina. Trata-se de uma região de 100 milhões de potenciais compradores de carro, com renda média de US\$ 8 mil. Há um carro para cada sete latinos com renda suficiente para ter o próprio veículo. Na Itália e nos Estados Unidos, essa relação já é de um automóvel para cada potencial comprador. Isso permite previsões otimistas de crescimento de vendas na América Latina superior a 37% nos próximos três anos.

No Brasil, as marcas das duas montadoras dominam as ruas. Somadas, Fiat e GM detêm 48% do mercado. São seguidas pela Volkswagen, com 29%, até agora isolada na liderança. Desde a produção em 1976 do primeiro carro no Brasil, o modelo 147, a Fiat acumulou mais vitórias que derrotas e conquistou o segundo lugar em vendas. No ano passado, quando a fábrica de Betim, em Minas Gerais, lançou o modelo Brava, a marca italiana consolidou a fatia de 25% do mer-

cado nacional. O país é hoje o segundo maior comprador de veículos Fiat. Perde apenas para a Itália, onde se concentram 35% da totalidade das vendas do grupo. A GM tem maior quilometragem no Brasil. Em 1925 alugou galpões no bairro do Ipiranga, na capital paulista, para montar 25 veículos por dia, importados dos EUA. Quatro décadas depois, em 1969, produziu o Opala, na fábrica de São Caetano, em São Paulo. Está em terceiro lugar, com 23% das vendas domésticas.

A DIVISÃO DA FORTUNA DA FAMÍLIA MAIS RICA DA ITÁLIA



JOHN ELKANN,
neto mais velho de Gianni
(3,5%)
US\$ 507 milhões

Margherita de Pahlen
(3,5%)
US\$ 507 milhões



O império Agnelli tem dez grandes herdeiros com cerca de US\$ 12 bilhões no grupo Fiat

COM 23 ANOS, John deverá ser o sucessor do avô nos negócios

Andrea (5%)
US\$ 724 milhões

Tiziana (5%)
US\$ 724 milhões

Gianni
(29%)
US\$ 4,2 bilhões

Susanna
(8%)
US\$ 1,16 bilhão

Cristiana
(5,6%)
US\$ 811 milhões

Umberto
(10%)
US\$ 1,45 bilhão

Clara
(4,2%)
US\$ 610 milhões

Giovanni
morre e divide-se a herança entre os filhos

Clara
(8%)
US\$ 1,16 bilhão

EDOARDO casa-se com **Virginia Bourbon**
dos 7 filhos, 5 têm participação acionária importante

ANICETA casa-se com **Carlo Nasi**
dos 5 filhos, 2 têm participação acionária importante

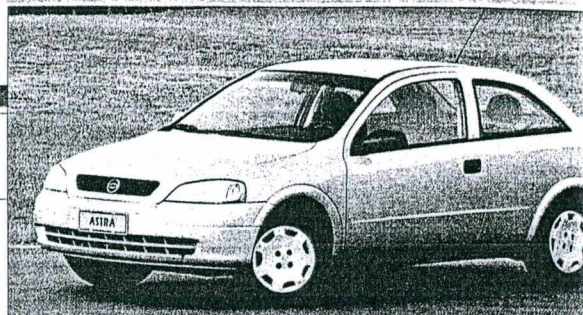
Em 1889 **GIOVANNI AGNELLI** casa-se com **CLARA BOSELLI** e tem 2 filhos

Fotos do infográfico: da esq. para a dir., Kay Nietfeld/AFP, Mauro Piloni/AP Photo

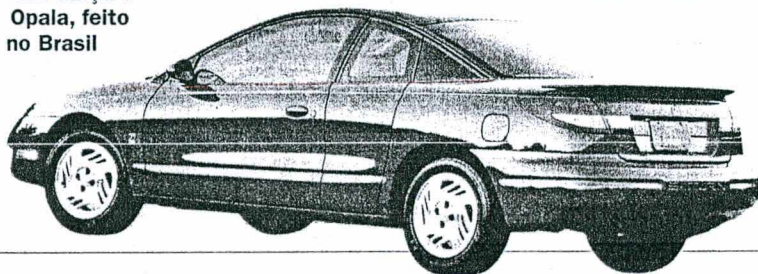


PRIMEIRO
Em 1969, a
GM lança o
Opala, feito
no Brasil

AMERICANOS EM AÇÃO



RENOVAÇÃO O Astra foi a última novidade trazida para o mercado brasileiro



INOVAÇÃO O Saturn permite ao comprador escolher todos os itens

Juntas, GM e Fiat poderão vir a ditar margens de lucro e influenciar na formação de preços. As fábricas de autopeças inquietam-se. Os operários também. Mas ainda não se fala em cortes de pessoal ou fechamento de unidades. Tampouco em queda de preço para o consumidor ou carros GM/Fiat circulando nas ruas brasileiras. "Ainda é cedo para afirmar qualquer coisa", diz Gianni Coda, superintendente da Fiat Auto para a América Latina e um dos seis membros do comitê internacional criado para aplicar o acordo.

O casamento GM/Fiat preocupa os concorrentes. O desenvolvimento de motores requer investimentos pesados – acima do bilhão de dólares – e pode funcionar como arma decisiva na conquista de compradores. Um exemplo vem da própria Fiat. A fábrica foi pioneira na idéia

do carro popular com motor de mil cilindradas (1.0) e conseguiu avançar com rapidez no mercado brasileiro. A chegada do Uno Mille, nos anos 90, fez quadruplicar as vendas da empresa em uma década. Em 1999, o lançamento de outro modelo na Europa também tirou a Fiat de um atoleiro: o Punto vendeu acima das expectativas no último trimestre e freou a queda dos lucros no período, de 45%.

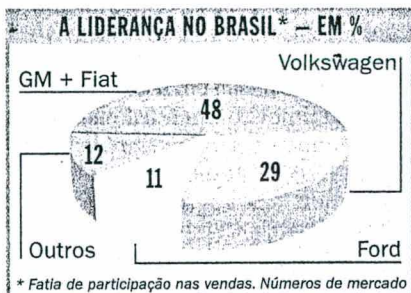
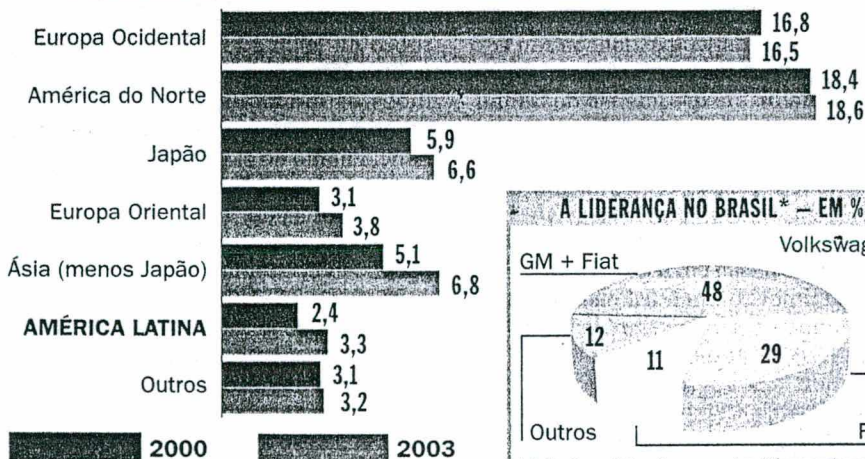
O sinal de que Agnelli não poderia continuar sozinho com a Fiat foi o encalhamento da rentabilidade. Os defensores da aliança dizem que, com a GM, ela poderá se beneficiar de uma extensa rede de distribuição. Já os americanos poderão aproveitar a tecnologia italiana de carros pequenos, a médio prazo. No Brasil, nem o novo Palio nem o projeto Arara Azul, carro de pequeno porte da GM, vão aproveitar as vantagens da união.

Uma das mais importantes metas da operação é obter em cinco anos economia de até US\$ 2 bilhões. A última união de gigantes no setor, a compra da Chrysler pela alemã Daimler, previa redução de despesas de US\$ 2,6 bilhões. Mas a empresa criada luta hoje contra um imprevisto: a diferença de culturas. Os alemães queixam-se do tratamento diferenciado que recebem os americanos, com salários mais altos e vantagens adicionais.

Choques de estilo e tradições costumam corroer alianças. Criada no começo do século, a marca GM tem tanto peso quanto a Fiat. Lançou clássicos como Corvette, Bel Air, Impala e Cadillac e, em 1971, foi a responsável, junto com a Nasa e a Boeing, pelo primeiro veículo a andar na Lua. Há, porém, uma diferença básica entre elas. Ao contrário da GM, com capital pulverizado, a Fiat ainda é um grupo empresarial familiar, em que os Agnelli são majoritários. Gianni, o maior acionista individual, com 29%, é o último representante de uma família da antiga nobreza italiana. Herdeiro da casa Bourbon del Monte di San Faustino, casou-se com outra nobre, Marella Caracciolo di Castagneto. Foi criado pelo avô Giovanni, o inventor da Fiat no fim do século XIX. Quando o avô morreu, Gianni tinha 24 anos e não quis assumir os negócios. Manteve a vida de aristocrata europeu, entre iates, mansões na Riviera Francesa, cavalos e pistas de esqui. Só assumiu o grupo aos 45 anos. A sociedade com os americanos representa para os Agnelli e a Itália uma ruptura com o passado.

MERCADO EM EXPANSÃO

Crescimento das vendas de carros no mundo – em milhões de veículos



ANA MAGDALENA HORTA

Fonte: projeções da Fiat

TRABALHO

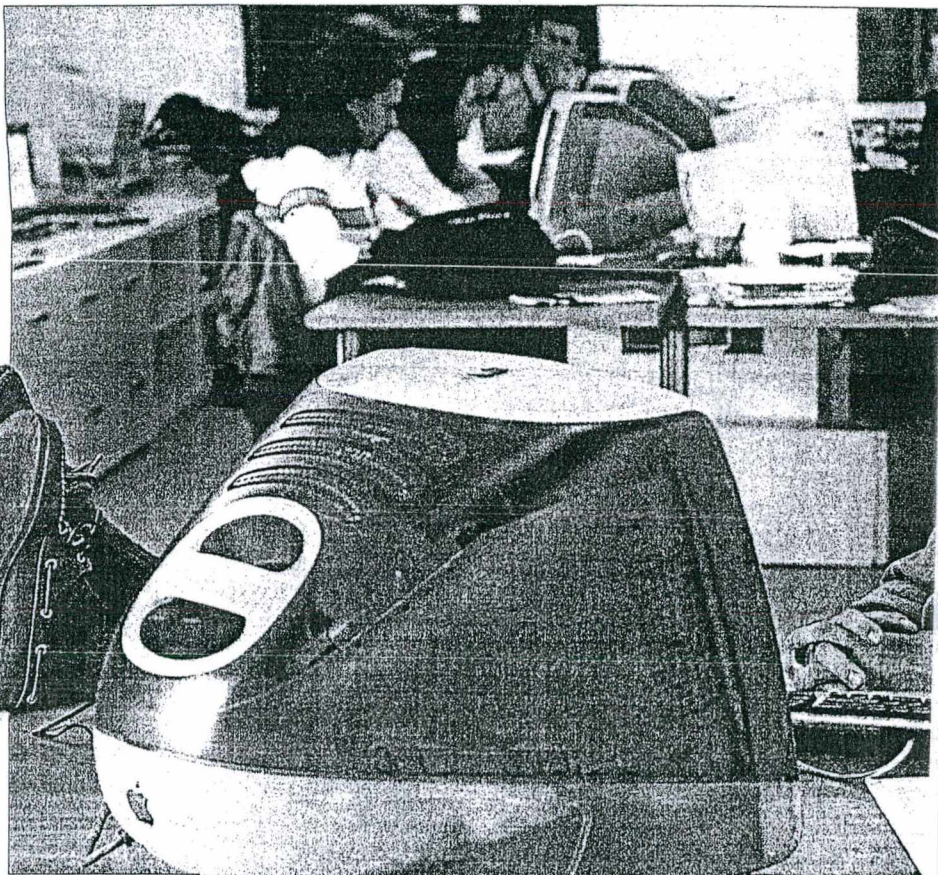
A REVOLUÇÃO S

Na guerra para segurar funcionários, empresas oferecem bônus, ações, liberam gravata, aceitam horário livre e até pagam ginástica

Desde o mês passado, o centro financeiro de São Paulo vive uma reviravolta. Funcionários de empresas internacionais estão deixando a gravata em casa. Importada de Nova York, a tendência também avança na Europa. Não se trata de moda. A informalidade no traje foi decretada, por escrito, pela diretoria de bancos como J.P. Morgan, Citibank, Chase Manhattan e Goldman Sachs. É o lado mais visível de uma onda de pulverização de tabus no mercado de trabalho no Brasil e no resto do mundo. O motor dessa transformação é a guerra por uma mercadoria essencial para as empresas: bons profissionais.

A briga por talentos não é nova, mas ganhou dimensão com a explosão do setor de alta tecnologia e a internet. Nos Estados Unidos, o número de empregados em áreas ligadas à rede de computadores saltou 36%, para 2,5 milhões, só no ano passado, calcula a Universidade do Texas. O quadro se repete na América Latina, onde as contratações para vagas em escritórios do mundo digital já ultrapassam aquelas relacionadas a setores tradicionais da economia.

No Rio de Janeiro, a Módulo, empresa especializada em segurança de redes e sistemas, começou o ano com 170 funcionários. Até dezembro, terá 400. Um aumento de 135%. "Achar o pro-



fissional adequado é um desafio. Algumas companhias contratam uma pessoa por dia", diz Hugo Codrington, diretor da NewMedia Heads, empresa de recrutamento com escritórios em São Paulo, Londres, Cingapura e Houston. Para executivos de alto nível, a busca muitas vezes é realizada em vários países.

Por isso, mudar velhos paradigmas tornou-se palavra de ordem nas diretorias de recursos humanos. "A quebra de tabus é uma necessidade impulsionada pela falta de gente bem formada no mercado", explica Roseli Melo, gerente de seleção do grupo Mission. A estratégia das empresas tradicionais tem sido utilizar as mesmas armas de con-

quista das chamadas "ponto.com", designação das empresas ligadas à internet: ambiente de trabalho descontraído, remuneração variável, pacotes de ações da empresa, flexibilidade de horários e outros benefícios. "Fizemos uma pesquisa e verificamos o desejo dos funcionários de que houvesse menor formalidade no ambiente de trabalho", explica Délsio Klein, diretor corporativo de RH do Citibank em São Paulo. Em abril, veio o resultado prático: um comunicado a todas as filiais aboliu ternos e gravatas, exceto em encontros com clientes. O banco também subvenciona qualquer tipo de atividade para melhorar c

A DISPUTA PELOS MELHORES

Empresas de tecnologia são as que mais contratam - em % sobre o total de admissões na América Latina*



* Números referentes às contratações da empresa de recrutamento Korn/Ferry International no primeiro trimestre

LENCIOSA

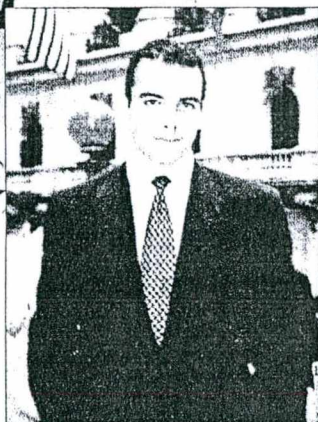


Fotos: Daniel Aratangy/ÉPOCA

o dia às 9 horas com ginástica coletiva no novo prédio, localizado no Centro de Porto Alegre. Também participam, regularmente, de reuniões em que discutem livros com temas relacionados ao trabalho e recebem treinamento. "Procuramos melhorar a formação geral e fazer com que as pessoas se sintam bem", explica Elusa Dalmore, assistente de pessoas e processos. "Isso aumenta a produtividade e a fidelidade ao emprego."

A migração para a internet ainda é alta. Afeta empresas, como a Johnson & Johnson, a Nestlé e a Gessy Lever, e instituições financeiras, como o Itaú. Os bancos Pactual e Opportunity tiveram como funcionário Eduardo Rocha, de 28 anos. Em 1999, ele fundou o site Zoyd, para jovens. Não coloca mais gravata nem para encontros com investidores. Acredita na informalidade para recrutar pessoas. "O importante é a percepção do ambiente de trabalho. Tem de ser harmonioso."

Rocha oferece salários atraentes. Um estagiário pode ganhar até R\$ 2 mil. Os 25 funcionários do Zoyd também têm direito a plano de previdência privada, bônus e pacotes de *stock options*, opções de compra de ações da companhia a preços mais baixos que os de mercado. ▶



Arquivo pessoal

VIDA NOVA Rocha trocou a gravata e os EUA (à dir.), em 1995, pela rotina informal no Zoyd

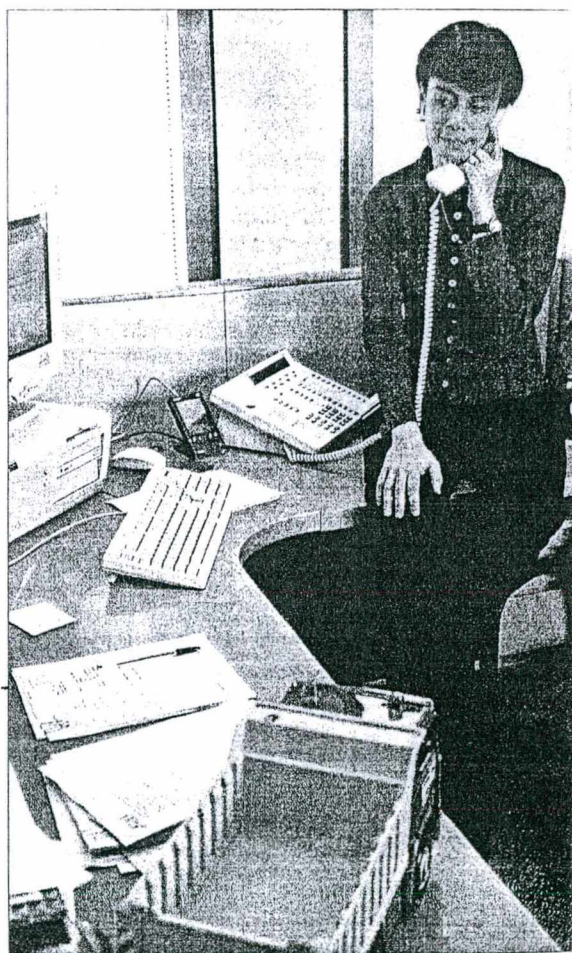
bem-estar físico, como acupuntura e ginástica, e tem um centro de lazer em Araçariçu, no interior paulista, aberto aos empregados.

A seguradora gaúcha Sabeni há um ano e meio se deu conta da importância de mudar padrões. Primeiro, trocou o nome da área de RH para departamento de pessoas e processos. Em seguida, resolveu investir na qualidade de vida dos 65 empregados. Eles começam

de previdência privada, bônus e pacotes de *stock options*, opções de compra de ações da companhia a preços mais baixos que os de mercado. ▶

LIBERDADE

Ana Luísa Vieira, do J.P. Morgan, trabalha em tempo parcial e à tarde, em casa, dedica-se aos filhos pequenos





Raphael Fabrigar/ÉPOCA

Se trabalharem bem e a cotação dos papéis do Zoyd subir, os empregados poderão comprá-los por uma quantia camarada, ficando com os lucros.

As *stock options* têm sido o principal trunfo da internet na guerra de recrutamento porque podem trazer ganhos significativos. Exemplo: graças a esse tipo de compensação, os executivos de alto escalão de empresas de tecnologia dos Estados Unidos embolsaram, em 1999, rendimento médio anual de US\$ 27 milhões. Já os de companhias tradicionais, sem ações, ganharam dez vezes menos, segundo números da consultoria americana Executive Compensation Advisory Services.

Stelleo Tolda, de 32 anos, diretor-presidente do Mercado Livre, trabalhava no banco de investimentos Lehman Brothers de Nova York quando

APOSTA Para Stelleo Tolda, o jogo na internet deve atrair, cada vez mais, os melhores dos bancos

“Achar executivos para a rede tornou-se uma tarefa difícil.

Procuramos candidatos em qualquer setor”

HUGO CODRINGTON,
diretor da NewMedia Heads

resolveu voltar para o Brasil para administrar o site de leilões. Viu o salário cair pela metade, mas recebeu um pacote de *stock options*. “Estava em um lugar invejável e seguro. Mas preferi o desafio de poder influenciar meu futuro”, explica.

A política da descontração no ambiente de trabalho surgiu há alguns anos, em Redmond, nos EUA, na sede da Microsoft. Lá, desenvolveu-se a idéia de que a produtividade anda com padrões de vestuário e comportamento menos rígidos. Hoje, a Microsoft alia essa experiência ao departamento montado com o objetivo de segurar os bons profissionais, o setor de “retenção”. Oferece flexibilidade de horários, boa remuneração e treinamento. Mas não vence sempre. Não conseguiu, por exemplo, evitar a saída de Paula Santos e Ermínio Sotero.



INFORMALIDADE No banco J.P. Morgan, os homens só usam gravata quando têm reuniões com clientes

Depois de trabalhar em Redmond e no Brasil, os dois criaram a Vesta Technologies. Com sede no bairro da Lapa, em São Paulo, a empresa ocupa um prédio de cinco andares com design colorido e decoração inspirada na série de *Jornada nas Estrelas*. Nas paredes, painéis do espaço sideral e plantas baixas da nave *Enterprise*. “É uma filosofia de grupo. Chamamos nossos 83 funcionários de vestonianos para mostrar que eles fazem parte de uma comunidade”, explica Célia Gallo, diretora de RH. É permitido parar o trabalho e jogar videogame. “Às vezes, até de madrugada”, diz

TRABALHADOR DIGITAL

O que os caçadores de talentos procuram nos currículos

■ **Formação**

É essencial falar, no mínimo, inglês. Outras línguas são um trunfo valioso. Para executivos, uma pós-graduação no Exterior é bem-vista. O conhecimento de novas tecnologias é desejável, mas não imprescindível. O importante é saber como elas podem ajudar a empresa a crescer

■ **Personalidade**

É preciso gostar do risco, ter visão de longo prazo, independência, criatividade e saber trabalhar em equipe

Daniel Antangy/ÉPOCA



Lilian Chiba, de 21 anos. A Vesta ainda dá prêmios e bônus aos melhores empregados e vai montar uma academia no último andar do prédio.

A guerra no mercado de trabalho beneficia diretamente as mulheres. Aumentar a participação feminina no quadro de pessoal e oferecer vantagens às mães são parte da nova cartilha das empresas. Isso porque não é mais possível ignorar o potencial do grupo. "A maioria das mulheres tem melhor qualificação", afirma Roseli Melo, do grupo Mission. "De cada dez candidatos que analiso, seis são mulheres com mais anos de estudo que os homens."

Ana Luisa Vieira, gerente de RH do J.P. Morgan, chega todo dia ao banco pela manhã e sai no máximo às 3 da tarde para ficar com os filhos pequenos. "O horário flexível é um grande diferencial", afirma. Se precisar, Ana Luisa pode deixar as crianças durante o dia em uma escola ao lado, que fechou convênio com o J.P. Morgan. Segundo Klecius Borges, diretor de comunicação corporativa e RH, a política agora é estimular a contratação de mulheres. Nem a gravidez é obstáculo: "Já contratamos uma grávida. O

currículo dela era tão bom que não tivemos problema em esperá-la tirar licença-maternidade".

As mulheres também ganham destaque em ocupações até pouco tempo atrás exclusivamente masculinas. Podem ser vistas no chão de fábrica, como na Mercedes-Benz em Juiz de Fora, onde 20% dos 1.300 funcionários são do sexo feminino. Ou na Audi/Volks, em São José dos Pinhais, no Paraná. A Ford pretende ir além. Na unidade de Camaçari, na Bahia, com inauguração prevista para o ano que vem, vai adotar um programa chamado

"diversidade". Quer repetir na fábrica a mesma composição da população da região. A linha de montagem terá 70% de negros e 50% de mulheres. "O conceito de diversidade já existe na fábrica de São Paulo, mas não estamos contratando. Por isso as mulheres ainda não passam de 1% na linha de produção", diz Dete Furlan, gerente de RH.

Para preencher as 2 mil vagas com mão-de-obra capacitada, a montadora resolveu investir em cursos de pré-treinamento. O primeiro teve início em março. São 202 alunos, 40% mulheres. "Gosto da área de mecânica, e por isso me inscrevi", diz Clarissa Ferreira Bonaccorsi, de 29 anos. Casada com um italiano e mãe de dois filhos, diz que a família não entendeu bem a escolha. "Meu marido, meu pai e meus irmãos disseram que o trabalho é masculino. Mas hoje a mulher pode fazer tudo." A Ford quer contratar representantes de outras minorias, como cegos e deficientes físicos.

Anos de experiência também voltam a contar. Profissionais de mais de 50 anos, eternos rejeitados, ganham importância. A Mega, distribuidora de petróleo do Rio de Janeiro, reservou para eles 20% das 65 vagas de seu quadro de pessoal. Não é o único caso. ■

ANA MAGDALENA HORTA, COM
LUCIANA PINSKY, DE SALVADOR



TREINAMENTO Clarissa é uma das 80 mulheres do curso de mecânica da Ford de Camaçari



DIVERSÃO Lilian, de 21 anos, e Charles Camato, de 28, fazem pausa no trabalho de desenvolvimento de programas para jogar videogame na sala de reuniões da Vesta